

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

JEFERSON LUÍS MARINHO DE CARVALHO

ALMANACK DA PARNAHYBA: LEITURAS DA EDUCAÇÃO EM SUAS PÁGINAS
(1924-1982)

SÃO LEOPOLDO

2016

JEFERSON LUÍS MARINHO DE CARVALHO

**ALMANACK DA PARNAHYBA: LEITURAS DA EDUCAÇÃO EM SUAS PÁGINAS
(1924-1982)**

**Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Educação, pelo Programa de Pós-Graduação
em Educação, Área de Ciências Humanas,
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS**

Orientadora: Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

SÃO LEOPOLDO

2016

JEFERSON LUÍS MARINHO DE CARVALHO

**ALMANACK DA PARNAHYBA: LEITURAS DA EDUCAÇÃO EM SUAS PÁGINAS
(1924-1982)**

**Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em Educação
pelo Programa de Pós-Graduação em
Educação, Área de Ciências Humanas,
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
Unisinos.**

Aprovado em 07 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin – UNISINOS

Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha – UDESC

Prof. Dr. Eduardo Arriada – UFPel

Profa. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos – UNISINOS

Profa. Dra. Isabel Aparecida Bilhão – UNISINOS

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada Conforme o Código de
Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

C331a Carvalho, Jeferson Luís Marinho de.
Almanack da Parnahyba: leituras da educação em suas
páginas (1924 -1982) [manuscrito] / Jeferson Luís Marinho de
Carvalho. – 2016.
225 f. : il. color.

Impresso por computador (printout).

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do
Rio dos Sinos - UNISINOS, 2016.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin.

Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Ciências
Humanas.

1. Educação. 2. Almanaque. 3. Almanaque da Parnaíba (PI).
4. Educação - Civilidade. 5. Educação - Almanaque - Parnaíba
(PI). 6. Almanaque - Instrumento Histórico/Cultural. 7. História
da Educação. 8. Educação Institucionalizada. I. Título.

CDU: 37(059) (22)
"1924/1982"

É que o almanaque contém essas verdades iniciais que a humanidade necessita saber, e constantemente rememorar, para que a sua existência, entre uma Natureza que a não favorece e a não ensina, se mantenha, se regularize, e se perpetue. A essas verdades, chamam os Franceses, finos classificadores, verdades de almanaque. (JOSÉ MARIA DE EÇA DE QUEIOZ, 2000, p. 380).

Este trabalho é dedicado:

A DEUS pelas graças e generosidades a mim concedidas.

À minha esposa, Jorgete, companheira de todas as horas.

Aos meus filhos, Jefferson Henrique e Jade, pela compreensão das horas ausentes.

Aos meus pais, Joaquim e Elizabeth, que me ensinaram que a Educação é o caminho da vitória.

AGRADECIMENTOS

À Deus.

À minha esposa Jorgete e meus filhos Jefferson Henrique e Jade, pelo apoio e o amor que tanto me foram necessários nesse momento.

À Professora Doutora Luciane Sgarbi Santos Grazziotin, mais que Orientadora e Professora, pela sua compreensão sobre minhas ideias e incentivo para realizá-las.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos.

Às colaboradoras da Secretaria do PPGEduc da Unisinos.

À PROEX-UNISINOS pelo apoio a pesquisa de campo e participação em evento internacional.

Ao Grupo de Pesquisa “Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar” e colegas da Linha de Pesquisa 1 – História e Políticas Públicas do PPGEduc, UNISINOS.

À Professora Doutora Maria Teresa Santos Cunha, Prof. Dr. Eduardo Arriada, Profa. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos e Profa. Dra. Isabel Aparecida Bilhão, pela participação e contribuições na Banca de Defesa da Tese.

Ao Sr. Hans Benno Asseburg, sua esposa Henriqueta Machado Asseburg, seus filhos Leonardo Machado Asseburg e Janaina Machado Asseburg Lima, que me acolheram em sua residência durante minha estada em São Leopoldo - RS.

Aos senhores Benjamim dos Santos Lima, Diderot Mavignier e Alcenor Candeira Rodrigues Filho, pela colaboração valiosa em minha pesquisa de campo.

Ao amigo Professor Wilson Rosas de Vasconcelos Neto, que sempre me apoiou e acreditou em meu sucesso.

Ao meu amigo, compadre e irmão de coração, Prof. Flamarion Mesquita da Cunha, a quem muito admiro e me inspiro, pela suas valorosas colaborações e correções.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, mesmo que seus nomes não estejam aqui citados.

RESUMO

Os estudos relacionados à cultura escrita e aos impressos cotidianos vêm, sistematicamente, assumindo um espaço significativo na produção historiográfica. Esta pesquisa tem como foco o *Almanack da Parnaíba* e a leitura que se pode fazer da educação em suas páginas com o objetivo de identificar e compreender os discursos e/ou representações produzidas acerca da educação em um período de edição ininterrupta entre 1924 e 1982, num total de 58 edições. O tema educação foi analisado sob duas perspectivas: educação como processo civilizador e educação formal e escolarizada. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos da História Cultural, embasada, sobretudo, nos conceitos de Chartier, Brotel, Le Goff. O *Almanack* foi localizado em arquivos públicos e particulares, a imersão em suas páginas possibilitou construir determinados aspectos da educação no Piauí e em Parnaíba, singulares ou comuns ao restante do País. Pode-se perceber, a partir da análise do periódico, as características de sua materialidade e circulação, que permitiram identificar sua constituição e os espaços em que circulou. Observou-se que, durante o período estudado, esse Almanaque atuou, direta ou indiretamente, como um manual civilizador ancorado em um processo de modernização urbanista e higienista. Também, foram identificadas representações, por parte de seus colaboradores, no que diz respeito à educação formal e institucionalizada o que proporcionou uma análise do imbricamento de diversos autores com o sistema político e educacional vigente. Enfim, acredita-se que se cumpriu o objetivo desta pesquisa ao entranhar-se nos discursos dos colaboradores do *Almanack*, senão em todo, pelo menos às representações referentes à construção de um processo de civilidade e/ou a sistematização sobre a educação institucionalizada em Parnaíba e no Piauí.

Palavras-chave: Almanaque da Parnaíba. História da Educação. Civilidade. Educação institucionalizada.

ABSTRACT

The studies related to the written culture and everyday printed matter have been assuming, systematically, a significant space historiographical production. This research focuses on the *Almanack da Parnahyba* and the interpretation one can do in its pages in order to identify and understand the speeches and/or representations produced about education—in a continuous period of editing from 1924 to 1982, in a total of 58 issues. The theme education was analyzed from two perspectives: education as a civilizing process, and formal and schooling education. The research is based on assumptions of Cultural History, based mainly on the concepts of Chartier, Brotel, Le Goff. *Almanack* was localized in public and private archives; the immersion in its pages made it possible to build certain aspects of education in Piauí and Parnaíba, unique or common to the rest of the country. One can notice, from the analysis of the periodical, the characteristics of its materiality and circulation, which have enabled to identify its constitution and the spaces in which circulated. It was noted that, during the period studied, this Almanac served, directly or indirectly, as a civilizing manual anchored in a process of urbanist and hygienist modernization. Also, representations were identified, on the part of its collaborators, with regard to formal and instructional education, which provided an analysis of the interrelation of various authors with the current political and educational system. Finally, it is believed that it have been reached the objective of this research when ingraining in the speeches of the collaborators of the *Almanack*, if not completely, at least to the representations concerning the construction of a civility process and/or systematization on instructional education in Parnaíba and Piauí.

Keywords: Almanaque da Parnaíba. History of Education. Civility. Instructional education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese Estatística do Piauí e do Brasil (2014)	22
Tabela 2 - Instrução Pública durante a primeira metade do século XX	160
Tabela 3 – Taxas de Analfabetismo no Brasil e no Piauí - século XX.....	171
Tabela 4 - Número de Matrículas, Docentes e Escolas no Piauí em 2012.....	224
Tabela 5 – Características Socioeconômicas de Parnaíba (2014)	225
Tabela 6 – Características Educacionais de Parnaíba.....	225

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Localização da Cidade de Parnaíba	23
Figura 2 - Cópia do mapa da Villa de São João da Parnaíba, 1809.....	24
Figura 3 – Estado de conservação do Almanaque da Parnaíba (1945 e 1975).....	35
Figura 4 – Benedicto dos Santos Lima.....	63
Figura 5 – Capa em tamanho original (16 X 23 cm) da primeira edição do Almanack da Parnahyba (1924).....	67
Figura 6 – Exemplo de uso de cores na tipografia do Almanaque da Parnaíba.....	68
Figura 7– Exemplo de página com bordas ornamentadas.....	69
Figura 8 – Exemplo de um “clichê” no Almanaque da Parnaíba.....	70
Figura 9 – Anúncio no AP com bordas ornadas (1926).....	76
Figura 10 – Anúncios no AP com bordas simples (1957 e 1965).....	76
Figura 11 – Cartão de divulgação do Almanaque da Parnaíba.....	78
Figura 12– Primeira fotografia impressa no Almanaque da Parnaíba (1924).....	82
Figura 13 – Primeira fotografia sobre educação no AP.....	83
Figura 14 – Praça da Graça em diferentes tempos.....	84
Figura 15 – Banco do Brasil em Parnaíba – PI.....	85
Figura 16 – Exemplos de fotografias de residências em Parnaíba.....	85
Figura 17 – Av. Getúlio Vargas, desfile cívico (1941).....	86
Figura 18 – Av. Getúlio Vargas. Vista da Praça Presidente Getúlio Vargas (1944).....	87
Figura 19 - Fotos de inundações em Parnaíba.....	87
Figura 20 – O que dizem de nós. Folha de São Paulo. (13.de maio de.1979).....	93
Figura 21 – O que dizem de nós – Revista Leia Livros.....	93
Figura 22 – O que dizem de nós. Sem autoria. (1980).....	94
Figura 23 - Chamada para anunciantes no AP em 1934.....	98
Figura 24– AP em <i>New York</i> (1941).....	101
Figura 25 - Anúncio do AP em 1980.....	103
Figura 26 – Circulação do AP em 1981.....	104
Figura 27 – Embelezamento Urbano em Parnaíba – (Década de 1930).....	120
Figura 28 - Fé e propaganda no Almanaque da Parnaíba em 1942.....	124
Figura 29 – Primeiro anúncio de uma Instituição de Ensino no AP (1924).....	153
Figura 30 – Anúncios de Instituições de Ensino no AP na década de 1930.....	154
Figura 31 – Anúncio da Escola União Caixeiral no AP (1938).....	155
Figura 32 – Anúncio de Instituições Escolares no AP.....	155
Figura 33 – Colégio Dom Joaquim - 1907.....	159
Figura 34 – Colégio Dom Joaquim - 1908.....	159
Figura 35 – Professor Lima Rebelo (1929).....	167
Figura 36 – Professor Benedicto Martins Napoleão.....	168
Figura 37 – Docentes do Ginásio Parnaibano em 1935.....	168
Figura 38 - Jardim de Infância – SESC Parnaíba em 1956.....	176
Figura 39 - Alunos do Colégio José Narciso “em exercício de <i>gymnastica</i> ” (1927).....	178
Figura 40 – A Instrução em Floriano- PI - 1929.....	179
Figura 41- Escola Noturna “Ribeiro Gonçalves” – São João do Piauí (1937).....	180
Figura 42 – A Instrução no Maranhão - 1938.....	180
Figura 43 – Colégio Nossa Senhora das Graças, Parnaíba – 1935.....	181
Figura 44 – Ginásio Parnaibano - 1940.....	185
Figura 45- Escola Doméstica “Morvan Dias de Figueiredo”.....	190
Figura 46 - Corpo Docente da Academia de Direito do Piauí, em Teresina - 1935.....	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado de Pesquisa em Base de Dados (2009-2014).....	43
Quadro 2 – Exemplos de alguns Almanques no Brasil e em Portugal, do séc. XVIII ao XX	47
Quadro 3 - Alguns significados da palavra “almanaque”.....	48
Quadro 4 - Exemplos de almanques vinculados a cidades brasileiras.....	59
Quadro 5 - Quantitativo da Publicação do <i>Almanack da Parnahyba</i> (1924-2013).....	61
Quadro 6 – Tipografias e Gráficas onde foram editados o Almanaque da Parnaíba (1924 a 1941)	71
Quadro 7 – Tipografias e Gráficas onde foram editados o Almanaque da Parnaíba (1942 a 1982)	72
Quadro 8 – Frequência das fotografias no Almanaque da Parnaíba (1924 a 1982).....	89
Quadro 9 – Resumo Educação e Práticas de Civilidade no Almanaque da Parnaíba	150
Quadro 10 - Instrução Pública no Piauí durante a Monarquia	158
Quadro 11 - O Ensino em Parnaíba – Estatística (1930).....	161
Quadro 12 - Estabelecimentos de Ensino Existentes em 1943, segundo entidade mantenedora.	163
Quadro 13 - Estabelecimentos de Ensino Existentes em 1943, segundo o grau de instrução.	163
Quadro 14 – Características de um professor segundo o AP.	166
Quadro 15 – Instrução Pública em Parnaíba - 1936	181
Quadro 16 - Demonstrativo do Movimento Didático e Docente do Ensino Primário em Geral, no Piauí, referente ao período 1943 a 1947.	182
Quadro 17 – Principais Cursos Universitários no Brasil - 1960	194
Quadro 18– Principais Cursos Universitários no Brasil - 2014	194
Quadro 19 – Índice de alunos universitários, em alguns países da América Latina, 1960	195
Quadro 20 – Resumo Educação Formal e Institucionalizada no Almanaque da Parnaíba.....	198
Quadro 21 – Comparativo de Matrículas do Piauí com o Brasil em 2013	224
Quadro 22 - Total de Escolas Brasil/Piauí/Parnaíba - 2013	226
Quadro 23 – Total de Matrículas Brasil/Piauí/Parnaíba - 2013	226

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Complexo turístico do Porto das Barcas em Parnaíba (2015)	26
Fotografia 2 - Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP)	33
Fotografia 3 – Condições de armazenamento e exposição do acervo da BMP	34
Fotografia 4 – Acervo encadernado do AP no IHGGP.	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Associação Comercial de Parnaíba.
AP	Almanaque da Parnaíba ou <i>Almanack da Parnahyba</i> .
APAL	Academia Parnaibana de Letras.
BN	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BPM	Biblioteca Pública Municipal.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IHGGP	Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba.
PROEX	Programa de Excelência Acadêmica.
RBE	Revista Brasileira de Educação.
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação.
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

SUMÁRIO

AO PÚBLICO	15
1 NO PIAUHY, NA TERRA DOS TREMEMBÉS	21
1.1 Piauí: Filha do Sol do Equador	21
1.2 Parnaíba: Capital do Delta	22
2 PROSCÊNIO	28
1.2.1 Almanagues: origem e definições	45
1.2.2 Os almanagues e a cultura popular	49
1.2.3 Almanagues de cidades	57
3 <i>ALMANACK DA PARNAHYBA</i> : DE UMA LEMBRANÇA À UMA PROMISSORA ESPERANÇA	60
3.1 Materialidade e Circulação do Almanack da Parnahyba	62
3.1.1 Aspectos físicos e tiragem do AP	64
3.1.2 Publicidades no AP	74
3.1.3 Uso de imagens no AP	78
3.1.4 Uso da linguagem textual no AP	90
3.1.5 Relação entre os leitores e o AP	92
3.1.6 “Decifra-me ou te devoro”	94
3.1.7 Circulação do AP	96
4 A EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO ALMANAQUE DA PARNAÍBA	105
4.1 Educação e Práticas de Civilidade no Almanaque da Parnaíba	107
4.1.1 Etiqueta ou regras de civilidade	113
4.1.2 Casamento	116
4.1.3 Campo/Cidade	120
4.1.4 Religião	123
4.1.5 A construção do feminino	127
4.1.6 Crianças	134
4.1.7 Higiene e saúde	137
4.1.8 Civilidade, patriotismo e desenvolvimento econômico e social	143
4.2 Educação Formal e Institucionalizada no Almanaque da Parnaíba	151
4.2.1 Educação em Parnaíba e no Piauí	156
4.2.2 Docentes	165
4.3.3 Analfabetismo	171
4.3.4 Educação para crianças – Pré-escolar	173
4.3.5 Primeiras instruções – Ler, escrever e contar	177
4.3.6 Ensino secundário	184
4.3.7 Ensino para uma profissão	187
4.3.8 Ensino superior	191
5. JUÍZO DO ANO	199
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICE A – SITUAÇÃO EDUCACIONAL DO PIAUÍ EM 2012/2013	224
APÊNDICE B - CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E EDUCACIONAIS DE PARNAÍBA (2014)	225

AO PÚBLICO

Na apresentação do *Almanack da Parnahyba* (AP) de 1924, intitulada “Ao Público”, reproduzida a seguir, são esclarecidas as primeiras intencionalidades desse impresso:

AO PUBLICO

O almanack consiste um repositório precioso de informações uteis, passatempos curiosidades e distrações, sendo, portanto, um livro de necessidade em toda casa. Para o sertanejo, é ás vezes, o livro unico que guarda, cuidadosamente, para orientação da sua despreocupada vida, durante todo o anno. Notava-se a ausência, nesta cidade, de uma dessas publicações annuaes de tanto interesse e de incontestável utilidade. Sanando semelhante lacuna, a “MERCEARIA BEMBEM” si propoz a dirigir e iniciar a publicação do presente ALMANACK DA PARNAHYBA, mas o faz de modo a apresentar uma publicação atraente, caprichando na multiplicidade das leituras, ao mesmo tempo que contendo o mais completo serviço de informações de toda espécie, sobretudo commerciaes.

Este Almanach é, portanto, uma promissora esperança. Nas edições seguintes procurarão os seus dirigentes dar-lhes maior desenvolvimento, mais completo serviço de informações.

Agradecendo ao honrado corpo comercial desta praça a solitudine com que foi atendido o nosso apelo, para a aquisição dos annuncios, entregamo lo ao publico, certos de prestamos, assim, comelle, um excelente serviço.

MERCEARIA BEMBEM

Fonte: Almanack da Parnahyba (1924, p. 1).

Inspirando-se nesse texto, intitulou-se esse capítulo introdutório que vem apresentar aos seus leitores um documento histórico que marcou o cenário de uma cidade e de um estado por mais de seis décadas. De iniciativa de um comerciante que desejava presentear a cidade que o acolhera, produziu e editou um documento que pudesse preservar para a posteridade aquilo que o ser humano tem como seu maior diferencial entre os outros seres vivo: o conhecimento. Elegeu então, inspirado em sua biblioteca particular, um livro que poderia ser renovado ano a ano e que ao mesmo tempo permitiria

a reprodução de textos de autores consagrados e conhecidos internacionalmente e autores locais. Esse livro foi intitulado ALMANACK DA PARNAHYBA¹.

Eça de Queiroz na Introdução ao 1º volume do Almanaque Enciclopédico (2000) conta a lenda de dois sábios, filhos de *Seth*, que às vésperas do Dilúvio escrevem em um livro todo o conhecimento científico acumulado pelos homens até então, esse livro de “todo o saber” seria uma herança para as gerações humanas seguintes. Segundo Eça de Queiroz (2000) esse livro era “simplesmente um almanaque”. As semelhanças ou relações entre a introdução do Almanaque da Parnaíba e a lenda contada por Eça de Queiroz destacam o caráter educacional dos almanaques e emprega palavras como “instruía” e “bom ensino” (p. 380), por sua vez o Almanack da Parnahyba utiliza os termos “informação” e “orientação”. (Almanack da Parnahyba, 1924, p. 1). Pode-se inferir que, direta ou indiretamente, o AP anunciava um cunho educacional em suas páginas, mesmo sendo de forma instrucional e sem a pretensão de ser um livro didático.

Durante séculos os almanaques desempenharam um papel de instruir com dicas e orientações práticas os seus leitores. Foram lidos e tratados como fonte, ou seja, estavam disponíveis para serem consultados sempre que houvesse necessidade. Recentemente, a partir da década de 1980, no Brasil, sua posição começa a apresentar um novo enfoque, o de objeto, sobre o qual pesquisadores tentam compreender sua história, seus objetivos, suas intencionalidades e contribuições para a formação da sociedade, por intermédio de seus editores, autores e leitores.

Uma fonte para as pesquisas em educação são os impressos: livros, periódicos, cadernos, documentos oficiais, diários de classe, etc., que registram e acompanham todo o processo histórico que perpassa a educação. No entanto, há uma forma desses “periódicos” que ainda apresenta um grande potencial para estudo em virtude de sua pouca utilização, para subsidiar as referidas pesquisas. São os almanaques.

Observando-se esse potencial, optou-se por estudar o *Almanack da Parnahyba*, um periódico de publicação anual, como um documento que permite pensar sobre os discursos quanto à educação entre os anos de 1924 e 1982, no total de 59 edições. A sua escolha justifica-se porque o AP cobre um longo período, que além de sua publicação de forma ininterrupta, teve apenas dois editores:

¹ A grafia desse anuário manteve a seguinte configuração: de 1924 a 1928 – ALMANACK DA PARNAHYBA; de 1929 a 1931 – ALMANACH DA PARAHYBA e; de 1932 em diante – ALMANAQUE DA PARNAÍBA.

Benedicto dos Santos Lima² (1924 a 1942) e Ranulpho Torres Raposo³ (1943 a 1982), que mantiveram as principais características editoriais do Almanaque inalteradas, com as quais estão estampadas em suas páginas uma importante fonte sobre a educação na cidade de Parnaíba e no Estado do Piauí. Fonte essa que não foi explorada de forma devida e que corre o risco de perder-se.

Por mais de doze anos fui professor “leigo” de Geografia em algumas instituições de ensino, Fundamental e Médio, particulares na cidade de Parnaíba (PI). Em diversos momentos me deparei com a dificuldade de conseguir fontes que subsidiassem a história e a geografia da referida cidade e do Estado do Piauí. Poucos eram os livros didáticos e apostilas⁴ que abordavam tal temática. Essa dificuldade levou-me a pesquisar em fontes “alternativas” com o intuito de compor um material que pudesse utilizar em sala de aula. Nessa busca deparei-me com alguns exemplares do Almanaque da Parnaíba das décadas de 1970 e 1980, que continham informações históricas, geográficas e estatísticas de Parnaíba e do Piauí. Embora não fossem muitos os dados, colaboraram com o desenvolvimento da apostila que usei em minhas aulas.

Durante meu Mestrado (2012 a 2013), também em Educação e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), dentre as diversas conversas com minha orientadora, mencionei a existência na cidade em que resido, de uma publicação muito antiga e que ainda estava em circulação, o Almanaque da Parnaíba, o qual considero como um grande contributo para a cultura local e regional. Dessa conversa resultou na observação que este material poderia, render uma boa Tese de Doutorado. Essa passagem ficou marcada em minha memória, mas não vislumbrava que poderia ser executada em breve tempo.

Ao consultar os bancos de dados de teses e dissertações e também procurando em artigos acadêmicos sobre o Almanaque da Parnaíba, constatei que o mesmo, quando mencionado o era em sua forma principal como fonte e raros momentos como objeto de pesquisa. Filtrando para o termo

² Benedicto dos Santos Lima² nasceu no povoado de São Raimundo, zona rural da cidade de São Bernardo (MA) em 27 de maio de 1893, filho de José Estevão dos Santos Lima, agricultor, e Genuína Correia Lima. O Bembém, apelido que ganhou ainda criança, viveu parte de sua infância no Maranhão onde aos dez anos de idade aprendeu a ler, até que em agosto de 1910, antes de completar dezoito anos, vem residir em Parnaíba, cidade que era a mais próspera da região e que atraía vários jovens nessa época. Trabalhando no pé do balcão, como auxiliar na empresa de José Coelho Lima, até os anos de 1917. Benedicto dos Santos Lima dividia seu tempo entre o trabalho e o estudo. (Almanaque da Parnaíba, 1959, 1985 e 2004).

³ Ranulpho Torres Raposo³ nasceu na cidade de Miguel Alves (PI) em 28 de maio de 1900. Filho de Gustavo Pinheiro Raposo e Anália Torres Raposo. Veio para Parnaíba com sua família no ano de 1904 e residiram até 1916, quando teve que retornar à cidade de Miguel Alves. No ano seguinte, 1917, mudou-se para a Capital da Província, a cidade de Teresina, onde foi estudar o curso ginasial no colégio Liceu. Nesse período empregou-se em uma tipografia e o contato com vários impressos despertou sua paixão pelo jornalismo. (Almanaque da Parnaíba, 1981, 1985 e 2004).

⁴ Tipo de impresso ou de caderno que contém a coletânea escrita das aulas, dos conteúdos que nelas serão lecionadas ou que traz o conteúdo teórico do que deve ser estudado para um concurso, exame.

“educação” ficou evidente que o mesmo só era utilizado como fonte e em nenhuma pesquisa como objeto. Na etapa seguinte evidenciei que essa publicação tornara-se rara, ou seja, poucos exemplares estão disponíveis para consulta pública e que sua coleção completa está sob a propriedade de apenas uma pessoa, o senhor Benjamin dos Santos Lima, filho do fundador e primeiro editor do Almanaque da Parnaíba. Também me deparei com a notícia que uma coleção completa havia sido cedida à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro (BN), para futura digitalização, mas esse processo ainda não fora efetivado.

Essas informações foram aos poucos compondo um quebra-cabeça, até a percepção de que explorar aspectos da História da Educação, nas páginas de um anuário que compreende um longo período do século XX, e ao mesmo tempo, tentar promover um registro mais sistematizado desses textos, antes que essa fonte se perca e para que outros pesquisadores possam ter acesso a esses registros da história. Isso parece-me justificar tal empreitada.

Nesse sentido a presente pesquisa constitui-se em uma investigação que tem como documento histórico o *Almanack da Parnahyba* e a leitura que se pode fazer da educação em suas páginas, fornecendo elementos para discutir e compreender a relação entre o AP, e os discursos e/ou representações que o mesmo produziu acerca desta entre os anos de 1924 e 1982. Optou-se por trabalhar esse tema sob duas perspectivas: (1) Educação como processo civilizador e (2) Educação em seus níveis institucionais.

O *Almanack da Parnahyba*, fundado pelo comerciante Benedicto dos Santos Lima, conhecido como Bembém, entra em circulação em 1924. Bembém, proprietário de uma mercearia e representante comercial na cidade de Parnaíba (PI), autodidata inspirado pelas enciclopédias que possuía, resolveu presentear amigos e fregueses do seu estabelecimento com “uma lembrança” no final do ano de 1923, Lembrança essa que era o próprio AP. (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1924). Desde seu surgimento registrou momentos da História do Brasil, do Piauí e de Parnaíba por quase seis décadas de forma ininterrupta. Troca de proprietário e editor nesse período apenas uma vez, em 1944. Foi um periódico que representou e reproduziu os pensamentos e ideologias de uma elite intelectual burguesa local, que acreditava no poder da persuasão e da retórica como instrumentos para um processo progressista, principalmente de Parnaíba, por intermédio de textos com caráter disciplinador, civilizador e educativo/instrutivo de seus colaboradores.

Na categoria de “Almanaque de Cidade”, o AP defendeu seu posicionamento em relação à cidade de Parnaíba, tanto exaltando suas características históricas de pioneirismo no norte do Piauí, seus momentos de progresso econômico obtidos sobretudo pela sua inclinação comercial exportadora,

seus “filhos ilustres” que mesmo muitos residindo em outras cidades ou Estados não deixavam de serem exaltados como exemplos de sucesso e prosperidade, e também pelas críticas apontadas à cidade de Parnaíba, que nas décadas de 1960 e 1970, apareciam com maior frequência nos textos de seus colaboradores, cuja intencionalidade não era depreciar a cidade e seu povo, mas sim alertar sobre as situações adversas que atingiam tanto a cidade quanto o Estado e o país.

O Objetivo Geral dessa pesquisa foi identificar e compreender os discursos e/ou representações quanto à temática Educação. Considerando-se que a própria acepção de educação é muito ampla e abrangente. Essa pesquisa limitou-se a tratá-la sob dois aspectos ou referenciais: Um como processo ou manual de civilidade que possa ser reproduzido por meio de seus textos e, outro, vinculado à sua estruturação por níveis de ensino ou concepção institucional, em conformidade com as contextualizações históricas presentes no Almanaque da Parnaíba no período que compreende sua primeira edição em 1924 até o ano de 1982, quando deixou de ser publicado de forma ininterrupta.

Quanto aos Objetivos Específicos pretendeu-se: a) Identificar as principais características do AP como uma publicação que se configura em um importante impresso de circulação na cidade de Parnaíba entre os anos de 1924 e 1982; b) Descrever as características principais de sua materialidade e circulação e; c) Destacar aspectos da história da educação, contida nas páginas do Almanaque da Parnaíba, e da história da cidade de Parnaíba – PI.

Refletindo quanto à esses objetivos, foram formuladas diversas questões que nortearam essa pesquisa, considerando-se a principal: Quais os discursos e/ou representações sobre educação, na concepção de manual de civilidade e de instrução, foram produzidas em suas páginas? A essa pergunta desdobram-se diversas outras, tais como: Em que contexto histórico surge o Almanaque da Parnaíba? O que era veiculado em suas páginas? Onde era produzido e por onde circulava? Quais as intencionalidades dos seus colaboradores ao escreverem para o Almanaque da Parnaíba, em especial a escrita que tenha relação com a no Piauí? Como o estudo do Almanaque da Parnaíba contribui para as pesquisas no campo da História da Educação?

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, que descritos a seguir indicam as tônicas fundamentais que nortearam a sua escrita.

O primeiro capítulo, intitulado “No Piauí, na Terra dos Tremembés”, apresenta em um primeiro momento o local onde foi publicado e se organizou a produção do Almanaque da Parnaíba, ou seja, o Estado do Piauí e a cidade de Parnaíba. Explica o contexto histórico, geográfico, social e econômico que contribuíram para o surgimento e a edição do AP por quase seis décadas de forma ininterrupta. Destaca alguns aspectos da educação por intermédio de tabelas e quadros comparativos

entre Parnaíba, o Piauí e o Brasil. No segundo capítulo, “Proscênio⁵”, citam-se os objetivos e a problemática da Tese, seguida de suas questões norteadoras e justificativa. Aponta qual a origem e definição da palavra Almanaque, sua relação com a cultura popular e esboça a inserção do Almanaque da Parnaíba na classificação dos Almanques de Cidades.

No terceiro capítulo, “*Almanack da Parnahyba*: De uma lembrança à uma promissora esperança”, percorre-se a materialidade do Almanaque da Parnaíba, como alguns aspectos físico e sua tiragem, publicidade, circulação, relação com os leitores, uso de imagens e linguagem textual. Nesse capítulo tenta-se compreender como a estrutura física, visual e textual do AP permitiram sua origem e longevidade, bem como mapear os locais por onde o mesmo circulou, dentro e fora do país.

No quarto capítulo discute-se/analisa-se as formas de apresentação da “Educação nas Páginas do Almanaque sa Parnaíba”. Aborda-se esse tema sob duas perspectivas: A primeira, guiada pelas “Práticas de Civilidade no Almanaque da Parnaíba”, descreve algumas regras de civilidade e etiqueta que devem ser praticadas pela população que considera-se civilizada, incluindo temáticas como casamento, campo, a construção do feminino, crianças, higiene e saúde, civilidade, patriotismo e desenvolvimento econômico e social. A segunda, por sua vez, envereda brevemente na trajetória da educação do Brasil no século XX, através das páginas do Almanaque da Parnaíba. Trata-se das representações que os colaboradores do AP tinham sobre ensino, docentes, analfabetismo, educação para crianças – Pré-Escolar, primeiras instruções – Ler, Escrever e Contar, Ensino Secundário, o Ensino para uma profissão e Ensino Superior.

Quanto ao quinto capítulo, “Juízo do Ano”, são tecidas algumas considerações sobre as análises que puderam ser extraídas da pesquisa. Buscou-se reunir, de forma sistematizada e sintetizada, os resultados das propostas dos objetivos e problematizações da pesquisa e suas relações com os referenciais teóricos e o objeto de estudo, no caso o Almanaque da Parnaíba, e que implicações esse trabalho poderá contribuir com a História da Educação.

⁵ É a parte anterior do palco de um teatro, usado aqui, como analogia ao local que assume a apresentação estrutural do trabalho

1 NO PIAUHY, NA TERRA DOS TREMEMBÉS⁶

Você conhece o Piauí? E a cidade de Parnaíba? Você já tinha ouvido falar do Almanaque da Parnaíba? Nesse capítulo pretende-se apresentar um panorama do local de concepção e principal via de circulação desse impresso. As questões que ora são propostas têm por objetivo introduzir a paisagem dessa pesquisa e qual a relação desse *locus* com os objetivos desse estudo, na medida em que Michel de Certeau afirmou que “Mais que das intenções, eu gostaria de apresentar a paisagem de uma pesquisa e, por esta composição de lugar, indicar os pontos de referência entre os quais se desenrola uma ação”. (2011, p. 35).

Não cabe aqui toda historiografia do Piauí ou de Parnaíba, mas uma breve contextualização colaborará para alcançar o processo de constituição desses lugares e como isso se relaciona com o Almanaque da Parnaíba, fonte dessa pesquisa.

1.1 Piauí: Filha do Sol do Equador⁷

O recorte espacial e histórico adotado para este estudo é o Estado do Piauí, em especial o município de Parnaíba⁸, no período compreendido entre os anos de 1924 e 1982. Justino Magalhães salienta a importância da história local como fator para a cidadania. Em suas palavras, a seguir, encontram-se confirmação para tal, “Sendo a história do local uma reconstrução e não a aplicação descentralizada de uma narrativa geral, a historiografia é uma forma de pensamento e de participação social e cultural de profundo significado pedagógico e antropológico”. (MAGALHÃES, 2010, p. 30).

O estado do Piauí localiza-se na porção noroeste da Região Nordeste do Brasil (MAVIGNIER; MOREIRA, 2007). Limita-se com outros cinco Estados (Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins). Dentre as Unidades da Federação banhadas pelo Oceano Atlântico, o Piauí possui o menor litoral em extensão, com apenas 66 quilômetros aproximadamente. Devido ao seu processo de colonização, a partir do século XVII, seguiu caminho contrário às demais Províncias, quer dizer, do interior para o litoral, o Piauí apresenta seu formato singular com um alargamento em

⁶ NO PIAUHY, NA TERRA DOS TREMEMBÉS, é o título do livro de Diderot Mavignier (2005). Tremembés refere-se a um grupo étnico indígena que habitava desde o litoral do Para até o Ceará.

⁷ Trecho do Hino do Piauí, Composição do poeta Antônio Francisco da Costa e Silva. Música de Firmina Sobreira Cardoso e Leopoldo Damascena Ferreira.

⁸ A origem do nome da cidade ainda apresenta controvérsias, alguns defendem que se deve a uma homenagem dada pelos seus primeiros desbravadores à sua terra natal, na época um distrito de São Paulo chamado Santana do Parnaíba, já outros fazem alusão ao nome do rio que junto ao rio Igarau banham a cidade, chamado Rio Parnaíba, que em Tupi significa “grande rio não navegável”.

sua porção interior e um estreitamento em seu litoral. Em sua geografia destacam-se o rio Parnaíba, que serve de divisa natural com o estado do Maranhão e o Delta do mesmo rio. Sua economia girou em torno da pecuária bovina, atividade ligada ao seu povoamento, e hoje diversifica-se em rebanhos bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves⁹.

Na Tabela 1 encontram-se alguns dados estatísticos referentes ao Piauí no ano de 2014 que contribuem para formar uma ideia quanto à sua contextualização e como esta servirá de parâmetro ao se relacionar com a análise sobre os dados encontrados no Almanaque da Parnaíba.

Tabela 1 – Síntese Estatística do Piauí e do Brasil (2014)

Capital	Teresina	Brasil
População estimada 2014	3.194.718	202.768.526
População 2010	3.118.360	190.755.799
Área (km ²)	251.611,932	8.515.763
Densidade demográfica (hab./km ²)	12,40	23,81
Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2014 (Reais) (1)	659	1.052
Número de Municípios	224	5.570

Fonte: IBGE (2015).

⁽¹⁾ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014.

Outros dados a respeito da educação do Piauí em números podem ser acompanhados no Apêndice A.

1.2 Parnaíba: Capital do Delta¹⁰

A cidade de Parnaíba fica localizada no norte do Estado do Piauí, na Mesorregião Norte Piauiense e na Microrregião Litoral Piauiense, compreendida por uma pequena região litorânea, banhada por um rio de nome Igarçu, efluente do Rio Parnaíba, e uma formação rochosa chamada

⁹ Sua agricultura apresenta um potencial crescimento, sobretudo na porção de Cerrados (Centro-Sul do estado) com a instalação de grandes projetos agroexportadores de grãos, com destaque para a soja. Apesar disso ainda há uma grande presença da agricultura de subsistência (milho, feijão, arroz e mandioca). Na atividade extrativista vegetal, predominou na segunda metade do século XX, a cera de carnaúba e outros produtos típicos da vegetação da Mata dos Cocais (babaçu e tucum). (MAVIGNIER; MOREIRA, 2007).

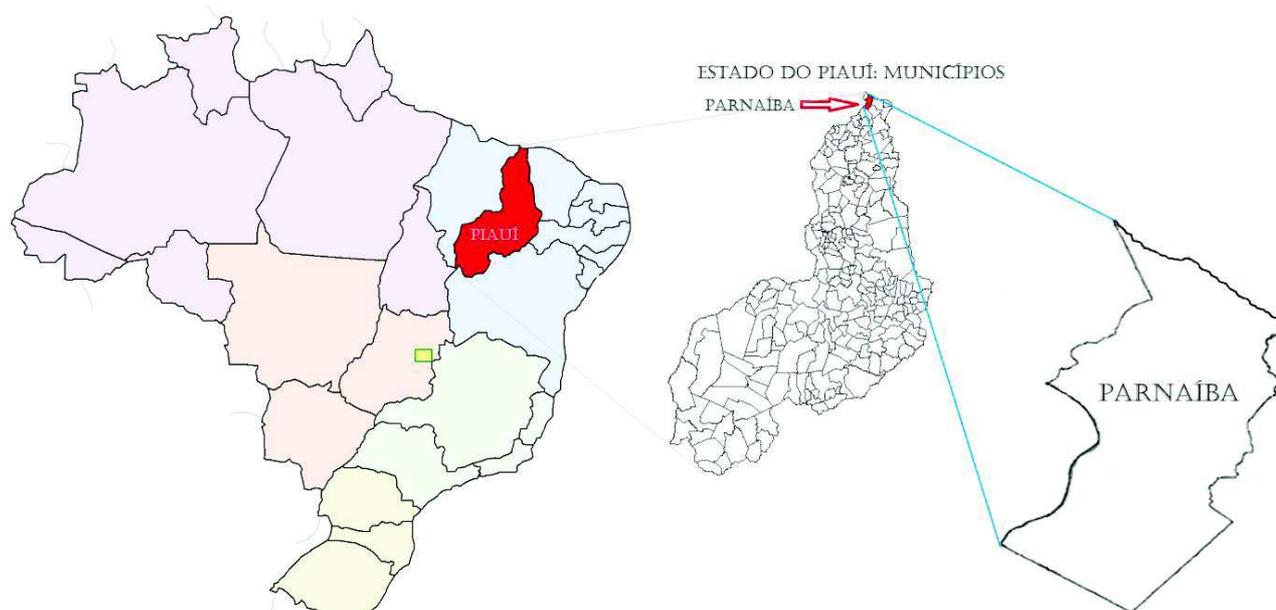
O processo de industrialização do Piauí esteve ligado à produção de charque e couro bovino (na cidade de Parnaíba e região litorânea). Em seguida sua produção industrial centrou-se em produtos de bens de consumo primários, como óleos vegetais, sabão e cera. Atualmente encontra-se diversificada sua produção com destaque para bens da agroindústria, indústria de confecções e bens de consumo. (MAVIGNIER; MOREIRA, 2007).

¹⁰ Nome pelo qual é conhecida a cidade de Parnaíba devido ser a principal cidade e ponto de entrada de turistas para o Delta do Rio Parnaíba, o único delta em mar aberto das Américas.

Serra da Ibiapaba, em uma área de 436 km², que tem como divisas ao norte o Oceano Atlântico, ao leste o Estado do Ceará e ao oeste o Estado do Maranhão.

Na Figura 1 pode-se observar o mapa com a localização no Estado do Piauí da cidade de Parnaíba.

Figura 1– Localização da Cidade de Parnaíba



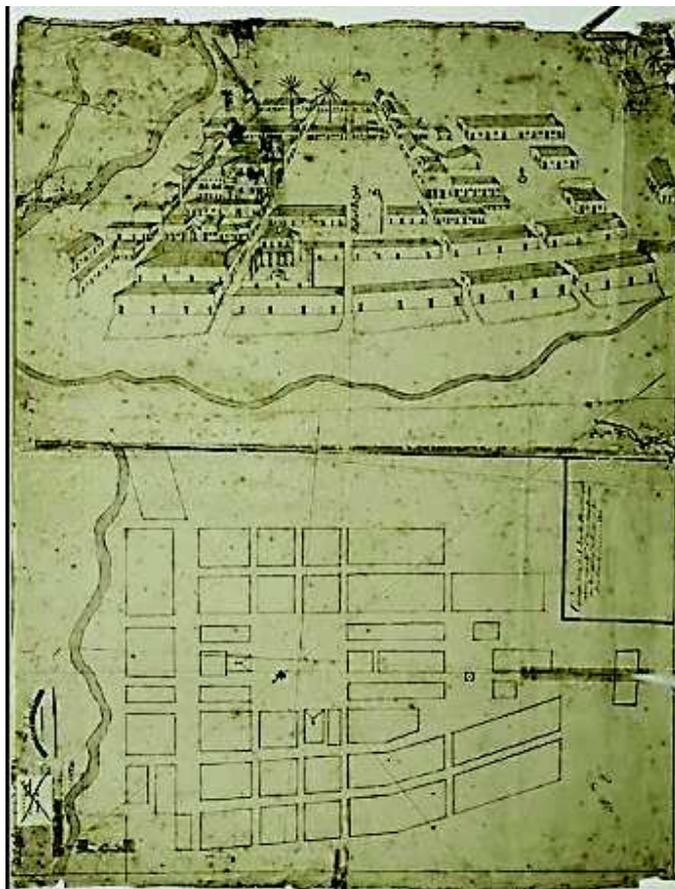
Fonte: Elaborado pelo autor¹¹

Com um Clima Tropical semiárido, possui temperaturas compreendidas entre 32°C e 20°C. Com média de 26°C, a cidade é conhecida também como a “Capital do Delta”, pois sua localização geográfica favorece a entrada de visitantes ao único Delta, tipo de foz em que o rio desemboca através de vários canais no oceano, em mar aberto das Américas, formado pelo Rio Parnaíba, com 1.485 quilômetros de extensão, o Delta desdobra-se em cinco braços, envolvendo 73 ilhas fluviais.

Sendo sua colonização bastante antiga, datando do século XVII, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (IBGE) “Em 1699, a região compreendida entre o rio Igarauçu e a Serra da Ibiapaba, habitada por silvícolas, foi desbravada por Leonardo de Sá e seus companheiros, que, pelos feitos obtiveram uma sesmaria às margens daquele rio”. (IBGE, 2016).

¹¹http://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_politico.pdf
http://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_evolucao_malha_municipal.pdf
http://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/politico/unidades_federacao/pi_politico_2015.pdf

Figura 2 - Cópia do mapa da Villa de São João da Parnaíba, 1809



Fonte: Autor Pedro César de Menezes, monocromático, nanquim, com seta norte, papel canson, mau estado, medindo 68 cm x 47 cm. Arquivo Histórico do Exército. <http://sistemas.ahex.ensino.eb.br/sistarq/zoom/Template.php>

A Vila de São João da Parnaíba¹², (Figura 2) foi criada em 19 de julho de 1761, pela Carta Régia desse mesmo ano, que tinha como governador da Capitania do Piauí, João Pereira Caldas, cuja instalação ocorreu em 18 de agosto de 1762 pelo desdobramento da Vila de Nossa Senhora de Piracuruca, sediada de início no povoado denominado Testa Branca¹³.

¹² Sempre com o objetivo de impor a autoridade da Coroa, esta política se torna mais rígida quanto à uniformidade do traçado e das casas. O planejamento contido nas ordens de 1761 previa os seguintes passos: fundar a vila a partir da paróquia anteriormente implantada; reunir os moradores da região para decidir sobre localização da praça central e no seu centro, posteriormente, construir o pelourinho; indicar a área para construção da igreja matriz, câmara, cadeia e outros órgãos com funções municipais; instruir um loteamento residencial retilíneo; e por último exigir que todas as moradias fossem construídas com o mesmo estilo de fachada, com o intuito de imprimir uma aparência harmoniosa ao traçado urbano. (FIGUEIREDO, 2001).

¹³ O “Testa Branca” era uma grande fazenda de gado que, mais tarde, tornou-se num arraial com poucos habitantes e poucas possibilidades de desenvolvimento. Segundo alguns historiadores, o termo ‘testa branca’ foi designado pela existência de uma rês com a testa branca que vivia ali e que simbolizava as areias brancas presentes no povoado. Hoje é conhecido pelo nome de Chafariz, um pequeno povoado às margens do Rio Igaracu. No final da década de 1990 visitei o elevado (morro) onde se localizou no passado a sede da fazenda, com um grupo de amigos que saíram do bairro

Como o desenvolvimento econômico e social se deu no entorno do Porto das Barcas¹⁴ e o lugarejo de Testa Branca ficava afastado deste ponto, isso gerou um grande descontentamento na população da época que por diversas vezes apelou para o Presidente da Província para que promovesse a mudança da sede do município, fato que só foi concretizado mais tarde em 03 de agosto de 1770, no Governo de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro.

Por sua vez, na Figura 2 é apresentado um mapa da Vila de São João da Parnaíba em 1809. Curioso notar que a Vila tem duas igrejas católicas situadas na mesma praça¹⁵, aqui no caso, a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Graças, frequentada pelos “homens e mulheres livres” e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos¹⁶, destinada aos escravos e ex-escravos.

Ainda na Figura 2 é exibida a Vila em duas perspectivas, sendo que em primeiro plano tem-se a visão a partir da margem do Rio Igarauçu. Visualiza-se um traçado cartesiano da disposição das casas e das ruas, denotando um planejamento urbanístico como ensejava a Carta Régia de 1761, incluindo duas igrejas, duas praças e um pelourinho.

O Porto das Barcas, (século XVIII) contava com 330 casas, cerca de 1.747 habitantes “brancos” e 602 escravos (REGO, 2010), número várias vezes superior ao de Testa Branca. Calcula-se que no ano de 1762 foram abatidas 12 mil reses e o Porto das Barcas servia como escoadouro de animais e produtos do extrativismo vegetal do interior do estado. Como a distância desses centros produtores era muito longa por terra, de maneira habitual utilizava-se a navegação no rio Igarauçu, que ligava o porto de Amarração ao Porto das Barcas e, deste para o Rio Parnaíba, que serve de divisa entre o Maranhão e o Piauí, como caminho natural para esse escoamento.

Catanduas, atravessando pelo final da pista do aeroporto da cidade em direção norte, até o alto do monte coberto de vegetação, na área do povoado Chafariz. A curiosidade dos moradores que perguntavam se o grupo estava à procura de “botijas”. Era costume dos antigos guardar moedas e joias em potes de barro, e enterrá-los para protegê-los de saques. Conta-se que quando os donos das botijas morrem, suas almas ficam em torno do local, assombrando à noite todos aqueles que tentarem desenterra-las. Na visita foram encontrados cacos de louça azul, pedaços de telhas e de tijolos bem maiores que os atuais, e pedaços de objetos metálicos. Acredita-se que muita coisa de valor histórico seria encontrada se fossem feitas escavações indo até dois metros de profundidade, sob a camada de barro que se formou no solo, resultante das paredes derretidas das casas abandonadas e destruídas.

¹⁴ Antiga área portuária localiza as margens do rio Igarauçu que servia para entrada e saída de mercadorias do exterior.

¹⁵ Além de Parnaíba (PI) essa pesquisa encontrou na mesma situação apenas as cidades de Mariana (MG), Neópolis (SE) e Içara (SC).

¹⁶ No Brasil, a devoção à santa e a criação das primeiras irmandades de Nossa Senhora do Rosário remetem ao século XVI quando teria se tornado a padroeira da cidade de Santos e, no século seguinte, atingira outras cidades como Itu, Parnaíba e Sorocaba, todas situadas no Estado de São Paulo. A partir do fim do período colonial, as irmandades do Rosário passaram então a ser constituídas pelos “homens pretos”, ou seja, passaram a vincular-se aos escravos que, sendo negros submetidos ao cativeiro e ao trabalho forçado, buscavam na imagem e nas orações o alívio para os sofrimentos infligidos pelos brancos. Registra-se[3] que os escravos recolhiam as sementes de um capim cujas contas são grandes para confeccionar terços e rezar. Por esta razão, tais sementes foram chamadas “lágrimas de Nossa Senhora”. Fonte: <http://imphic.ning.com/forum/topics/2394393:Topic:284>

Na primeira metade do século XX, a cidade de Parnaíba é marcada de maneira econômica pela exportação, por via marítima, de produtos do extrativismo regional, como a borracha da maniçoba¹⁷, muito aproveitada pela indústria automobilística e elétrica, na Inglaterra, França e Estados Unidos, até 1915. Outros produtos extrativistas em destaque nesse período são a cera de carnaúba, com início de exportação a partir de 1907, realce é dado à exportação para a Alemanha, que foi seu principal importador após 1910, e o babaçu, também exportado com ênfase para a Alemanha após 1911. Esse ciclo econômico vai perdurar até 1960. (REGO, 2010).

Seu principal centro comercial era o complexo chamado “Porto das Barcas”, Fotografia 1, antigo “Porto Salgado”, onde aportavam as embarcações que traziam e levavam mercadorias para o exterior. Esse porto fluvial era ligado por um ramal à Estrada de Ferro Central do Piauí, que por sua vez promovia a interligação entre a localidade denominada “Amarração” (hoje município de Luís Correia) e chegou a prolongar-se até a capital, Teresina, na década de 1960. Também havia uma rua muito larga, limitada por inúmeros sobrados e armazéns, conhecida como “Rua Grande”, com uma extensão aproximada de 1 km, interliga-se à Rua João Pessoa, depois chamada de Avenida Presidente Getúlio Vargas, ainda hoje uma das principais ruas da cidade de Parnaíba.

Fotografia 1 – Complexo turístico do Porto das Barcas em Parnaíba (2015)



Fonte: Portal... (2015)

¹⁷ A maniçoba, árvore típica da caatinga, produz um látex de grande qualidade. Além de pneus, até meados do século XX sua borracha natural era usada para produzir luvas cirúrgicas por conta de seu potencial de evitar rejeição durante operações. (Débora Araújo. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/borracha-rupestre>).

Apesar de viver um período de “prosperidade” econômica, Parnaíba no início do século XX enfrentava inúmeros problemas no tocante aos serviços públicos essenciais, que eram deficientes ou ausentes, tais como saneamento, calçamento das vias públicas, iluminação pública, coleta regular de lixo, etc. (REGO, 2010).

Assim, alguns gestores municipais empreenderam grandes esforços para tentar sanar ou amenizar esses problemas. Dentre os quais citam-se Constantino Correia (1913 a 1914) que dentre suas realizações destaca-se a construção do Bairro Nova Parnaíba, com ruas amplas e bem delineadas, localizado em um relevo mais alto e plano da cidade e afastado da área de constante inundação no período de cheia do Rio Igaracu. Nestor Vêras foi prefeito entre 1917 e 1920, em sua gestão foi construída a Usina de Luz Elétrica. De acordo com o que ocorreu em quase todo o território brasileiro¹⁸, no início da década de 1930, o gestor de Parnaíba foi Ademar Neves (1931 a 1934), responsável por um amplo projeto de limpeza e higienização pública, no qual foi criado para isso a Delegacia de Higiene Municipal, responsável pela fiscalização e ordenamento sanitários de bares, restaurantes, praças públicas, mercados públicos, etc.

No presente a cidade de Parnaíba vive um novo ciclo econômico voltado para o turismo, e faz parte de um programa do Ministério do Turismo denominado Rota das Emoções¹⁹. Há também um notável crescimento na educação com a instalação de novos cursos no Campus da Universidade Federal do Piauí, que saltou de 4, no ano de 2000, para 12, em 2014, além da instalação de um Campus do Instituto Federal do Piauí. Em relação aos indicadores sociais²⁰, econômicos e educacionais na cidade de Parnaíba, pode-se encontrar mais informações no Apêndice B.

Qual a relação do desenvolvimento histórico e comercial de Parnaíba com o AP? Essa relação será mais explorada no capítulo que trata da materialidade do Almanaque da Parnaíba, especificamente sobre sua circulação. Por ora basta salientar que os seus editores tiveram suas vidas dedicadas ao comércio na cidade de Parnaíba, por exemplo, a Mercearia Bembém, pertencente ao senhor Benedicto dos Santos Lima, foi o berço do AP.

¹⁸ Conforme Stephanou (1999, p. 53), o Brasil passava por um processo de urbanização e de “civilizar à europeia”.

¹⁹ A Rota das Emoções, roteiro que liga três estados do Nordeste brasileiro, Ceará, Piauí e Maranhão, apresenta ecossistema variado, formando mares de ondas perfeitas, próprias para a prática do *surf*, *windsurf*, *kitesurf*, entre outros esportes náuticos. Toda a Rota das Emoções é envolta em muita aventura e a região bastante conservada virou roteiro obrigatório para os amantes do ecoturismo, do turismo de aventura e dos esportes ao ar livre.

Este roteiro integrado é resultado do Projeto da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – 1ª edição, implementado pelo SEBRAE e Ministério do Turismo. (<http://www.rotadasemocoes.com.br/a-rota.html>).

²⁰ “Elevada à condição de cidade com a denominação de Parnaíba, pela resolução provincial nº 166, de 16-08-1844.” IBGE, A cidade de Parnaíba conta hoje, conforme último censo realizado em 2010, com 145.729 habitantes, sendo compostos por uma população de 76.000 habitantes do sexo feminino contra 69.729 habitantes do sexo masculino e uma população predominantemente urbana, 137.507 habitantes urbanos e apenas 8.222 habitantes da zona rural, de acordo com dados do IBGE (Censo 2010).

2 PROSCÊNIO

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. (CERTEAU, 1982, p. 80).

Para muitos pesquisadores o que importa ao final de seus trabalhos é aquilo que poderão levar em suas mentes na forma de “conhecimento”, do qual jamais se separarão, poderão atualizar, expandir e até rever, mas não deixarão de tê-lo consigo. Ao refletir sobre toda a jornada que uma pesquisa perpassa, o resultado final, mesmo que por tempo limitado, tem um “sabor” especial, mas será que esse “sabor” se compara ao momento em que os pesquisadores têm contato pela primeira vez com o seu objeto de estudo? Momento em que incertezas, dúvidas e, sobretudo esperança misturam-se diante dos olhos do pesquisador, levando-o a essa jornada que o conduzirá por trilhas e caminhos diversos.

Essa pesquisa trata-se de um trabalho historiográfico que se baseará na interpretação e na compreensão das apropriações e representações dos colaboradores do Almanaque da Parnaíba, com o propósito de proporcionar uma visão geral, assumindo a ideia de documento/monumento²¹, assim como em autores que dialogam com a perspectiva da História Cultural (Chartier, Brotel, Le Goff, entre outros). Também fundamentada na produção de diversos historiadores brasileiros, piauienses e parnaibanos (Vera Casa Nova, Margareth Park, Maria Teresa Cunha, Pinheiro Filho, Coriolano de Carvalho e Diderot Mavignier), essa proposta se constituiu na pesquisa de Doutorado realizada ao longo dos anos de 2014 a 2016.

Ao pesquisar o Almanaque da Parnaíba tentou-se compreender o grupo social, editores e colaboradores que o edificaram.

O documento histórico nessa pesquisa é entendido a partir das reflexões de Foucault que afirma que:

É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. (FOUCAULT, 2008, p. 7-8).

²¹ Cf. LE GOFF, 1990, p. 536-537.

Portanto, o Almanaque da Parnaíba é um documento que pode ser pensado na perspectiva abordada por Foucault, pois a mudança ou passagem pela qual os historiadores se defrontam ao explicar, nas últimas décadas, a historiografia não mais alicerçada em bases econômicas, demográficas e quantitativas, mas sim em outros pilares, como ideias, pensamentos e mentalidades. Uma história não pode mais ser contada da mesma forma em diferentes níveis, macro e micro, “a história é o que transforma os documentos em monumentos”, deve haver uma crítica ao documento, deve-se questioná-lo sobre suas rupturas e discontinuidades. O AP representa, enquanto documento, um recorte que permite ao historiador a reconstituição dessas discontinuidades, pois o mesmo é dinâmico. Conhecer essa História é a base para a compreensão dos estudos quanto à cultura popular através de fontes impressas que há muito tempo chegam às mãos, mesmo daqueles que não sabem ler, mas por outras formas apreendem seus ensinamentos. O papel aprisiona a palavra, mas a leitura liberta as ideias, o conhecimento.

Aprofundando a conceituação dos termos documento/monumento utiliza-se a explanação dada por Le Goff em que “A palavra latina *momentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado”. (1990, p. 535). Ele continua a esclarecer que “O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. (1990, p. 536). Assim, pode-se, ao lado de Le Goff afirmar que “Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”. (1990, p. 535).

No processo de construção desse estudo, iniciei a busca por informações acerca do acervo do Almanaque da Parnaíba na internet, como afirma Bacellar (2006, p. 51) “O iniciar de uma pesquisa exige a localização de fontes. De modo geral, é preciso verificar, ao propor-se um tema qualquer, quais conjuntos documentais poderiam ser investigados em busca de dados”. Em alguns *sites* de notícias local²² (Parnaíba e Piauí) havia a informação de que o AP tinha sido digitalizado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e que todas as suas edições estavam disponíveis para consulta. Esse fato me animou, pois poderia contar com o material para a realização de minha pesquisa.

²² <http://www.proparnaiba.com/cultura/almanaque-da-parnaiba-enfim-digitalizados.html>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Almanaque_da_Parna%C3%ADba

<http://blog.clickgratis.com.br/bocadoinferno/442214/Edi%E7%F5es+do+Almanaque+da+Parna%EDba.html>

Definido então a temática que seria abordar os discursos produzidos quanto à educação nas páginas do referido Almanaque e seu recorte temporal que iria da sua primeira edição em 1924 até 1982, quando deixou de ser publicado ininterruptamente.

Tudo acertado para o novo projeto faltava agora reunir o material de pesquisa, melhor dizendo, as cópias digitalizadas do Almanaque. Agora começa a “Odisseia” que pretendo narrar como forma de contribuir para a assimilação dos mecanismos metodológicos que envolvem a prática de pesquisa documental em acervos públicos e particulares.

Ao entrar no *site* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro²³ (abril de 2014), esperançoso em reunir o material de minha pesquisa fui à página do acervo digital e no mecanismo de busca digitei os termos “Almanaque da Parnaíba”; “Almanack da Parnahyba” (grafia original) e “Almanach da Parnaíba”. Em todas as buscas o resultado foi o mesmo: “nenhum registro encontrado”. Não desisti fui ao campo de pesquisa avançada, tentei várias combinações com os nomes “almanaque” e “Parnaíba”, também o mesmo resultado negativo.

Acreditei que o processo de digitalização não deveria estar disponível naquele momento para o público geral, mas poderia ser consultado internamente, portanto, *in loco* ou por pessoa autorizada, como um bibliotecário. Entrei em contato com a Biblioteca da UNISINOS para, por intermédio de um de seus bibliotecários, conseguir o acesso ao acervo. Expliquei minha proposta de pesquisa e fui orientado a aguardar a resposta por parte da BN. Enquanto isso não acontecia tomei conhecimento da existência da possibilidade de ajuda financeira, por parte da UNISINOS, para a realização de “pesquisa de campo”. Prontamente solicitei a referida ajuda para realizar minha pesquisa no Rio de Janeiro.

Resolvi entrar em contato com um amigo, o Professor Alcenor Rodrigues Candeira Filho, poeta e cronista que contribui com as atuais edições do Almanaque da Parnaíba que passou a ser publicada pela Academia Parnaibana de Letras (APAL) e, que o mesmo fora presidente. Tinha a esperança que ele possuísse alguns exemplares do AP e, sobretudo, a APAL tivesse a coleção completa, já que agora era possuidora dos direitos autorais do mesmo. Por telefone, pois eu me encontrava no Rio Grande do Sul e ele no Piauí, expliquei minha situação, confirmou que possuía poucos exemplares mais antigos do AP, e que a APAL só possuía edições recentes. Outra vez o desencontro com o meu documento de pesquisa colocava-se à minha frente, como a dizer-me que a batalha seria bem árdua. Enquanto tentava pensar no que fazer para encontrar uma alternativa àquela

²³ <http://bndigital.bn.br/acervo-digital>

situação, o professor Alcenor Candeira reacendeu minhas esperanças ao repassar-me o número do telefone do senhor Benjamim dos Santos Lima, filho do senhor Benedicto dos Santos Lima, fundador e primeiro editor do Almanack da Parnahyba, do qual é amigo, e me informava que o mesmo talvez fosse o único a possuir toda a coleção do AP em seu acervo particular.

Passadas algumas semanas fui à biblioteca da UNISINOS averiguar se havia alguma resposta da BN, quando fui informado que a coleção não fora digitalizada e não havia previsão para tal, assim como não estava disponível para consulta. E agora? Sem o material que era ao mesmo tempo fonte e objeto de pesquisa como daria continuidade a minha Tese? Teria que mudar outra vez de projeto?

Diante da situação que se instaurara decidi entrar em contato com o Senhor Benjamim Santos e saber se ele possuía alguma informação quanto ao AP e seu processo de digitalização na BN e/ou poderia orientar-me na minha busca pelo acervo do AP em outros lugares.

Por telefone o Senhor Benjamim Santos mostrou-se muito solícito e atencioso, me informou que ele fizera uma doação da coleção completa do AP para a BN com o intuito que esta fosse digitalizada para facilitar o acesso de pesquisadores e interessados e, confirmara que até a presente data (2014) tal fato ainda não ocorrera. Informou-me ainda possuir outra coleção completa do AP em seu acervo particular e que desconhecia outra pessoa que também o tivesse. Argumentei sobre a possibilidade de consulta ao acervo e me foi acenado positivamente.

Haveria encontrado a solução definitiva para o problema que se instalava em minha pesquisa? Ou teria novos dissabores?

Por intermédio de minha orientadora soube que as propostas de solicitação de ajuda para pesquisa de campo seriam analisadas dentro em breve. Fiquei satisfeito com a notícia, algo bom poderia acontecer, foi então que lembrei que havia solicitado ajuda para pesquisar na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, onde não haveria o que pesquisar, de fato meu material de consulta estava bem distante, na cidade de Parnaíba, estado do Piauí. E agora, o que fazer?

Viajei para a cidade de Parnaíba com a esperança de, dentro de, em exato um mês, conseguir digitalizar o acervo do AP, se não em todo, mas pelo menos a parte que consideraria como sendo meu foco de análise, tudo que se relacionasse a educação encontrado em suas páginas.

Ao chegar a Parnaíba liguei para o senhor Benjamim Santos para marcar uma entrevista. Fazia planos de como iria proceder a digitalização, quanto tempo poderia permanecer todos os dias em sua biblioteca particular e se ele me emprestaria alguns livros para que digitalizasse no final de semana. Calculava quanto tempo demoraria a concluir tal empreitada, pois soube que havia Almanaque com mais de 400 e até 500 páginas.

Ao atender minha ligação notei um tom apreensivo na voz do senhor Benjamim Santos. Logo minha suspeita se confirmou, ele me informara que havia sofrido um acidente e que havia sido operado e estava acamado, ele tem 75 anos de idade, e que lamentava não poder dar-me atenção e nem acompanhar-me em minha pesquisa. Fiquei sem saber o que dizer no momento, ele mesmo sugeriu que eu fosse realizando minha pesquisa em outros lugares, mas me alertava o quanto seria difícil conseguir reunir todo o acervo. Indicou-me a biblioteca do convento da Igreja de São Sebastião. Questionei sobre a existência de alguns exemplares na Biblioteca Pública Municipal (BPM), mas o mesmo disse que lá não encontraria nada. Ao fim de nossa conversa telefônica me disse se até o final de minha estada em Parnaíba não tivesse concluído minha pesquisa que eu voltasse a entrar em contato com ele para “ver o que poderia ser feito”.

Encontrava-me agora em uma situação crítica. Minha única fonte de pesquisa estava inviabilizada, além do fato que teria que prestar contas, quando retornasse ao Rio Grande do Sul, para PPGEduc da UNISINOS pela utilização de verbas do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX). Como justificar esse gasto sem nenhum resultado? E mais, teria que mudar meu projeto de pesquisa outra vez?

Como a possibilidade era o convento da Igreja de São Sebastião²⁴, fui até lá e torcia (e rezava) para que encontrasse a maior parte do acervo, pois talvez, tivesse com isso material suficiente para minha pesquisa mesmo que tivesse que mudar o reconto temporal. Ao chegar à secretaria da Igreja fui informado que o responsável era o senhor Frei Santos, agendei uma reunião. Ao explicar minha situação, Frei Santos esclareceu que a biblioteca do convento está fechada para visita pública, pois esta encontrava-se desativada e em desordem, comprometeu-se solicitar a uma colaboradora que pesquisasse e separasse os Almanques que encontrasse e me comunicaria quando poderia iniciar minha pesquisa, mas já foi adiantando que havia poucos exemplares, pois ao longo do tempo muitos foram emprestados por administrações anteriores e como não havia registro desses empréstimo e nem todos aqueles que o fizeram devolveram, muitos estavam perdidos.

Aguardar... Por quanto tempo? Sem alternativas fiquei a pensar que talvez meu projeto estivesse fadado ao término precoce. Contrariando o alerta feito pelo senhor Benjamim Santos resolvi visitar a Biblioteca Pública Municipal de Parnaíba.

²⁴ A Igreja do padroeiro São Sebastião, foi idealizada e construída na década de 1930, pelo Reverendo Monsenhor Roberto Lopes, sendo inaugurada em 20 de janeiro de 1940. O Convento da Ordem dos Franciscanos, a Escola São Francisco dos Capuchinhos, foram construídos a seguir.

A BMP está localizada na esquina das ruas Duque de Caxias com São Vicente de Paulo, no Centro da cidade em um prédio cuja construção é do final do século XVIII e serviu de Quartel da Vila de São João da Parnaíba, além de outras instituições, conhecido como solar colonial da Dona Auta. Nesse mesmo edifício funciona o Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP), (Fotografia 2).

Fotografia 2 - Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP)



Fonte: IHGGP (2015).

A BPM conta com um acervo de aproximadamente 15 mil exemplares com títulos diversos sobre a História da Parnaíba, do Piauí, do Brasil, bem como livros raros e da literatura brasileira e estrangeira. Em uma sala ampla do pavimento térreo os livros são dispostos de forma irregular e em estantes e mobiliários muito antigos. Sem uma iluminação e climatização adequadas esse acervo sofre uma deterioração mais rápida (Fotografia 3).

Fotografia 3 – Condições de armazenamento e exposição do acervo da BMP



Fonte: PROPARNÁIBA (2013).

Uma vez no prédio da BPM e ao deparar-me com as condições acima exposta inferi que com muitas dificuldades eles teriam a coleção do AP, no máximo alguns poucos exemplares recentes e fora da temporalidade inscrita em minha pesquisa, mas já que encontrava-me ali dirigi-me a um funcionário e perguntei a respeito do AP. Para minha grata surpresa o funcionário conduziu-me aos fundos do salão em que localizava-se um armário fechado de estrutura de aço, ao destrancá-lo notei a existência de vários exemplares do AP, desalinhados, fora de ordem, alguns exemplares sem capa, outros com as folhas soltas. A alegria converteu-se em preocupação, como trabalhar com o material nesse estado precário de conservação? Quais edições eu tinha encontrado? Haveria mais AP em algum outro lugar na BPM? Bacellar (2006, p. 53) orienta-nos da seguinte forma, “**A paciência é arma básica do pesquisador em arquivos:** paciência para encontrar os documentos que deseja, e paciência para passar semanas, quando não meses ou anos trabalhando na tarefa de cuidadosa leitura e transcrição das informações encontradas” (grifo do autor).

Comecei o trabalho de organização daquele acervo que em princípio pareceu ter em torno de 20 livros. Muitos exemplares eram repetidos, outros eram edições após 1982 e, estes por não apresentarem as características dos almanaques anteriores foram excluídos do rol dos documentos dessa pesquisa, e alguns com precário estado de conservação, inclusive com a falta de várias páginas, o que não permitiu sua utilização. Separados os exemplares que atendiam meus objetivos coloquei-os em ordem cronológica de edição, o que revelou-se contar com exemplares das décadas de 1960 e de 1970, embora não completas, mas era um começo, um bom começo, pois de onde fora instruído que nada encontraria tinha em minhas mãos parte do meu “tesouro” de pesquisa.

A preocupação seguinte era como digitalizar esses AP. A BPM não contava com máquina xérox ou escâneres, nem computador a biblioteca possui. Orientado pela Professora Luciane Grazziotin, levei um escâner de mão. Com a autorização do funcionário da BPM começou-se o trabalho de escaneamento do AP. A tarefa se mostrou demorada demais, pois o tamanho do aparelho, embora portátil, em relação ao livro não permitia uma ação mais rápida, e o próprio estado de conservação do mesmo exigia maior cuidado em seu manuseio. Do mesmo modo Bacellar (2006, p. 57) alerta para essa condição especial ao orientar que “O manuseio por si só já é um motivo de preocupação, pois o suor das mãos pode afetar o papel. Além disso, o virar das páginas de modo brusco ou descuidado pode rasgar a folha ou romper as encadernações”. O mesmo autor complementa suas orientações ao elucidar que “Escanners portáteis de mão, também têm sido adotados pelos consulentes, mas devem ter seu uso controlado, pois empregado de forma errada pode danificar, e muito, a integridade física do documento”. (BACELLAR, 2006, p. 61). Para ilustrar apresenta-se a seguir exemplos das condições de algumas das edições do AP (1945 e 1975), conforme a Figura 3.

Figura 3 – Estado de conservação do Almanaque da Parnaíba (1945 e 1975).



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1945, p. 49) e Almanaque da Parnaíba (1975).

Após a digitalização, via escâner de mão, de apenas dois exemplares do AP, pois a BPM²⁵ funciona apenas no período da manhã, encerrando suas atividades às 11 horas, procedi à transferência dos arquivos digitalizados para o computador a fim de visualizar e analisar o resultado do trabalho. Como previa o resultado não foi satisfatório. Optei por não mais utilizar o escâner. Como fazer então para digitalizar os AP? Pensei em utilizar como alternativa um processo que Bacellar (2006, p. 60) apresenta nessa situação, “Opção crescente tem sido a fotografia digital, sem o uso de *flash*, proibido por ser danoso ao papel”. Mas uma nova série de questionamentos surgiu: Que máquina deveria utilizar? Quanto tempo gastaria para fotografar as 59 edições do AP, de 1924 a 1982, caso encontrasse todas? Como processaria as imagens, uma a uma, para transformá-las em um arquivo de texto?

Ao refletir a respeito dessas inquietações lembrei-me de um “aplicativo²⁶” (programa) para *smartphone* que funciona como um escâner via processo de fotografia, isto é, fotografa-se o material, de forma única ou contínua, depois pode-se editá-lo promovendo “recortes” ou “aparas” nas imagens obtidas, logo após gera-se um único arquivo em formato PDF que pode ser enviado por diversas formas (*e-mail*, *bluetooth*, *wi-fi*, etc.) para outro computador. Em minha próxima visita à BPM utilizei tal recurso. De início, a falta de familiaridade com o uso dessa tecnologia apresentou dificuldades, pois havia recursos no aplicativo que não dominava, mas consegui “escanear” quatro edições do AP. De forma resumida o processo passou a se repetir, pela manhã visitava a BPM e escaneava os AP, à tarde procedia a transformação em arquivos PDF e armazenava em meu computador. Como medida de segurança enviava uma cópia do arquivo para armazenamento nas “nuvens” (*cloud computing*).

Ao todo, devido às condições de conservação, consegui digitalizar apenas sete edições do AP que estavam disponíveis na BPM. Como conseguiria as outras 51 edições restantes?

Nesses acasos que muitos chamam de sorte, outros de destino, em meu último dia de trabalho na BPM, fui apresentado ao senhor Reginaldo Pereira do Nascimento Júnior²⁷, atual Presidente do IHGGP e Gerente da BPM, relatei o objetivo da pesquisa e fui informado que o IHGGP possui o acervo do AP quase completo. Agendei uma visita para o dia seguinte, pois o mesmo encontrava-se fechado naquele momento. Revigoravam-se agora as esperanças de digitalizar o acervo do AP, pelo menos em parte, o que não conseguisse no IHGGP tentaria com o senhor Benjamim, que acreditava estar disponível até o término dessa etapa do trabalho.

²⁵ A BPM não conta com serviço de empréstimos para seu acervo.

²⁶ CamScanner

²⁷ Reginaldo Pereira do Nascimento Júnior, é técnico em Biblioteconomia e Jornalista.

O meu contato com o acervo do AP teve que ser adiado mais uma vez, pois o IHGGP fora furtado durante a noite e até que a polícia e a direção do Instituto fizessem seus levantamentos sobre o ocorrido o prédio ficaria interditado. Isso durou três dias. Quando o prédio foi liberado ainda teve o contratempo de, algumas vezes, o mesmo permanecer fechado, pois as chaves do prédio estavam sob a responsabilidade do senhor Reginaldo Junior, que além de responder pelo Instituto também desenvolve atividades para a prefeitura de outro município vizinho.

Nesse intervalo entrei em contato com um amigo que trabalha na Associação Comercial de Parnaíba (ACP) e, por intermédio dele tive acesso a onze edições do AP, distribuídos pelas décadas de 1950, 1960, 1970 e início de 1980. A vantagem é que fui autorizado a leva-los para casa, podendo digitalizá-los com mais calma e no fim de semana.

Como acontece com todo pesquisador a ansiedade crescia na proporção inversa do tempo que restava para concluir meu trabalho. Tinha digitalizado até o momento 18 edições e faltavam 40 outras. Enfim deu certo o início da pesquisa no IHGGP, nesse momento ecoaram os dizeres de Bacellar ao firmar que,

A pesquisa em arquivos nos reserva surpresas. Entre os imprevistos mais comuns está a qualidade da documentação que pode surpreender pela riqueza de informações inesperadas, Mas também, não é incomum a decepção, seja pela má qualidade das fontes, seja pelo pequeno número de casos encontrados. (BACELLAR, 2006, p. 61).

As instalações do IHGGP surpreendem, seja pelo clima histórico que envolve esse casarão com mais de duzentos anos de existência, seja pela variedade de seu acervo reunido nesse espaço²⁸. Igualmente me foi apresentado outro armário fechado de aço em que encontrei um pouco mais organizada uma coleção encadernada em capa dura do AP (Fotografia 4), desde a edição de 1932 até a edição de 1982, com a ausência das edições de 1934, 1935, 1936, 1940 e 1946, portanto, tinha à minha disposição outras 26 edições que somadas com as 18 edições já digitalizadas me davam o total de 44 números do AP. Faltariam apenas 14 edições para completar a coleção, mas antes de tudo precisava digitalizar esse acervo do IHGGP, e, calcular meu tempo restante para constatar as condições desse material.

²⁸ Mais informações sobre o IHGGP podem ser obtidas no sítio eletrônico: <http://institutohistorico-ihggp.blogspot.com.br>

Fotografia 4 – Acervo encadernado do AP no IHGGP.



Fonte: Foto do acervo particular do autor. (2014).

A exemplo da BPM, o IHGGP não disponibiliza seu acervo em sistema de empréstimos, o que impôs que meu trabalho fosse realizado na sede do Instituto, sendo autorizado a escanear, via *smartphone*, o material da pesquisa. O fato de encontrar o acervo encadernado gerou a expectativa de que o material estaria bem conservado, embora seja condenada essa prática usual de conservação, pois muitas vezes substitui-se a capa original pela capa “dura”, o que foi presenciado em algumas poucas edições do AP. Lamentavelmente muitos exemplares do AP estão em precárias condições de conservação, apresentando folhas soltas, corroídas por traças, quebradiças e rasgadas.

O acervo analisado pertenceu originalmente à Helena Amélia de Oliveira, fato esse identificado pela assinatura e datas encontradas nos exemplares do AP, que posteriormente foram doados para a Fundação Cultural Assis Brasil²⁹, identificada pela presença do carimbo da instituição, e após a extinção da mesma foi parar abandonada em uma sala de aula de uma escola pública até serem recuperados pelo IHGGP.

²⁹ <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/53079294/djpi-12-04-2013-pg-39>

Organizadas essas edições do AP comecei o processo de digitalização em ordem cronológica. Instalei-me em uma grande mesa em um dos salões do Instituto, pensava o que iria encontrar dentro daqueles livros e como deveria manipulá-los. Recorrendo a Bacellar, o mesmo alerta que “O trabalho com documentos de arquivos exige precauções. Acumulados há décadas ou séculos, juntaram poeira, fungos e esporos que com facilidade podem provocar alergias e, mais excepcionalmente infecções”. (2006, p. 54). O próprio estado de conservação dos AP daquele acervo denuncia o que foi alertado anteriormente. Não raro senti irritação na garganta após manusear as páginas do Almanaque.

Vencidos esses obstáculos após vários dias de trabalho o processo estava chegando ao fim no IHGGP. No último dia, quando já perto de digitalizar o derradeiro Almanaque e enquanto pensava em como conseguir as edições que faltavam, um senhor que nesse dia veio participar de uma reunião com o Diretor do Instituto, me inquiriu quanto ao que estava fazendo, após lhe explicar minha pesquisa o mesmo se apresentou como sobrinho-neto de Benedicto dos Santos Lima, fundador do AP. Trata-se do senhor Diderot Mavignier³⁰ que se dispôs ajudar-me oferecendo duas edições, já digitalizadas do AP. Mais uma vez conseguira um fôlego extra em minha pesquisa, embora ficassem faltando várias edições, sobretudo as mais antigas, do AP para completar o acervo. Em sua residência fui apresentado à sua tia, filha do senhor Benedicto dos Santos Lima, a senhora Sólima Genuína dos Santos³¹.

Desse encontro veio a solução para minha maior inquietação, logo consegui todas as edições restantes para completar a digitalização do acervo do AP de 1924 a 1982. Convidado a ir à sua residência, nos próximos dias, pude enfim completar minha pesquisa, bem no momento em que terminava meu prazo para concluir minhas atividades.

Inúmeras lições podem ser aprendidas e apreendidas dessa empreitada. Ir a campo e entrar em contato com seu objeto de pesquisa traz experiências que marcarão o pesquisador em toda sua jornada. Encontrar pessoas que demonstram curiosidade e até admiração pelo tema escolhido, e acabam por surpreender revelando-se capazes de prestar valiosa ajuda. Nesse momento vem à mente uma importante lição de Bacellar ao instruir que, “O ideal, em termos arquivísticos, seria que cópias destes fossem disponibilizadas, preservando o original; cópias em microfimes, em mídia digital ou *on-line* deveriam estar bem mais presentes, poupando os preciosos originais e retirando-os por consequência do acesso público”. (2006, p. 57).

³⁰ Diderot dos Santos Mavignier é historiador, escritor e sócio efetivo do IHGGP.

³¹ Sólima Genuína dos Santos é escritora e sócia efetiva do IHGGP.

Fica aqui registrado um apelo para que se concretize o processo de digitalização do AP por parte da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, processo esse que se arrasta desde 2009 e que vem impedindo tanto historiadores, quanto leitores em geral, de conhecer tão precioso documento histórico. Apelo também para as autoridades estaduais e municipais que promovam políticas públicas voltadas para a conservação e manuseio correto de acervos bibliográficos.

Uma vez terminado esse breve relato sobre as dificuldades que um pesquisador tem para coletar seus documentos, pretende-se novamente abordar algumas conceituações que serão amplamente utilizadas nessa pesquisa, como objeto de pesquisa, documento e fonte.

Essa concepção quanto à importância dos documentos como fonte para os historiadores encontra eco nas palavras de Melo ao relacionar alguns exemplos de documentos.

Inscrições, correspondências, memórias, informes, regulamentos, planos, cartas funcionais, bulas, cedulários, [...] livros de textos, apontamentos, dicionários, estatísticas, textos pedagógicos, periódicos, revistas, guias, livros de conselhos, livros de atas, registro de matrícula, entre outros. (MELO, 2010, p. 15).

Como se pode notar a concepção de documento e de fonte é muito ampla, “Podem ser documentos, vestígios, indícios, produzidos com o propósito de registro ou não, que se acumularam ou foram guardados e que adquirem o estatuto de fonte mediante a intencionalidade do historiador, que traz consigo o problema de sua pesquisa”. (TOLEDO; SKALINSKI JUNIOR, 2012, p. 257). Assim, dependendo dos objetivos do pesquisador, poderá haver uma variedade considerável de fontes documentais.

Nessa pesquisa, como já mencionado, será analisado o Almanaque da Parnaíba, documento da imprensa periódica que abrange um longo período histórico de uma cidade e de um Estado, e por meio de suas páginas procurou-se compreender determinados aspectos da educação.

Os almanaques são produtos da imprensa periódica, que desde o século XIX era considerada como fonte documental válida para uma pesquisa historiográfica, entretanto, desde a chamada “Revolução documental” (LE GOFF, 1990), iniciada no começo do século XX, com o advento da Escola dos Annales, nas últimas décadas passa a ocupar posição de destaque nesse cenário. Posição essa corroborada por Luca ao explicar que,

O novo cenário citadino do início do século XX abrigava uma infinidade de publicações periódicas: almanaques; folhetos publicitários de casas comerciais e indústrias; jornais de associações recreativas, de bairros e das destinadas a etnias específicas; folhas editadas por mutuais, ligas e sindicatos operários, até os grandes

matutinos e as revistas ditas de variedades, principal produto da indústria cultural que então despontava. A publicação de catálogos relativos a acervos institucionais abarca o itinerário da imprensa em diferentes espaços e, além de se constituírem em importantes instrumentos de pesquisa, permitem apreender o rápido incremento e a diversidade desses materiais. (LUCA, 2006. p. 120-121).

Essa mesma apreciação é partilhada por outros pesquisadores como pode ser ressaltado nas palavras seguintes:

Os impressos representam significativos mananciais de informações sobre o repertório de uma época e sobre os usos que dele faziam seus colaboradores. Nele se fazem presentes projetos, opiniões, conflitos e debates, que apontam a complexidade dos interesses e experiências dos indivíduos e dos contextos em que se inscrevem. (SILVA; NASCIMENTO; ZICA, 2010, p. 223).

Deve-se apreender que a fonte, de forma isolada, ou sem a devida “lente” do historiador pode não resultar em informações plausíveis quanto a um fato estudado. “As fontes não ‘falam’ por si só, não adquirem sentido por elas mesmas, daí a necessidade do diálogo científico com os documentos, diálogo que passa, muitas vezes, por uma relação de saudável desconfiança”. (COSTA, 2010, p. 193).

Ao contrário da tradição metódica e positivista, que acreditava na neutralidade e na transparência das fontes escritas, desde que “verdadeiras”, estabelecidas sua autoria e datação, a Nova História e seus herdeiros apontam para o caráter representacional das fontes, mesmo as tradicionais fontes escritas, que são documentos e monumentos carregados de intencionalidade e parcialidade. (NAPOLITANO, 2006, p. 240).

Esse receio em utilizar-se de fontes da imprensa como documentos históricos pode ser entendido pela assertiva que “A ideia corrente era a de que a imprensa, por ser resultado da convergência de interesses, compromissos e paixões, implicaria na composição de uma realidade distorcida”. (TOLEDO; SKALINSKI JUNIOR, 2012, p. 250). Porém, esse receio foi pouco a pouco perdendo a força e hoje a importância da imprensa como fonte para os historiadores é notória, inclusive no Brasil.

Numa pesquisa diante de documentos que compõem a imprensa periódica, como por exemplo, os almanaques defrontam-se com uma problemática metodológica que seja capaz de satisfazer os interesses científicos, nesse sentido:

A primeira dessas problemáticas examina sua capacidade de tornar pensáveis os documentos de que o historiador faz um inventário. Ela obedece à necessidade de elaborar modelos que permitam constituir e compreender séries de documentos:

modelos econômicos, modelos culturais, etc. Esta perspectiva, cada vez mais comum hoje em dia, leva o historiador às hipóteses metodológicas de seu trabalho, à sua revisão através de intercâmbios pluridisciplinares, aos princípios de inteligibilidade suscetíveis de instaurar pertinências e de produzir "fatos" e, finalmente, à sua situação epistemológica presente no conjunto das pesquisas características da sociedade onde trabalha. (CERTEAU, 1982, p. 45).

Uma vez conhecidos esses conceitos retorna-se a problemática metodológica inicial, quer dizer, qual metodologia de análise deve ser empregada no contexto dessa pesquisa?

Como proposta metodológica de análise que atenda aos requisitos de cientificidade e que atendam também aos critérios historiográficos, adotar-se-á análise documental histórica.

Optou-se por construir nessa pesquisa um “Estado da Questão”, conforme Therrien e Nóbrega-Therrien (2004), pois mais que enumerar um levantamento bibliográfico ou revisão da literatura a finalidade foi de contribuir com a “pesquisa ao tema investigado e ao estudo como um todo”. Para esclarecer essa opção são apresentados alguns conceitos quanto às formas de levantamentos que colaboram nessa atividade, de acordo com Therrien e Nóbrega-Therrien (2004, p. 8):

- a) Estado da Questão = “Serve para delimitar e caracterizar o objeto (específico) de investigação de interesse do pesquisador e a conseqüente identificação e definição das categorias centrais da abordagem teórico-metodológica”;
- b) Estado da Arte = “Utilizado para mapear e discutir uma certa produção científica/acadêmica em determinado campo do conhecimento” e;
- c) Revisão de Literatura = “aplicado para desenvolver a base teórica de sustentação/análise do estudo, ou seja, a definição da investigação”.

Sendo assim o pesquisador tem de se debruçar sobre a produção científica produzida e promover a análise do Estado da Questão que torna-se mais ampla e permite além de uma síntese a respeito das contribuições levantadas, uma contribuição empírica dos fatos apresentadas pelo pesquisador. Conhecer essas diferentes conceituações, Estado da questão, Estado da arte e Revisão de Literatura, ampliou a compreensão quanto ao modo de agir que o pesquisador deve executar para criar um arcabouço teórico e mapear suas ações doravante em relação à sua produção.

Seguindo por caminhos já trilhados recorro ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), ao banco de teses e dissertações dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras e ao sistema de busca em revistas especializadas em História e Educação, a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) e a Revista Brasileira de Educação (RBE).

Ao buscar pela palavra-chave “almanaque” deparei-me com centenas de produções, parece animador, mas um olhar mais atento revela que o termo buscado representa em sua maioria apenas citações e referências bibliográficas. Encontrar “almanaque” como fonte e, sobretudo como objeto de estudo revela-se um caminho tortuoso. Em um refinamento nos mecanismos de busca das bases de dados dos sítios acima citados, utilizando as palavras “almanaque” e “cidades” e, a posteriori, a combinação das palavras “almanaque” e “educação” e, por último mudou-se a grafia para “*almanack*”, que tem como recorte temporal o período compreendido entre 2009 a 2014, foram apontados os seguintes resultados (Quadro 1):

Quadro 1 – Resultado de Pesquisa em Base de Dados (2009-2014)

FONTE	TERMOS PESQUISADOS			
	Almanaque	Almanaque + cidade	Almanaque + educação	<i>Almanack</i>
Artigos	439	124	101	12
Dissertações	6	3	0	0
Recursos textuais	2	0	0	0
Atas de congressos	2	0	0	0
Livros	1	1	2	0
Resenhas	1	2	0	6

Fonte: Elaborado pelo autor com referência a <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Analisando os resultados encontrados a partir da leitura de seus títulos e resumos, poucos revelaram ter alguma relação com o objetivo dessa pesquisa. A alternativa foi buscar de forma direta nos *sites* dos Programas de Pós-Graduação em Educação, História e Comunicação, das Universidades. Dessa pesquisa constatou-se que a temática “almanaque” é mais trabalhada como bibliografia na área da educação e como objeto é destaque nas áreas de História e de Comunicação.

Das leituras das referências bibliográficas de algumas Teses e Dissertações pode-se encontrar referências a outras pesquisas e livros que acabaram subsidiando o referencial bibliográfico que será utilizado nessa Tese. A seguir são apresentados, de forma sistematizada, os mais significativos resultados que compõem esse Estado da Questão.

Os artigos revelam um interesse pelos Almanques como objeto de estudo. Eles estão ligados em sua maioria aos almanques de cidades, analisando sua produção e circulação, mas não enfocam a educação como objetivo principal. Mesmo assim suas contribuições são preciosas para a

composição dessa pesquisa, pois os mesmos revelam conceitos, autores e bibliografia de grande valia. Também percebe-se que a maioria está ligada aos eventos na área da História e poucos à educação.

As dissertações repetem a observação em relação aos artigos, ou seja, há um predomínio da área da História, aqui no caso os Programas de Pós-Graduação em História, na produção de pesquisas envolvendo os almanaques como objeto.

Dentre as contribuições diretamente relacionadas ao objetivo dessa pesquisa encontradas nas dissertações analisadas pode-se citar temas como “origem dos almanaques”, “almanaques no Brasil”, “definição/conceito de almanaques”, “cultura e almanaques”, “almanaques de cidades” e “contextualização e imprensa em Parnaíba”.

A produção de Teses encontradas que tem os Almanaxes como objeto de pesquisa ainda é reduzida. Chama atenção que o estado de São Paulo, por meio de diferentes Programas de Pós-Graduação, apresenta um predomínio quase absoluto dentre as Teses elencadas.

O estudo dessas Teses pode, de maneira aprofundada, colaborar para a construção conceitual e de análise do objeto dessa pesquisa. Cada uma destacou, dentro de suas particularidades, uma vertente a ser apreciada com ênfase. Em “O Almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880”, encontram-se temas de interesse dessa pesquisa como “almanaques de cidades”, “documento/monumento”, “positivismo”, “origem e conceito de almanaques” e “imprensa”.

“Histórias e leituras de almanaques no Brasil” colabora com estudos quanto à “origem, conceitos e tipos de almanaques”, “práticas e leituras”, “almanaques no Brasil” e “almanaques de Farmácia”. Na Tese: “O riso da mídia: O Barão de Itararé e seus almanaques. – Os almanaques do jornal *A Manhã*”, também destaca a “origem dos almanaques”, “Almanaques de cidades” e “Imprensa periódica”.

A colaboração da Tese: “Poética de almanaque: Paidéia tecedora do sublime” se dá de forma indireta. Esta aborda o estudo comparativo entre dois almanaques, um brasileiro e outro francês, com o objetivo de reconstituir o cenário de uma “Paidéia Poética” entre duas cidades, Rio de Janeiro e Paris. Essa Tese auxilia na possibilidade de aprofundamento de tema a partir dos almanaques como fonte.

“A imprensa como fonte de pesquisa e representação em *O Tempo e o Vento*, de Erico Veríssimo: Técnicas de narrativas e implicações estéticas” mesmo não destacando os almanaques como fonte de análise na Tese permite compreender como se dá a contribuição dos almanaques como documentos.

A Tese “Dos sertões aos mares: História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1750-1950)” tem particular destaque, pois esta fornece subsídios para a compreensão da história do comércio e dos comerciantes em Parnaíba e, a partir dessas informações pode-se relacionar a concepção do Almanaque da Parnaíba também como um instrumento de divulgação e fortalecimento do comércio local no século XX. Essa Tese apresenta, de maneira detalhada, aspectos da materialidade do AP na década de 1920.

Em suma, esses Artigos, Dissertações e Teses além do aprofundamento teórico e conceitual que envolve o objetivo dessa pesquisa, relacionam um grande referencial bibliográfico que serve de aporte para o estudo de almanaques, cultura, imprensa, história da educação. Indicando outros artigos, dissertações e teses, além de livros.

Conclui-se, até o momento desse levantamento, primeiro semestre de 2015, que apesar do número de investigações encontradas, ainda há espaço para ampliação desse suporte como documento, sobretudo com relação ao tema educação.

1.2.1 Almanagues: origem e definições

Dois escritores de obras literárias, Machado de Assis³² em 1890 e Eça de Queiroz³³ em 1896, um brasileiro e outro português respectivamente, apresentaram suas versões sobre a origem dos almanaques. Em comum se concentram na relação dos almanaques com o “tempo”. Assis, por meio de uma espécie de fábula entre o velho “Tempo” e a jovem “Esperança” introduz o aparecimento do almanaque como uma forma de registrar a contagem e a passagem do tempo. Eça de Queiroz, por sua vez, conta uma lenda sobre os momentos que antecederam ao grande dilúvio bíblico e a necessidade que dois sábios tiveram de registrar todo o conhecimento científico em um livro denominado de “o Livro de Todo o Saber”, que seria o almanaque. Essas origens na forma de narrativas tendem a fazer o papel implícito de todos os almanaques: simplificar o conhecimento para que este possa ser acessível a qualquer pessoa. Qual seria então, dentro da historiografia, a origem dos almanaques?

Os almanaques são originários do Oriente, quando eram produzidos ainda de forma manuscrita e serviam de orientação para as comunidades antigas organizarem suas atividades laborais, sobretudo

³² Como se inventaram os almanaques. Publicado originalmente no Almanaque das Fluminenses, Rio de Janeiro, H. Lombaerts & Cia., 1890, e reproduzido In: Meyer, Marlyse. Do Almanak aos Almanagues. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

³³ Almanagues. Introdução ao 1º volume do Almanaque Enciclopédico, 1896. In: QUEIROZ, Eça. Notas Contemporâneas. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

ligadas ao mundo agrário. Levados ao Continente Europeu por volta do final da Idade Média, sendo aculturados, foram usados a princípio como uma forma de calendário que continham as principais atividades religiosas, dados astronômicos e diversas curiosidades.

Em 1331 foi traduzido do Latim o primeiro almanaque manuscrito em língua portuguesa, com o título de *Almanaque Perdurável para Achar os Lugares dos Planetas nos Signo*³⁴, com observações astronômicas, tábuas astrológicas e latitudes de algumas cidades da Europa, da Ásia e norte da África. (REGO, 2010, p. 258).

Afirma Le Goff (1990), que o primeiro almanaque em terras europeias teria surgido na Alemanha, por volta de 1455, o autor não informa o nome do mesmo, em seguida menciona a existência do Almanaque da Corporação dos Barbeiros (1464) e o Almanaque Anual (1471). Lembrando que essa referência é em relação aos almanaques impressos.

O primeiro almanaque é impresso na Alemanha em 1455; em 1464, com um almanaque de barbeiros, começam a publicar-se os almanaques das corporações; em 1471 aparece o almanaque anual. No século XVII, a literatura popular de divulgação acolhe e difunde os almanaques. (LE GOFF, 1990, p. 527).

Vanda Anastácio complementa essa informação quando diz que “Os mais vetustos³⁵ datam do século XV e foram publicados na Alemanha em 1454, *Türkenkalender*, em 1457, *Laxierkalender* e em 1458, *Astronomischerkalender*, por Gutenberg. As décadas de 1460 e 1470 viram difundir-se os almanaques impressos na Alemanha e na Holanda”. (2012, p. 56).

Em Portugal, o primeiro almanaque impresso a circular é o *Almanach Perpetuum*, impresso em Leira em 1496, pertencente ao judeu de Salamanca, Abraão Zacuto, que devido suas matérias sobre astrologia, foi utilizado na elaboração das tábuas solares náuticas (CORREIA; GUERREIRO, 1986, p. 47), foi empregado pelos navegantes portugueses durante as viagens da Expansão e os “Descobrimientos”.

No Brasil a circulação dos almanaques se fez a princípio de forma “clandestina”, já que a sua produção, e de qualquer outro impresso, era proibida em nossas terras, trazidos por colonizadores que para cá vieram. A partir da vinda da Família Real Portuguesa (século XIX) e a consequente autorização para a formação de uma produção de impressos em nosso país, têm-se notícias da

³⁴ “Note-se que nem este, nem os almanaques anteriores ao século XVII eram periódicos, ou anuais. Eram, sim, *perpétuos*, ou *perduráveis*, como também se lhes chamava, formados por tabelas destinadas a permitir o cálculo do tempo, da posição dos astros, das marés, etc., até ao fim dos tempos.” (ANASTÁCIO, 2012, p. 57)

³⁵ Cuja idade é excessivamente avançada; velho ou antigo.

circulação de almanaques produzidos por aqui. O primeiro almanaque a circular no Brasil foi o *Almanach Histórico do Rio de Janeiro* (século XVIII), editado por Duarte Neves (PARK, 1998, p. 52), cita-se também o “*Almanaque para a Cidade da Bahia, ano 1812*”. (1998, p. 53). O Quadro 2 apresenta alguns exemplos de almanaques que circularam no Brasil e em Portugal desde o século XVIII.

Quadro 2 – Exemplos de alguns Almanagues no Brasil e em Portugal, do séc. XVIII ao XX

Nome do Almanaque	Local	Período
Almanaque da Academia Real das Ciências de Lisboa	Lisboa	Séc. XVIII
Almanaque Familiar	Portugal e Brasil	Séc. XIX
A. Imperial do Comércio e das Corporações Cíveis e Militares	Rio de Janeiro	Séc. XIX
Almanaque Geral do Império do Brasil	Rio de Janeiro	Séc. XIX
Anuário Político, Histórico e Estatístico do Brasil	Rio de Janeiro	Séc. XIX
Almanaque de Lembranças	Lisboa	Séc. XIX
Almanaque de Campinas	Campinas - SP	Séc. XIX
Almanaque Popular Brasileiro	Pelotas - RS	Séc. XIX
Almanaque Ilustrado do Brasil Portugal	Brasil e Portugal	Séc. XIX
Almanaque da Antártida	Alagoas	Séc. XX
Almanaque das Senhoras	Alagoas	Séc. XX
Almanaque Brasileiro Garnier	São Paulo	Séc. XX
Almanaque Agrícola Brasileiro	São Paulo	Séc. XX
Almanaque Eu sei Tudo	Rio de Janeiro	Séc. XX
Almanaque Bertrand	Portugal e Brasil	Séc. XX
Almanaque do Pensamento	São Paulo	Séc. XX
Almanaque do Nordeste	Alagoas	Séc. XX

Fonte: Segalin (2013), adaptado pelo autor.

No Piauí a produção e circulação de almanaques começam em 1879 com o “*Almanaque Piauiense*” (*Almanach Piauhyense*), em sua primeira fase, entre os anos de 1879 e 1882, por Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. Era composto por dados estatísticos e notícias diversas (PINHEIRO FILHO, 1972). Outros almanaques publicados no Piauí foram o *Almanack da Pharmacia dos Pobres*, no ano de 1908, de propriedade do farmacêutico Thomaz Paz, em Teresina e o *Almanack para 1923*, de Orlando Barbosa de Carvalho, em Oeiras. Outros tiveram vida efêmera. (MAVIGNIER; MOREIRA, 2007).

Esclarece Le Goff que existem diversos tipos de almanaques que foram surgindo e se espalhando pelo mundo em tempos e intensidades diferentes.

Ilustrado com signos, figuras, imagens, o almanaque dirige-se aos analfabetos e a quem lê pouco. Reúne e oferece um saber para todos: astronômico, com os eclipses e as fases da Lua; religioso e social, com as festas e especialmente as festas dos santos que dão lugar aos aniversários no seio das famílias; científico e técnico, com conselhos sobre os trabalhos agrícolas, a medicina, a higiene; histórico, com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; utilitário, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; literário, com anedotas, fábulas, contos; e, finalmente, astrológico. (LE GOFF, 1990, p. 527).

Em suma, o que vem a ser “almanaque”? Diversos pesquisadores apresentam o significado dessa palavra, que é sintetizado no Quadro 3, e percebe-se que “almanaque” apresenta variadas interpretações conforme a sua origem, mas em geral, eles nos remetem a um senso de contagem do tempo, de maneira habitual baseando-se pela Lua.

Quadro 3 - Alguns significados da palavra “almanaque”

Grafia	Significado	Origem	Fontes
Al-manakh	Lugar onde a gente manda ajoelhar os camelos daí, conto, que neste lugar se ouve, e finalmente calendário	Árabe	Antenor Nascentes ³⁶ José Pedro Machado ³⁷
Al; Manach	Contar, calcular	Árabe	Frei João de Sousa ³⁸
Al manachus	Círculo de um meridiano que servia para indicar os meses	Latim	Vitrúvio
<i>Almanac</i>	“Livro do tempo”.	Árabe	Andries ³⁹
Almanha	Presente de ano novo	Línguas orientais	Bollème ⁴⁰
Al-monghtou Al-monac	Contando todas as luas	Saxão	Bollème
Al-manach	Frade (solitário) ou obra do frade	Celta	Bollème
Almaná	Calendário ou folhinha		Frei João de Sousa ⁴¹
Almanach	Efeméride, dando as posições da Lua e do Sol.	Árabe Ocidental	Renaud ⁴²

Fonte: adaptação do autor⁴³.

³⁶ *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, São José, Francisco Alves, Livros de Portugal, depositários, 1955, s.v.)

³⁷ *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Confluência, 1967, s.v.

³⁸ *Vestígios da língua árabe em Portugal* (/s.l./: Maiadouro, 1981)

³⁹ ANDRIES, Lise. Almanques: Revolucionando um gênero tradicional. IN: DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (org.). *Revolução Impressa: A Imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 287- 307.

⁴⁰ Genevière Bollème, *Lesalmanachs populaires aux XVII et XVIII siècles*.

⁴¹ *Vestígios da língua árabe em Portugal* (/s.l./: Maiadouro, 1981)

⁴² P. J. Renaud, *L'origine du mot almanach*

⁴³ Foi usada como referência a obra de Park, Margareth Brandini (1998) e Casa Nova, Vera (1996).

Outra característica quanto à palavra almanaque está relacionada aos seus diversos sinônimos. Na literatura encontram-se vários termos usados como equivalentes a almanaque. Correia e Guerreiro (1986, p. 45) elencam alguns desses sinônimos: calendário; camião; diário; endimião⁴⁴; folhinha; lunário; prognóstico; reportório; e sarrabal⁴⁵.

1.2.2 Os almanaques e a cultura popular

Os almanaques atravessaram mais de seis séculos, mantendo-se mais ou menos fiéis aos seus objetivos a partir de sua impressão desde o século XV, adaptando-se aos diferentes públicos é, sem dúvida, um importante instrumento da história e da cultura, embora seja substituído por meios mais sofisticados – publicações *on-line* – “o seu lugar não poderá ser discutido, especialmente no que respeita a um passado ainda recente”. (CORREIA; GUERREIRO, 1986, p. 50).

Em sua origem os almanaques são tidos como uma produção de cunho popular, pois sua confecção, realizada com material mais barato, tornava seu preço mais acessível, sua circulação abrangia as cidades, mas era grande sua presença no campo ou no “interior”, e seus textos organizados com muitas ilustrações, anedotas, curiosidades, mas ao mesmo tempo com muitas dicas de saúde, religiosidade e instruções para diversos ofícios, agradavam aos leitores, desde os mais “letrados” aos menos “instruídos”. Por essa razão costuma-se dizer que os mesmos fazem parte de uma cultura popular. Essa concepção é confirmada nas características apresentadas a seguir:

O número reduzido de páginas, o carácter sintético das suas informações e também a natureza predominantemente astrológica dos assuntos tornam os almanaques publicações privilegiadas da chamada literatura do cordel, garantindo, deste modo, a sua forte circulação junto de todas as camadas sociais. (CORREIA; GUERREIRO, 1986, p. 47).

Deve-se chamar a atenção quanto à afirmação de Correia e Guerreiro (1986) em relação ao “número reduzido de páginas” que, segundo os autores, é uma característica dos almanaques e que a mesma permite classificá-los como “cultura popular”. Muitos almanaques possuem um grande número de páginas em suas edições, o próprio Almanaque da Parnaíba tem edições que ultrapassam as 300 páginas. Outra observação faz-se quanto ao conteúdo dos almanaques que abrangem desde

⁴⁴ **Endimião** era um pastor que se apaixonou por Selene e por causa dessa paixão acabou dormindo eternamente. Ele era muito cobiçado por outras Deusas, e era visto como um homem superficial. Diz a lenda, que ele se passava por um pastor para conseguir livrar-se de seus pecados.

⁴⁵ Seu nome era em homenagem ao astrônomo italiano Sarrabal.

textos de “simples curiosidades” até textos críticos, que tem entre seus colaboradores escritores ou escritos de anônimos até autores de grande reconhecimento internacional, seja na literatura, na poesia ou na academia.

Seriam realmente os almanaques representantes dessa cultura popular? Sua intencionalidade era servir de guia para aqueles que não tiveram chance de chegar a um “banco escolar” ou que não puderam “completar seus estudos”? Podemos inferir que sua produção, realizada por uma “elite intelectual” possuía uma “didática” capaz de alcançar e se fazer compreender pelos milhares de analfabetos ou semianalfabetos que existiam em nosso país, principalmente no início do século passado?

Brotel responde esses questionamentos com o seguinte parecer:

[...] os almanaques, como vários outros objetos da cultura material ou impressa estão ainda hoje, e há muito tempo, presentes no Brasil como vários outros países da América ou da Europa sem que se dê por isso, porque fazem parte do cenário cotidiano tanto quanto os *outdoors* publicitários ou o jornal televisivo, ou ainda porque a grande modéstia de seu ser físico e a trivialidade de seus usos os tornam esquecidos, ignorados, desprezados até. (BROTEL, 2001, p. 17).

Para tentar esclarecer sobre esses pontos têm-se que procurar subsídios na História Cultural e, de maneira específica, nas definições de “cultura” e de “popular”, além de tentar compreender como se processaram os modos de produção dos discursos inseridos nas páginas dos almanaques e suas intencionalidades, bem como a forma de apropriação e representação dos mesmos para essa parcela da população e qual relação isso tem com seu imaginário.

Teóricos como Burke (1992; 2003; 2005; 2010), Chartier (1988; 1995; 1998; 1999; 2002a; 2002b; 2004), Brotel (2001), Le Goff (1990), dentre outros que compõem a História Cultural, servirão de referencial teórico para alicerçar esse estudo.

Apresentar a significação de cultura popular não é tarefa fácil. Vários pesquisadores se lançaram em apresentar tal conceituação apoiados na História, na Antropologia e na Sociologia, mas em comum salientaram que não existe uma “cultura” e sim “culturas” e, não existe uma “cultura popular”, existem “culturas populares”, de acordo com Chartier (1995, p. 179), “a cultura popular é uma categoria erudita” e esta pode ser entendida sob duas perspectivas: uma em que a cultura popular é “como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irreduzível à cultura letrada” e outra em que há “dependências e carências em relação à uma cultura erudita”. (CHARTIER, 1995, p, 179).

Margareth Park realiza um esclarecimento quanto às palavras “povo” e “popular” para subsidiar sua compreensão sobre cultura popular, que tem como referencial Norbert Elias e sua obra: “O processo civilizador, volume 1”. A autora chama a atenção ao “perigo” dessas palavras, pois as mesmas são utilizadas com propósitos políticos e “não podem ser usados inocentemente”. (PARK, 1999, p. 30).

Tentar compreender a significação de cultura popular, na qual de modo habitual são encaixados os almanaques, não é uma tarefa fácil, observa-se o alerta que Peter Burke faz em relação à mesma: “Uma razão para a dificuldade de definir a história da cultura popular é que a noção de ‘cultura’ é algo ainda mais difícil de precisar que a noção de ‘popular’”. (BURKE, 1992, p. 22). O autor reforça que “Não se deve pensar em cultura popular, mas em culturas populares” (2005, p. 41) e estas não devem ser colocadas de forma polarizadas com as culturas eruditas e apresenta a seguinte significação para cultura como sendo: “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos ou encarnados”. (2010, p. 11).

Para Carlo Ginzburg (2006) e Burke (2005) o termo cultura, usado pela História, advém da Antropologia. “Todavia, o emprego do termo cultura para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos próprios das classes subalternas num certo período histórico e relativamente tardio foi emprestado da antropologia cultural”. (GINZBURG, 2006, p. 12). O mesmo autor continua seu posicionamento avançando para uma possível distinção de classes culturais entre dominantes e dominados afirmando que,

A essa altura começa a discussão sobre a relação entre a cultura das classes subalternas e a das classes dominantes. Até que ponto a primeira está subordinada a segunda? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em parte alternativos? É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura? (GINZBURG, 2006, p. 12).

Dentro dessa concepção percebe-se a existência não de uma cultura, mas de várias culturas, inclusive culturas populares. Ginzburg se apoia em Mandrou, Bollème e Foucault para distinguir essa pluralidade, conforme apresentado a seguir:

O que foi dito até aqui demonstra com clareza a ambiguidade do conceito de "cultura popular". As classes subalternas das sociedades pré-industriais e atribuída ora uma passiva adequação aos subprodutos culturais distribuídos com generosidade pelas classes dominantes (Mandrou), ora uma tácita proposta de valores, ao menos em parte autônomos em relação a cultura dessas classes (Bollème), ora um

estranhamento absoluto que se coloca até mesmo para além, ou melhor, para além da cultura (Foucault). (GINZBURG, 2006, p. 18).

Os almanaques têm em suas páginas vários títulos da literatura popular, muitas vezes adaptadas para caber em poucas páginas, que de outra forma não teriam como alcançar um público maior de leitores, especialmente no campo, senão por intermédio desse veículo de comunicação.

Mesmo que tenham tomado alguns de seus títulos dessa literatura popular, os almanaques se distinguem pela complexidade de seu conteúdo, sua produção relativamente bem cuidada e seus preços mais altos. (...) e estavam mais próximos da imprensa revolucionária que da literatura popular. (ANDRIES, 1996, p. 297).

Essa versatilidade dos almanaques em atingir públicos distintos, ou seja, “eruditos” e “popular”, é compartilhada a seguir:

De acordo com os seus públicos, podem ou continuam, por um lado, a ser um pequeno folheto, dirigido à população rural, e dos arredores das cidades, ou, então, aumentar o número de páginas, tornando-se num instrumento de divulgação de conhecimentos quer para um público geral, mais burguês e cidadão, quer junto de algumas camadas sociais diferenciadas por ideários políticos, religiosos ou por outros interesses muito específicos. (CORREIA; GUERREIRO, 1986, p. 48).

Concordando com a afirmação anterior tem-se a colaboração de Ginzburg que apresenta outro questionamento:

Até que ponto os eventuais elementos da cultura hegemônica, encontráveis na cultura popular, são frutos de uma aculturação mais ou menos deliberada ou de uma convergência mais ou menos espontânea e não, ao contrário, de uma inconsciente deformação da fonte, obviamente tendendo a conduzir o desconhecido ao conhecido, ao familiar? (GINZBURG, 2006, p. 18).

Roger Chartier parece responder a esses questionamentos de forma apropriada ao afirmar que:

A literatura ‘popular’ alimenta as leituras (ou a escrita) da sociedade camponesa, ou de um público mediano situado entre o povo analfabeto e a magra maioria dos letrados, ou então constitui uma leitura compartilhada por toda uma sociedade que cada grupo decifra à sua maneira, da mera determinação dos signos à leitura corrente. (CHARTIER, 1988. p. 49).

Nota-se que os almanaques podem ser tanto classificados como “cultura popular” quanto “cultura erudita”, pois a ambos terão serventia, não ficando restrito nem a um nem a outro, de acordo com Le Goff:

Na sua forma popular interessa sobretudo ao pastor e ao camponês. Em 1491 aparece a obra-prima dos almanaques: *Le Grand calendrier compost des bergers*. É um "vasto calendário da vida humana" e "oferece as grandes estruturas da atividade humana". Assim, os calendários e os almanaques são locais de encontro privilegiados entre cultura erudita e cultura popular. Por um lado, o saber popular, no campo meteorológico, médico, narrativo, atinge os cidadãos e os letrados, por outro, a ciência dos eruditos penetra nos ambientes populares. Este fato não é especificamente europeu: por exemplo, na China dos Sung, uma compilação popular, composta em 1222 e feita de citações de outras obras, é simultaneamente um calendário, um manual de botânica e um livro de receitas farmacêuticas. (LE GOFF, 1990, p. 528).

Diante de tantos argumentos expostos infere-se que a tentativa de enquadrar os almanaques em um sentido de “popular” ou de “erudito” pode ser um trabalho em vão. São os usos, representações e significações que o leitor dá aos almanaques que irão permitir sua classificação, sendo que esta será mutável no tempo, pois o mesmo leitor em uma segunda leitura do mesmo texto poderá apresentar novas concepções. Assim, não deve ser a classificação dos almanaques em cultura popular ou não a bússola desta pesquisa, mas sim a compreensão de sua leitura e em especial para este trabalho, de sua escrita e das intencionalidades de seus colaboradores.

A experiência humana pode ser contada, “mais ou menos”, pela “ação da mão sobre papéis”, isto significa, o ato de escrever é muito mais que apenas grafar pensamentos isolados em um pedaço de papel ou em uma “tela de computador”. (CUNHA, M. 2009, p. 251). A escrita é responsável pela permanência da memória e da história, mesmo que de forma limitada e parcial, ela nos permite chegar aos “vestígios de passado” e assim tentar montar seu quebra-cabeça.

A escrita captura a oralidade do “outro”, codificando-a, aprisiona-a nas páginas de uma folha de papel sob o filtro do seu escritor, que acrescenta suas apropriações. Esta fica guardada enquanto espera que o leitor aproprie-se, mas este o fará também sob seus filtros e lhe dará suas apropriações. O que será então da oralidade? Deve esta ser escrita e deixar de existir? Mas se não a escrevemos como perpetuar-lhe a existência? E o que é essa existência para o orador? Para o escritor? Para o Leitor?

O mesmo questionamento faz-se em relação ao documento escrito. Tanto ao escrever quanto ao ler, esse documento será ressignificado pelas lentes do escritor e do leitor. Sua intencionalidade

deixará de existir ou será transformada, adaptada conforme seja apropriada. Quando se escreve, o texto deixa de pertencer ao escritor e passa a ser propriedade do leitor ou leitores, que dele fará a interpretação que lhe convier.

Durante séculos os almanaques serviram ao interesses tanto daqueles que os escreveram quanto dos que os leram. Através das representações que eram construídas por esses sujeitos, seus espaços eram moldados pelas inferências e pelas subjetividades que eram escritas nas páginas do anuário. Quanto à essas representações Chartier esclarece que “[...] do ponto de vista de um historiador são classificações e exclusões que contribuem na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço”. (CHARTIER, 1988. p. 27). Esse tempo e esse espaço dos almanaques proporcionaram a esses sujeitos, através de suas representações, a suas “classificações” e as suas “exclusões” do que era mais significativo.

Os almanaques em diversas sociedades tiveram o papel “civilizador” (FERREIRA, 2001, p. 20), quase como um código de conduta que refletia em muitos casos as visões de mundo que eram indicadas em suas páginas. Cunha (2010) complementa essa ideia ao dizer que “Para além de uma atividade técnica, a escrita é uma prática de formação componente essencial de nosso processo civilizatório, pois, através dela, podem-se exprimir concepções de mundo ao registrar, construir e conservar atos da experiência humana.” Ferreira continua esclarecendo que.

No caso do Brasil, pode-se mesmo falar no aspecto civilizador dos almanaques, do que representaram chegando aos mais distantes sertões, aos povoados mais afastados, e mesmo nas cidades, numa integração de domínios rurais e urbanos, transitando entre classes sociais, exercendo a aproximação efetiva de repertórios. (FERREIRA, 2001, p. 20).

Todavia, para melhor compreensão desse aspecto civilizador dos almanaques faz-se necessário conceituar civilização. Tomando Norbert Elias como referência pode-se dizer que:

O conceito de "civilização" refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as ideias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitações ou a maneira como homens e mulheres vivem juntos, a forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma "civilizada" ou "incivilizada". Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo a que se pode descrever como civilização. (ELIAS, 1994, p. 23).

Elias (1994) afirma que as mudanças formadoras do processo civilizador ocorreram e ocorrem de forma gradual refletindo nos comportamentos e emoções da vida cotidiana da sociedade. Completa o autor “Na verdade, nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada ‘normalmente’, através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos”. (ELIAS, 1993, p. 193).

No volume 1 de sua obra intitulada *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*, Elias se utiliza de diversos livros e textos para demonstrar o processo de civilidade que as sociedades passaram desde a Idade Média. Dentre essas obras citam-se: *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade em crianças) em 1530 e *Colóquios* (Basileia, 1523), de Erasmo de Rotterdam; *A Educação das Meninas* (1857) de Von Raumer. De acordo com Elias esses, e outros livros, são o alicerce que permitem montar a estrutura da história desse processo civilizatório, como é descrito pelo mesmo “[...] hoje os fragmentos do passado humano reunidos em nossa mente e em nossos livros pelo trabalho de muitas gerações, começam, aos poucos, a se encaixar num quadro consciente da história e do universo humano em geral”. (ELIAS, 1993, p. 263).

Mesmo não mencionando a palavra almanaque em sua obra, Elias faz referência a um pequeno livro, *Civilité* de 1780, que pela descrição assemelhar-se-ia a um almanaque.

A Civilité, de 1780 (Exemplo L), é um pequeno livro de 48 páginas impressa em Caen em péssimos tipos *civilité*, mas sem data. O catálogo do Museu Britânico menciona-o com um ponto de interrogação no lugar da data. De qualquer modo, é um exemplo do grande número de livros ou panfletos baratos sobre *civilité* que se espalharam por toda França no século XVIII. Este, a julgar pelo tom geral, dirigia-se claramente a moradores de pequenas cidades das províncias. (ELIAS, 1994, p. 104).

Qual seria a relação desses livros abordados por Norbert Elias com a pesquisa que é proposta sobre almanaques? Uma das características dos almanaques refere-se aos seus “conselhos” e “dicas úteis” que eram apresentados aos seus leitores com a intencionalidade de uniformizar e instruir sobre questões cotidianas, em especial dedicadas às mulheres e às crianças. A esse respeito temos a seguinte elucidação:

Esses *Tischzuchten* e livros sobre boas maneiras constituem um gênero literário em si. Se a herança escrita do passado é examinada principalmente do ponto de vista do que estamos acostumados a chamar de “importância literária”, então a maior parte deles não tem valor. Mas se analisamos os modos de comportamento que, em todas as idades, cada sociedade esperou de seus membros, tentando condicioná-los a eles, se desejamos observar mudanças de hábitos, regras e tabus sociais, então essas instruções sobre comportamento correto, embora talvez sem valor como literatura adquirem especial importância. Lançam alguma luz sobre elementos do processo

social em relação aos quais só possuímos, pelo menos no que se refere ao passado, pouquíssimas informações diretas. (ELIAS, 1994, p. 95).

Reforçando o caráter “civilizador” dos almanaques, Chartier chama a atenção para como são construídas as práticas dos seus leitores afirmando que as “[...] práticas como sendo criadoras de usos ou de representações que não são absolutamente redutíveis às vontades dos produtores de discursos e de normas”. (CHARTIER, 2004, p. 13). Os leitores em muitos casos constroem suas formas de apropriação do que leem, pelas suas formas de interpretar e aplicar as instruções e ensinamentos presentes nesse anuário, essa apropriação “[...] visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas que os produzem” (2002b, p. 68), isto é, “[...] no emprego diferenciado, nas apropriações plurais dos mesmos bens, das mesmas ideias, dos mesmos gestos” (2004, p. 12) que se formam múltiplas interações e dessas têm-se as diversas aplicações do que se apreendeu com os almanaques por parte de seus leitores, não obstante independentes do que gostariam seus editores.

Essa situação, cuja intencionalidade com a escrita de uma espécie de código civilizador para as populações consideradas menos letradas, que nem sempre cumpre à risca os ditames ali impostos deve-se ao fato de que essas massas possuem o que se denomina de imaginário⁴⁶, e este não pode ser controlado e limitado, pois o mesmo é sobretudo livre.

É ainda através do imaginário que esses sujeitos constroem seu próprio referencial, pois “a imaginação é antes a faculdade de deformar as imagens fornecidas pela senso-percepção. É a faculdade que nos liberta das imagens primeiras, que muda as imagens. Se não há imagens, união inesperada de imagens, não há imaginação, não há ação imaginante”. (BACHELARD, 1998, p. 1).

Portanto, classificar os almanaques como “cultura popular” pode ser arriscado, pois como já reforçado, são diversos os olhares que se lançam sobre a temática. Roger Chartier chama a atenção para esse posicionamento alertando que: “É portanto inútil querer identificar a cultura popular a partir da distribuição supostamente específica de certos objetos ou modelos culturais. O que importa, de fato, tanto quanto sua repartição, sempre mais complexa do que parece, é sua apropriação pelos grupos ou indivíduos”. (CHARTIER, 1995, p. 184).

Destinados, de início, à uma restrita população alfabetizada, os almanaques foram gradativamente apropriados pelo público popular, com destaque aos moradores das áreas rurais,

⁴⁶ “[...] entende-se por imaginário um sistema de ideias e de imagens de representações coletivas que os homens, em todas as épocas, construíram para si dando sentido ao mundo”. (PESAVENTO, 2004, p. 43).

que por meio de leituras coletivas, promoveram novas práticas de ressignificação de seus conteúdos.

1.2.3 Almanques de cidades

Dentre os diversos tipos de almanques anteriormente citados, essa pesquisa ater-se-á aos almanques de cidades. Esses almanques em especial possuem uma estrutura bem diversificada, abordando desde os calendários, dias de santos, dicas para o dia a dia, literatura, biografias e dados estatísticos, históricos e geográficos da cidade que representava. Era muitas vezes a única fonte de informações que a população tinha a respeito da localidade que habitava.

De acordo com Anastácio (2012), os almanques passaram por uma transformação. Deixaram de ser coleções de calendários ou conjunto de tabelas para cálculos astrológicos e astronômicos de acesso restrito (apenas para os que sabiam seguir os cálculos dessas tabelas de referência), de publicação “*perpetuum*”, para serem uma edição diversificada de acesso amplo, quase universal, e periodicidade anual.

Conquanto existissem os jornais locais, esses tinham vida efêmera e seu custo (mensal, quinzenal, semanal ou diário, conforme sua publicidade) acabava sendo muito alto para a camada mais pobre da população e o mesmo perdia sua “atualização” com a chegada de uma nova edição. Os almanques de cidades com uma periodicidade anual perduravam por mais tempo e podiam, devido ao seu formato de livro, serem passados de mão em mão, ou lidos de forma coletiva (família, grupo de amigos, etc.) o que reduzia e muito seu custo.

Era comum nas grandes cidades europeias a partir do século XV a existência de “livros-guias” como em Roma, Veneza, Amsterdã, Nápoles, Paris, dentre outras (BURKE, 2003, p. 70), pois o crescimento, muitas vezes desordenado, criava a necessidade de facilitar a localização de prédios públicos e estabelecimentos privados. A eles foram, em momento posterior, acrescentados, anúncios de espetáculos. Esses “livros-guias” podem ser o embrião dos almanques de cidades.

Em Paris foi “criado o chamado *Bureau d’Adresse*” no início do século XVII, que era um escritório que continha a relação de todos os endereços de “empregados e patrões”, uma espécie de agência de serviços de “emprego”. Não durou muito, mas foi retomada na forma “impressa” sob o título de “O livro de conveniências de endereços de Paris (1692)” de autoria de Nicolas de Blegny, médico-boticário, que apresentava publicações diversas sobre “vendas, empregos

disponíveis, bibliotecas, palestras públicas, banhos, professores de música” etc. Teve sua circulação suspensa sob a acusação de invasão de privacidade. (BURKE, 2003, p. 71).

A partir de 1750 a ideia de *bureau d’adresse* retorna em Paris. Diversos periódicos começaram a estampar a agenda de atividades de lazer como “*Affiches de Paris (1716), Journal des Spectacles de la Cour (1764), Journal des Théâtres (1777), e Calendrier des Loisirs (1776)*” Em Madri (Diário de Madrid – 1758), fazia algo semelhante e em Londres, em meados do século XVII, pelo “*Office of Adress*” ou “*Agency for Universal Learning*” tentou “combinar serviços práticos” com “difusão internacional do conhecimento sobre todos os temas”, teve vida efêmera, mas serviu de inspiração para obras posteriores, como por exemplo “*Office of Public Adivice*”, em Londres (1657). (BURKE, 2003, p. 72).

Outros exemplos de almanaques de cidades são apresentados por Anastácio, a seguir:

Em França, por exemplo, durante o reinado de Luís XIV, ao lado dos almanaques de cariz popular, que incorporavam informações destinadas ao mundo rural, surgiram almanaques destinados ao público citadino e aos membros da aristocracia e da realeza. É o caso do *Almanach Royal* francês, por exemplo, que viria a ter, a partir do início do séc. XVIII, um sucessor alemão que ficou famoso e teve grande longevidade – o *Almanach de Gotha*. Este tipo de almanaque incluía dados sobre as casas reinantes europeias e a vida de Corte, listagens dos detentores de cargos políticos e administrativos, informações sobre a composição do corpo diplomático, etc. e teve um paralelo português no *Anuario da Corte Portuguesa* publicado na última década do século XIX. (ANASTÁCIO, 2012, p. 59).

Os “guias”, os jornais locais e outras publicações referentes às cidades são embriões para os almanaques das cidades e estes passam a assumir um papel preponderante na divulgação do conhecimento de cada cidade. “Processado na cidade, o conhecimento era distribuído ou reexportado em forma impressa, modo que atenuava as barreiras geográficas, ‘deslocando’ conhecimentos de seus ambientes originais”. (BURKE, 2003, p. 75).

O Quadro 4 relaciona alguns almanaques que são vinculados às cidades brasileiras.

Quadro 4 - Exemplos de almanaques vinculados a cidades brasileiras

NOME	ANO	Editado por:
Almanach Histórico do Rio de Janeiro ⁽¹⁾	1792	Antônio Duarte Neves
Almanak da Vila de Porto Alegre ⁽²⁾	1808	Manuel Antônio Magalhães
Almanaque para a Cidade da Bahia ⁽²⁾	1812	Manoel Antônio da Silva Serva
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (Almanaque Laemmert) ⁽²⁾	1844-1914	Eduardo von Laemmert
Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo ⁽²⁾	1857	J. R. de Azevedo Marques
Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco ⁽²⁾	1860	José de Vasconcellos
Almanak da Província de São Paulo ⁽²⁾	1873	Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca
Almanak Popular do Rio de Janeiro ⁽²⁾	1878	Dias da Silva Junior
Anuário da Província do Rio Grande do Sul ⁽²⁾	1885-1914	Graciano A. de Azambuja
Almanaque do Estado de Alagoas ⁽²⁾	1891-1894	
Almanack da Parnahyba ⁽³⁾	1924-1941 1942-1981	Benedicto dos Santos Lima; Ranulpho Torres Raposo.
Guia prático, histórico e sentimental da cidade de Recife ⁽²⁾	1934	Gilberto Freyre
Guia de Ouro Preto ⁽²⁾	1938	Manuel Bandeira
Almanaque Histórico de Franca ⁽¹⁾	1943	Nascimento, H. A.; Moreira, E.
Guia da Paraíba ⁽²⁾	1943	Ademar Vidal
Breviário da Bahia ⁽²⁾	1945	Afrânio Peixoto
Almanaque do Rio Pardo ⁽²⁾	1946	Dante de Laytano

Fonte: Adaptado pelo autor:

⁽¹⁾ Park (1998).

⁽²⁾ Alves (2013).

⁽³⁾ Almanaque da Paraíba (2004).

Uma vez conhecidas as condições históricas, geográficas, econômicas e sociais que permitiram o aparecimento e a longevidade do Almanaque da Paraíba, assim como a origem e as definições da palavra almanaque, o enquadramento do AP na categoria de almanaques de cidades e a relação entre os almanaques e a cultura popular, infere-se que o AP, criado com a intenção de produzir uma imagem de progresso e civilidade de uma cidade, cuja elite intelectual formada principalmente por profissionais liberais e comerciantes, ultrapassou a fronteira da “cultura erudita” e assim como os demais almanaques editados em diversos lugares e em diversos momentos, chegou às mãos das camadas populares, seja por meio da leitura individualizada de alguns poucos, pois as taxas de analfabetismo no Piauí sempre foram elevadas, seja por meio da sua leitura coletiva, prática muito comum entre os que possuíam pouco letramento ou viviam em áreas rurais. Pretende-se, portanto, no próximo capítulo aprofundar alguns aspectos da materialidade do AP, o que por sua vez facilitará a compressão de suas características físicas, visuais e textuais.

3 *ALMANACK DA PARNAHYBA: DE UMA LEMBRANÇA À UMA PROMISSORA ESPERANÇA*

A cidade de Parnaíba na segunda década do século XX já era uma cidade importante no Estado do Piauí. Sua riqueza esteve ancorada na charqueada, couro bovino e nas salinas. Seus “filhos mais ilustres” participaram de diversos movimentos democráticos. Foi considerada “a primeira vila do Norte do Brasil a proclamar a independência, no dia 19 de outubro de 1822”. (MAVIGNIER; MOREIRA, 2007, p. 139).

Apesar de sua posição de destaque no cenário piauiense, a cidade mostrava-se pouco povoada, com ruas sem calçamento, sem energia elétrica, e carente de uma infraestrutura urbana que condissesse com tal expectativa. No campo educacional possuía apenas uma escola, de iniciativa particular, Colégio Nossa Senhora das Graças (fundado em 1907), e alguns educadores que ensinavam as primeiras letras em suas residências.

Mesmo assim a cidade atraía ádvenas⁴⁷ que empreenderam esforços no desenvolvimento da nascente riqueza da época, o comércio e o extrativismo vegetal (carnaúba e babaçu). Muitos desses empreendedores já possuíam um nível de instrução mais elevado, lembrando que a cidade não oferecia isso aos seus “filhos” que, se desejassem continuar seus estudos deveriam fazê-lo na capital, Teresina, ou em outros Estados, e por isso formavam “uma elite intelectual” responsável pela edição dos jornais em circulação na cidade “dedicados à literatura, à política, à religião...”. (LIMA, 2008a, p. 10). Nesse círculo destacam-se Francisco Correia, Alarico da Cunha, Ranulpho Torres Raposo, Edison da Paz Cunha, entre outros, que hoje emprestam seus nomes à muitas ruas e colégios na cidade.

Apesar dessa efervescência cultural, a cidade ainda não dispunha de um livro lídimo, ou seja, reconhecido como legítimo, autêntico, publicado em seu solo. Dessa lacuna surgiu a ideia de Benedicto dos Santos Lima de publicar o primeiro livro impresso em Parnaíba, lançado em agosto de 1923, o Almanack da Parnahyba. Algumas cidades que se destacavam um pouco mais em termos econômicos adotaram essa forma de divulgação de suas riquezas e realizações, por meio dos almanaques, não só para a população local, mas também para a circunvizinhança. Pretendendo integrar-se ao meio intelectual da cidade, o senhor Benedicto dos Santos Lima optou pelo Almanaque como um diferencial aos tradicionais jornais, muitos dos quais possuíam vida efêmera. Com uma

⁴⁷ Quando nos referimos ao que chega em relação ao que vive na terra. POMBO, Rocha. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa** [apresentação, Evanildo Bechara]. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

base “simples e comum: leitura leve, assuntos variados, informações úteis mescladas a passatempos e pensamentos filosóficos, abrangendo conhecimentos gerais” (LIMA, 2008a, p. 10) e “um anuário com todas as características dos almanaques em voga: calendário, santos do dia, ilustrações, propagandas, artigos de conteúdo cultural”. (2008a, p. 10).

O primeiro Almanack da Parnaíba foi oferecido como uma forma de presentear amigos e fregueses da Mercearia Bembém. (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1924). Esse costume é explicado por Andriès ao informar que os almanaques eram manuais práticos consultados pelas pessoas durante todo o ano, os almanaques de maneira contínua incluíam um calendário e com frequência eram oferecidos como presentes de ano novo. (ANDRIÉS, 1996, p. 287). Anastácio também reforça essa explicação ao enunciar que esse costume é bem antigo:

A associação entre informação deste tipo, acrescentada com roteiros dos programas da ópera, dos teatros, e de outros divertimentos semelhantes destinados às elites, e o calendário, transformou os almanaques dos finais do século XVII e do século XVIII, em objectos elegantes, que eram muitas vezes trocados entre as pessoas da alta sociedade como presentes de fim de ano. (ANASTÁCIO, 2012, p. 59-60).

Quanto a cada lançamento do AP o escritor Celso Pinheiro Filho descreve, “Enquanto esteve dirigido por Bembém, o lançamento de cada edição constituía um acontecimento social, comemorado com banda de música e champagne, presentes as autoridades e personalidades locais”. (PINHEIRO FILHO, 1972, p. 39).

Cumprindo com o prognóstico anunciado em sua primeira edição, o AP é publicado por várias décadas, conforme sistematizado no Quadro 5.

Quadro 5 - Quantitativo da Publicação do *Almanack da Parnaíba* (1924-2013)

Período (ano)	Nº da Edição	Total de Edições	Responsável
1924 a 1941	1 a 18	18	Benedicto dos Santos Lima
1942 a 1981	18 a 58	40	Ranulpho Torres Raposo
1982 e 1985	59 e 60	02	Manoel Domingos Neto
1994 a 1999	61 a 66	06	APAL*
2004	67	01	APAL
2006	68	01	APAL
2013	69	01	APAL

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Almanaque da Parnaíba (2004, 2006 e 2013)

* Academia Parnaibana de Letras (APAL)

3.1 Materialidade e Circulação do Almanack da Parnahyba

Nesse capítulo, dividido em seis partes, iremos tecer breves considerações referentes a algumas análises alcançadas pela pesquisa, como a materialidade, a publicidade, a circulação, a relação entre os leitores e o AP, o uso de imagens e da linguagem textual no AP.

Em trabalhos historiográficos é comum que os objetos de pesquisa sejam concretos, isto é, físicos, palpáveis, como artefatos arqueológicos, monumentos ou quaisquer outros objetos em que se pode determinar cor, textura, forma e dimensões. Acredita-se que o brilho nos olhos dos historiadores ao tocar, manusear, explorar esses objetos seja igual ao de uma criança a se deparar com um presente tão desejado que foi colocado em suas mãos. A esse respeito, Krzysztof Pomian destaca: “A obra literária é, pois, um objeto invisível, e o livro um objeto visível” (1998, p. 72), assim, nessa pesquisa dever-se-á lidar com o AP como obra literária, e como livro. O que é feito neste momento.

Tanto quanto conteúdo, um objeto bibliográfico é também forma, é materialidade. Assim, Toledo e Skalinski Junior relacionam algumas características de materialidade que os impressos periódicos apresentam e que devem ter a atenção do historiador.

Um periódico, seja ele jornal ou revista, também veicula informações por meio de sua materialidade: tamanho, tipo de papel, qualidade de impressão, formato de suas folhas, uso de cores e imagens entre outros. [...] Assim, o uso de letras pequenas ou grandes, a organização em colunas ou em textos sem divisão, a encadernação, o tipo de papel, a capa, o uso de cores, a presença de fotos e figuras, o tamanho dos artigos/matérias, as características da linguagem utilizada, são elementos relevantes que contribuem, inclusive, para a caracterização do público à que o periódico se destinava. (TOLEDO; SKALINSKI JUNIOR, 2012, p. 263).

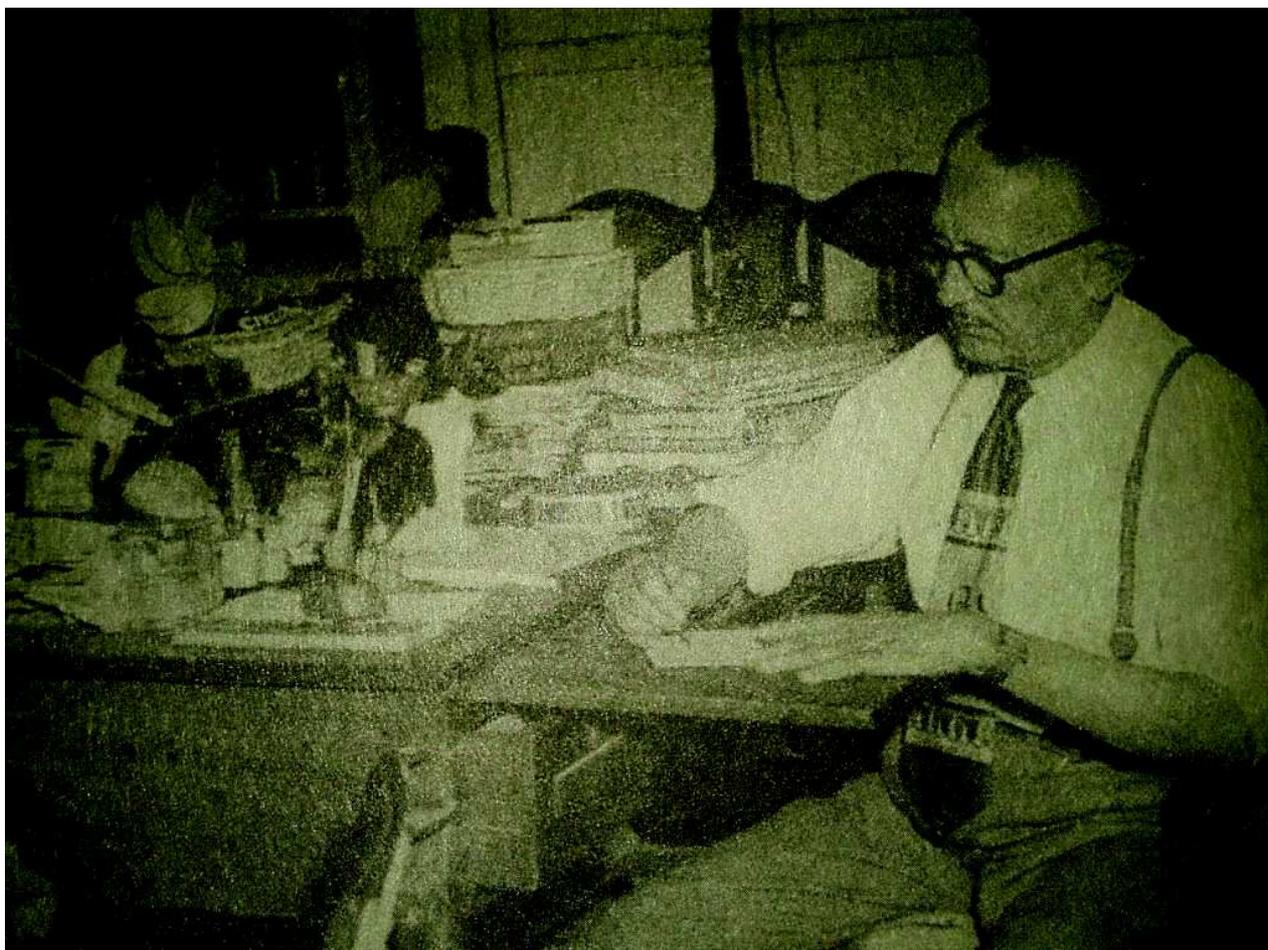
Conhecer essa materialidade do Almanaque da Parnaíba ajudará a compor sua própria história e a história de quem colaborou com a sua existência, sejam seus editores, seus escritores ou seus leitores. Um exemplo dessa importância é dado por Chartier ao esclarecer como se deu a produção dos livros da *Bibliothèque Bleue*.

Empregando caracteres usados, utilizando novamente madeiras gravadas que haviam sido abandonadas com o triunfo do talho-doce, imprimindo num papel ordinário, fabricados pelos papeleiros de Champagne, publicaram livros e brochuras de baixo preço, designados como “livros-azuis” – o que é uma alusão ao fato de que muitos deles (mas não todos) serem encapados de papel azul. (CHARTIER, 2002a, p. 68).

Ao empregar como objeto o próprio Almanack da Parnahyba, essa pesquisa tentará constituir parte de sua materialidade. Com infelicidade muitos documentos ou testemunhos que poderiam ajudar nessa tarefa não estão mais disponíveis para consulta, por exemplo, a reprodução de boa parte das edições do Almanack da Parnahyba não aconteceu em gráficas administradas e organizadas que guardavam seus documentos por vários anos, mas em tipografias de fundo de quintal, em que o tipógrafo era ao mesmo tempo proprietário, administrador e comerciante, em ambientes em que mal possuíam a máquina tipográfica.

A Figura 4 mostra o ambiente no qual o senhor Benedicto dos Santos Lima trabalhava em sua Mercearia produzindo o AP.

Figura 4 – Benedicto dos Santos Lima.



Fonte: Lima (2008b, p. 12).

3.1.1 Aspectos físicos e tiragem do AP

Em pesquisas com documentos, ou melhor, a materialidade dos livros, Chartier (1998) informa que em países de língua inglesa a história dos livros está ancorada em seu processo de produção que deixa marcas nos próprios objetos, decisões editoriais, práticas de oficinas e os hábitos da profissão. Para a história francesa dos livros dois caminhos são tomados: um ligado às “fortunas”, “alianças” e “hierarquias” dos que fabricavam e negociavam os livros, outro relacionado à “circulação”, “posse” e “impacto nas mentalidades”. (CHARTIER, 1998, p. 34). Em comparação o autor define a história inglesa dos livros como sem autor e sem leitor, já a história francesa dos livros apresenta apenas leitores.

Poder-se-ia supor que as características físicas de um livro interessasse tão só ao mundo editorial, como uma forma de, através de seu *design* atingir públicos específicos promovendo uma maior venda de exemplares. Porém, uma atenção minuciosa nas características materiais de um livro, ou um impresso, revelam que há uma intencionalidade que “afetam o processo de construção do sentido” (CHARTIER, 1998, p. 35) como enfatiza o mesmo autor:

Compreender as razões e os efeitos dessas materialidades (por exemplo, em relação ao livro impresso o formato: as disposições da paginação, o modo de dividir o texto, as convenções que regem a sua apresentação tipográfica, etc.) remete necessariamente ao controle que editores ou autores exercem sobre essas formas encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação. (CHARTIER, 1998, p. 34).

Chartier (1998) viaja pelos múltiplos estilos de exposição dos escritos, desde os hieróglifos até o texto digitais, em que descreve as variadas maneiras de difusão dos materiais escritos, analisando as “revoluções da leitura” em contextos históricos diferenciados.

As características físicas (materialidade) de um livro, tratadas como objeto concreto, em diversos casos, podem subsidiar uma pesquisa vastíssima sobre seus autores.

O que vem a ser um livro? Uma acepção oficial é apresentada pela “Lei do Livro” com a seguinte redação: “Considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, **não periódica**, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento”. (BRASIL, 2003, grifo nosso). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), completa a acepção informando que o livro deverá possuir mais de 50 páginas e, que formatos menores são considerados “folhetos”.

Sendo os almanaques uma publicação impressa **periódica**, isso faria com que os mesmos não pudessem ser classificados, conforme a “Lei do Livro”, como livro? Roger Chartier na introdução do livro de Margareth Brandini Park. *Histórias e leituras de Almanagues no Brasil*, responde que “O almanaque é um livro destinado a todos e que todos, mesmo os menos letrados ou os analfabetos, podem ‘ler’”. (CHARTIER, 1999, p. 9).

Qualquer pesquisador saberia descrever um livro, com grande probabilidade apresentariam uma descrição, simplificada, próxima a esta, como um conjunto de páginas unidas, escritas e agrupadas através do uso de cola ou costuradas, umas às outras e revestidas por capa armadas em lombada. Outros pesquisadores ou historiadores conseguiriam ver os aspectos concretos de um livro e ao descrevê-lo não deixariam de somar-lhes os aspectos abstratos que os mesmos contêm, como é o exemplo seguinte da descrição da capa de um livro:

Entre outros livros do sebo destacou-se uma capa. Cores: predominância do azul, do branco, tons de terra. Linhas: retas, composições triangulares, curvas de variados graus. Figuras: geometrismos, dois olhos bifrontes, um grande olho num plano elevado, descortinando o quadro. A capa de Kélio Rodrigues de Oliveira para a segunda edição de Nove, novena fez com que o título e o nome do autor fossem procurados e completassem a descoberta. A composição da capa a que nos referimos acima mostra-se em harmonia com o trabalho de perspectivas que depois revelar-se-ia nas estruturas narrativas de Nove, novena. O embaralhamento das muitas capas de livros encobriam e desvelavam os desenhos concebidos para envolver as narrativas de Osman Lins [...]. (SILVA, 2000, p. 19).

Nessa pesquisa não há espaço suficiente para descrever de forma individual as 59 edições que compõem o meu documento de estudo. Seguir-se-á a descrição conjunta do Almanaque da Parnaíba, salientando os aspectos físicos mais frequentes, mas também todo dado que possa ajudar a compreender a sua materialidade.

O Almanaque da Parnaíba em seu cerne era um livro de Literatura Geral, com espaço para poesias, contos, sonetos, biografias, fatos históricos e geográficos (locais, nacionais e internacionais), dados estatísticos (de Parnaíba e do Piauí) e muitos anúncios de empresas comerciais e industriais e de produtos de vários lugares do Brasil. As características comuns aos textos eram dadas pelos critérios de seleção dos mesmos que obedeciam às determinações do seu editor, como pode ser observado nas palavras dele extraídas:

COLABORAÇÃO: Qualquer pessoa que desejar colaborar para este anuario, deverá mandar os seus trabalhos até 15 de julho.

Somente aceitaremos trabalho que seja inédito ou especial para o Almanaque da Parnaíba. Recusaremos quaisquer matérias que já tenham sido publicadas. Trabalho para este genero de periodoco deverá ser o mais curto possivel. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1933, p. 222).

A análise que se segue sobre a materialidade do Almanaque da Parnaíba levou em consideração alguns aspectos que julga-se importante destacar para essa finalidade. Assim, sem a pretensão de esgotar tal temática, serão ilustrados os seguintes itens: capa (Figura 5); uso de cores (Figura 6); ornamentação das bordas das páginas (Figura 7) e; “clichê” (Figura 8).

A capa da primeira edição do AP (Figura 5) dá uma importante pista para a análise da intencionalidade dos seus editores, era uma publicação voltada para a “elite”. Poderia e, seria compartilhada por todos, cultos ou não, mas seus textos, suas ilustrações deixavam claro a quem se destinavam a princípio. Nela a ideia de progresso⁴⁸ está impressa pelo desenho que retrata um casal, muito bem vestido, sentado a uma mesa, da Mercearia Bembém, comendo e bebendo sem preocupações, talvez comemorando a passagem do “Ano Novo” ou celebrando o lançamento do próprio Almanack. Interessante descrição dessa capa é feita por Rego em sua Tese, quando descreve.

A capa tem estampado um desenho em bico de pena, à mão livre, em preto e branco, assinado no canto inferior direito por BFreire, datado de 1923. O leitor é convidado a observar um casal sentado à mesa, numa sala de jantar, como se olhasse por uma janela. A sala é ornamentada com cortina de tecido e lustre. À mesa, o cavalheiro está sentado de frente, e a dama sentada na cabeceira, a sua esquerda. Ela levanta um copo, parecendo brindar o cavalheiro. Usa vestido longo, decotado, estilo tomara que caia, com ombros à mostra. Os cabelos estão presos por um pente, estilo espanhola. O cavalheiro usa terno, gravata borboleta e sapato bico fino. Na mesa, coberta por uma toalha, além de uma garrafa de vinho, copo, prato e travessa com alimento. A cena remete a um ambiente íntimo e sofisticado, a um ritual civilizado. Acompanha o desenho a frase: “Lembrança da Mercearia do Bembém, de Benedicto dos Santos Lima, Parnaíba (Estado do Piauí)”. (REGO, 2010, p. 274).

⁴⁸ “O progresso da civilização, que o almanaque veicula em gotas para o leitor, parece depender dos ‘homens superiores’, assim como também parece ser um produto ‘natural’ do meio social”. (CASA NOVA, 1996, p. 131).

Figura 5 – Capa em tamanho original (16 X 23 cm) da primeira edição do Almanack da Parnahyba (1924)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1924).

O Almanaque da Parnaíba foi editado no tamanho 16 cm X 23 cm, e manteve essa dimensão com pouquíssima alteração em todas as suas edições seguintes. A Figura 5 mostra em tamanho original a capa da primeira edição do AP, continha 44 páginas e uma tiragem de 1.000 exemplares que foram distribuídos aos fregueses e amigos da Mercearia Bembém no Natal de 1923. Editado de maneira consecutiva na forma de brochura⁴⁹, o AP procurou ser uma publicação de baixo custo.

Sua impressão era toda monocromática em P&B⁵⁰, a exceção da capa. Em algumas poucas edições encontram-se páginas de fundo colorido em azul ou rosa, e em alguns exemplares a partir da década de 1940, a cor de algumas gravuras ou textos apareceu em azul, em meio ao tradicional preto, Figura 6.

Figura 6 – Exemplo de uso de cores na tipografia do Almanaque da Parnaíba.



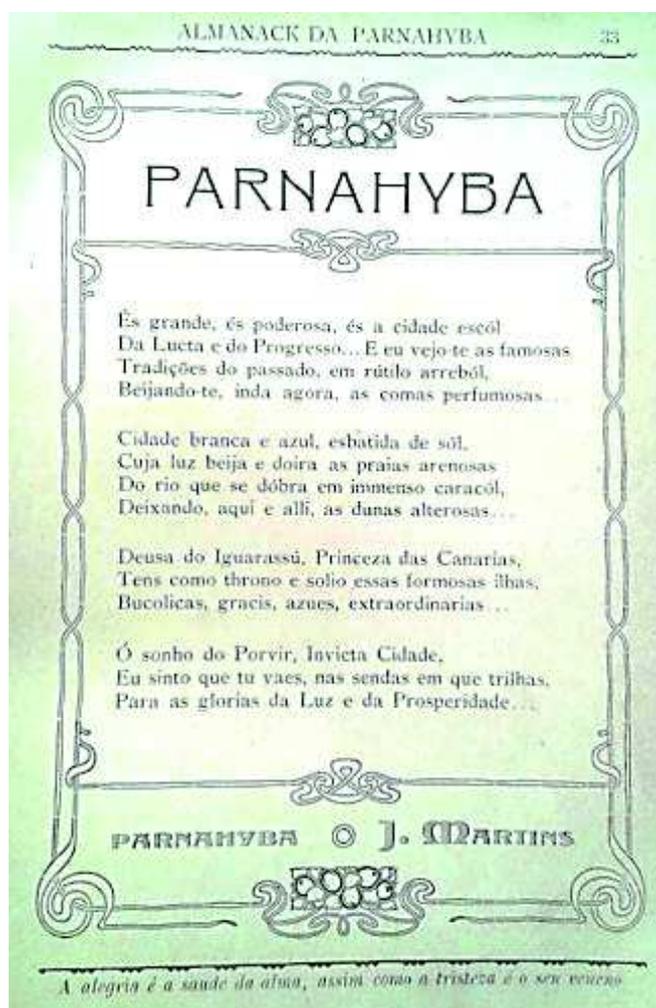
Fonte: Almanaque da Parnaíba (1944, p. 73).

⁴⁹ Livro de acabamento popular, costurado ou fresado, que recebe capa de papel cartão de alta gramatura colada diretamente no dorso. Cf. Collaro, 2007, p. 145.

⁵⁰ Classificação dada a originais em preto e branco. Cf. Ibidem, p. 149.

Seu modo de impressão foi a Relevografia, em especial a Tipografia⁵¹. Suas páginas apresentam como padrão a seguinte distribuição: páginas de numeração par, na maioria das vezes, destinada às publicidades e as de numeração ímpar apresentavam textos diversos. As páginas de textos apresentam-se divididas em duas colunas. Nas edições da década de 1920 essas colunas eram divididas por uma ornamentação central, *colunagem*⁵², era comum também apresentarem bordas ornadas, exemplificado na Figura 7 a seguir:

Figura 7– Exemplo de página com bordas ornamentadas.



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1926, p. 33).

⁵¹ Impressão realizada mediante matriz em alto relevo. Os elementos que são impressos ficam em relevo na matriz e são entintados, imprimindo mediante pressão sobre o suporte. Processo hoje em desuso para a produção industrial de impressos. (OLIVEIRA, 2002, p. 37 e 38).

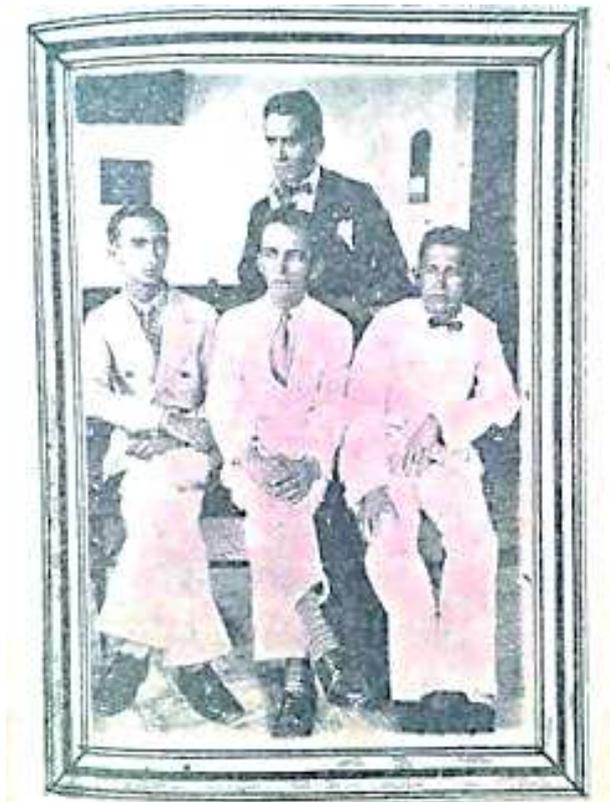
⁵² Divisão da página em módulos verticais que norteiam a disposição do texto nesse sentido. Cf. Collaro, 2007, p. 146.

No início da década de 1940 (edições até 1943), os textos eram diagramados em uma coluna. Entre as edições de 1944 e 1946, há uma mescla de textos em uma coluna com textos em duas colunas, a partir de 1947 passam a ser diagramados em uma única coluna e tinham *layout* mais sóbrio.

Até a edição de 1958, havia um cabeçalho⁵³ em cada página do AP identificando o ano, o nome do almanaque e a numeração da respectiva página, a partir da edição de 1950, aparece apenas a numeração da página na porção inferior. Também nota-se a ausência de um “sumário” até a edição de 1952, a partir daí, 1953, o mesmo passa a fazer parte das publicações do AP.

Outra característica interessante refere-se às imagens (fotos, desenhos, entre outros) usadas no AP. A maioria usava o sistema de clichê⁵⁴, quer dizer, a fotografia era esculpida em uma base de madeira que funcionaria como um “carimbo” atuando na impressão da imagem. Pode-se observar na Figura 8 um “clichê” estampado no AP.

Figura 8 – Exemplo de um “clichê” no Almanaque da Parnaíba



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1933, p. 75).

⁵³ Informação que identifica um periódico permanentemente, compreendendo o nome, a data de publicação, o ano, o número etc. Cf. Collaro, 2007, p. 145

⁵⁴ Bases de ferro, alumínio ou madeira utilizadas na montagem dos clichês, estereotípias planas para a impressão tipográfica. Cf. Ibidem, p. 145.

Não foi possível apurar qual foi a tiragem⁵⁵ do Almanaque da Parnaíba, com exceção da primeira edição (1.000 exemplares), pois seu processo de impressão foi realizado por diversas Tipografias e Gráficas em diferentes cidades e estados, como já anunciado, essas tipografias em sua época, não possuíam registros de suas atividades e muitas já não existem mais. No Quadro 6 é apresentada a relação de Tipografias e Gráficas que editaram o AP no período de 1924 a 1941, enquanto esteve sob a responsabilidade editorial de Benedicto dos Santos Lima.

Quadro 6 – Tipografias e Gráficas onde foram editados o Almanaque da Parnaíba (1924 a 1941)

EDIÇÃO	Nº DE PÁGINAS	TIPOGRAFIA OU GRÁFICA	CIDADE/ESTADO
1924	44	Typographia Renascença	Fortaleza – Ceará
1925	70		
1926	61	J. B. dos Santos e Cia. Livreiros Editores.	Belém – Pará
1927	70		
1928	126		
1929	166		
1930	123	Jornal do Commercio.	Recife – Pernambuco
1931	136	Typographia Gadelha.	Fortaleza – Ceará
1932	170		
1933	286		
1934	300	Gráfica Renascença.	Parnaíba – Piauí
1935	303	Tipografia Minerva.	Parnaíba – Piauí
1936	316		
1937	316		
1938	398		
1939	400		
1940	400	Gráfica Renascença.	Parnaíba – Piauí
1941	379	Tip. O “Sino”.	Parnaíba – Piauí

Fonte: Elaborado pelo autor. (2015).

⁵⁵ Número de exemplares impressos de um determinado produto gráfico. Cf. Ibidem, p. 150.

No Quadro 7 é apresentada a relação de Tipografias e Gráficas que editaram o AP no período de 1942 a 1982, enquanto esteve sob a responsabilidade editorial de Ranulpho Torres Raposo.

Quadro 7 – Tipografias e Gráficas onde foram editados o Almanaque da Parnaíba (1942 a 1982)

(continua)

EDIÇÃO	Nº DE PÁGINAS	TIPOGRAFIA OU GRÁFICA	CIDADE/ESTADO
1942	392	Tipografia Minerva	Fortaleza – CE
1943	388	Editora Fortaleza	Fortaleza- CE
1944	400	Gráfica Americana	Parnaíba - PI
1945	500	Oficinas do Almanaque da Parnaíba	Fortaleza - CE
1946	475		
1947	479		
1948	390		
1949	361		
1950	380		
1951	391		
1952	416		
1953	382		
1954	445		
1955	394		
1956	360		
1957	317		
1958	345		
1959	305		
1960	475		
1961	296		
1962	412		
1963	386		
1964	379		
1965	370		

EDIÇÃO	Nº DE PÁGINAS	TIPOGRAFIA OU GRÁFICA	CIDADE/ESTADO
1966	370	Oficinas do Almanaque da Parnaíba	Fortaleza - CE
1967	370	Gráfica Ranulpho	Fortaleza - CE
1968	342		
1969	394		
1970	414		
1971	388		
1972	336		
1973	315		
1974	314		
1975	318		
1976	298		
1977	310		
1978	247		
1979	321		
1980	303		
1981	339		
1982	150		

Fonte: Elaborado pelo autor. (2015).

A descrição da materialidade do AP chama a atenção para a disposição dos textos, como já aludido, esses estavam distribuídos nas páginas de numeração ímpar, mas também poucos ultrapassavam mais que duas páginas, eram, portanto, textos curtos, como cabem aos almanaques, melhor dizendo, apenas introduziam um assunto sem a profundidade que é comum aos livros. Essa característica era inclusive induzida pelo editor do Almanaque da Parnaíba conforme estampado na seção “Expediente” de 1934. “Não serão publicadas mais de duas composições de cada colaborador, cujos trabalhos não devem exceder de uma página, salvo quando se tratar de assunto histórico e biográfico, de interesses piauienses”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934, p. 241).

No século XX a ortografia brasileira passou por diversos acordos e reformas⁵⁶. A leitura do AP no período de sua publicação reflete bem essas mudanças que faziam parte das preocupações dos seus editores, como pode ser evidenciado no seguinte trecho da edição de 1934. “Quanto à ortografia, preferimos a nova, posta em prática pela Academia Brasileira de Letras e oficializada pelo chefe do governo Provisório, contudo neste ano tivemos de obedecer ainda a dos originais”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934, p. 241).

Apresentado, portanto uma análise preliminar dos aspectos físicos do AP, sabe-se que há um vasto campo a percorrer, mas reforça-se o posicionamento que essa pesquisa tem por objetivo compreender os discursos e/ou representações quanto à educação nas páginas do AP, e que o estudo da materialidade do mesmo de forma incipiente, como está sendo realizado aqui, serve de subsídio para o alcance da finalidade maior que é proposta.

3.1.2 Publicidades no AP

O Almanaque da Parnaíba possuía, dentre diversas seções, um vasto material de anúncios de seus patrocinadores. Encontram-se desde anúncios de empresas comerciais (mercearias, farmácias, indústrias, lojas), remédios (elixir, pomadas, tônicos) e, o que interessa a essa pesquisa, instituições escolares, seja da cidade de Parnaíba ou de outras cidades e de outros estados.

Além de ser a fonte de renda que sustentava em termos econômicos os almanaques, a publicidade possuía outras intencionalidades dentro dos mesmos. Esse aspecto é descrito por Casa Nova: “Disseminando informações, marcadas pela ideologia, por ela devidamente controlada, a publicidade do almanaque nos envia, assim, a um tipo de discurso que se inicia na década de vinte – o discurso da cultura do consumo, que a cidade divulga através de seu agente principal”. (1996, p. 90).

O Próprio AP avulta a importância da publicidade em suas páginas ao destacar uma citação assinada por João Bastos

⁵⁶ [...], apenas em 1915 a ABL aprovou um projeto do filólogo Silva Ramos, que ajustou a reforma brasileira aos padrões da portuguesa, de 1911. E, mesmo assim, ela ainda teria suas idas e vindas. "Em 1919, o Brasil revoga, por indicação do acadêmico Osório Duque Estrada, tudo que tinha sido estabelecido em 1907", comenta Elis, referindo-se ao poeta parnasiano autor da letra do Hino Nacional Brasileiro. Em 1931, Brasil e Portugal enfim assinam um acordo. "Depois de oficializado em 1933, o acordo de 1931 é derrubado pela Constituição brasileira de 1934, que mandava voltar à ortografia da Constituição de 1891. Só em 1938, a paz ortográfica é restabelecida, com a volta do acordo de 31", finaliza. Inicia-se, ali, um processo de uniformização da ortografia brasileira e portuguesa, que culminou em um novo acordo assinado em 1943. (CUNHA, R., 2009).

A publicidade é uma atividade digna, honesta e alevantada, representando um grande veículo para difusão de tudo aquilo que necessitando de ser conhecido deve ser propagado e divulgado em todos os meios, em todos os centros. Ela é útil a toda a gente, a todas as profissões. Amparemos, pois, sob todos os aspectos a publicidade piauiense, na convicção de que, com isso concorreremos, também, para a grandeza do Estado. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1938, p. 295).

Observa-se que a publicidade para o AP chega a ocupar local de destaque, sendo reservada uma página exclusiva para os anúncios e a determinar a existência do próprio Almanaque que teve sua variação nos números de páginas em função da existência ou não de anunciantes que eram seus principais financiadores, inclusive a sua publicação foi interrompida em 1982, devido ao reduzido número de anunciantes.

A seguir são apresentados alguns exemplos de anúncios retirados de diversas edições do AP.

Observando-se a Figura 9, percebe-se que o anúncio apresenta um *layout* mais ornamentado, essa característica se repetia em todos os anúncios das primeiras edições do AP estendendo-se até o início da década de 1940, quando as bordas vão perdendo sua ornamentação e passam a ficar mais discretas ou simples nas décadas seguintes, como ressaltado na Figura 10. Esses anúncios⁵⁷, eram impressos com vinhetas⁵⁸, Essas ornamentações são também conhecidas como *art déco*⁵⁹. Vera Casa Nova complementa a explicação acerca da utilização das vinhetas pelos almanaques:

Limite das composições tipográficas, o termo *vinheta* é usado por aproximação com *vinheta de remate*, que encontramos frequentemente em fim de capítulos de livros, para o remate da página. De acordo com a origem - *vignette*, pequena vinha – as vinhetas do almanaque se apresentam basicamente de duas formas: folhas e cachos de uvas, espigas de trigo ou desenho figurativo, desde ilustração dos signos zodiacais até pequenas piadas com texto e imagem e informações históricas e vinheta publicitária. (CASA NOVA, 1996, p. 46).

⁵⁷ Em jornal ou outro periódico, publicação que se faz com o objetivo de promover um produto, serviço, organização ou ideia, recorrendo em geral a layouts com fontes e lustrações que despertem a atenção do leitor por sua originalidade e destaque. Cf. Collaro, 2007, p. 145.

⁵⁸ Ornamento tipográfico representado por linhas geralmente geométricas de flores, folhagens, arabescos etc., empregados como enfeites ou cercaduras de páginas, anúncios, programas e outros trabalhos gráficos. Cf. Ibidem, p. 150.

⁵⁹ O termo Art Déco se origina na contração do nome da Exposição que, em Paris, 1925 marcou o auge do estilo – Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes (Exposição Internacional das Artes Decorativas e Industriais Modernas). Tal denominação é recente, no início do século XX era “Estilo Moderno”.

Figura 9 – Anúncio no AP com bordas ornadas (1926)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1926, p. 32).

Figura 10 – Anúncios no AP com bordas simples (1957 e 1965)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1957, p. 150) (E) e Almanaque da Parnaíba (1965, p. 106) (D).

Uma análise crítica quanto à publicidade encontrada no AP é apresentada pelo poeta e escritor parnaibano Alcenor Candeira Filho, que em uma edição do próprio Almanaque da Parnaíba em 1997 sob a responsabilidade editorial da APAL, pondera.

A propaganda em Parnaíba daquele tempo lidava apenas com textos e imagens estáticas. Nesses anúncios rudimentares enfadonhos avultam os textos prolixos, com enumeração dos produtos disponíveis. As ilustrações eram raras e, a exemplo dos textos, pouco inventivas. Aqui e ali, a fotografia do empresários-anunciante, ou da fachada da sede do estabelecimento, ou da principal mercadoria a venda. (CANDEIRA FILHO, 1997, p. 101).

Deve-se destacar que os recursos editoriais e gráficos da referida época eram limitados e, em inúmeros editoriais redigidos pelo senhor Bembém na “abertura” do Almanaque da Parnaíba ficam patentes suas queixas pela dificuldade de manter a continuidade dessa publicação que exige “sacrifícios” e “esforços” constantes. Alcenor Candeira Filho continua sua exposição crítica descrevendo.

Mas, se a publicidade da época, nitidamente amadorística, não se harmonizava com os princípios elementares da propaganda – que recomendavam o uso de textos curtos, claros, leves, comunicativos -, trazia pelo menos um aspecto positivo: enumerando exaustivamente suas atividades e suas mercadorias, os comerciantes, sem o saberem, estavam escrevendo importante página da história econômica da cidade, relacionada justamente com seu período de glória e de exuberância (1920-1950). Ao longo dos anos o Almanaque contou com centenas de anunciantes. Alguns desses eram empresários de fora que disputavam o mercado local. A maioria era constituída de firmas parnaibanas. Pelos anúncios podemos conhecer os produtos em oferta, as características do mercado, a competição entre os empresários, a mentalidade dos clientes e negociantes, o modismo [...]. (CANDEIRA FILHO, 1997, p. 101).

Concordando com as assertivas de Alcenor Candeira Filho fica evidenciado o quão importante foi a publicidade para o AP, não só pelo fato de ser ela o seu principal provento, mas também por colaborar com a escrita de parte da história local. Outras reflexões quanto à publicidade vinculadas à educação presente no AP serão apresentadas no capítulo posterior.

A publicidade do Almanaque da Parnaíba também contava com fontes externas. Um exemplo, Figura 11, é a descrição do AP pelo seu próprio editor em um cartão de divulgação, encontrado no interior de um dos almanaques que foi digitalizado.

Figura 11 – Cartão de divulgação do Almanaque da Parnaíba



Fonte: Acervo particular do autor. (2015).

3.1.3 Uso de imagens no AP

A análise da Iconografia⁶⁰ presente no AP permite um aporte no desenvolvimento da elucidação das questões-chave que permeiam essa pesquisa, em especial a análise das fotografias.

Não pretende-se aqui aprofundar um estudo quanto à cultura visual⁶¹, nem um estudo da História da fotografia ou uma análise profunda de conteúdo, mas alcançar a fotografia como validação da modernidade adquirida na cidade de Parnaíba sobretudo em educação. Essa análise pretende em

⁶⁰ “A palavra iconografia define qualquer imagem registrada e as representações por trás da imagem [...] atualmente o significado historiográfico mais comum de iconografia abarca todos os aspectos envolvidos não apenas em uma obra de arte, mas em qualquer tipo de imagem ou material visual. (SILVA; SILVA, 2006, p. 198).

⁶¹ Os estudos sobre cultura visual problematizam a forma como os diversos tipos de imagens perpassam a vida social cotidiana (a visualidade de uma época), relacionando as técnicas de produção e circulação das imagens à forma como são vistos os diferentes grupos e espaços sociais (os padrões de visualidade), propondo um olhar sobre o mundo (a visão), mediando a nossa compreensão da realidade e inspirando modelos de ação social (os regimes de visualidade). (MONTEIRO, 2012, p. p. 10).

certa medida compreender “as formas de fotografar a cidade e os sujeitos urbanos”. (MONTEIRO, 2012, p. 9).

Declara Dubois (1998), que a fotografia reúne em uma só, três questões que se aplicam às obras de arte: O que está representando? Como aconteceu? Como é percebida? Há, ainda, o peso da questão do realismo, pois lhe é atribuído devido ao seu processo de produção mecânica, ou seja, sem a interferência do homem. “A foto é percebida como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra”. (DUBOIS, 1998, p. 25).

Seria então a fotografia um “documento” fiel, exato, daquilo que é retratado, pois nele não se pode alterar a imagem captada e registrada de forma mecânica? Mauad informa que “Os estudos sobre fotografia e história indicam que esta se torna pública para cumprir uma função política, que garante a transmissão de uma mensagem para dar visibilidade às estratégias de poder, ou ainda, às disputas de poder”. (MAUAD, 2013, p. 13). Nessa discussão Dubois volta a afirmar que ela é um “[...] instrumento de uma memória documental do real” (1998, p. 29) e continua, “[...] é um auxiliar da memória, uma simples testemunha do que foi”. (1998, p. 30). Por seu turno, Boris Kossoy afirma: “Desaparecidos os cenários, personagens e monumentos, sobrevivem, por vezes, os documentos”. (2001, p. 28). Fotografia é documento.

Ainda nessa discussão Mauad chama atenção para o fato que, “No entanto, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora ‘existe muito mais do que os olhos podem ver’. A ilusão da verdade fotográfica, amplamente difundida no século XIX, reafirma o projeto burguês de identificar automaticamente História e Natureza”. (MAUAD, 2013, p. 14). Dubois (1998) acena para a diferenciação da fotografia como arte e como técnica. Essa diferenciação, segundo ele, promoveria a distinção entre “retratistas oficiais” e “fotógrafos profissionais”, pois, entendendo assim “A fotografia como transformação do real” e “A fotografia como traço de um real”. Kossoy alerta que “Apesar da aparente neutralidade do olho da câmara e de todo verismo iconográfico, a fotografia será sempre uma interpretação”. (KOSSOY, 2001, p. 114). Essa interpretação está no olhar do leitor que tem seu modo de apreensão. “O sujeito é “olhante” e/ou leitor. Ele preenche os espaços em branco entre as palavras e as figuras que ali estão representadas, pois cada um produz sentido diferente no ato de ler”. (CASA NOVA, 1996, p. 81).

O estudo de Vidal e Abdala (2005) serve como exemplo para a situação de reflexão proposta nos enunciados anteriores, isto significa que, a fotografia é um atributo do “real” ou ela representa uma visão desse real. Ao estudar dois fotógrafos (Augusto Malta e Nicoles Alagemovits) que

trabalharam para Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro (1927 e 1930), em que ambos registravam os mesmos eventos e prédios públicos, mas com “lentes” diferenciadas conforme uma intencionalidade. “Neste caso, tanto as fotografias de eventos cívicos, como as do acompanhamento de obras públicas, são exemplos típicos de tal ‘mise-en-scène⁶²’”. (MAUAD, 2013, p. 14).

A fotografia pública refere-se à produção de imagens fotográficas associadas ao registro de eventos sociais, por agentes históricos – os fotógrafos e fotógrafas – cuja prática de fotografar pode ser realizada de forma independente ou associada a algum vínculo institucional. Em ambos os casos, a forma de envolvimento à causa fotografada orientará escolhas e, portanto, delineará a forma que a imagem vai assumir. Assim o engajamento político a uma causa, princípio ou as regras institucionais definem a dimensão autoral da fotografia pública. (MAUAD, 2013, p. 19).

Ao trabalhar com as fotografias contidas no AP, o historiador deve ter o cuidado de promover certo distanciamento de seu objeto para que possa tentar enxergá-lo sob uma lente que não o ofusque, pois estará lidando com intencionalidades diferentes, a sua, a do fotógrafo e/ou a de quem o contratou. “A distância que está no centro da fotografia, por mais reduzida que seja, é portanto um abismo. Todos os poderes do imaginário conseguem nela se alojar. Ela permite todas as perturbações, todos os desvarios, todas as inquietações”. (DUBOIS, 1998, p. 93). Corroborando com a ideia de Dubois, Kossoy salienta que, “Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época”. (2002, p. 45). Dubois completa,

Como se vê, o princípio de uma separação simultânea no tempo e no espaço, de uma falha irreduzível entre signo e referente é realmente fundamental. Vem sublinhar radicalmente que a fotografia, como índice, por mais-vinculada fisicamente que seja, por mais próxima que esteja do objeto que ela representa e do qual ela emana, ainda assim permanece absolutamente separada dele. (DUBOIS, 1998, p. 93).

Analisar uma fotografia é uma tarefa complexa, seja pela sua tecnicidade ou como afirma Kossoy “Toda fotografia tem atrás de si uma história”. (2001, p. 45). Esse mesmo pesquisador orienta que existem três estágios que devem ser levados em consideração na produção de uma fotografia e, portanto, também devem ser lembrados em sua análise, que são: a intenção do fotógrafo ou do terceiro que o contratou; o ato de registro em si e; os “caminhos percorridos por essa fotografia”. (2001, p. 45).

⁶² É uma expressão francesa que está relacionada com **encenação** ou o **posicionamento de uma cena**.

As fotografias funcionam como uma perpetuação da memória. Elas congelam um instante do real, em um dado momento e em um dado lugar, tornando-se, pois um “evocador de memórias” ou uma fonte histórica como é explicado por Kossoy ao afirmar que, “O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica”. (2001, p. 47).

Reiterando, o que se pretende nesse momento é compreender como as fotografias presentes nas páginas do AP podem contribuir para a reconstrução de uma parte do “real” que foi captado no instante de sua produção, logo, perceber o tempo e o espaço objeto de estudo dessa pesquisa pelas interpretações ou inferências que podem ser suscitadas por elas.

Toda fotografia foi produzida com certa finalidade. Se um fotógrafo desejou ou se foi incumbido de retratar determinado personagem, documentar o andamento das obras de implantação de uma estrada de ferro, ou os diferentes aspectos de uma cidade, ou qualquer um dos infinitos assuntos que por uma razão ou outra demandaram sua atenção, esses registros – que foram produzidos com uma finalidade documental – representarão sempre um meio de informação, um meio de conhecimento, e conterão sempre seu valor documental. (KOSSOY, 2001, p. 48).

Apenas uma pesquisa sobre fotografias, impressas no Almanaque da Parnaíba, foi identificada, trata-se do texto de Lima (2013), “Um pirilampo nas páginas do almanaque: Imagens reluzentes de uma Parnaíba que deseja ser, sendo”. Outras pesquisas podem ser encontradas, mas se utilizam das fotografias do AP, em conjunto a outras, como fonte de estudo para uma análise arquitetônica entre seu passado e seu presente, como no caso de Melo (2011), ou as utilizam para uma abordagem mais superficial, abrangendo as décadas de 1920, 1930 e 1940, no caso Rego (2010) e Silva (2012).

A busca por fotografias no AP leva-nos a notar a presença constante de uma ideia de “modernização” da cidade, com destaque para alguns prédios públicos, ruas e praças. Lima (2013) em seus estudos também faz referência a esses aspectos salientando que essas imagens tendem ser da região central de Parnaíba, considerada à época como a região de concentração econômica e política, refletindo assim, às intencionalidades na produção de uma fotografia. (KOSSOY, 2001).

Percebe-se aqui que essa intencionalidade reside no que se queria mostrar e no que se mostrava. “Queriam falar da necessidade de se construir uma cidade, no olhar, que fosse digna de ser vivida por eles e objeto de consumo da elite local”. (LIMA, 2013, p. 27).

Qual seria o significado da iconografia presente nos almanaques para seus leitores? Casa Nova ajuda a responder essa pergunta ao informar que,

Presos às ilustrações por necessidade, o leitor do almanaque, por não saber ler (no sentido de simples decodificação do manifesto), por ler pouco, ou mesmo pela rapidez da leitura que realiza, fixa sobretudo as imagens, os signos icônicos aí presentes. Por isso, na publicidade há poucas palavras e muitas imagens. (CASA NOVA, 1996, p. 81).

Porém, a autora parece se referir a um só tipo de leitor, o que tem baixa instrução educacional, pensamento esse que não pode ser usado para generalizar os leitores dos almanques.

Essa argumentação pode ser observada, em parte, nas primeiras edições do AP, nas décadas de 1920 até 1950, quando de maneira gradual vão desaparecendo de suas páginas.

Na primeira fotografia impressa no Almanaque da Parnaíba (Figura 12) são identificados os senhores Benedicto dos Santos Lima, com uma descrição logo abaixo de seu nome em que se lê “Fundador e proprietário da conhecida e conceituada Merceria Bembém, Rua Duque de Caxias, Piauhý – Parnahyba” e Godofredo Correia Lima com as inscrições “Guarda-Livros”, procurador e interessado da Merceria Bembém, Rua Duque de Caxias, Parnahyba - Piauhý”

Figura 12– Primeira fotografia impressa no Almanaque da Parnaíba (1924)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1924, p. 4).

Na edição de estréia do AP, em 1924, pode-se contabilizar nove fotografias, em especial, prédios e logradouros públicos, como o Banco do Brasil, a Rua Duque de Caxias, o Mercado Público, a Igreja de Nossa Senhora das Graças, a Santa Casa de Misericórdia, o Porto Salgado e o Jardim Público (Praça Municipal). Esses espaços fotografados nessa primeira edição serão, por inúmeras vezes retratados no AP, em ângulos ou perspectivas diferentes, mas com algo em comum: de contínuo uma visão externa, raras vezes observam-se imagens do interior dos prédios (Figura 26), fato que só aparecerá com maior frequência décadas depois.

Interessante é a Figura 13, nela é apresentada a primeira fotografia que versa sobre assunto vinculado à educação. Trata-se da Professora D. Nair Pinheiro Castello Branco com seus alunos na “Escola Remington”, uma das raras imagens em que se pode observar o interior de um prédio nas primeiras edições do AP.

Figura 13 – Primeira fotografia sobre educação no AP

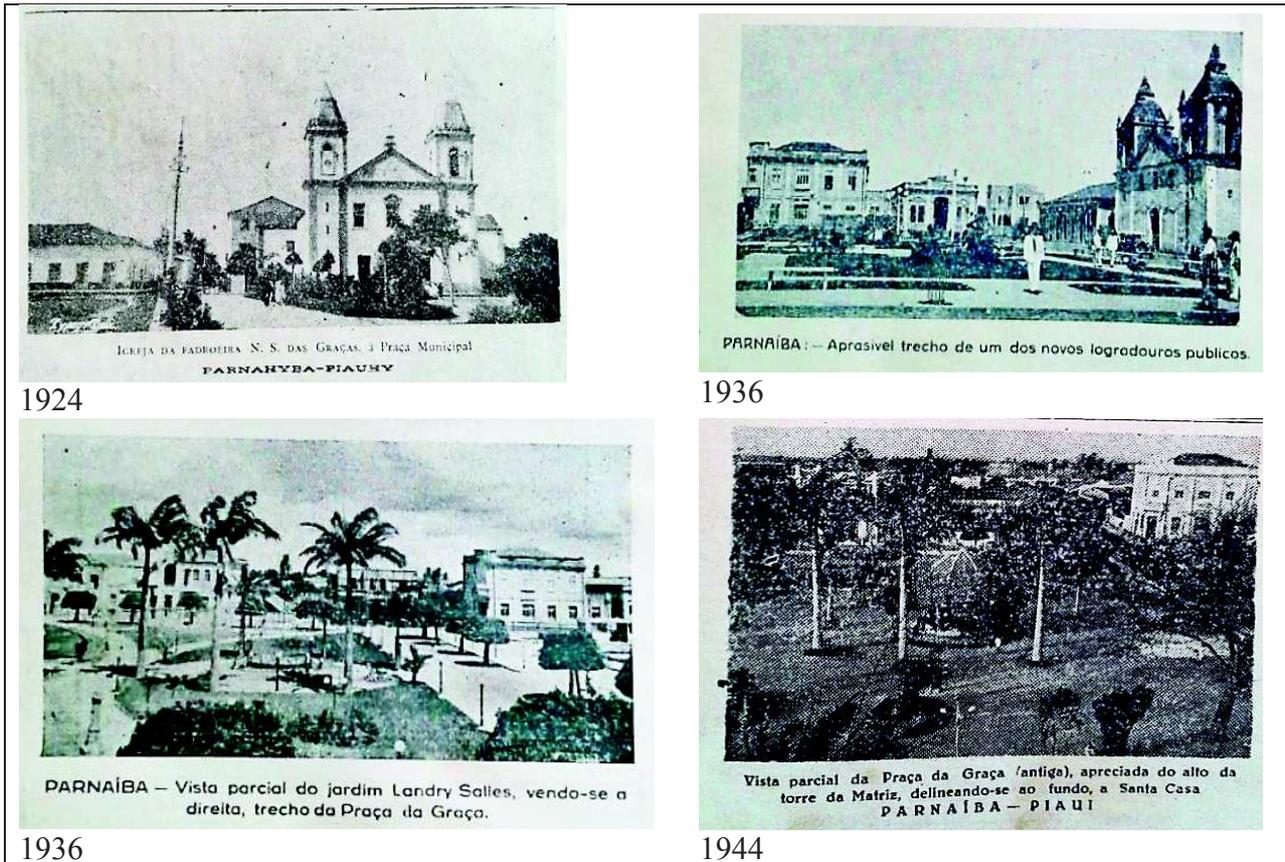


Fonte: Almanaque da Parnaíba (1925, p. 57).

Outra característica era que as primeiras fotografias apareciam ocupando todo o espaço de uma página, e estas não eram paginadas e não entravam, portanto, na contagem das páginas do AP.

A Figura 14 representa um bom exemplo de um mesmo logradouro público fotografado em ângulos diferentes, mas com a mesma intencionalidade.

Figura 14 – Praça da Graça em diferentes tempos.



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1924; 1936; e 1944).

Vários prédios públicos figuram dentre os mais fotografados e exibidos pelo Almanaque da Parnaíba em diversas edições. Entre eles pode-se citar o Banco do Brasil, Figura 15.

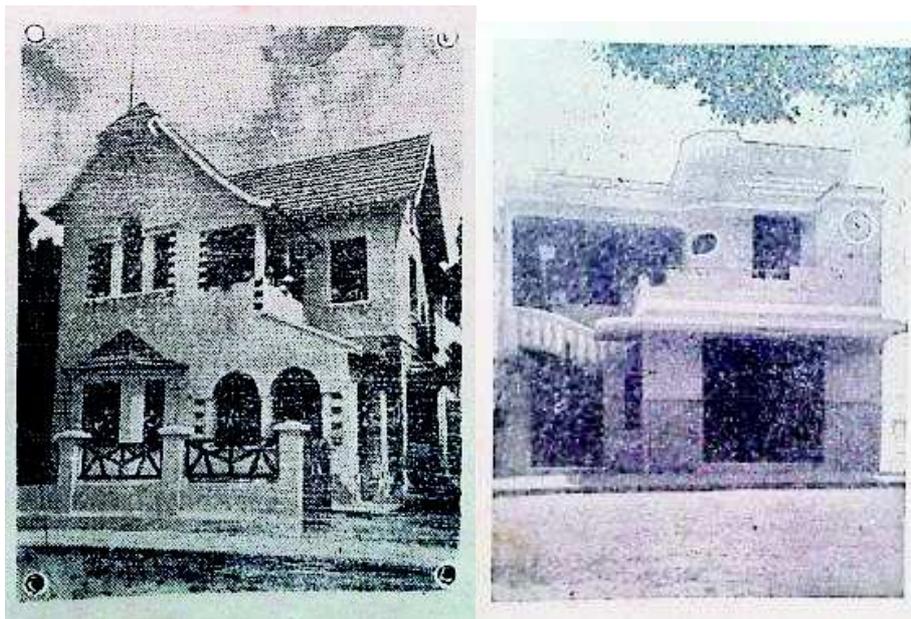
Figura 15 – Banco do Brasil em Parnaíba – PI.



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1948, p. 231).

Também simbolizando a ideia de prosperidade vivida em Parnaíba, o Almanaque costumava ilustrar suas páginas com fotos de residências que se destacavam dentre as demais, como as apresentadas na Figura 16, a seguir:

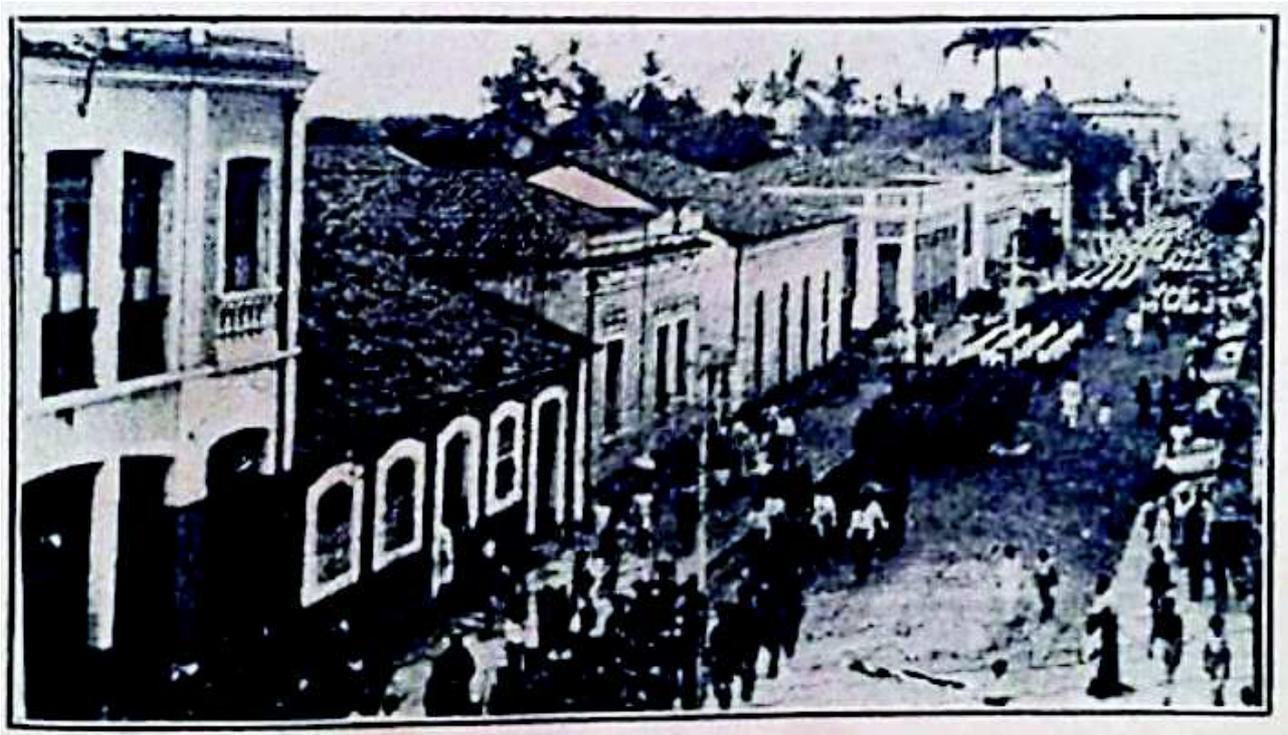
Figura 16 – Exemplos de fotografias de residências em Parnaíba.



Fonte: Almanaque da Parnaíba, (1948, p. 106) (E) e (1944, p. 175) (D).

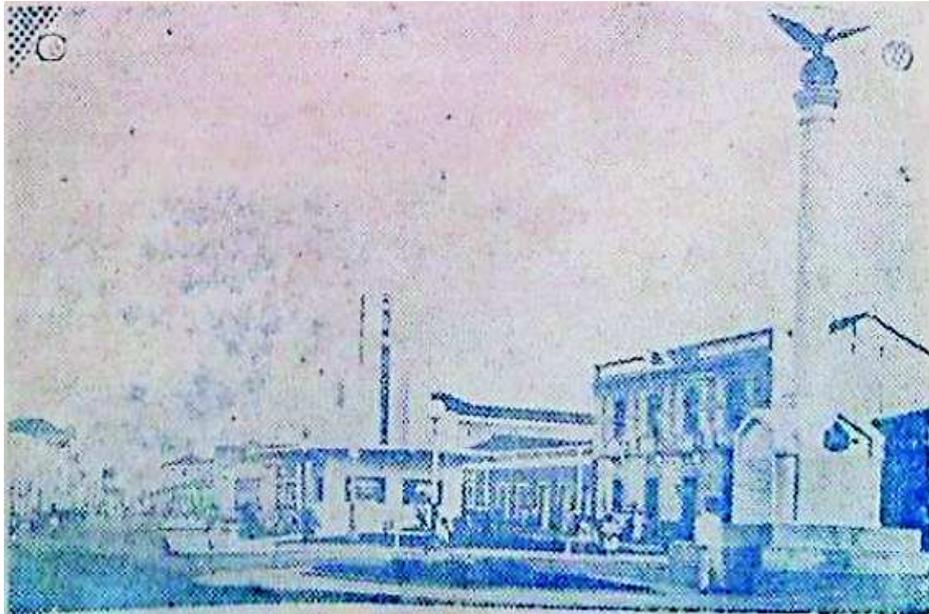
As ruas largas e suntuosas também marcaram sua presença dentre as fotografias impressas no Almanaque da Parnaíba. Sem dúvida o logradouro que mais vezes foi alvo dos fotógrafos é a Avenida Presidente Getúlio Vargas (Figuras 17 e 18), mais conhecida como “Rua Grande” e que já foi denominada Avenida João Pessoa. Esse fato se deve à sua posição geográfica, pois esta servia como artéria entre o Porto das Barcas e a Estação Ferroviária. Nela situavam-se importantes empreendimentos empresariais, como a “Casa Inglesa”, a “Casa Grande” e diversos outros casarões coloniais e armazéns que nos séculos XIX e XX eram símbolos dos ciclos econômicos vivenciados pela cidade. Mesmo nesse início de século XXI essa avenida ainda é importante referência do centro empresarial de Parnaíba. A seguir têm-se algumas imagens desse logradouro:

Figura 17 – Av. Getúlio Vargas, desfile cívico (1941)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1941, p. 39).

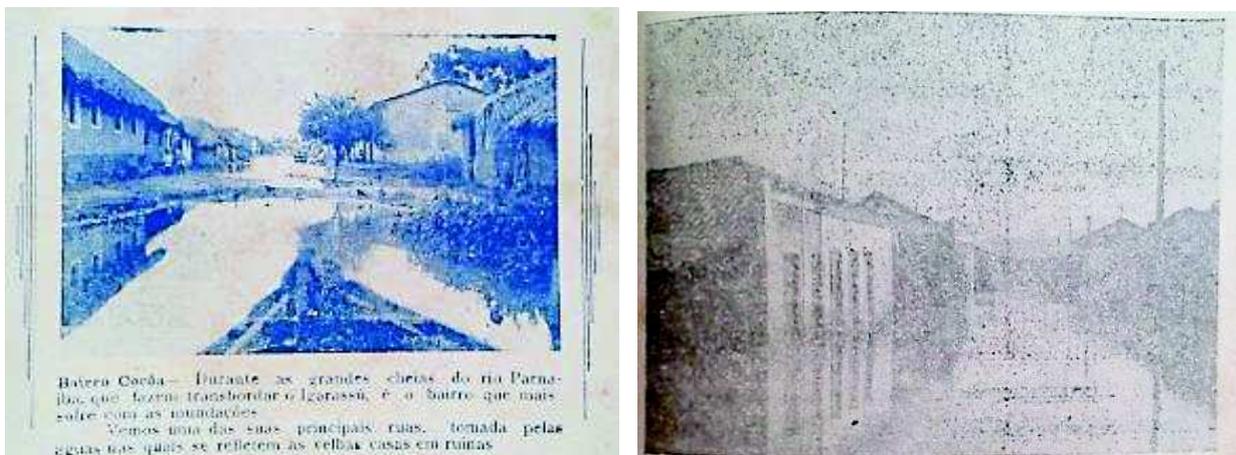
Figura 18 – Av. Getúlio Vargas. Vista da Praça Presidente Getúlio Vargas (1944)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1945, p. 7).

Ainda que a intencionalidade dessas fotografias seja exibir o ideário progressista vivido em Parnaíba, um “olhar” mais apurado revela, mesmo que raras vezes, algumas imagens que denunciam mazelas enfrentadas pela cidade. Tanto nos textos como nas imagens as inundações provocadas pela cheia do Rio Parnaíba e, em consequência seu efluente, o Rio Igaracu, foram abordadas em algumas edições do Almanaque da Parnaíba. A Figura 19 estampa esses registros.

Figura 19 - Fotos de inundações em Parnaíba.



Fonte: Almanaque da Parnaíba, (1938, p. 103) (E) e (1958, p. 199) (D).

Pode-se inferir que o Almanaque da Parnaíba servia, dentre outras intencionalidades, como um meio de divulgação de uma cidade moderna, ou que estava nesse caminho, pois constituíam-se diversos discursos quanto à importância da educação (formal e institucionalizada), econômica, social, cultural, geográfica e histórica da cidade,

As campanhas de higiene, presentes no discurso do almanaque, por exemplo, mostram um dos processos dessa transformação na sociedade brasileira, ao lado da irresistível atração que a cidade exerce sobre as populações rurais, através da expectativa de melhores condições de vida e trabalho. O almanaque faz seu papel da difusão de imagem e valores urbanos. (CASA NOVA, 1996, p. 90).

Como legitimar essas falas? Através das fotografias. Lima assentiu ao asseverar que “O *Almanaque* acabava sendo, neste caso, um dos principais veículos de produção de sentidos e de legitimação dos discursos históricos sobre a sociedade parnaibana”. (LIMA, 2013, p. 31). Esse posicionamento é confirmado por Casa Nova que relata “A burguesia é então seduzida pelo progresso e acredita, movida por seus interesses, que os fatos só seriam conhecidos pela experiência reiterada pelo almanaque como meio de conhecimento das coisas”. (1996, p. 131).

Percebe-se que as elites parnaibanas, inspiradas na modernização que ocorria nas grandes cidades brasileiras da época, no que lhe diz respeito, inspiraram-se na modernização francesa, a *belle époque*, queriam mostrar para as demais cidades e estados o quão digno e próspero era o município de Parnaíba. Porém essa intencionalidade vai aos poucos deixando de ser expressa pelas fotografias, mas continuando nos textos. Um levantamento realizado em várias edições do Almanaque da Parnaíba revela um fato curioso (Quadro 8). Durante as décadas de 1920 e 1930, há um aumento gradativo das imagens de espaços públicos e imagens de prédios da cidade de Parnaíba. Na década de 1940, é observada uma oscilação no número de fotografias por edição no AP, ora apresenta apenas quatro (1947), ora apresenta vinte e oito (1948), ressaltando que a quantidade de páginas variava entre 365 páginas (1949) a 500 páginas (1945).

Quadro 8 – Frequência das fotografias⁶³ no Almanaque da Parnaíba (1924 a 1982)

Ano da Edição	Nº de Fotografias	Nº de Páginas
1924	9	44
1927	2	71
1928	22	127
1930	16	122
1931	24	136
1932	11	170
1935	68	303
1938	60	398
1942	27	392
1945	16	500
1947	4	479
1948	28	390
1950	6	380
1951	0	291
1953	18	384
1954	3	445
1957	3	317
1961	8 (SESC); 1	296
1964	7 (SESC)	379
1968	12 (SESC); 1	342
1972	6 (SESC); 1	298
1979	11 (SESC)	322
1980	12 (SESC); 2	302
1982	4 (SESC); 1	151

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Na década de 1950, cada vez mais diminui a quantidade de fotografias estampadas. Em 1951, não foi registrada nenhuma, tão-só encontram-se retratos de colaboradores e de algumas personalidades que são citadas em alguns textos. Em 1953, foram registradas 23 fimagens, das quais dezenove eram referentes à cidade de Teresina, que ilustraram um texto sobre seu centenário. Na década de 1960, e ao longo da década de 1970, continuam a escassear as fotografias, quando estas aparecem são em sua maioria registros das atividades do SESC em Parnaíba, que nesse período foi dirigido por Ranulpho Torres Raposo, também diretor e editor do Almanaque da Parnaíba. Coincidência?

⁶³ O número de fotografias registrados nesse quadro não inclui os retratos (fotos em close de pessoas) usados para ilustrar o autor dos textos. As imagens de pessoas que aparecem de “corpo inteiro” ou mais de uma pessoa na mesma fotografia entrou na soma apresentadas. A referência “SESC” é relativa às fotos que registraram as atividades dessa entidade e, que não contabilizaram a soma total por entendê-las como publicidade da mesma.

3.1.4 Uso da linguagem textual no AP

Não é objetivo dessa pesquisa promover um aprofundamento na linguística textual do Almanaque da Parnaíba, nem há espaço para tal. Porém há uma necessidade de se compreender, de forma geral, um pouco da composição desses textos. É preciso ir além dos limites da frase, identificar o sujeito e as situações de comunicação que se apresentam, mas sem se esquecer de que estas mudam conforme o tempo e o local em que foram produzidas.

Os almanaques são caracterizados pela sua diversidade de gêneros textuais, mas dentre esses textos existem alguns pontos em comum, recorrências, como tipo de linguagem ou estrutura textual.

Deve-se considerar algo mais do que a simples tipologia textual, narração, descrição e dissertação, é preciso compreender os gêneros textuais identificados em suas páginas. A análise, mesmo que superficial, do Almanaque da Parnaíba, será suficiente para encontrarmos narrativas - contos, fábulas, lendas, ficção, romances, piadas; relatos - de viajantes, biografias, relatos históricos; argumentativos - textos de opinião, editoriais; expositivos - palestras, entrevistas, textos explicativos; e instrucionais - receitas, dicas, regulamentos, etc.

Começando pelas narrativas, o primeiro “conto” publicado no Almanaque da Parnaíba foi “Na vertigem da noite: o que se passa nas grandes cidades”, de Baltazhar Mavignier (1925, p. 27), conto que se desenrola na cidade de Recife onde o autor evidencia os contrastes sociais que são encontrados entre o centro e a periferia desta. É comum esse tipo de Conto que relata as experiências de lugares ou pessoas, mas também se encontram outros que deixam uma dúvida se é fato ou ficção como “Meu Tempo de Polícia”, de Rodrigo Celestino, encontrado no Almanaque da Parnaíba, (1980, p. 141–145), narra uma briga envolvendo soldados que participavam escondidos de uma festa de forró em frente a um “Cruzeiro”, e encontramos aqueles que são pura ficção, por exemplo, “Técnicos em acidentes”, de Vasques Filho (1980, p. 161), narra a trama de um assassinato encomendado por um empresário contra seu sócio e sua amante de forma que parecesse um acidente automobilístico. Na última edição analisada do Almanaque da Parnaíba (1982), foram impressos três Contos: “Mistério”, de Fontes Ibiapina (p. 77-80), “Tarcísio”, de Fernando Silveira (p. 91-94) e, “Na estação das frutas-secas” de Magalhães da Costa (p. 107-112).

Na continuação dessa análise passa-se às Fábulas⁶⁴ que marcaram sua presença no Almanaque da Parnaíba, como amostra, transcrever-se-á a “Fábula Árabe”:

⁶⁴ Fábulas são composições literárias curtas, escritas em prosa ou versos em que os personagens são animais que apresentam características antropomórficas, muito presente na literatura infantil.

Ao lado de um camelo que tosava a herva salgada, de um prado, passou uma formiga carregando uma palha muito maior do que ela, nas mandíbulas. O camelo, notando a diligente obreira, disse-lhe:

- Quanto mais te vejo, mais me enches de admiração! Como podes carregar facilmente fardos dez vezes mais pesados do que tu, ao passo que eu próprio vergo debaixo de dois sacos?

A formiga, sem parar, retrucou:

- Imbecil! É que tú trabalhas para os outros. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1944, p. 115).

Por sua vez os relatos são muito comuns no AP. Na maioria dos casos eles vêm de seus colaboradores espalhados pelo Brasil que contam suas experiências longe de sua terra natal (Parnaíba), mas há outros tipos de relatos também. Dentre os diversos exemplos de relatos citam-se o “Miragens do Nordeste”, de Hidelbrando Leal, em que o autor relata as instabilidades vividas na cidade de “*Parahyba do Norte*”, (atual João Pessoa), que foi vítima do cangaço e dos políticos e o quanto sente saudades da paz reinante na cidade de Parnaíba (LEAL, 1929, p. 103). Há o texto, sem autoria, denominado “O carro Ford superando, sob a intrepidez dos nordestinos”, em que é relatado o feito de três “*chaufeurs*” que realizaram viagem automobilística entre Teresina e Rio de Janeiro, em automóvel Ford, modelo 27, entre os dias 10 e 23 de maio de 1934, percorrendo cerca de 6.000 quilômetros (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1935, p. 265). Outro relato, não assinado, mas bastante curioso é o de “D. Maria Vivencia Furtado Bacelar”, em que se noticia a viagem, no ano de 1934, que fez a senhora Maria Vivencia Furtado Bacelar, 81 anos de idade, da sua propriedade, Mangabeira, há 110 km da cidade de Brejo (MA) até Buenos Aires (Argentina) para assistir ao XXXII Congresso Eucarístico Internacional. Foram 110 km a cavalo; 270 km de canoa; de Parnaíba (PI) até São Luís (MA) de avião; de lá ao Rio de Janeiro de navio; e deste até Buenos Aires de Transatlântico (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1936, p. 221).

Na tipologia textual expositiva alguns discursos foram reproduzidos no Almanaque da Parnaíba, como por exemplo, “Semana da Pátria” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1937, p. 131), que descreve as comemorações da Semana da Pátria, em setembro de 1936, na cidade de Parnaíba. O texto traz o discurso proferido pela “quinto-anista do Ginásio Parnaibano”, Maria Elisa Carvalho, na “Emissora Parnaibana”. Existem diversos textos explicativos, alguns com várias páginas, mas a maioria são curtos como “O Mate: seu prestígio e sua significação”, assinado por Pablo Mantegazza:

O mate entrou de tal forma nos costumes da vida argentina, que seu nome equivale a “infusão” e é empregado para significar as bebidas mais diversas. Preparado de mil modos adapta-se perfeitamente a todos os gostos e aos paladares mais caprichosos

do país. A própria poesia o imortalizou. Assim como na Europa há a linguagem das flores, possui a América a do mate.

Eis aqui algumas de suas ingênuas expressões:

O mate amargo significa indiferença.

O mate doce. Amizade.

O mate com cidreira, desgosto.

O mate com canela, ocupa meu pensamento.

O mate com casca de laranja, vem buscar-me.

O mate com açúcar queimado, simpatia.

O mate com melissa, tua tristeza me aflige.

O mate com leite, estima.

O mate com café, ofensa perdoada. (MANTEGAZZA, 1948, p. 125).

Também era comum a publicação de normas e instruções como no caso do texto “*Telegrapho Nacional*” (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1930, p. 51), em que traz instruções quanto às normas de uso correto e o preço dos telegramas.

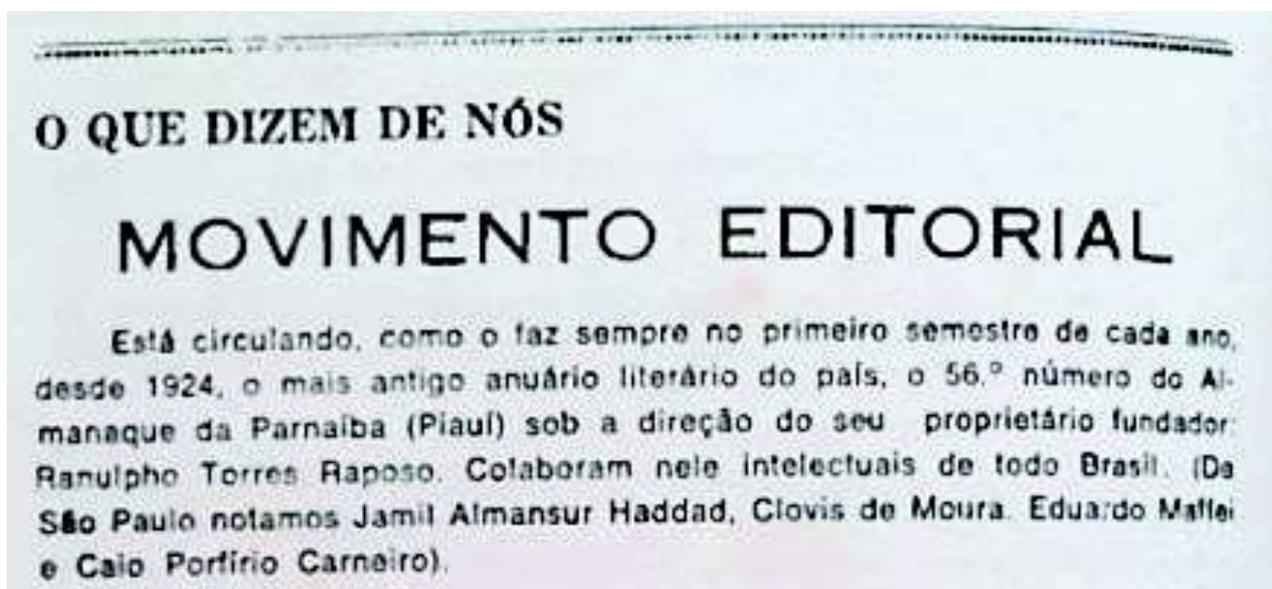
Como frisado, a análise aprofundada dos textos do Almanaque da Parnaíba, requer um esforço e espaço que fogem ao objetivo principal dessa pesquisa. Os exemplos citados servem apenas como uma parca ilustração das possibilidades de pesquisas que utilizam o AP como fonte. Também, salienta-se que não há texto que seja exclusivo de uma tipologia textual, e que o mesmo pode ser classificado de diferentes formas.

3.1.5 Relação entre os leitores e o AP

Infelizmente o AP difere de outros almanaques contemporâneos pelo fato de não ter possuído ao longo de todas as suas 59 edições analisadas um canal de comunicação direta com seus leitores. No período de suas primeiras edições, enquanto esteve sob a direção de Benedicto dos Santos Lima, essa interação com os eleitores se dava no ambiente do escritório do AP, que funcionava no mesmo endereço da Merceria “Bembém” em Parnaíba. Era lá, que por meio de conversas com clientes da merceria e leitores do Almanaque que o editor colhia análises, críticas e sugestões referentes ao AP. Todas as correspondências, que incluíam textos dos colaboradores e sugestões para a seção de “charadística”, que foram recebidas até a edição de 1941, eram enviadas para a Merceria Bembém, que como já citado funcionava como escritório e residência do editor e proprietário do AP.

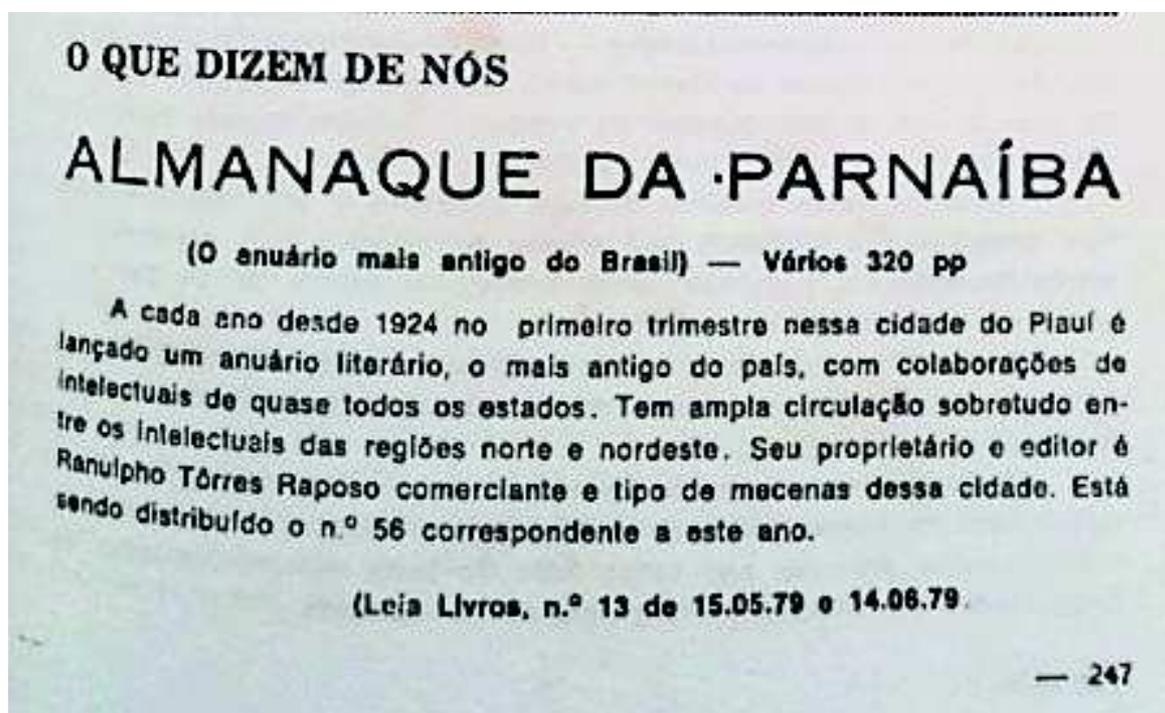
Nas edições mais recentes que foram editadas pelo senhor Ranulpho Torres Raposo (de 1942 a 1982), encontram-se algumas notas intituladas “O que dizem de nós” (Figuras 20 e 21) que reproduziam o pensamento dos leitores ou de outros veículos de comunicação (especialmente jornais) sobre o AP.

Figura 20 – O que dizem de nós. Folha de São Paulo. (13.de maio de.1979)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1980, p. 256).

Figura 21 – O que dizem de nós – Revista Leia Livros⁶⁵

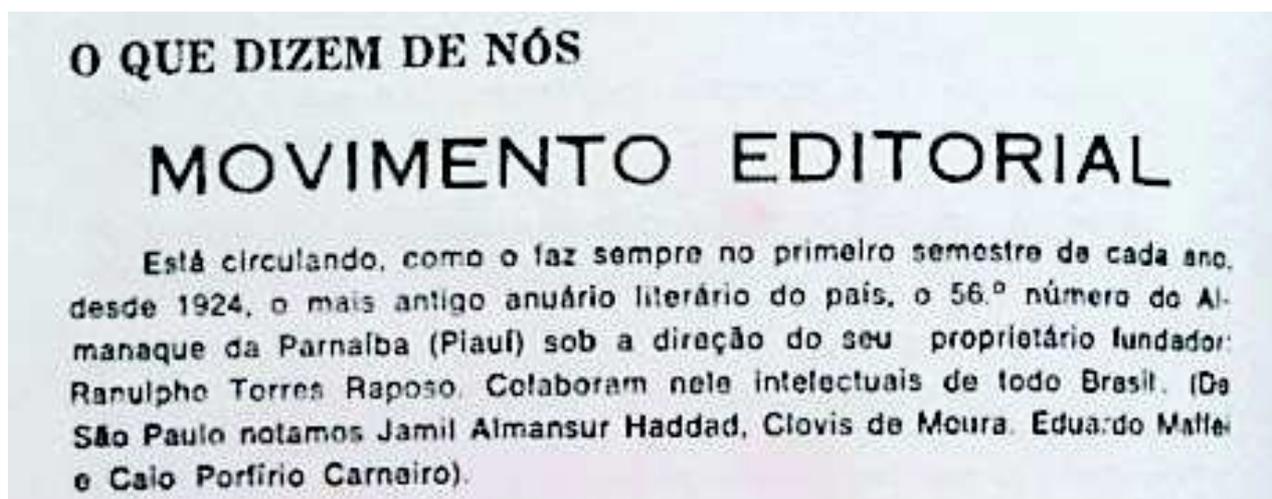


Fonte: Almanaque da Parnaíba (1980, p. 247).

⁶⁵ A revista *Leia Livros*, que circulou de 1978 a 1990, especializada em livros e autores. PELLEGRINI, Tânia. Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar, 50 anos depois. *Estud. Lit. Bras. Contemp.*, Brasília, n. 43, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182014000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 10 mar. 2015.

Há uma grande dificuldade em identificar o autor dessas notas como exemplificado na Figura 22, a seguir.

Figura 22 – O que dizem de nós. Sem autoria. (1980)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1980, p. 256).

Foi identificado também o relacionamento de um grupo seleta de leitores com o AP. Trata-se do grupo de “charadistas” que encontravam nos almanaques da época um espaço de socialização de seus gostos e *hobbies*, como explicado a seguir.

3.1.6 “Decifra-me ou te devoro”

Comum à maioria dos almanaques, as charadas, os enigmas, os logogrifos, as palavras-cruzadas etc., destacam a decifração como um projeto de recreação presente no Almanaque da Parnaíba. Instigados por terem seus nomes, ou pseudônimos, publicados nas páginas do AP, os charadistas viam na “Secção Charadística” a oportunidade de promover novos relacionamentos, ou reforçar os existentes, com outros adeptos desta prática. Essa concepção era estimulada pelos concursos promovidos pelo AP que além dos prêmios, como dicionários, servia para reuni-los, mesmo que a maioria somente nas páginas do AP.

Bembém costumava reunir-se com amigos em sua mercearia para discutir assuntos diversos, como descreve Lima ao relembrar seu pai:

Mas, mesmo não sendo político, nem rico, nem professor, ninguém da Parnaíba foi mais conhecido e mais amado que ele. Seu escritório, na Rua Duque de Caxias, 652, esquina com a Rua do Rosário, era visitado por todo tipo de gente: rica ou pobre, política ou não, culta ou analfabeta, católica, da maçonaria ou do protestantismo. Lugar entulhado de livros, papéis, quadros, fotografias, escrivatinhas, máquina de escrever, estantes... Lugar onde era possível de acontecer e possível de se achar. (LIMA, 2008b, p. 12).

Era nesse ambiente que se desenvolvia um dos maiores prazeres de seu Bembém, o charadismo. Membro da Academia Charadística Luso-Brasileira do Rio de Janeiro, sua aproximação com charadistas de todo o Brasil foi possível graças ao AP, que recebia colaboração, tanto com novas charadas e cartas enigmáticas, quanto com respostas às mesmas editadas no AP. Portanto essa aproximação se dava também de forma presencial e constante, pois alguns charadistas de Parnaíba iam pessoalmente ao seu escritório, outros enviavam correspondência do restante do país.

Na “Secção Charadística” era comum a interação entre os apreciadores do gênero. Tão comum que uns ofereciam “desafios”, como o que é transcrito a seguir, ou dedicatórias aos outros, por exemplo, “Ao B. Despido”, “Ao Piolho”, “Ao mestre JOTA”, como transcrito no exemplo a seguir.

<p>CHARADAS NOVISSIMAS</p> <p>143/146</p> <p>Ao Sr. Abilio Pinto</p> <p>Da base ao ápice está o fruto – 1-2 Muito além de patavina, julgo o “instrumento de artilharia” – 1-1 No meio da taverna e no começo da botica, está Deus – 1-1 Meu parente antes Rei, era homem – 2-1</p>

Fonte: Almanaque da Parnaíba (1933, p. 256).

Outra característica desse relacionamento pelo charadismo no AP é o uso de pseudônimos pelos charadistas. Esse fato pode ser entendido como uma forma de aproximação entre os mesmos, pois um sabia quem era o outro e, como já referido, ofereciam dedicatórias ou desafios entre si. Os apelidos eram formados por trocadilhos ou anagramas dos nomes dos charadistas, por exemplo, ASSUSAC, anagrama de Casusa Porto, ou BEMOFRE, contração das sílabas iniciais de Benedito de Moraes Freire. O próprio senhor Benedicto dos Santos Lima usava vários desses pseudônimos, “BB”,

“H. CHADO” e “H PICOTE”, podem ser relacionados. Alguns exemplos de apelidos: Gondemaga e J. Cordilha (Rio de Janeiro); Argonauta, Piolho, Mutt, (Parnaíba); K. Zita (Maranhão); Luiz Sá (Ceará).

A interação dava-se também com o lançamento de “concurso” para aqueles que respondessem aos enigmas e charadas publicadas no AP. Como prêmio era comum a distribuição de dicionários, exemplificado pela seguinte transcrição:

SECÇÃO CHARADISTICA PARA O ANO DE 1933

São prêmios para este ano:

1º Logar, um dicionário Jaime de Seguiet.

2º Logar, um dicionário Simões da Fonseca.

3º Logar, um dicionário Fonseca & Boquête.

Sómente concorrerão a este certame, charadistas que tenham colaboração e que mandarem as suas soluções em papel almasso (escrito só de um lado) ou em listas datilografadas, sem rasura nem emendas, até o dia 31 de março.

Fonte: Almanaque da Parnaíba (1933, p. 256).

Foi considerada a possibilidade de se entrar em contato com possíveis leitores do AP para tentar compreender e descobrir outras formas de relacionamento, mas essa torna-se inexecutável, pois devido à sua antiguidade, encontrar-se-iam poucos leitores e esses teriam tido contato com as edições das décadas de 1970 e 1980, limitando dessa forma a abrangência dessa relação com o AP, além do mais, esse caminho investigativo desviar-se-ia aos objetivos dessa pesquisa.

3.1.7 Circulação do AP

A circulação de livros e outros impressos no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX enfrentou diversos obstáculos, muitos ainda hoje permanecem. De forma oficial a imprensa brasileira surge em 1808 com a “Imprensa Régia”, mas os locais para leituras eram poucos. As raras bibliotecas existentes eram resultados comuns das iniciativas particulares de alguns professores, das quais o poder público mantinha-se afastado.

Havia dificuldades tanto para os leitores quanto para os autores nacionais, dentre elas citam-se a carência de canais adequados (tipografias e livrarias), o analfabetismo registrava elevados índices, o Brasil era influenciado pela valorização ao “estrangeiro” com destaque para o que vinha da França e o preço dos impressos era muito elevado.

Assim o desenvolvimento de uma maior circularidade de livros e impressos no Brasil ficava condicionado ao desenvolvimento de novas bibliotecas como também às oportunidades educacionais, melhor dizendo, investimentos no sistema educacional no país. Tudo isso, contudo, dependia de outros atores como as determinantes políticas em cada época, o desenvolvimento ou ciclos econômicos pelos quais a nação passava e as condições sociais que estimulassem as práticas de leitura. Para Daniel Roche “As práticas de leitura, a circulação do escrito, a produção de um discurso, oral ou impresso, consolidam as sociabilidades culturais”. (1998, p. 38).

No Piauí a circulação dos impressos predominou durante muito tempo restrita à sua capital, primeiro Oeiras (1760 a 1852), depois Teresina. Em comparação à capital Teresina fica claro pelas palavras de Pinheiro Filho que a circulação de impressos em Parnaíba encontrava-se em estágio mais avançado. O autor explica:

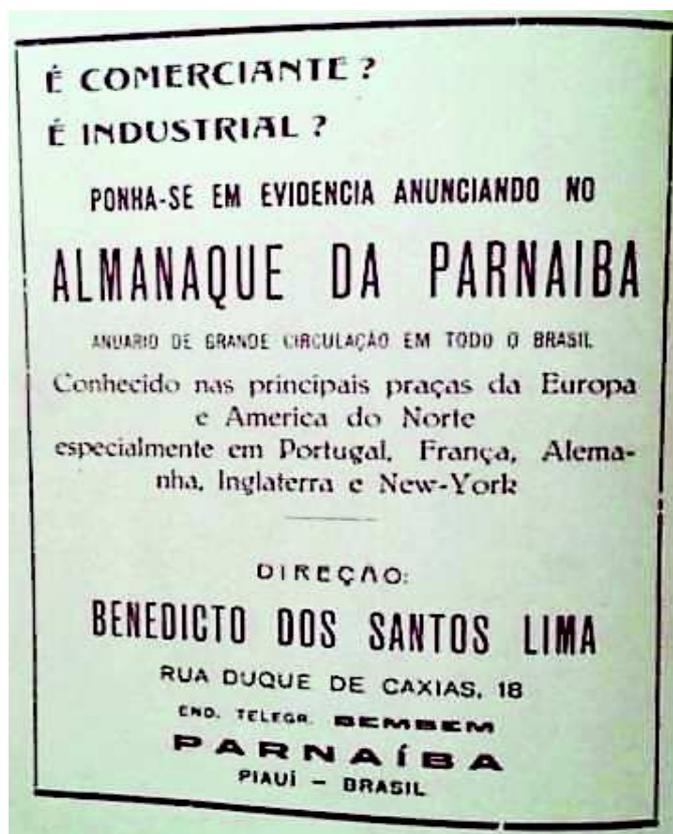
Acontece que Parnaíba teve oportunidade de possuir jornais antes mesmo de Oeiras e Teresina, devido ao empório comercial que representava, e a ligação marítima com as demais províncias e depois Estados do Brasil, e países do mundo. Não sentiu, porém, esta necessidade, pois, que ali se recebiam regularmente jornais do Maranhão, de Pernambuco e da Corte. (PINHEIRO FILHO, 1972, p. 39).

Tem-se que salientar que a circulação de livros, jornais, folhetos, relatórios diversos, revistas e almanaques eram restritas às camadas sociais dominantes, tanto para os leitores quanto para os autores, estes por sua vez eram formados, em sua maioria, por professores, jornalistas, editores de revista e jornais.

Quanto à circulação específica do Almanaque da Parnaíba não foram encontrados documentos escritos, externos às páginas do AP, que dessem pistas por onde ele circulou. As únicas informações foram retiradas dos próprios Almanques e de conversas informais com alguns pesquisadores no IHGGP que apontaram com um dos caminhos dessa circulação a distribuição em bancas de revistas de outras cidades feitas pelos representantes comerciais que frequentavam a cidade e que promoviam a divulgação do AP.

É possível, por meio de um olhar atento nas páginas do AP identificar alguns dos locais por onde o mesmo circulou ao longo do período estudado, porém, ressalta-se que essa circularidade é a que os editores do AP registraram, nessa pesquisa não pode-se consultar outras fontes que contribuíssem para aprofundar ou detalhar os caminhos percorridos pelo Almanaque.

Figura 23 - Chamada para anunciantes no AP em 1934.



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1934, p. 234).

Na Figura 23 pode-se observar um anúncio no AP de 1934, em que ao mesmo tempo em que abre espaço para novos anunciantes apresenta diversos lugares por onde o Almanaque tem circulação. Além do território brasileiro são relacionados dois continentes: Europa e América, com destaque para a América do Norte, especificando países como Portugal, França, Alemanha e Inglaterra e, cidade como *New York*. É algo notável que uma publicação com apenas dez edições tenha alcançado nessa época (década de 1930) uma abrangência territorial tão ampla. Seria isso fato? E como isso pode ser possível? Salientando-se, que essa Figura 23, é uma peça publicitária e que sua interpretação deve ser relativizada. Essas indagações vão sendo respondidas no decorrer da análise.

O próprio AP por ser um impresso voltado, dentre outras coisas, à divulgação das atividades econômicas da cidade, além de ser seu editor um comerciante e representante comercial de diversas empresas que utilizavam a cidade de Parnaíba como porta de entrada para seus produtos e, esta, servia ao mesmo tempo como escoadouro dos produtos da pecuária e do extrativismo vegetal dos estados

do Ceará, Piauí e Maranhão, acompanhava a circulação dessas mercadorias e viajava na carona dos representantes comerciais oriundos de outros lugares.

Esse aspecto do comércio nacional e internacional envolvendo a cidade de Parnaíba foi bastante explorado por Rego (2010) em sua pesquisa que resultou em sua Tese de Doutorado ao descrever o processo histórico do comércio e dos comerciantes estrangeiros instalados na cidade de Parnaíba entre os anos de 1750 e 1950. Com a ajuda da referida autora pode-se inferir que a cidade de Parnaíba, desde o seu surgimento como Vila, em meados do século XVIII, teve seu eixo econômico vinculado ao comércio importador/exportador.

O primeiro grande destaque econômico (segunda metade do século XVIII) relaciona-se com a “Casa dos Dias da Silva”. De origem portuguesa, Domingos Dias da Silva aqui fundou uma charqueada na região do “Porto Salgado”, hoje conhecido como “Porto das Barcas”, às margens do Rio Igaracu, um dos “braços” do Rio Parnaíba que desemboca na cidade de Luís Correia, antiga Vila da Amarração, na época pertencente ao município de Parnaíba, e por onde entravam e saíam boa parte das mercadorias que circulavam na região. Possuidor de uma frota de cinco navios, dos quais três eram usados para exportar charque, couro e outros artefatos para Lisboa e Porto, em Portugal (REGO, 2010).

Explica Rego (2010) que em Parnaíba, no final do século XIX e início do século XX, duas outras “Casas” comerciais merecem destaque pelo seu grandioso movimento comercial nacional e internacional. São a “Casa Inglesa” e a “Casa Comercial Marc Jacob”.

A Casa Inglesa fundada em 1849 como firma “*Andrew Miler & Co.*”, mais tarde passa a ser “*Singlehurst Nicholson & Co.*” e depois entra para a família Clark por James Frederick Clark, em 1900, como firma denominada “James Frederick Clark e Cia. Ltda.”. Após a morte de James Clark a empresa é assumida por Septimus James Frederick Clark, este nascido em Parnaíba no ano de 1894, e a transforma em uma sociedade anônima com a denominação de “Estabelecimentos James Frederick Clark S. A.” em 1946. (REGO, 2010).

Esse estabelecimento comercial possuía filiais em várias cidades do Piauí, inclusive em sua capital Teresina, além de São Luiz (MA), Fortaleza (CE) e Niterói (RJ). Seu comércio exterior se dava com os portos de Liverpool (Inglaterra) e New York (EUA) dentre outros.

A “Casa Comercial Marc Jacob” foi fundada em 1886 pelos irmãos de origem francesa, Marc e Lasare Jacob, após o falecimento dos mesmos no final da década de 1920, a empresa é vendida para Roland Gabriel Jacob. Com fortes atividades comerciais que envolviam diversos estados brasileiros (Ceará, Rio de Janeiro, Pará, Amazonas, Pernambuco, Piauí e Maranhão) essa empresa ainda

mantinha estreita aproximação, através da exportação e da importação, com alguns países (Portugal, França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América). (REGO, 2010).

A análise dos dados apresentados confirma o grande vínculo da cidade de Parnaíba com diversos canais de comercialização dentro e fora do país. O AP, em inúmeras edições, apresenta anúncios dessas empresas citadas. Conclui-se que através dessas empresas o AP tenha arranjado uma “carona” e com isso conseguido chegar aos locais citados na transcrição a seguir. Porém outros fatores também importantes devem ser mencionados como mecanismo de circulação do AP.

“ALMANAQUE DA PARNAÍBA”

Anuário de grande tiragem, com vasta circulação em todo o País, principalmente nos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão, tornando-se por tais motivos, o mais eficiente veículo de propaganda.

Anunciar no “ALMANAQUE DA PARNAÍBA” é ter a segurança de excelentes resultados, pois se trata de uma publicação valiosa, que se conserva nas estantes, para consulta e leitura frequentes. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1957, p. 150).

A cidade de Parnaíba, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, possuiu alguns Vice-Consulados⁶⁶: o Português, fundado em 18 de março de 1844, o Britânico e o Francês, fundado em 19 de março de 1863. Esse fato promovia um estreitamento dos laços entre a cidade de Parnaíba e os respectivos países, e as informações acerca da cidade poderiam ser obtidas pelo AP. Localizada na foz do rio de mesmo nome, durante muito tempo teve seu desenvolvimento atrelado ao comércio marítimo e fluvial. Através das grandes companhias de navegação que aí se instalaram no final do século XIX e início do século XX, as mercadorias circulavam 24 horas por dia no “Porto Salgado”, chegando e saindo para diversos portos do Brasil e do mundo.

Dentre essas companhias estrangeiras, Rêgo (2010) cita “*Booth & C. (London) Ltd. Agentes: Booth & C. (London) Ltd.*” Ligando Parnaíba aos portos de Liverpool e Nova York; “*The Northern Pan American Line. Agentes: Mavignier & Cia.*”, conectando aos portos da Costa Atlântica dos Estados Unidos; “*Lampport & Hotline Ltd. Agente: Roland Jacob*” Estas promoviam o elo com a Amazônia (Manaus), Europa, Oriente e Norte da África, e Mediterrâneo; e *Moore McCormack Line*, Agentes: Narciso, Machado e Cia.” que por sua vez uniam Parnaíba aos portos da costa Leste e Oeste das Américas. Registra Rego (2010) que a casa Marc Jacob, nesse período, comercializava com mais de 28 países. Tem-se, portanto, outro importante meio de circulação do AP.

⁶⁶ Cabia ao agente consular conhecer as perspectivas do mercado brasileiro, indicar as possibilidades e obstáculos para o consumo de manufaturas e produtos industrializados, conhecer a província e a capacidade de consumo de produtos e mercadorias. (REGO, 2010).

Em território interno o AP, além do Rio Parnaíba com suas companhias de navegação, contou com a Estrada de Ferro Central do Piauí, que começou suas atividades de transporte de mercadorias e de pessoas no início do século XX. Sua propagação deu-se do Porto de Amarração até Cocal, Piracuruca e Piripiri (1923), chegando à capital, Teresina, apenas em 1966.

A circulação do AP fora do território nacional pode ser conferida pela Figura 24. Nela é dado destaque ao que foi publicado pelo AP de 1941, quanto ao discurso proferido por Marina Veiga⁶⁷, da *National Broadcasting Company, Inc. – RCA – Victor, New York*, em 16 de fevereiro de 1940.

Figura 24– AP em *New York* (1941)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1941, p. 31).

⁶⁷ Marina Veiga, brasileira, apresentava um programa de rádio chamado “A vida em Hollywood”, no início da década de 1940, nos Estados Unidos.

Outra forma de mapearmos a circulação do AP é por intermédio das transcrições que noticiaram o lançamento de cada edição. Pelo observado era comum o editor do AP enviar exemplares para diversos jornais no país como forma de divulgação nessa mídia impressa. No texto “Como foi recebida a edição de 1956 do ‘ALMANAQUE DA PARNAÍBA’, publicada em 1957, é reproduzida uma nota do Jornal do Brasil⁶⁸ e do O Estado, da qual são transcritos alguns trechos.

Do “Jornal do Brasil”

Excelente, sem dúvida, em seu gênero, é o “Almanaque da Parnaíba”, publicação que, há 33 anos, vem sendo editada em Parnaíba, Estado do Piauí.

Dirigido pelo Sr. Ranulfo Torres Raposo, o “Almanaque da Parnaíba” reúne todos os requisitos capazes de o tornarem interessante e útil, seja pela variedade de matérias que anualmente reúne e divulga, seja pela cuidadosa seleção de assuntos utilizados.

[...]

N’ “O Estado”, Carlyle Martins escreve:

Como das vezes anteriores, apresentou-se o “Almanaque da Parnaíba”, correspondente ao ano de 1956, com ótima feição material, referto de colaborações de primeira ordem e com um serviço informativo dos mais abundantes e completos.

[...]

(ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1957, p. 253).

Também obtêm-se dados quanto à sua circulação em anúncios sobre o próprio AP, como exemplificado pela Figura 25.

⁶⁸ Fundado em 1891 no Rio de Janeiro, o Jornal do Brasil, a partir de 1956 passa por uma reformulação editorial e gráfica, adotando o chamado “jornalismo literário”, inclusive com a criação de uma página literária intitulada “livros e autores contemporâneos”, assinada por Reynaldo Jardim. (www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410535_06_cap_03.pdf).

Figura 25 - Anúncio do AP em 1980

Almanaque da Parnaíba

Anuário de grande tiragem, com vasta circulação em todo o País, principalmente nos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão.

Um dos mais eficientes veículos de propaganda
Anunciar no ALMANAQUE DA PARNAÍBA, é ter a certeza do melhor conhecimento dos seus produtos

Leia e conserve esta publicação valiosa, para consultas e leituras freqüentes

DIREÇÃO CENTRAL

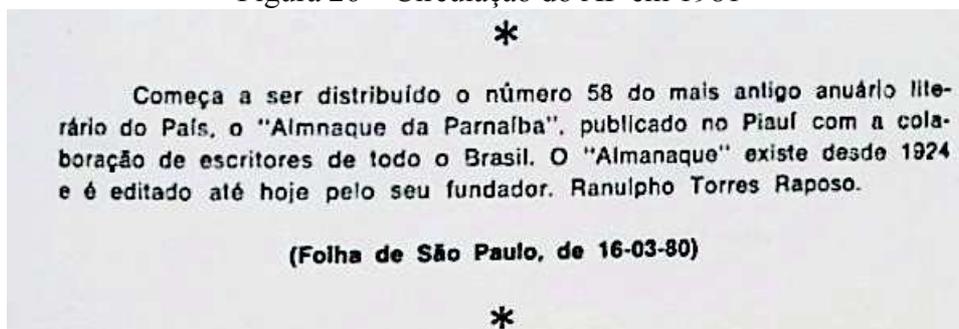
Av. Pres. Vargas, 313/319 — End. Teleg.: TORREAL
TELEFONE: — 1225 — CAIXA POSTAL, 1
64.200 — Parnaíba — Piauí — Brasil

222 —

Fonte: Almanaque da Parnaíba (1980, p. 222).

A circulação do AP também pode ser explicada pela origem, ou residência, de seus colaboradores que enviavam textos de vários estados do Brasil. Na leitura do Almanaque identificam-se autores, com destaque, do Piauí, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas, mas também pode-se citar Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, como exemplificado na Figura 26.

Figura 26 – Circulação do AP em 1981



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1981, p. 301).

Pela análise realizada quanto à circulação do AP pode-se perceber que várias são as pistas que indicam os caminhos percorridos por essa publicação dentro e fora do país. É lamentável que mais detalhes, nesse momento, não sejam possíveis de encontrar, porém, o que foi estudado até aqui permite refletir a respeito dessa circularidade.

Nesse capítulo procurou-se identificar quais as principais características do AP e analisar o processo de circulação deste impresso, através de sua materialidade, como uma publicação que se configura em um importante impresso de circulação na cidade de Parnaíba entre os anos de 1924 e 1982, também destacar o uso das fotografias como documentos de uma intencionalidade e a representação da cidade com base em suas imagens, bem como as principais linguagens textuais que foram utilizadas em suas páginas.

Esse conjunto de elementos presentes nas imagens e textos selecionados permitem compreender, mesmo que de forma fragmentada ou ancorada na perspectiva do pesquisador/historiador, algumas das intenções de seus editores, como por exemplo, a divulgação de uma cidade que se modernizava e progredia economicamente, por meio de fotos que destacavam as melhores praças, as melhores avenidas, as casas com a arquitetura mais moderna ou a inserção em um grupo seleto de intelectuais, que viria a formar a elite erudita da cidade representando os aspectos de civilidade, como os textos com uma linguagem mais rebuscada ou com temáticas mais complexas, e ainda as demonstrações públicas de atos de civismo e patriotismo ilustradas nas fotos dos desfiles cívicos no centro da cidade e as comemorações de datas importantes no calendário local e nacional.

Cada um desses aspectos possivelmente poderiam se constituir em pesquisas isoladas, uma vez que fossem analisadas com maior profundidade. No entanto optou-se por um breve panorama desses aspectos, por meio dos quais foi possível perceber como a cidade de Parnaíba era representada no Almanaque. Essa brevidade se deve ao fato de que o objetivo central dessa investigação é focado na temática educação.

4 A EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO ALMANAQUE DA PARNAÍBA

“E o que é educação? Apenas o treinamento transmitido em algumas instituições oficiais como escolas ou universidades? As pessoas comuns são ignorantes ou simplesmente têm uma educação diferente, uma cultura diferente das elites?” (BURKE, 1992, p. 21).

Partindo dos questionamentos propostos por Peter Burke é que inicio as reflexões quanto aos discursos acerca da educação, encontrados no Almanaque da Parnaíba, suas intencionalidades e as representações nas páginas desse impresso. Cabe pensar que “educação” era apresentada em suas páginas?

Levando-se em conta que a produção do AP iniciou-se no período em que predominou o positivismo em nosso país, no início do século XX, o conceito de educação encontrado no AP e que está de acordo com a concepção vigente é dado por Casa Nova:

A educação tem como objetivo a transmissão, a conservação e o controle dos conhecimentos, das opiniões e dos sentimentos apropriados, para garantir a convergência necessária ao desenvolvimento normal da sociedade. [...] Eis o que o almanaque, essa pequena enciclopédia popular, propõe em suas páginas. (CASA NOVA, 1996, p. 135).

O caráter educativo dos almanaques foi destacado por Casa Nova (1996) e apresenta a seguinte informação:

Formando e informando, através da prática ideológica do ensinar, o almanaque vai assim se constituindo em fonte de saber e conhecimento. Mesmo que essa instrução seja sobre conteúdos considerados fúteis pela cultura humanística tradicional, vai o livrinho difundindo e explicando o mundo através de suas representações. (CASA NOVA, 1996, p. 85).

Quais as representações de educação são possíveis de identificar analisando os textos, as fotografias, as publicidades e os dados estatísticos presentes nas páginas do AP? Peter Burke nos convida a refletir quanto à visão que devemos ter sobre a história da educação quando apresenta a seguinte interrogação: “Uma história da educação vista de baixo deveria deslocar-se dos ministros e teóricos da educação para os professores comuns, como fez Jacques Ozouf, por exemplo, ou deveria apresentar as escolas do ponto de vista dos alunos?”. (BURKE, 1992, p. 22).

Pode-se ampliar esta pergunta de Burke, direcionando-a à problemática desta pesquisa, inquirindo-se o quanto um periódico anual que aborda temas diversos pode ser considerado válido

para tratar do assunto educação? Na citação de Toledo e Skalinski Júnior encontra-se uma assertiva que conduz ao caminho da resposta a essa pergunta.

Vale assinalar que pesquisas em História da Educação não precisam lançar mão, exclusivamente, de periódicos que tenham como temática a educação e/ou a pedagogia. Esta concepção poderia ser classificada como simplista, uma vez que mesmo periódicos que não tratam diretamente de questões atinentes à educação, podem se revelar fontes ricas. (TOLEDO; SKALINSKI JUNIOR, 2012, p. 265).

Colaborando um pouco mais para o esclarecimento de tão importante questionamento cita-se que “Nestes termos, um periódico pode, inclusive, adquirir um caráter pedagógico, contribuindo para a profusão de um ideário educacional ou de uma perspectiva acerca do que deve ser a educação e sua organização”. (MAGALDI; XAVIER, 2008). Esse mesmo posicionamento é defendido por Casa Nova ao informar que: “Um outro aspecto do lazer do almanaque é o de ensinar ou ajudar a ensinar”. (CASA NOVA, 1996, p. 66).

Salientado, portanto, que o Almanaque da Parnaíba tem um grande valor para análise, não só da história da cidade e do Estado, mas da história da educação, resta esclarecer que pretende-se utilizar esse documento para se entender os discursos e as representações sobre educação presentes em suas páginas.

Foucault ao refletir sobre as práticas discursivas e o próprio discurso, não o faz sem relacioná-lo com o termo “enunciado” definido como sendo “a unidade elementar do discurso”. (2008, p. 90). Esclarece ainda o autor que “o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência”. (FOUCAULT, 2008, p. 122). Assim “o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”. (FOUCAULT, 2008, p. 122).

A intencionalidade dessa pesquisa não é promover uma análise discursiva, na perspectiva de Pêcheux, quanto ao tema educação encontrado nas páginas do AP, mas inspirar-se na teoria de Foucault, o qual afirma, “Vê-se, em particular, que a análise dos enunciados não pretende ser uma descrição total, exaustiva da ‘linguagem’ ou de ‘o que foi dito’”. (FOUCAULT, 2008, p. 123).

Imbricando-se com essa definição de discurso, tem-se que avançar para a chamada "prática discursiva", definida como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que deliberaram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 2008, p. 133). Nessa compreensão de “práticas discursivas” e função enunciativa que

pretende-se enquadrar a análise do Almanaque da Parnaíba, enquanto documento histórico, no “tempo e no espaço” e seu relacionamento “social, econômico, geográfico ou linguístico”.

Pensando a respeito das intencionalidades, “ditas e não ditas”, dos colaboradores do Almanaque, assim como seus editores que foram os responsáveis pela triagem dos textos que figuram em suas páginas, tentar-se-á produzir um texto coerente sobre a educação em Parnaíba e no Piauí, e desse modo:

Substitui-se [...] a diversidade das coisas ditas por uma espécie de grande texto uniforme, ainda jamais articulado e que, pela primeira vez, traz à luz o que os homens haviam "querido dizer", não apenas em suas palavras e seus textos, seus discursos e seus escritos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem. (FOUCAULT, 2008, p. 134).

Esclarece-se que não se pretende “reconstruir” uma ordem cronológica da História da Educação, pois “O tempo dos discursos não é a tradução, em uma cronologia visível, do tempo obscuro do pensamento”. (FOUCAULT, 2008, p. 138). A objetivação, de agora por diante, é procurar entender as práticas discursivas presentes no AP sobre educação, utilizando-se como suporte toda produção, imagens e textos, analisados nesse Almanaque.

4.1 Educação e Práticas de Civilidade no Almanaque da Parnaíba

A finalidade deste tema é discutir uma das formas de educação que está presente nas páginas do Almanaque da Parnaíba: a civilidade e o processo civilizador. Como referencial abordar-se-ão autores como Norbert Elias (1993, 1994 e 1998), Robert Darnton (1988), Maria Teresa Santos Cunha (2006 e 2009) e Maria do Carmo Teixeira Rainho (1995), dentre outros.

Como podemos entender que uma publicação anual, cujo conteúdo é formado por textos dos mais diversos assuntos, com a finalidade inicial de ser uma “lembrança” para os clientes de uma mercearia localizada no litoral de um Estado pouco desenvolvido, em uma época em que a maioria de sua população era analfabeta, possa ser considerado, pelo menos em parte, um manual de civilidade ou que tenha participação efetiva em um processo civilizador urbano no século XX?

Numa tentativa inicial de esclarecimentos sobre esse questionamento, deve-se partir da apresentação dos significados e diferenciações entre algumas palavras-chaves, tais como: civilidade, processo civilizador e civilização.

Para uma sociedade atingir o estágio de “Civilização”, esta terá que passar por um “processo civilizador”, que é gradual e psíquico, como esclarece Norbert Elias em sua obra “O Processo Civilizador” (1993 e 1994). Segundo Elias esse processo é baseado em mudanças de comportamentos sociais onde “Muda o padrão do que a sociedade exige e proíbe”. (1994, p. 14). Essas exigências e proibições são diferentes para cada sociedade e difere também dentro da mesma em função do tempo. Isso acarreta processos civilizadores distintos, inclusive de forma intrínseca (campo/cidade; criança/adulto; homem/mulher; etc.).

O conceito de civilização deriva de outros dois: cortesia e civilidade, como estágios de desenvolvimento social. “Cortesia referia-se inicialmente às formas de comportamento que se desenvolveram nas cortes dos grandes senhores feudais [...] O conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável”. (ELIAS, 1994, p. 111). Esses conceitos saem de uma esfera individual e centralizada para uma dimensão coletiva abrangente.

Disseminada entre os séculos XVIII e XIX na Europa, esse processo civilizador é caracterizado por mudanças graduais, tanto de comportamentos, quanto de emoções, na vida cotidiana das sociedades, como reforça Elias (1994, p. 193), “[...] que o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica”. O autor continua informando que esse processo não é fruto de um planejamento isolado de pessoas que, pretendiam “efetivá-lo gradualmente através de medidas conscientes, ‘racionais’, deliberadas” (1994, p. 193). Embora acontecessem sem planejamento não quer dizer que não havia algum tipo de ordem, como exposto a seguir:

Planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isoladas, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma nova ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. (ELIAS, 1994, p. 194).

O que se pode inferir dessa explicação de Norbert Elias é que não se deve atribuir à uma pessoa ou à uma intencionalidade todo o processo de civilização de uma sociedade. Porém, não deve ser esquecido que esse mesmo processo é resultante de uma combinação de planos e ações que se imbricaram e o tiveram como resultado.

Para esse entendimento Elias (1994) se baseia, também, em obras como: *Pueris – A civilidade Pueril* (1530), de Erasmo de Roterdã, dentre outras, que possuem como denominador comum o fato de poderem ser apontados como “livros de boas maneiras”.

Na obra “Sobre o tempo”, Norbert Elias continua sua explicação sobre o processo civilizador dando destaque às relações individuais e coletivas do ser humano. Segundo o autor, as relações sociais “são impossíveis de explicar ou compreender a partir do indivíduo” (1998, p. 19), e que,

O fato de os homens deverem e poderem se orientar em seu mundo adquirindo um saber, e de, com isso, sua vida individual e coletiva depender totalmente da aprendizagem de símbolos sociais, é uma das particularidades que diferenciam o ser humano de todos os outros seres vivos. (ELIAS, 1998, p. 20).

Elias (1998, p. 23) menciona que o tempo é um sinal de um processo civilizador, mas que este só se evidencia quando se faz a comparação entre sociedades de estruturas diferentes quanto à exigência da exatidão temporal. Para o autor o processo civilizador depende de “autorregulação” e “o que muda é a relação entre as coerções externas e as coerções internas e, em particular, os tipos de autodisciplinas e seu modo de integração. (ELIAS, 1998, p. 25).

Elias (1998) aponta ainda que o “desenvolvimento” de um grupo humano e de seus membros depende de um “saber social” e da “evolução dos *habitus* sociais ligados à civilização” (p. 29) e a “modelos sociais de autodisciplina [...] hoje chamados de ‘consciência moral’ ou, talvez, ‘razão’”. (p. 117).

Uma forma distorcida ou talvez simplista que habitualmente usa-se ao se referir quanto ao processo civilizador de uma determinada sociedade, é utilizarmos termos de classificação que levam à uma polarização de seus estágios, dando a entender que esta é uma situação estática ou que não há um ou mais termos intermediários para descrevê-la, conforme cita Elias:

Se, para descrever um processo civilizador, quisermos evitar o recurso a polaridades estáticas, do tipo “civilizado” e “incivilizado”, devemos utilizar expressões como “mais” ou “menos civilizado”, que permitem imaginar que a autodisciplina seria um dado quantitativo, passível de aumentar ou diminuir. [...] O que se modifica de fato, ao longo de um processo de civilização, não é simplesmente a quantidade dos indivíduos, mas a estrutura de sua personalidade. (1998, p. 118).

Dentro dessa concepção, a obra de Elias destaca que o processo civilizador é uma construção coletiva baseada na “[...] ideia de um padrão moral e costumes, isto é, trato social” (1994, p. 62) que foram sedimentados por meio de livros que receberam diversas denominações, tais como, “tratados

de cortesia; manuais de *savoir-vivre*; regras de etiqueta; elementos de moral, guias do bom-tom, tudo isso compõe a chamada literatura de civilidade”. (RAINHO, 1995, p. 141).

Essa “literatura de civilidade”, que teve sua disseminação na Europa nos séculos XVIII e XIX, resultante de um processo de urbanização, industrialização e desenvolvimento das ciências, alcançou o Brasil ainda em sua fase imperial, devido à forte influência francesa, e também fez parte, no final do século XIX e início do século XX, do projeto civilizatório da República, chegando a ser usada em colégios, como livros didáticos.

Uma descrição mais detalhada do que seria essa literatura de civilidade é apresentada por Maria Tereza Santos Cunha, a seguir:

Os manuais colocavam à disposição conselhos e regras que visariam transmitir cuidados que deveriam ser seguidas nos espaços públicos e privados e procuravam internalizar, pela leitura (tanto obrigatória como de lazer) normas e preceitos de controle social tanto pela gestão de corpos e almas como por um conjunto de regras como portar-se com dignidade, cortesia e elegância, próprias de uma existência civilizada. Importa, em especial, nessa abordagem, a associação de urbanidade com a idéia de civilizado e deste com o sentido de “corpo são”. A produção e circulação regionais, nacionais e internacionais desses textos, bem como seus usos e apropriações permitem entrever as reverberações da civilidade com um dado *ethos* religioso/católico, sublinhando a relação dessa moral com a polidez e a pureza das condutas que caracterizariam “alguém bem formado”. (CUNHA, 2006, p. 350).

Outra complementação da finalidade da literatura de civilidade é descrita a seguir:

Frente à necessidade e urgência de transformação do cenário social em sua instituição pela adesão ao exercício das práticas civilizadas, os manuais de civilidade podem ser apontados como importantes elementos auxiliares na conformação e difusão das normas de comportamento percebidas e exigidas como adequadas à nova percepção de sociabilidade que se instaurava no desejo de uma nova sociedade. (CECCHIN; CUNHA, 2007, p. 2).

Rainho chama a atenção que a literatura de civilidade não corresponde necessariamente a “condutas efetivas da boa sociedade”, e sim “reflexões de uma realidade histórica”. (1995, p. 141). E que “Por necessidade, o *corpus* de textos sobre os quais é possível trabalhar privilegia os enunciados normativos que dizem o que é e o que deve ser civilizado, uns visando o emprego da palavra, outros enunciando as práticas que os deixam ver”. (1995, p. 140). Esses manuais tinham, entre outras intencionalidades, o intuito de controle do comportamento dos cidadãos através da coerção regida por normas apresentadas como “algo natural”, tal afirmação é confirmada pela seguinte assertiva: “Sempre enunciada como modo de dever ser, a civilidade visa transformar em esquemas

incorporados, reguladores, automáticos e não ditos de condutas, as disciplinas e censuras que ela e numera e unifica em uma mesma categoria”. (RAINHO, 1995, p. 141).

Maria Teresa dos Santos Cunha destaca que mesmos nos dias de hoje, os manuais de civilidade marcam sua presença por meio de diversos livros publicados por profissionais de variadas formações. Presentes desde o início do século XX nos currículos das Escolas Normais tinham por função o preparo das professoras e dos alunos para o convívio social, pautados em patriotismo e no catolicismo, embora a Constituição postulasse a laicidade do ensino. (2006, p. 351). Conhecidos como “Manuais de Civilidade” tiveram diversas publicações em nosso território nacional, como por exemplo, o Código do bom Tom (1845); Novo Manual de Civilidade (1883), publicado em Lisboa; e o primeiro tratado de civilidade brasileiro dedicado às crianças: “Entretenimentos sobre os deveres de civilidade” (1883). Cunha cita ainda o “Pequeno Manual de Civilidade para uso da Mocidade”. (2006, 1932).

Esses manuais estavam vinculados aos “discursos e produções escritas provenientes de diferentes campos como a Igreja, a Escola, a Medicina a Imprensa; todos preocupados com aspectos ligados à higiene, à moral e à construção de homens e mulheres *saudáveis e civilizados(as)*”. (CUNHA, 2006, p. 353).

Articulando-se esse conjunto de teorizações é possível entender os processos discursivos ligados à civilidade, impressos no Almanaque da Parnaíba.

A cidade de Parnaíba, no Piauí, no decorrer dos séculos XIX e XX passou por transformações econômicas que exigiam por sua vez transformações sociais, ou comportamentais, pois a atividade comercial (exportação e importação) colocava-a em contato com diferentes culturas e, conseqüentemente, diferentes formas de comportamento.

Influenciada diretamente por um processo de europeização de seu modo de vida, pois mantinha contato com diversos países europeus, que têm inclusive instalados alguns consulados ou representações destes em Parnaíba, sua classe econômica e social dominante, composta por ricos comerciantes e agroindustriais, não diferindo do restante do país, desejavam ver em sua cidade o mesmo tipo de comportamento social presente na Capital do país e nos países europeus “mais civilizados”.

Esse processo civilizador em Parnaíba seguiu diversos roteiros, como por exemplo, a urbanização do centro da cidade e os investimentos para a formação de uma rede de instrução pública urbana capaz de ensinar conforme os ditames dos currículos das principais cidades brasileiras da época.

Outra forma, que nesse trabalho passa-se a evidenciar, foi através da divulgação e publicação de livros que possuíam o perfil de manuais de civilidade. Dentre esses destaca-se o Almanaque da Parnaíba (1924 a 1982), embora talvez não fosse sua intencionalidade primeira atender a esse fim.

Pode-se afirmar que o Almanaque da Parnaíba é um exemplo de manual de civilidade e que seus editores tinham essa intencionalidade? Como foi esclarecido por Norbert Elias (1994) esse ideário contido no Almanaque da Parnaíba não deve ser creditado apenas aos seus editores, embora estes sejam responsáveis pelas escolhas do que foi publicado em cada edição, mas ao conjunto de seus colaboradores que representaram um grupo ou uma elite letrada que acreditava estar colaborando com o processo civilizador na cidade, que tem como referência sua posição social, cultural e reproduziam aquilo que liam e escutavam. O Almanaque da Parnaíba reproduzia a ordem de um discurso predominante e muito maior que o desejo isolado de seus editores.

Outro questionamento que surge é: a quem de fato eram destinados esses textos de caráter civilizador no Almanaque da Parnaíba? Aos pobres e menos civilizados, para que estes pudessem aprender a mudar seus comportamentos sociais? Ou aos demais membros da sociedade parnaibana, com o intuito de se estabelecer uma uniformização ou padronização de seus hábitos e costumes, criando uma sociedade idealizada aos moldes das quais se espelhavam os editores e colaboradores do Almanaque da Parnaíba?

Uma reflexão mais profunda sobre as intencionalidades dos manuais de civilidade pode derrubar o mito de que estes foram concebidos para que quem os lessem aprendessem a ter um comportamento social superior em relação aos demais que não fizessem tal leitura, pois isso os diferenciariam e os ensinariam a ter um comportamento de superioridade, preparando-os para ingressar em uma camada social acima da qual se encontravam. Na realidade a intencionalidade desses manuais era exatamente de manter as pessoas onde as mesmas se encontravam, apenas demonstrando como as mesmas deveriam se comportar. Isso é evidenciado pela leitura atenta desses manuais que mostram claramente a existência de uma relação hierarquizada e hierarquizante das sociedades, onde neles existiam as normas e regras de comportamentos e etiquetas para com os seus subalternos, seus pares e seus superiores. Não havia nada que apresentasse a possibilidade de ascensão social por via desses manuais.

Quais os padrões usados para apresentar as normas de civilidade contidas no Almanaque da Parnaíba? A seguir tentar-se-á exemplificar esses padrões de civilidade usando como categorias: casamento, campo/cidade; homem/mulher; crianças/adultos; higiene e religião. Mesmo não abrangendo todas as categorias de civilidade presentes no Almanaque da Parnaíba e não

aprofundando-se nos mesmo, pois o espaço dessa pesquisa não comportaria tal envergadura, acreditasse ser o suficiente para ficar caracterizado o caráter educativo/civilizador do Almanaque da Parnaíba.

Desde seu primeiro texto publicado em 1924, o Almanaque da Parnaíba deixa clara a sua posição alinhada ao “progresso” na cidade. Em “Parnahyba: Influência da municipalidade na sua evolução” (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1924, p. 2-3), são abordados aspectos do “progresso” na cidade de Parnaíba: novas construções; usina de luz elétrica; criação do Grupo Escolar Miranda Ozório; Mercado Público. Também nessa edição os aspectos de civilidade são abordados de forma mais direta, como por exemplo, pelo texto intitulado “A Barba” creditado a “Plínio, o antigo”, que trata dos aspectos da importância da barba para o homem, relacionando-a à força, virilidade e beleza, além de simbolizar a honra conforme relata: “Quando alguém fazia um empréstimo, tirava um fio da barba e dava-o ao credor como garantia. Era mais fácil o devedor matar-se, do que deixar de resgatar o fio de sua barba” (1924, p. 10), além do texto “Código do Homem de Negócios” que relaciona vinte regras que devem ser seguidas nos negócios. (1924, p. 23). Também em algumas de suas primeiras edições encontram-se pequenas frases ou provérbios postos no rodapé de algumas páginas, cujo contexto está relacionado à moral e à honra, como por exemplo: “A preguiça é a chave da pobreza” (1925, p. 3) ou “Todos os dias grandes têm sua véspera”. (1925, p. 10).

Esses textos citados dão uma visão geral de quão imbricado o Almanaque da Parnaíba está com esses aspectos de civilidade, reforçando assim os elementos que compõem um manual de civilidade, ao qual os seus editores tinham a intencionalidade de instruir a população da cidade nos moldes das grandes metrópoles. Deve-se explicar que alguns distanciamentos temporais entre as fontes citadas são devidos ao fato de não haver nesse interstício nenhuma outra referência ao mesmo tema, assim observa-se que a temporalidade na apresentação dessas temáticas não obedecem a um padrão de publicação ou a uma escolha particular, ela está vinculada à sua existência nas páginas do Almanaque da Parnaíba.

4.1.1 Etiqueta ou regras de civilidade

Vários são os textos que, direta ou indiretamente, tem um teor de regramento para um convívio social mais “civilizado” presentes no Almanaque da Parnaíba. Procurar-se-á apresentar alguns destes, no todo ou em parte, que permitam uma reflexão sobre as normas de etiqueta.

Um dos primeiros textos que abordam de forma mais direta as regras de comportamento social no AP foi publicado no início da década de 1930. Ao invés de indicar o que fazer, esse texto indicava

o que “nunca” se deve fazer, daí seu título “Nunca...”, do qual são extraídas algumas, do total de 14, dicas de comportamentos iniciadas com a palavra “nunca”, por exemplo: “Nunca reveles um segredo; nunca leia as cartas dirigidas aos outros; e nunca ria das desgraças alheias”. (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1930, p. 87).

Outro texto que segue a contramão, ou seja, indica o que não deve ser feito ou como não se deve comportar foi “Meio infalível de tornar-se uma pessoa desagradável”, em que são reproduzidos “Dez Mandamentos” que apregoam “falas” para tal:

- 1º - Não concordo;
 - 2º - Antipatizo com seu amigo;
 - 3º - Qualquer outra pessoa poderia ter feito isso também;
 - 4º - Isso está errado;
 - 5º - Vou dizer onde foi o seu erro;
 - 6º - Como eu dizia...;
 - 7º - Pensei que você ia fazer;
 - 8º - Vou explicar como é a coisa;
 - 9º - Eu dantes também pensava assim;
 - 10º - Isso não passa de mero preconceito.
- (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1932, p. 75).

Apelando para o humor, alguns textos sobre etiquetas e/ou comportamentos éticos foram apresentados aos leitores para que estes refletissem e deduzissem suas conclusões, como no caso de “Lição de Moral”: “Eu tinha um sócio, contava o pai a um filho. Um dia um freguês deixou na loja uma carteira com duzentos mil réis. Outro qualquer chamava-lhes seus. Eu não. Esperei meu sócio, contei-lhe o sucedido e foram cem mil réis para cada um de nós”. (ARAGÃO, 1939, p. 357). Percebe-se que alguns valores éticos podem ser motivos de chacota se levados ao rigor, ou seja, pregava-se um comportamento social pautado em princípios morais, mas sem ser extremista. Pelos exemplos destacados percebe-se que a intencionalidade é a de uma instrução “pelo avesso”, ou seja, destacando o errado para chamar a atenção do que é certo, porém sem impor nada ao leitor.

Até atitudes nada “virtuosas” eram atenuadas em algumas passagens no AP. “O Direito de Mentir”, de Joaquim Aragão, apresenta o verbo “mentir” como algo que pode ser amenizado e aceito na sociedade da época, como diz, “Por sua generalidade tornou-se uma virtude de elite” e continua “Hoje em dia um homem muito reto e intransigente nas suas palavras é um pobre idiota”. Continua o autor com algumas justificativas para esse seu posicionamento, “A bazófia é o íman do predestinado a subir”, ou ainda, “Sob todos os aspectos, a mentira sempre consegue êxito e muitas vezes o melhor partido”. (ARAGÃO, 1940, p. 335). Pela leitura desse texto pode-se inferir que o autor não quer

necessariamente estimular os leitores a mentir, ou dizer que mentir é certo, apenas chamar a atenção que, apesar de a mentira ser algo moralmente condenável pela sociedade, esta mesma sociedade a emprega desde tempos antigos e que já é quase que uma cultura aceita, como é explicitado nas citações seguintes, “A mentira é uma necessidade imprescindível” e a “hipocrisia é o símbolo da finura social”. (1940, p. 337). Termina sua exposição com as seguintes afirmações: “Enganar é um dom imanente à espécie humana. [...] Todos nós, plenamente convictos de uma verdade, podemos conjugar o verbo: - nós mentimos, vós mentis, eles mentem...”. (1940, p. 337).

Críticas foram levantadas contra alguns comportamentos que, desde aquela época, já eram considerados socialmente inaceitáveis. “O vício do fumo” é uma delas que destaca,

Hoje, é comum aos dois sexos. Nos lugares públicos, porém, é falta de distinção a mulher fumar. Na sala de música nunca se fuma, como também o homem não deve entrar em casa estranha, de visita, com cigarro aceso. Nas *soirées* (espetáculos que acontecem à noite) familiares como nos bailes, não se fuma nos salões onde se dança; para os fumantes há sempre uma sala reservada. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1938, p. 209).

Através da superstição inúmeras regras ou comportamentos eram ditados, não havendo uma explicação lógica ou racional apenas a tradição herdada ou aprendida eram as bases que justificavam tais posturas. Em “Coisas que dão sorte e coisas que dão azar” são enumeradas 26 “lições ou dicas” sobre o que se deve fazer, ou não, em certos casos e o “significado” de certas situações, vejamos alguns exemplos:

Quando se mudar de uma casa para outra, mande levar em primeiro lugar, a vasilha de sal. Assim atrairá a felicidade para a casa nova;
Menino novo que após alimentar-se, lança golfadas de alimentos, vai ficar muito gordo;
Acordar e ver um banco caído é mal sinal;
Passar a mão nas costas de um corcunda traz felicidade;
Dar presente de lenço a namorado, faz acabar o namoro;
Um espirro traz um desejo; dois espirros, um beijo. Mas se o gato ou o bode espirra, é sinal de chuva;
Criança que nasce num domingo, será afetuosa, expansiva e alegre. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1943, p. 239).

As regras de civilidade em muitos casos estão atreladas a princípios religiosos. “Os Deveres do Homem – para consigo mesmo” apresenta algumas dessas regras.

Em primeiro lugar deverá ter gravado profundamente em seu coração a ideia de Deus, de cuja vontade depende a sua verdadeira felicidade;
 [...] ao homem se impõe o dever de fugir à ociosidade e à preguiça;
 [...] conservar e aumentar as forças naturais do nosso corpo, alimentando-o e dando-lhe exercícios convenientemente [...]. (CÂMARA, 1954, p. 101).

4.1.2 Casamento

A instituição casamento ou matrimônio é um elemento social muito abordado dentro do processo civilizador pelos manuais de civilidade. Primeiramente institucionalizado em nosso país pela Igreja para depois, através do “Estado laico”, ser oficializado como “casamento civil”. Normalmente é destacado nessa instituição seu caráter de sociabilização entre homens e mulheres e sua função de perpetuadora da espécie humana. Aos homens cabe o sustento e provento de seu lar e às mulheres ou esposas a função de “dona de casa” e “mãe”. Dessa é cobrada uma série de “virtudes” e de “dons” e que a mesma seja benevolente com a “natureza” do esposo, sendo-lhe submissa e compreensiva em “seus defeitos de homem”.

Tentar-se evidenciar essas características apontadas seguindo o consequente roteiro: antes do casamento; casamento; conselhos para as mulheres; conselhos para os homens; e fim do casamento.

Em “Para Casar” procura-se, na forma de comparação, atribuir adjetivos aos rapazes e moças, qualificando-os em função de seus aspectos físicos. O objetivo é alertá-los quanto aos estereótipos atribuídos aos mesmos.

Rapaz baixo é barulhento	Moça nervosa é preguiçosa
Rapaz gordo é preguiçoso	Moça gorda é dorminhoca
Rapaz alto é ciumento	Moça baixa é laboriosa
Rapaz calado é maluco	Moça calada é bondosa
Rapaz pedante é mofino	Moça alta é ciumenta
Rapaz alvo é corre campo	Moça magra é faladeira
Rapaz magro é bestalhão	Moça trigueira é pedante
Rapaz moreno é manhoso	Moça alva é borboleta
	Moça feia é um purgante

(ALMANACK DA PARNAHYBA, 1928, p. 25).

O Almanaque da Parnaíba (1935, p. 109) recomenda às mulheres diversas situações para não se casarem com um homem, entre outros conselhos, que “Se se meter muito nas tuas toilettes. Não cases com um maçador; se for galanteador com tuas amigas. Não cases com um conquistador; Se não for ciumento. Não cases com um indiferente”.

Logo abaixo do calendário mensal, cada mês do ano em uma página distinta, no Almanaque da Parnaíba (1940) há um pequeno texto intitulado “conselhos às pessoas nascidas em [...]”, ou seja, naquele mês em questão. Nele existe uma descrição das características pessoais, indicações de cores e “pedras” apropriadas. Há também conselhos, sobretudo às mulheres, sobre o casamento, por exemplo: “Os homens e as mulheres deste mês (janeiro) devem casar-se cedo e procurar os respectivos cônjuges entre os amigos de infância”. (1940, p. 7). Continua o AP: “As mulheres devem cultivar a sociedade dos homens. Ainda que não sintam atração pelo casamento, são esposas ideais e excelentes donas de casa” (p. 11), e “As mulheres nascidas neste mês (julho) deverão entregar-se a um exame profundo do próprio caráter antes de pensarem em casar-se”. (p. 19). Nesse “conselhos”, encontrados no Almanaque da Parnaíba, de 1940 e 1941, as mulheres são descritas como boas donas de casa e boas mães, enquanto os homens aparecem como os que ocuparão as profissões de nível superior, as atividades intelectuais ou científicas.

Em relação à saúde daqueles que vão se casar o Almanaque da Parnaíba (1944) aborda a importância “Do Exame Prenupcial” e defende sua regulamentação em dispositivo legal, “Não é de agora senão de vários anos que se vem levantando, entre nós, a questão do exame prenupcial, tendo sido até motivo de cogitação sua regulamentação oficial, Câmara dos Deputados, em 1930”. Continua sua justificativa em relação ao referido exame apontando seu caráter higienista ao dizer, “É visando principalmente a descendência que se instituiu a utilíssima praxe do exame médico prenupcial, e é neste objetivo eugênico, de aperfeiçoamento da raça e melhoria dos genótipos, que se funda a razão de ser do mesmo”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1944, p. 253).

No Almanaque da Parnaíba há uma “Prece da recém-esposada”:

Senhor!
 Daime um filho forte - para a tranquilidade dos fracos,
 belo – para o encanto das mulheres;
 perfeito – para o assombro dos homens!
 Mas, se ele tiver, um dia, de bater num fraco,
 de seduzir uma mulher
 ou de matar um homem,
 Senhor!
 Dai-me um filho sem beleza,
 dai-me um filho sem braços!
 Senhor!
 dai-me um filho bom – para o amparo da miséria;
 justo – para o desempenho da justiça;
 afetivo – para a ternura de seus pais;

talentoso – para o esplendor das Artes ou glória as Ciências!
 Mas, se ele tiver, um dia, de sonegar a justiça,
 de ser indiferente à miséria.
 de mistificar as ciências
 ou de bater em seus pais,
 Senhor, senhor!...
 Matai meu filho!... (FORNARI, 1934, p. 27).

A família é exaltada como sendo a instituição elementar da humanidade, juntamente com a Pátria. “A Pátria é a nossa grande família. A família é para nós a pequena Pátria”. (DOUMER, 1934a, p. 13).

Em “As Seis Ordens do Casamento” (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1928, p. 53) é afirmado que um homem que se casar é o mesmo que entrar em uma dessas seis “ordens religiosas”: Beneditinos; Frades Pregadores; Descalços; Flageladores; Cartuxos e; Ordem dos Solitários.

Em “Casamento e Amor” (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1929, p. 91) é relatada uma “pesquisa” realizada na Itália com 95 noivas que responderam por que se casavam. Nenhuma disse ser por amor, a maioria, 61, responderam que era “para ter sua própria casa”.

Também o Almanaque da Parnaíba apresenta um texto, intitulado “Variações sobre o Casamento” (SILVA, 1941, p. 161), que caracteriza o matrimônio como fundamental “à divindade, à natureza e à sociedade”. Voltado especificamente para os homens, o texto evoca que “O homem que se preza desta prerrogativa (perpetuação da espécie), deve amparar-se sempre a uma mulher”, e continua: “O celibato é o refúgio solitário onde se escondem os incapazes para o exercício da função máxima do homem sobre a terra: ser esposo”. Segue afirmando que “A autoridade do homem sobre a mulher” é “primordial” para a harmonia do lar, e “Não há felicidade no casamento, quando a mulher não reconhece a superioridade do marido. – Palavras de Julio Dantas”. Aponta ainda o dinheiro como importante para “a vida dos casados”, mas sem “abusos”.

O tédio e a falta de “tato” são apontados como responsáveis pela separação entre os casais. Pelo texto “Porque morre o amor no casamento” são as mulheres que deixam seus maridos motivadas sobretudo pela falta de atenção dada pelos mesmos à elas. Insinua que as mulheres devem ser mais complacentes com os erros dos maridos, “Quando uma mulher não estiver preparada para perdoar seu marido três vezes por semana, o melhor é que não se case”. (ALEXANDER, 1930, p. 33).

Em “O casamento” são apontadas duas faces sobre o casamento: a ideal, em que o “homem de sã razão e caráter definido” faz jus a uma mulher (esposa) idealizada: “cativante e solerte guarda do lar, a mulher amável, virtuosa, que espalha a ventura em seu redor”. A outra face apresenta o

“indivíduo falho de vontade, ou ‘peior’ ainda, de maldade”, responsável por transformar “qualquer menina fundamentalmente honesta em mulher que não valha mais do que ele”. (DOUMER, 1934b, p. 17). Assim, as mulheres têm sua personalidade moldada à do marido, como se não tivessem vontade própria.

Percebe-se uma preocupação com a continuidade do matrimônio no Almanaque da Parnaíba, no texto intitulado “Diabo doida...” que inicia com a seguinte reflexão: “Esses homens que só vêm na mulher um objeto de gozo, dentro de pouco tempo deixam de amar a sua própria mulher para amarem a mulher dos outros, ou as mulheres de ninguém”. (LINS, 1954, p. 173). Na forma de “conto” apresenta o desgaste sofrido em um casamento por conta do tempo, embora neste caso específico só se tenha passado um ano de matrimônio, que pode ser percebido pelos “versinhos” que o marido ofereceu à esposa antes do casamento:

Esse teu rosto tão lindo
Indica em amor infindo
Que serei feliz contigo

E os novos versos depois de um ano de casados:

Para ti só uma chibata
Nessa tua cara de gata
Que tenho como um castigo. (LINS, 1954, p. 173).

Em 1972, Francisco de Assis Maia defende em “Divórcio, o Espantalho”, sua posição em relação a este instrumento jurídico que só seria definitivamente implantado em nosso país no ano de 1977, quando o conceitua da seguinte forma: “Seria a quebra do cordão que prende os casais separados e que, por força de preceito legal, continuam ligados pelo vínculo indissolúvel.” E justifica informando que “O ideal seria a permanência no tempo de todos os casamentos sem pensar no desfazimento dos mesmos, seja pelo desquite ou pelo divórcio, mas como o fato existe, deve existir o direito para a composição do mesmo”. (MAIA, 1972, p. 161).

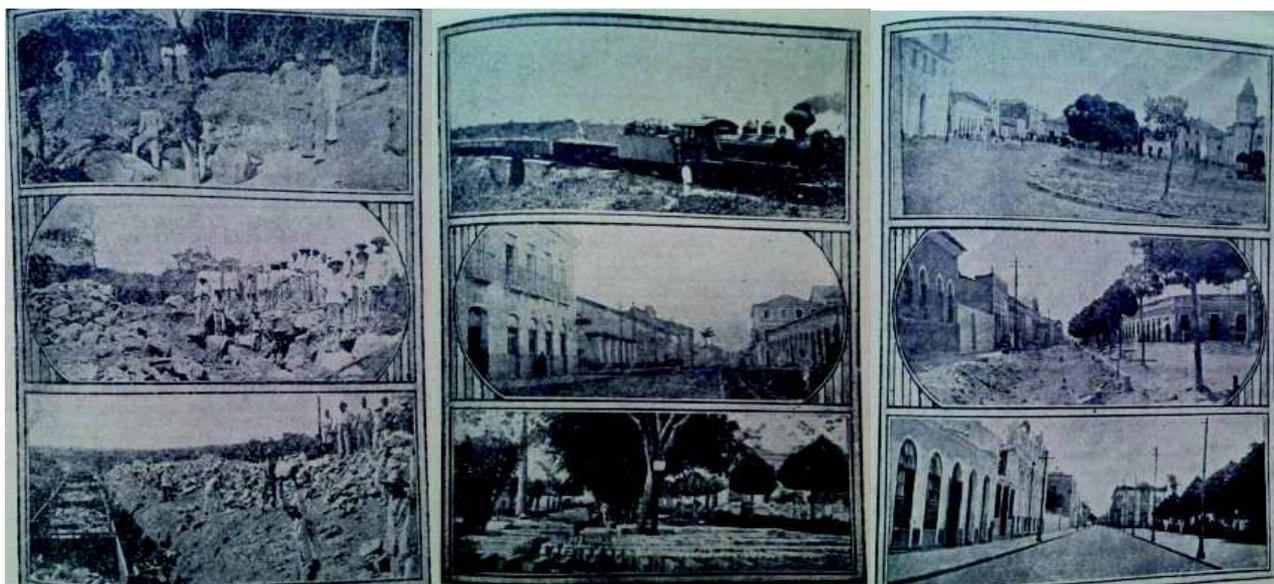
Assim, o casamento ou matrimônio é elencado nas páginas do Almanaque da Parnaíba. Seu fio condutor perpassa pelos “estágios”, não obrigatórios ou obrigatoriamente em ordem, do casamento. No aspecto de civilidade fica explícito o papel submisso que é dado à mulher em relação ao homem.

4.1.3 Campo/Cidade

A relação entre o meio urbano e o meio rural como contrastes entre o civilizado e o selvagem, respectivamente, foram explorados no Almanaque da Parnaíba. Por diversas vezes os cenários das cidades, em especial Parnaíba, foram apresentados como sinônimos de progresso, civilidade e modernidade, enquanto o campo era ilustrado como o ambiente do atraso, da vida selvagem e da simplicidade. Há alguns autores que defenderam a vida “bucólica” das pessoas que habitavam a zona rural, mas outros traziam representações desses homens e mulheres como ingênuos, tolos e que serviam para chacotas e piadas de toda sorte. Morar na cidade, defendem muitos colaboradores do AP, era estar em vantagem, como se todos os habitantes dos centros urbanos tivessem acesso à água encanada, eletricidade, coleta de lixo, saneamento básico, transporte coletivo e educação pública de forma integral, fato esse que somente alguns privilegiados eram agraciados. Pretende-se, portanto, apresentar uma seleção de textos publicados no AP, no período correspondente à essa pesquisa, que ilustram a variedade de visões que se tinha sobre a vida no campo e na cidade.

Uma das formas de apresentar essas representações se dá por meio de fotografias, como por exemplo, em “Embelezamento Urbano” que apresenta uma série de fotografias, Figura 27, que registram o processo de urbanização da cidade de Parnaíba. (Almanaque da Parnaíba, 1933, p. 121).

Figura 27 – Embelezamento Urbano em Parnaíba – (Década de 1930)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1933, p. 123, 125, 127).

Outra forma de representação se dá por meio de textos ou seleções de ditatos ou adágios populares, adaptados ou literais, que foram escritos e divulgados por esse periódico, a exemplo, “Provérbios Setanejos”, série de provérbios que apareceram em várias edições do Almanaque da Parnaíba durante as décadas de 1930 e 1940. Embora nem todos os provérbios relacionados sejam originariamente nordestinos, como destaca o autor, eles aí são apresentados sob a justificativa de sua incorporação à cultura do nordestino, por exemplo:

Quem é vivo sempre aparece.
 Quem tem boca não manda soprar.
 Quem meus filhos beija, minha boca adoça.
 Boi velho ensina o novo a lavar.
 Não tenho nada com o peixe.
 A dor é que ensina a gemer.
 (VIAL, 1934, p. 242).

Os ensinamentos sobre o campo são apresentados também através de “poemas”, como por exemplo, “Caboclo do Brasil” (THOMAZ, 1934, p. 250), ou “contos”, como na série intitulada “Sertanejadas” presentes em várias edições.

Um dos colaboradores que muito contribuiu com a divulgação do homem do campo foi Alarico da Cunha, escritor presente em várias décadas do Almanaque da Parnaíba, é de sua autoria o texto “Tipos populares na cidade e no sertão”, que descreve algumas pessoas que o autor conhecia e que, segundo o mesmo, são denominadas “tipos populares”, cujas características são descritas de forma perjurativa e preconceituosa, por exemplo, “Era um pardo baixo, grosso, zarolho, mal encarado, zambeta e trópego” (1936, p. 121) e que serviam para o divertimento dos que possuíam “superioridade mental”. Sendo assim apresentados aos leitores: “Essas entidades são necessárias à nossa vida burguesa ou intelectual”, continua o autor ao afirmar que “[...] gostava, como ainda gosto, de rir-me a custa de certos tipos populares e dos calinos (que ou o que é ingênuo; estúpido; parvo) sobretudo dos ignorantes inteligentes, que são os mais apreciáveis”. (CUNHA, 1936, p. 121).

Cunha continua sua crítica aos “sertanejos” ao dizer que “A supertição domina-o. A religião não é mais do que uma miscelânea de cristianismo com o mais grosseiro fetichismo dos nossos avoengos, e não há padre que convença do contrário”. (CUNHA, 1936, p. 127). Esse pensamento é reforçado no texto “A Rasga-Mortalha e o Sertanejo”, de Hermes Vieira, ao citar que “Para ele, a rasga mortalha é uma espécie de mau agoro. [...] Mas ele (sertanejo) tem razão. É um pobre analfabeto esquecido pelo homem civilizado”. (VIEIRA, 1955, p. 221).

Alarico da Cunha pode ser novamente citado pelo seu conto “O Pudor da Sertaneja”. Nesse texto evidencia-se novamente o tom jocoso em relação à “mulher sertaneja” após narrar uma história que o mesmo teria presenciado quando ainda era criança, em que diz:

Depois dessa interessante ocorrência, fiquei muito tempo a meditar sobre a psicologia daquele povo feliz que ainda vive fora dos surtos de civilização e disse comigo mesmo: Que diferença entre as mulheres civilizadas e as pobres matutas, no tocante ao pudor! Que diferença! (CUNHA, 1945, p. 110).

A imagem que era produzida em relação ao sertanejo estava vinculada, entre outras, ao escárnio. Sob o título de “Sertanejadas”, publicado em algumas edições do Almanaque da Parnaíba, essa visão era reforçada como nesta citação: “É inesgotável o manancial do anedotário sertanejo, enriquecendo o folclore do norte e do nordeste do Brasil”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1948, p. 249). Mas há também os textos que destacam e valorizam algumas qualidades do sertanejo, principalmente sua resistência frente às adversidades que a sua própria condição de homem que mora no campo tem que enfrentar. Isso se evidencia em “O Mérito das Pequenas Coisas” pelos seguintes dizeres, “O homem do campo, principalmente aqui no nordeste, foi sempre um lutador estoico, um lidimo herói anônimo e obscuro, mantendo esforço sobre-humano pela própria subsistência”. (ARAGÃO, 1952, p. 131). Esse destaque continua, mas sem esquecer a visão de suas limitações, ao informar que o homem era “Escravo de um trabalho árduo, estranho à luz benfazeja que emana das 25 letras do alfabeto, continua um homem digno e necessário, mas um animal ignorante, de mentalidade curta, um produto bárbaro à margem da civilização”. (1952, p. 133).

Temas como “Liga Camponesa” e “Reforma Agrária” foram reproduzidos no Almanaque da Parnaíba. As Ligas Camponesas foram duramente criticadas pelo cônego Aloísio Rocha Barreto, no texto “Ligas Camponesas”, de 1962, assim apresentado:

Assunto que vem seriamente, preocupando a opinião pública, nestes últimos tempos, são as ‘Ligas Camponesas’. Onde quer se instalem, logo de começo, como característica peculiar, geram a desordem, o tumulto, a arbitrariedade. Destacam-se sobremaneira, pela agressão, pela força, pela rebeldia, no mais completo desrespeito à lei. (BARRETO, 1962, p. 127).

Coriolano de Carvalho também tratou dessas temáticas, em “Reforma Agrária e Subvenção Social” em que o autor afirma, “Em todo os países em que se instalou a grande indústria, houve um desequilíbrio entre os lucros do homem rural e do cidadão amparado nas fábricas”. (CARVALHO, 1963, p. 69). Seu posicionamento aparenta ser favorável à solução dos conflitos no campo. Sobre as

Ligas Camponesas afirma que “As terras despertam o apetite das massas e as chamadas LIGAS CAMPONESAS se movimentam e reclamam o amparo do governo federal”. (1963, p. 69). Sobre a Reforma Agrária conclui, “Encaremos a REFORMA AGRÁRIA como uma conquista da civilização e empreguem a inteligência na solução dos nossos problemas básicos”. (1963, p. 72). Na edição do ano de 1965 do AP, o autor retoma o tema da Reforma Agrária em “Terra Esquecida”, atacando os latifúndios improdutivos posicionando-se da seguinte forma, “Os latifúndios improdutivos desafiam o patriotismo de nossos homens públicos e a inércia impede nosso progresso”. (CARVALHO, 1965, p. 103). Em relação ao Piauí afirma, “O Piauí está esquecido e caminha para uma encruzilhada terrível. Dividir os grandes latifúndios e cultivá-los cientificamente ou permanecer na inércia e na pobreza e aceitar o domínio de outras gentes”. (1965, p. 106).

Pode-se perceber que o posicionamento sobre o homem do campo em relação ao homem da cidade é marcado, principalmente nas décadas de 1930 a 1950, por uma visão estereotipada, fruto do processo civilizador e higienista que atravessou e atravessa nosso país, com destaque para a primeira metade do século XX. Também, aos poucos, o foco vai mudando do “homem” para o “social”, ou seja, a preocupação passa a ser as tensões crescentes no campo que tem reflexos nas populações das cidades, como as Ligas Camponesas e a Reforma Agrária.

4.1.4 Religião

Desde o Decreto nº 119-A de 07 de janeiro de 1890, redigido por Rui Barbosa, houve a separação entre Religião e Estado. O Brasil abandona o Estado confessional e adota o Estado laico. A nossa primeira Constituição da República, promulgada em 1891, influenciada pelo positivismo e racionalismo vigentes à época, ratificou a alternativa pelo afastamento entre Igreja e Estado, inaugurando o Estado Laico e a liberdade de religião, segundo o artigo a seguir:

Art. 11: É vedado aos Estados, como a União:

[...]

2ª) estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos.

(BRASIL, 1891).

O Brasil, independentemente do que diz o preceito legal, sempre foi majoritariamente católico. Conforme os dados do Censo Demográfico de 2010, (IBGE, 2010) a população brasileira declarada como católica apostólica romana correspondia a 64,6% da população total. Na Região

Nordeste esse dado era de 72,2%. O Piauí, 85,1%, é considerado o Estado brasileiro com a maior população católica do país.

Qual seria então a relação entre Igreja e civilidade presentes no AP? Para a Igreja Católica a civilidade das pessoas será completa se for inspirada na caridade cristã, tanto que no início do século XX foi editado o Compêndio de Civilidade Salesiano, que assume a forma de um manual de civilidade e que deveria ser ensinado pelos professores e praticado pelos alunos.

Figura 28 - Fé e propaganda no Almanaque da Parnaíba em 1942

**FEZ UM VOTO AO CORAÇÃO DE
MARIA,
CUROU-SE E MANDOU REZAR
UMA MISSA EM ACÇÃO DE GRAÇAS**

Da distincta redacção da conhecida e popular revista paulista Ave Maria, recebemos o valioso documento que abaixo publicamos, conservando seu estylo e feitio. Diz o seguinte:

Garimpo das Canoas (Município de S. Sebastião de Paraizo, Estado de Minas Geraes).

Maria do Carmo ha dez mezes vinha soffrendo de uma bronchite asthmaticã acompanhada de uma pertinaz tosse e já não podia se deitar. Fez um voto ao Coração de Maria e o veneravel Antonio Claret para que descobrisse um remedio para o seu soffrimento. Verdadeiro milagre! Pegando em um numero da revista Ave Maria encontrou o anuncio do PEITORAL DE ANGICO PELOTENSE, remedio já famoso. Com 5 vidros d'esse peitoral está completamente sã. Manda celebrar uma missa em acção de graças e pede a publicação desta carta.

Garimpo das Canôas.

Maria do Carmo

Confirmo este attestado. Dr. E. L. Ferreira de Araujo. (Firma reconhecida).

Licença N. 511 de 26 de Março de 1906.

PELOTAS — RIO G. DO SUL

Vende-se em toda a parte.

Fonte: Almanaque da Parnaíba (1942, p. 167).

Certo que no AP as instruções não são tão diretas como em um Compêndio, mas os temas ligados a caridade, esperança, Fé, dentre outros, estão presentes na forma de contos, poesias, discursos e, até propaganda, conforme exemplo na Figura 28.

Diversos são os temas relacionados à religiosidade ou às “crendices” populares presentes no AP. O primeiro texto publicado no AP que versa sobre religião foi estampado em sua primeira edição em 1924, denominado “Princípios de Theosophia”, abordando sobre reencarnação (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1924, p. 7). O Almanack da Parnahyba (1928, p. 39) aborda a temática sobre o luto e relaciona a duração desse período, em dias, conforme o grau de parentesco. Carlos Barromeu (1934, p. 55) escreve sobre dois contos de “bruxarias” ou “feitiços” e atribui seus efeitos aos fatores psicológicos como a “autossugestão” e ao grau de “impressionabilidade” de cada um.

Em algumas edições do AP existe uma coluna chamada de “Página Religiosa” em que é destacada a imagem de algum santo da Igreja Católica e uma breve menção ao mesmo.

Além de textos claramente católicos, o AP trouxe outros, de caráter sociológico, em que a religião era um dos pontos em discussão. Em “Breves Considerações Sociológicas – O fator religioso na sociedade brasileira” é abordado o antagonismo entre o “Materialismo” e o “Espiritualismo”, e entre a “objetividade” e a “subjetividade” do homem. “Os indivíduos podem ser contados por cabeças, as pessoas ao contrário; são objetos de apreciação qualitativa”. (SILVA, 1938, p. 225). O autor acusa o “Estado leigo”, “positivista” e “materialista” como a “causa da grande onda de anarchia que, hoje, atravessamos”. (1938, p. 225).

A divulgação de alguns grandes eventos religiosos apareceu no AP, como por exemplo, o III Congresso Eucarístico Nacional (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 254), realizado em Recife – PE, em 1939.

As lições ou “mandamentos” para um bom cristão e para um bom cidadão também ocuparam seu espaço no AP. No texto “Saber Perdoar” algumas reflexões são postas aos leitores, como por exemplo, “Quem ama perdoa, e quem perdoa esquece; e Saber perdoar é uma virtude. A grandeza d’alma não está no Perdão, mas em saber fazê-lo”. (NEVES, 1938, p. 211).

O AP participou efetivamente da campanha em prol do Bispado em Parnaíba na década de 1940. Em “O Nosso Bispado” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 315), essa participação fica clara pelas palavras contidas nesse texto, como, “O povo parnaibano cogita neste momento, da criação de um Bispado nesta cidade”.

No texto “Pontos Luminosos”, de Arimatéa Tito, são descritos de forma exaltada alguns temas voltados para a espiritualidade do ser humano, com por exemplo, “Esperança: Fortalecimento

universal do Bem”; “Fé: Evangélica virtude que transporta montanhas e que opera prodígios”; “Caridade: a virtude dobradamente e rasgadamente portentosa” (TITO FILHO, 1942, p. 169); “Amor: Tumultuar de correntes bravias, que levam de vencida todas as barreiras e todos os obstáculos” (1942, p. 171); “Ciência: alavanca enorme que despedaça a porta de todos os mistérios e o monumento de todos os segredos” (1942, p. 173); “Arte: soberbo ponto luminoso” e; “*Homo Hominis Lupus*: Que Deus suavize, por meio desses pontos de luz a estrada imensa das vítimas”. (1942, p. 175).

O Espiritismo também foi evidenciado no AP no texto “Reflexões”, de autoria de Freire de Brito, que procura justificar porque o Espiritismo não revela grande feitos históricos, da justiça ou das ciências, “atividades que mudariam o curso dos acontecimentos, para o bem” (BRITO, 1946, p. 225), pois suas preocupações estão centradas no progresso da vida humana, “Não poderia estar com ele, a liberdade de perturbar as linhas mestras da vida, traçadas por vontades mais altas”. (1946, p. 227).

A crítica ao ateísmo faz-se notar em alguns momentos no AP. O Monsenhor Cícero Nunes escreveu “A necessidade de crer” onde, “Dizia Brunetière que a necessidade de crer faz parte da definição do homem” e que “O ateísmo é uma atividade artificial”. (NUNES, 1942, p. 47). Esse posicionamento também é defendido no texto “O homem é naturalmente religioso” em que é apresentado o seguinte argumento: “Ser privilegiado em toda a criação terrena, o homem tende, pela sua própria natureza, para a religião. Daí a afirmação de Tertuliano: - ‘a alma humana é naturalmente cristã’”. (SILVA, 1948, p. 157). Esses, e outros textos presentes no AP assumem o posicionamento religioso dos colaboradores e dos editores desse impresso.

O combate ao Materialismo por parte da Igreja Católica encontrou espaço no AP a partir do final da década de 1940. Em “Missão Social da Igreja”, do Des. S. Mendes, é enaltecida a história do Cristianismo que, segundo o autor, sempre soube vencer as adversidades e espalha-se por “[...] todas as nações do mundo, num banho lustral de redenção, de purificação moral e social da civilização humana”. (MENDES, 1949, p. 61). Porém é demonstrada a preocupação com o avanço do Socialismo ao citar que “Mas assim como venceu o racionalismo individualista e irreverente dos séculos passados, irá de dominar os satânicos propósitos do socialismo materialista dos agitados e confusos dias que passam”. (1949, p. 67).

A Igreja também assume a defesa do trabalho e sua consequente remuneração em “Fundamentos Cristãos do Trabalho”. Para Luiz Sucupira, o trabalho realizado pelo homem é mais que uma forma de combater a “indolência e a ociosidade”, é uma necessidade material.

Razões morais e exigências materiais obrigam o homem a trabalhar. Por isso o trabalho não é apenas recurso para combater a indolência e a ociosidade, mas processo de proporcionar à vida fim elevado com aplicação das energias vitais e do esforço muscular para vencer as necessidades naturais. (SUCUPIRA, 1979, p. 97).

Esse texto relaciona a atividade do trabalho com o Cristianismo, argumentando que este ao defendê-lo lhe atribuiu melhor *status*, “Portanto, enquanto o Cristianismo não foi seguido pelos homens, o trabalho representava rebaixamento e indignidade” e conclui justificando o salário como um direito do trabalhador, pois, “Está mesmo na natureza humana que o trabalho proporcione recompensa [...]. O salário é portanto um direito do trabalhador e um dever do empregador”. (SUCUPIRA, 1979, p. 97).

4.1.5 A construção do feminino

As apropriações sobre o gênero⁶⁹ feminino são percebidas de uma forma bem intensa no Almanaque da Parnaíba. Pretende-se aqui apresentar alguns excertos dessas relações presentes nas páginas do AP e suas imbricações com o processo civilizador ou os manuais de civilidade.

Um dos primeiros textos que aborda a temática, “mulher”, no Almanaque da Parnaíba, em forma de poesia, foi publicado em 1930, sob o título de “Mulher Moderna” (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1930, p. 104), o qual é reproduzido a seguir:

A mulher para ser moderna
Deve adotar o systema
De saber cruzar a perna
E frequentar o cinema...

A carióca da gemma
Preza-se por ser hodierna;
Fuma, dansa, jóga, rema.
Cada vez mais nos inferna.

Todos sports adópta,
Anda de calsas e bóta
E pratica equitação...

O diabo é se á mioleira
Lhe dá pra aprender rasteira
E atirar o homem ao chão!

⁶⁹ “[...] gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também classe e raça”. (SCOTT, 1995, p. 93).

Por esse poema, assinado apenas com as iniciais “B. C.”, já é possível notar como a figura da “mulher moderna” é estereotipada e o medo que isso causa aos homens desde aquela data.

A presença feminina continua a ser retratada em “A Mulher” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1932, p. 31) que a descreve, ano a ano, dos 12 aos 30 anos de idade, atribuindo-lhe uma característica, por exemplo: “Aos 12 anos é crisalida que espera a luz do amor para ornar-se dourada borboleta”, ou, “Aos 30, é tarde envolta pelo manto do crepúsculo”.

Outro texto com o mesmo título, “A Mulher”, foi publicado em 1940 e representa a figura feminina em relação aos homens:

A MULHER, que foi a **perdição** para Adão, para Sanção a **morte** e para Salomão uma **vingança**, é para o médico um laboratório, para o juiz uma **ré**, para o pintor um modelo, para o poeta uma inspiração, para o militar uma camarada, para o padre uma **tentação**, para o doente uma enfermeira, para o são uma **enfermidade**, para o republicano uma cidadã, para o romântico uma huri⁷⁰, para o versátil um **joguete**, para o bandido uma **vítima**, para o gastrônomo uma cozinheira, para o menino um consolo, para o namorado um desejo, para o noivo uma esperança, para o marido uma **carga**, para o viúvo um descanso, para o velho um **desengano**, para o rico uma **ameaça**, para o pobre um **flagelo**, para o jovem um **pesadelo**, para o homem um **estorvo**, para o diabo um agente, para o mundo uma força, e para o tipógrafo uma página... (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 119, grifo nosso).

As palavras destacadas no texto servem para ilustrar como as mulheres eram adjetivadas. Salienta-se que nem todas as palavras ou adjetivos expressos neste texto são negativos e que certamente esse não deveria ser o pensamento de todos os homens naquele contexto, mas a sua existência em uma publicação periódica dessa natureza serve de parâmetro da representatividade que a mulher despertava e que era reproduzida como sendo uma verdade.

Curioso o fato que, em seguida ao texto “A Mulher”, o AP publica outro texto denominado “A Majestade Feminil”, de J. G. Câmara, em que ela é exaltada em frases como “Que seria dos homens sem o subsidio desse complemento tão essencial à sua existência psíquica e física?” e “[...] mas também pela razão de exercer certa superioridade sobre os homens” e “[...] impropriamente chamado sexo frágil”. (CÂMARA, 1940, p. 121). Aparentemente o autor defende uma posição de igualdade entre homens e mulheres, porém suas palavras denotam certa preocupação com o processo de civilização quando cita,

[...] é que a exploração da mulher, que se deixa ficar prisioneira das ilusões funestas trazidas pela civilização amortecedora do ornamento inato que a caracteriza –

⁷⁰ Mulher belíssima que o corão promete ao fiel muçulmano na vida futura.

reduzindo-a tantas vezes à lamentável situação de condenável mercantilismo, roubara-lhe a república do lar sagrado e naturalmente inviolável para conceder-lhe a elegância feminista tão eloquentemente digna de nossa contemplação. (CÂMARA, 1940, p. 131 e 139).

Essa citação denota certa insatisfação com essa emancipação feminina, pois a mesma acaba com a representação da “dona de casa perfeita” tão admirável pelos seus esposos.

Novamente o AP publica outro texto como o mesmo título, ou seja, “A Mulher” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1943, p. 77), que dessa vez descreve, por metáforas, como Deus criou a mulher. Destaca inicialmente suas qualidades físicas e finaliza com seus atributos de mãe, esposa e dona de casa.

O Almanaque da Parnaíba de 1933 relaciona 50 “dictados” sobre a mulher. Todos a apresentam de uma forma jocosa. A título de exemplo reproduzir-se-ão alguns extraídos do texto “A mulher em meio cento de dictados”, de autoria de Leonardo Mota (1933, p. 184):

- 1) O homem é fogo e a mulher é pólvora: vem o diabo e assopra.
- 6) Feliz da porta que sai mulher morta.
- 25) Pobre com rica casado, mais que marido é criado.
- 30) Com menino e com muié, orelha em pé.
- 35) O homem na praça e a mulher em casa.
- 50) Casa de mulher feia não precisa de tramela.

Dentro de seu papel de manual de civilidade, o AP traz em sua edição de 1940, uma série de “Conselhos” para o público feminino, todos com o viés da submissão:

Evita a primeira discussão, com teu marido, porque a esta, com certeza seguirão outras;
 Lembra-te que não há homem perfeito, e se o escolheste, perdoa os pequenos senões, evitando cenas deselegantes quando perceberes suas imperfeições humanas;
 Pede o menor número de vezes possível, dinheiro ao teu marido;
 Quando discutires com teu marido, deixa-o vencer algumas vezes, mesmo que esteja certa de que ele não está com a razão;
 [...]
 Cuida da tua toilette, todas as horas do dia, para que ele nunca te encontre desmazelada ou em desalinho. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 103).

Outro texto com instruções ao público feminino foi “Economia Doméstica”, em que Estela Bianco (1953, p. 209) relaciona uma série de dicas sobre as atividades da mulher em seu lar de forma a ser mais econômica e encontrar soluções simples para diversos problemas domésticos.

A imagem feminina na maioria das vezes é associada à figura de mãe. Em “Aprendendo a ser mãe” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1945, p. 261), o autor relembra uma passagem que em observava uma menina brincando com uma boneca e a mãe desta argumentara, “ao mesmo tempo em que brinca, está aprendendo a ser mãe”.

Entre os estereótipos femininos, destacados no AP, a vaidade e, conseqüentemente a beleza, são várias vezes lembrados. Em “O Apêlo á Vaidade” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934, p. 239) pode-se ter contato com esse tema quando é dito que “A mulher é fundamentalmente vaidosa”, continua “É por isso que os anunciantes de produtos de higiene, em vês de apelarem para o interior puramente higiênico, para a questão primacial da conservação da saúde, que eles representam, dedicam o melhor e o principal dos seus apelos à vaidade feminina”.

Quanto à “Beleza Feminina”, esta é abordada como variante no tempo e no espaço e descreve que, “Entre os franceses, por exemplo, é recorrente que a mulher para ser bela, deve ter 30 requisitos essenciais:”

3 coisas brancas – a pele, os dentes, as mãos;
 3 negras – os olhos, as sobrancelhas, as pestanas;
 3 vermelhas – os lábios, as faces, as unhas;
 3 longas – o corpo, os cabelos, as mãos;
 3 curtas – os dentes, as orelhas, os pés;
 3 amplas – o peito, a testa, as orelhas;
 3 estreitas – o talhe, a boca, a ponta do pé;
 3 grossas – os braços, as coxas, as barrigas das pernas;
 3 delgadas – os dedos, os cabelos, os lábios;
 3 pequenas – o cólo, o nariz, a cabeça.
 (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1938, p. 353).

Por esse texto pode-se perceber que além de um modelo idealizado da beleza feminina para os franceses da época, esses “requisitos” contemplam somente os aspectos físicos, não se faz menção às qualidades intelectuais ou morais da mulher.

Há também aqueles que criticam a beleza feminina, ou melhor, a exploração da beleza feminina, como no caso de concurso de Miss. Nas palavras de Defrísio Rocha Nogueira (1958, p. 75), em “Mis e Senhorinha”: “Deu-lhe o Creador (a beleza) para que pudesse atrair aquele que lhe será companheiro e arrimo na jornada da vida. [...] O trajar descurado indica um coração relaxado, enquanto o asseio e a ordem são indícios de caráter bem formado”. Essa citação revela a preocupação com o aspecto da beleza da mulher com a finalidade do matrimônio. O autor então aprofunda seu posicionamento ao alertar “Não te deixes enganar com uma civilização (Norte-americana) em que há

família aparentemente, mas é só um contrato” e continua “Sabemos caros leitores que se medem quadris de animais em Zootecnia, mas nossas irmãs, que têm vergonha, não se devem assemelhar aos brutos”. (NOGUEIRA, 1958, p. 75).

O AP, assim como a maioria dos almanaques, possui uma seção com calendários mês a mês, nela são descritas os dias do mês, com sua relação à semana e as celebrações civis e religiosas. Também fez parte, nas edições de 1939 e 1940, uma espécie de “horóscopo”, embora não se note a presença dos signos zodiacais, pode-se encontrar uma caracterização da personalidade das pessoas de acordo com o seu respectivo mês de nascimento. Essa descrição iniciava com as características gerais e, em seguida, especificava “homens” e “mulheres”, por exemplo, no Almanaque da Parnaíba (1939, p. 5) “Os homens (nascidos em janeiro) serão filósofos, poetas, sociólogos; as mulheres, arrebatadas, terão personalidade. Serão boas esposas e mães carinhosas”. Outro exemplo, para as mulheres nascidas no mês de março, “Serão excelentes esposas, donas de irradiante simpatia e de uma imensa bondade” (1939, p. 9); as nascidas em julho: “Serão boas esposas. Deverão casar-se o mais cedo possível, devido sua inclinação para a vida de prazeres” (1939, p. 17), as do mês de novembro: “As mulheres apesar de generosas, arrebatadas e teimosas serão boas esposas e boas donas de casa” (1939, p. 25); em dezembro: “As mulheres serão meigas, modestas, sabendo amar e perdoar; serão boas esposas e mães amantíssimas. Deverão evitar as afeições românticas, pois no lar encontrarão a verdadeira felicidade. (1939, p. 27).

Pode-se inferir que na maioria das vezes as mulheres são apresentadas como “esposas”, “donas de casa” e “mães”.

Poucos textos do AP foram escritos por mulheres. Embora muitos sejam dedicados à elas na forma de poesias, contos, dicas e conselhos, etc., estes foram escritos por homens. Em defesa dos direitos femininos poucos se aventuram, porém aqui encontramos um texto escrito por uma mulher, “Os direitos da Mulher”, de Alda Cunha. Nele é apresentado o posicionamento da autora em relação à uma “crônica contra o feminismo”. Inicia de forma humilde: “Aqui me tendes, pois, caros leitores, nas colunas deste almanaque, a lesar a vossa paciência com estes rabiscos inócuos e descoloridos, brotados talvez da mais fraca mentalidade feminina de nossa terra”. (CUNHA, 1940, p. 283). Talvez a autora percebesse que o público leitor do almanaque não lhe levaria à serio por sua condição de mulher e por defender o feminismo. Ela continua

De todos os seres, é a mulher o que mais tem sido espoliado, maltratado e vitimado pela calúnia e a maledicência. [...] dá o aparecimento do feminismo, corrente

justiceira, sensata e lógica, que procura igualar os direitos do homem e da mulher, visto fazerem, ambos, parte integrante da humanidade. (CUNHA, 1940, p. 283).

Após defender a posição das mulheres frente as grandes realizações no processo de civilização e que esta marchara sempre ao lado dos homens em todas as grandes conquistas, a autora termina o texto da mesma forma que iniciou, ou seja, se desculpando. “Ordena-me a modéstia, a pouca experiência da vida e a fraca inteligência que silencie sobre o assunto, e assim é que, faço ponto final em minha crônica, pedindo desculpas aos gentis leitores pela insipidez da leitura do que lhes proporcionei”. (CUNHA, 1940, p. 286).

A independência financeira das mulheres sempre foi motivo de preocupação para os homens. Há muito tempo as mulheres lutam por uma situação de igualdades de direitos, entre eles os trabalhistas. Esse fato é registrado nas páginas do AP, por exemplo, com a publicação do texto “Emprego e Sexo”, de Agamenon Magalhães, que foi interventor Federal em Pernambuco, no qual registra o seguinte posicionamento:

A concorrência econômica assume no século XX, formas curiosas. Uma delas é a concorrência feminina do emprego. Nas repartições públicas, nos bancos, nos escritórios, no comércio em grosso ou a retalho, nas fábricas, nos restaurantes, nos cafés, em toda a parte, enfim, a percentagem das mulheres empregadas é cada vez maior. (MAGALHÃES, 1940, p. 79).

Apesar desse novo panorama o autor reconhece as limitações que as mulheres brasileiras enfrentavam naquela época, “O acesso das mulheres ao emprego é limitado à proporção máxima de dez por cento sobre o número de cargos”. (MAGALHÃES, 1940, p. 79). Mas afirma que a realidade econômica do país só será melhor com maior participação das mulheres no mercado de trabalho, pois “No Brasil, como a fortuna do pobre é o filho, o emprego do pessoal feminino é uma forma de melhorar as condições econômicas da família”. (1940, p. 79).

Outra referência à participação das mulheres no trabalho é um levantamento estatístico, por países, elaborados em meados da década de 1970, que apresenta os seguintes resultados: “Quase 52% das mulheres japonesas participam das atividades econômicas de seu país, segundo dados de Programas Internacionais de população. Na França essa taxa alcança 44%, na Iugoslávia, 39%, nos Estados Unidos 30%, na Holanda 27%, na Argentina 23%, no México 19,4% e no Brasil 17,3%”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1975, p. 39). Por esses dados evidencia-se a pequena participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, ou seja, mesmo com um crescimento alcançado nos últimos anos a situação retrata o quanto o patriarcalismo é dominante em nosso país neste momento.

Gradativamente é percebida uma mudança nos textos do AP em relação à posição das mulheres na sociedade, em especial a partir do final da década de 1960. “A Mulher no Mundo Moderno”, de Pedro Celestino, levanta esse panorama ao descrever que “Até o século passado (século XIX), a mulher era tida apenas como um ser relegado, inferior, incapaz de assumir qualquer responsabilidade, especialmente no sentido intelectual”. (CELESTINO, 1969, p. 137). Esse posicionamento é refletido nos diversos textos aqui apresentados e em outros tantos publicados no AP durante várias décadas. O autor, Pedro Celestino, continua seu escrito afirmando que,

Graças à compreensão humana e sobretudo à luta da mulher, em busca de melhores conquistas, para igualar-se ao semelhante do chamado sexo forte, goza ela hoje, no mundo moderno, os mesmos direitos do homem. [...] E aí vemos o resultado de sua luta, cujos louros têm-na envaidecido, chegando muitas vezes, a superar seu próprio companheiro, quando este é apenas um veste calças. (CELESTINO, 1969, p. 137).

Em 1976, Rubens Vaz da Costa faz um amplo apanhado sobre a situação das mulheres no Brasil em “A Participação da Mulher na Sociedade Brasileira”. Segundo o autor “Um dos mais seguros indicadores da modernidade de uma sociedade é a crescente participação da mulher nas atividades econômicas, culturais e profissionais, etc.”. (COSTA, 1976, p. 187). O panorama adotado nesse texto inclui: Escola e Universidade; Força de Trabalho; Atividade Econômica da Mulher e Posição de Ocupação e; Remuneração do Trabalho Feminino. São tomados como referência dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE, “Os dados analisados (PNAD – 1972) demonstram sobejamente à crescente participação da mulher na escola e na universidade, inclusive superando os homens nos grupos etários mais jovens”. (COSTA, 1976, p. 191).

O autor continua a informar que “Os dados oficiais indicam crescente participação das mulheres nos diversos campos analisados”. (COSTA, 1976, p. 201).

O texto apresenta mais dados que evidenciam que nem tudo foi “progresso” e que o “mundo feminino” no Brasil ainda apresenta um enorme abismo em relação aos homens.

As disparidades salariais evidenciadas decorrem da menor participação da mulher em muitas das atividades mais rentáveis, da menor escolaridade das mulheres com mais de 25 anos de idade, da maior proporção de mulheres que trabalham em regime de tempo parcial. [...] A análise das cifras oficiais do PNAD mostra, em resumo, que nosso país está passando por uma revolução social extremamente importante, da qual pouco nos apercebemos, porque somos ao mesmo tempo protagonistas e expectadores. (COSTA, 1976, p. 201).

Pela temática “A construção do feminino” analisada nas páginas do AP, pode-se traçar uma linha que vincula o tempo com a visão estereotipada que os homens tinham ou ainda têm em relação às mulheres. A associação da figura feminina com a imagem da “dona de casa”, “mãe” “esposa”, “inferioridade”, “fragilidade”, “beleza” e “sexo”, são marcas constantes nas mais diferentes formas literárias encontradas no AP. A pequena participação das mulheres como colaboradoras é outro importante registro, porém nos últimos anos da década de 1970 o Almanaque não teve como fugir à onda do crescimento da emancipação da mulher no mundo e no Brasil. É interessante notar as mudanças em relação ao processo civilizador no Almanaque da Parnaíba quando o tema são as mulheres, pois a visão parte de uma dominação patriarcal e chega a ter como sinônimo de país civilizado aquele em que as mulheres conquistam direitos iguais aos dos homens.

4.1.6 Crianças

O processo de se tornar civilizado não é exclusividade aos adultos. Acredita-se que esse processo é mais fácil de ser executado quando iniciado desde a mais tenra idade o que possibilitará um adulto civilizado ou doutrinado. O AP em suas edições traz uma grande quantidade de textos com dicas e assuntos de interesses aos pais em como lidar com as crianças ou colaborar para o seu crescimento intelectual e saudável. Aliás, o caráter higienista acompanha esses textos com muita frequência.

Em uma de suas primeiras lições sobre comportamento infantil, o AP reproduz o texto “Crianças” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934, p. 133) em que ensina como uma mãe deve agir com uma criança “excepcionalmente teimosa”, através da “firmeza”, “paciência” e “doçura”.

O médico Dr. Oscar Clark escreveu “O Culto da Criança”. Nesse texto, puramente higienista, aborda desde a medicina preventiva à educação sanitarista, como é citado em “Esse é o milagre da Medicina Preventiva e Educativa, o grande acontecimento que há de fazer a glória sem par do século XX. Higiene Escolar”. (CLARK, 1944, p. 43). E continua a destacar que “Em todos os países atrasados, isto é, sem organização social morre-se muito mais no período que vem do nascimento, até os 50 anos. Nos países vanguardianos da civilização, ao contrário, morre-se muito mais depois dos 50 anos”. (1944, p. 43). Ele defende que o ensino sanitário seja uma função a ser desenvolvida ainda na escola primária.

A etiqueta ou bons modos das crianças é abordado em alguns textos, entre eles “Mentira Infantil”, que destaca “A mentira dos filhos constitui uma das extravagâncias que os pais relatam com

grande prazer”. (NOGUEIRA, 1946, p. 125). Para o autor, Dr. Equililérico Nogueira, há uma diferença entre a mentira contada por uma criança e a mentira de um adulto, sendo aquela uma atitude sem maior consequência.

Novamente o Dr. Oscar Clark demonstra sua preocupação com a infância. Em “Novas Diretrizes à Educação” defende que “Na educação pré-escolar deve-se atender, em primeiro lugar à nutrição do organismo infantil. [...] precisamos com efeito, de espaço para educar, como de ar para respirar”. (CLARK, 1948, p. 181).

A preguiça infantil foi abordada como um problema que deve ser tratado com atenção pois, “Cientificamente, não temos o direito e não podemos em sã consciência, sem uma observação cuidadosa, lançar na personalidade infantil a humilhante e vergonhosa mácula da preguiça”. (NOGUEIRA, 1949, p. 161). Segundo o texto “A preguiça tem sua causa. É sintoma de um mal qualquer educativo, pedagógico, social, orgânico, mental”, portanto a criança dita preguiçosa tem “cura”, desde que se entenda sua causa, diferente de outros casos como “O débil mental, portador de hipofunção psíquica, não pode na Escola seguir o programa de ensino do menino normal. Retardado intelectual, reclama um método de ensino especial”. (1949, p. 165). Aqui é notória a posição de uma segregação entre as crianças que são portadoras de deficiência e as crianças não portadoras.

Além das preocupações com a saúde e higiene das crianças, o AP aborda também questões de cunho social, como as crianças abandonadas pelas famílias. Coriolano de Carvalho em “Menores Abandonados” expõe seu ponto vista, inicialmente, diferenciando a visão que se tem dos filhos em relação às condições sociais de suas respectivas famílias. Para as “classes privilegiadas” os filhos são “presentes de Deus”, já para as “massas ignorantes” os mesmos são “esperança de auxílio futuro”. É em relação às “massas ignorantes” que o autor se detém, asseverando que os filhos “são verdadeiros animais para o trabalho pesado”. (CARVALHO, 1950, p. 81). Sua preocupação passa a ser com aquelas crianças que, por um motivo ou outro, foram abandonadas à própria sorte e ingressam no mundo da criminalidade. “Não tardou muito e o Poder Público instituiu o Juizado de Menores e nas mãos de Magistrados respeitáveis entregou a sorte de milhares de seres, que vieram ao mundo para o sofrimento e para levar a intranquilidade a toda a parte”. (1950, p. 83). Sua preocupação não parece ser com as crianças abandonadas, mas sim com os efeitos que essas podem causar às classes mais abastadas. “Ninguém imagina a soma imensa de desgraças que esses menores degenerados espalham na classe média de nossa sociedade”. (1950, p. 85). E termina apontando como “solução” “Somente a educação popular poderá resolver o problema, quer ensinando as crianças, quer impedindo o pauperismo no Brasil”. (1950, p. 91).

Não são somente os menores abandonados que eram vistos como potenciais criminosos. As crianças que, de uma forma geral, não recebessem uma boa educação desde “O Pré-escolar” seriam naturalmente fadadas à criminalidade. Equilibrado Nogueira afirma que o pré-escolar “Durante tempos permaneceu esquecido dos higienistas e educadores” e que o “Pré-escolar é a idade dos aleijões”. (NOGUEIRA, 1951, p. 123). Portanto, como solução seria “Assim, cumpre-nos dar-lhes uma sadia orientação mental, afim de que se reduza o número dos irresponsáveis e criminosos”. (1951, p. 127). E alerta “Egoísta e agressiva a criança nasceu para viver numa selva”. (1951, p. 127).

Outro colaborador do AP que associa a imagem das crianças com a criminalidade foi Arimatéia Tito Filho. Porém, em “A Criminalidade na Criança”, o autor entende que essa criminalidade não é inata à criança, mas antes de tudo um produto do meio social onde ela foi criada. Para ele “O delito dos menores é o furto, conseqüente ou não à vagabundagem”. (TITO FILHO, 1956, p. 201). É defendido que os menores tendem a ter o hábito de copiar o que consideram novidade, portanto ele é um reproduzidor do meio que o cerca, assim, “Toda novidade no crime é copiada em seguida por outros delinquentes, enquanto a corrupção do meio social de que se procede a maior parte deles é, entre todas, a causa mais importante da delinquência”. (1956, p. 201). Reforça dizendo que “A criminalidade infantil é produto do meio social” (1956, p. 205) e suas causas são: a família; a habitação; a escola; álcool; alimentação; o trabalho; a guerra; imprensa; cinema e livros.

No texto “O que o filho pensa do pai!” tenta-se reproduzir o possível sentimento de um filho em relação ao seu pai em várias fases de sua vida.

Aos sete anos: - Papai é um sábio, sabe de tudo.

Aos quatorze anos: - Parece que papai se engana em certas coisas que me diz.

Aos vinte anos: - Papai está um pouco atrasado em suas teorias; não são dessa época.

Aos vinte e cinco anos: - o “velho” não sabe de nada... Está caducando, decididamente.

Aos trinta e cinco anos: - Com minha experiência, meu pai nesta idade seria um milionário.

Aos quarenta e cinco anos: - Não sei se consulto o “velho”. A verdade é que tinha umas ideias e umas clarividades notáveis.

Aos sessenta anos: - Pobre papai... era um sábio... como lastimo tê-lo compreendido tão tarde. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1967, p. 81).

Em um dos últimos textos sobre as crianças publicado no AP, “Televisão: A grande inimiga do Imaginário Infantil”, é trazido para reflexão um tema que perdura desde então, a influência dos programas televisivos infantis na formação educativa das crianças. Para Clovis Moura, “Os professores, pedagogos em geral e pais mais esclarecidos demonstram já sua apreensão diante da

deformação que os programas de televisão estão produzindo na formação psicológica das crianças”. (MOURA, 1979, p. 159). Percebe-se pelo texto que outra preocupação é com a disparidade cultural existente entre os produtores dos desenhos animados, produzidos principalmente nos Estados Unidos, e a realidade brasileira, que pode ser notada na citação “Outro aspecto negativo é que esses desenhos não têm nenhuma ligação com nossa realidade”. (1979, p. 161). E conclui, “Precisamos fazer com que as nossas crianças leiam, ou voltem a ler”. (1979, p. 161).

Pelos textos analisados percebe-se que quando o tema são as crianças há uma preocupação com sua formação, seja intelectual, seja social. A escola, ou melhor, a falta ou a ineficiência desta, é apontada por alguns colaboradores do AP como a responsável pelos desajustes dos menores. Recai sobre a escola e, conseqüentemente aos professores, a tarefa de educar para salvar nossas crianças da criminalidade. Praticamente não se percebe essa função dividida também com os pais, pelo contrário, os pais que vivem em um ambiente social não propício, para não falar incivilizado, são apontados com uma das causas dos desajustes dos seus filhos. Escolas, Civilidade e Higiene são a tríade indicada para combater/evitar a criminalidade entre os menores. Também percebe-se o claro posicionamento ou representações que alguns autores têm quando abordam o tema “crianças”, por exemplo, o Dr. Oscar Clark apresenta seu posicionamento sob uma perspectiva positiva a respeito da infância e seu desenvolvimento, contempla assuntos como “medicina preventiva” e “nutrição” para as crianças. Por sua vez, Equililérico Nogueira deixa transparecer um certo pessimismo ou negativismo em seus textos, em que palavras como “preguiça infantil”, “potenciais criminosos” e “egoístas e agressivas” são associadas a algumas crianças. Não se pode fazer generalizações e nem afirmar que sua intencionalidade é apresentar as crianças como seres indesejáveis, neles sua preocupação em relação às mesmas é evidenciada.

4.1.7 Higiene e saúde

A análise temporal do AP (da década de 1920 até o início da década de 1980) perpassa por um período da História do Brasil marcado por dois importantes movimentos que se iniciaram no final do século XIX e se prolongaram por todo o século XX, que foram: o Movimento Higienista⁷¹ e o Movimento Sanitarista⁷². Seus objetivos eram a promoção da saúde coletiva e individual, que tem

⁷¹ Em meados do século XIX e início do século XX, chegava ao Brasil, mediante reapropriações e reinterpretções, um novo ideal, a exemplo da cultura grega, com a preocupação central na saúde. Suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. (GÓIS JUNIOR, 2007).

⁷² Cf. HOCHMAN (1996).

nos órgãos de Saúde Pública e Educação em nosso país seus principais agentes promotores. Os textos analisados no AP sobre higiene e saúde são pensados como normas de conduta, caracterizando-os como manuais de civilidade.

O AP de 1925 apresenta “O Perigo dos Gatos” (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1925, p. 15) alertando que os gatos são fontes de doenças contagiosas como a tuberculose. Porém, em 1933 essa visão é oposta, “O Gato e a Hygiene” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1933, p. 115) aponta, por sua vez, a benéfica existência dos gatos para a saúde pública, pois os mesmos são predadores dos ratos, que por meio de suas pulgas, são responsáveis por doenças como a pneumonia e a peste.

O “Decálogo Hygiênico” relaciona 10 lições sobre higiene, em que corpo e espírito são lembrados:

- I – Amarás a luz sobre todas as cousas. A luz do sol é o symbolo de Deus. Todos os bens procedem dela.
- II – Jurarás não provar os licores, nem assistir a espetáculos em lugares cerrados.
- III – Tornarás hygiênicas as festas. O que a confissão é para o espírito – é o banho para o corpo.
- IV – Honrarás o ar e a água correntes. São o pae e a mãe da nossa saúde, que necessita, para se crear e se manter, da ventilação e da limpeza.
- V – Não beberás. Quem bebe mata-se e pode matar o próximo.
- VI – Não fumarás. Quem fuma respira fumo em vez de ar e causa incommodo aos outros.
- VII – Não cuspirás. Quem cospe rouba a saúde aos seus semelhantes.
- VIII – Não levantarás pós sob pretexto algum, nem trasnoitarás: quem faz a primeira coisa semeia a dor; quem faz a segunda não ama a luz do sol, que é o symbolo da vida e da verdade.
- IX – Não desejarás nada que venha do azar; quem joga não trabalha, engana ou é enganado, si alguma vez ganha dinheiro, perde a tranquillidade, que é a saúde da alma, que é a paz do corpo.
- X – Não gastarás o dinheiro senão em alimento são, roupa limpa e cama dura; para isto não é preciso ambicionar os bens alheios. (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1928, p. 43).

Outros conselhos relacionados a higiene e a saúde são apresentados pelo AP de forma constante nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, “Sete Conselhos de Belleza” (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1929, p. 101) em que são misturados conselhos de higiene e de autoestima para as mulheres. Também encontram-se conselhos sobre hábitos de higiene e etiquetas em “Preceitos de Práticas cotidiana para a conservação da Saúde”, por exemplo, “[...] Quanto tossir ou espirrar, usar do lenço para não espalhar perdigotos; Não cuspir ou escarrar no chão; Respirar pelo nariz e não pela boca. [...]”. (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1930, p. 61). Até a “sabedoria oriental” foi fonte de inspiração para os conselhos sobre hábitos saudáveis, com a reprodução de 12 “mandamentos”

japoneses, chamados de “racionais” que eram atribuídos às “ótimas condições físicas” e, que exemplificamos alguns: “Deitar cedo e levantar cedo; Comer carne uma vez por dia; Se é solteiro, casa-te: se és viúvo, toma imediatamente uma segunda esposa”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1938, p. 352).

Até uma relação de “Primeiros cuidados com o recém-nascido” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1937, p. 12) foi destacada, descrevendo com alguns detalhes pontos como, banho; curativo umbilical; exame do recém-nascido; olho; umbigo e asseio corpóreo; amamentação; e pesagem.

As preocupações com a saúde através da prática de exercícios físicos ocupam várias edições do AP. São indicadas as atividades de vários esportes ou simplesmente alguns exercícios, tanto para as crianças quanto para os adultos. Entre algumas dessas indicações ou conselhos citam-se “Levantar cedo e tomar banho, fazendo antes alguns exercícios gymnásticos”. (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1930, p. 61). O passeio ao ar livre antes e depois das refeições é bastante benéfico; andar a cavallo ou em bicicleta também é bom; qualquer exercício que exija o movimento do corpo é recommendável”. (1930, p. 59). Também de forma direta o AP traz conselhos ao “sportsman”, por exemplo: “A desordem não se adapta ao meio em que vivemos; Se queres ser forte, faze ginástica todos os dias”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934, p. 222).

De uma forma geral os conselhos e dicas eram direcionados a todos, homens, mulheres, adultos e crianças, mas há casos em que esses públicos tem instruções específicas. Para as mulheres o texto “Uma Surpresa Desagradável para as Mulheres” (MEDEIROS, 1930, p. 47), associa a doença denominada “Rhiniti” com o uso excessivo de “pó de arroz”.

A alimentação ou a nutrição é abordada dentro da perspectiva higienista e sanitaria no AP com enfoques que enfatizam a nutrição como condição básica para a vida. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1935, p. 27). A importância desse tema é refletida no longo texto sobre a inauguração, em Parnaíba, do “Lactário Suzane Jacob”, em 16 de janeiro de 1938, que tem nas palavras do então prefeito, Dr. Mirócles Veras, a seguinte assertiva: “Desvaneço-me, como médico, em ver concretizada mais uma das minhas aspirações profissionais em prol da saúde de meus patrícios, em benefício do saneamento da cidade e em defesa da eugenia da raça”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1940, p. 266). Interessante notar que as funções atribuídas ao Lactário iam além de “fornecer leite cientificamente preparado aos lactentes”, mas também “prato de sopas às mães nutrices [...] preceitos de puericultura. [...] uma escola prática para as mães pobres e ricas [...] e um modelar serviço de assistência”. (1940, p. 269).

Ainda sobre essa temática o AP publicou “Base de uma boa alimentação” (NOGUEIRA, 1944, p. 131), em que descreve os nutrientes e suas respectivas funções para o organismo humano e que devem estar presentes na alimentação. Em “Adapte seu regime à sua idade”, há uma análise sobre a dieta em várias fases da vida do ser humano e também apresenta uma tabela (medida em gramas) em que compara a “alimentação de um operário adulto” com a “alimentação de um escriturário”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1947, p. 153).

As indicações para tratamento de algumas doenças ou a maneira que as pessoas deveriam se portar perante os doentes ocuparam espaço no AP. Há receita com sementes de abóbora para combater a “tênia” (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1930, p. 71) e conselhos sobre o trato que se deve ter com pessoas tuberculosas, que na época essa doença era considerada sem cura - “repouso, ar livre e boa alimentação”. (1933, p. 173). Ensinava como proceder em casos de acidentes que resultassem em envenenamentos (1937, p. 22); “Amygdalas doentes e adenoides” (1937, p. 27); proteção contra a varíola (1937, p. 31) e dicas de como eliminar piolhos da cabeça, do corpo e até dos animais. (1956, p. 69). Além das doenças do “corpo” receberam atenção as doenças da “psique” ou do “espírito”, por exemplo, a tristeza (1938, p. 352); “Pessoas ranzinzas” (1938, p. 346) e “A Doença Incurável”: o suicídio, em que o Mons. Cicero Nunes cita: “Nasce o homem chorando. Parece adivinhar que vem para ser triste”. (NUNES, 1944, p. 35).

A higiene por meio do “banho” mereceu destaque no texto “O Banho e a cultura PHYSICA” (ATAÍDE, 1937, p. 83), em que são apontados os benefícios do banho para a saúde e a higiene. Essa prática é estendida aos animais no texto: “Sujeira: não há bicho que agunte” (SOARES, 1962, p. 221), conforme cita o autor “O asseio não é privilégio do homem. As recomendações para limpeza, asseio, higiene, aplicam-se, também, aos animais, porque sujeira, não há bicho que agunte”. (1962, p. 222).

A saúde bucal entra no rol de inquietações do AP, em especial, a odontologia infantil, como destaca Augusto Guterres em “Nos domínios da Odontologia”, em que o autor expressa: “A assistência dentária infantil, é hoje assunto palpitante dos Odontólogos dos países mais civilizados”. (GUTERRES, 1936, p. 145). Por sua vez, Raimundo G. Passarinho, em “Página Odontológica”, cita que “A Odontologia tem um lugar de destaque na arte de curar. Provando que grande parte dos males gerados têm como principal fator os males da boca”. (PASSARINHO, 1938, p. 197). A associação entre saúde, boca, crianças e civilidade são destacadas na conclusão do referido autor que alerta “Cuidar, pois das crianças de hoje zelando pela sua saúde, é um dever do povo civilizado e que se impõe para a eugenia da raça, grandeza do Brasil e felicidades da humanidade”. (1938, p. 197).

Para o alcance desse “dever”, Raimundo G. Passarinho, aposta na “Odontologia Preventiva” e aponta a cárie dentária como o “Mal dos séculos, flagelo das civilizações”, comparando-a inclusive com a “lepra, a sífilis e a tuberculose”. (PASSARINHO, 1940, p. 127). O autor evidencia a medicina preventiva como ação para evitar tal “mal”, incluindo não só “as atenções do odontólogo”, mas “outros conhecimentos”, como a boa alimentação e nutrição, a hereditariedade e a “higiene bucal metódica e sistemática”. (1940, p. 127).

No início da década de 1970, estatisticamente “A população brasileira já se aproxima dos 100 milhões de habitantes (1970), e dessa população 50% é analfabeta e 75% desconhece o valor da higiene bucal” (XIMENES, 1970, p. 293), ou seja, mesmo com toda a campanha higienista e sanitaria no Brasil do século XX, pouco se avançou no assunto odontologia.

No final da década de 1970, o AP publica dois textos de José de Alencar Bezerra, “professor especializado em educação de excepcionais na área de cegos”. Em “Conselhos às Mães de Crianças Invisuais”, são elencados dez conselhos, dos quais são reproduzidos alguns:

Aceite seu filho cego como ele é, porque o coração maternal encontrará meios de conduzi-lo a uma educação integral;
Dar a criança uma bem cuidada educação religiosa acompanhada de otimismo e poder de vontade;
Aprenda o braille e procure entrosar-se com entidades que cuidam da educação dos excepcionais;
Faça com que ele aprenda um ofício, mesmo que não precise usá-lo. (BEZERRA, 1978, p. 159).

Em outro momento, José de Alencar Bezerra, preocupa-se com o “Trabalho para Excepcionais no Nordeste”. O autor cita que “O problema de trabalho para excepcionais é difícil em todo o Brasil, mas no Nordeste ele se torna mais agudo por falta de uma infraestrutura que desenvolva as potencialidades dos excepcionais” e conclui “Aqui no Nordeste, faz-se mister que as famílias procurem desenvolver o senso de responsabilidade de seus excepcionais, porque a gama é muito grande, vai desde do que não pode fazer nada até, os bem dotados capazes de exercer qualquer profissão liberal”. (BEZERRA, 1979, p. 117).

Algumas orientações abordam fatos curiosos, como o caso de crianças canhotas. Muitos pais na época, e talvez alguns ainda hoje, se questionavam “Meu filho é canhoto: o que devo fazer?”. O autor Jean Prevost, descreve a preocupação dos pais que descobrem que seus filhos demonstram mais habilidade com a mão esquerda e pensam tratar de “mau hábito” ou “anomalia”. Orienta que “Quando a criança é naturalmente canhota, é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e intelectual contrariar

os livres movimentos da mão esquerda”. (PREVOST, 1942, p. 259). Informa curiosos dados estatístico: “Há nas escolas, como na vida, cinco por cento, mais ou menos, de canhotos visíveis. Mas há dezessete ou dezoito por cento de canhotos ‘invisíveis’, contrariados na sua infância e forçados a usarem a mão direita”. (1942, p. 259).

Para os movimentos higienista e sanitarista, a imagem de um povo saudável está diretamente relacionada ao seu progresso econômico e nível de civilidade. Daí as numerosas prescrições orientando como ser saudável e evitar as doenças físicas e psíquicas.

O homem com saúde é um vencedor. O homem sem saúde é um vencido. Ter saúde é ser feliz. Estar doente é ser infeliz, O primeiro passo para a felicidade é a conquista e a conservação da saúde do corpo e da alma. Está nas mãos de cada indivíduo ser ou não ser feliz. Evitáveis são inúmeras doenças. Facilmente curáveis muitas delas. Defenda sua saúde, obedecendo as prescrições de higiene. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1939, p. 345).

Essa tarefa de educar o povo brasileiro dentro dos moldes de uma “civilização sadia” fez e ainda faz parte do currículo de nosso sistema educacional. O Dr. Oscar Clark, no texto “Como construir um Brasil sadio”, defende o combate às principais doenças por via da educação e da alimentação. Para ele “O ensino prático da puericultura deveria ser para as moças o que é o serviço militar para os rapazes”. (CLARK, 1947, p. 301). Ele completa seu posicionamento afirmando que “[...] deve o governo dar vastas áreas de terras para os alunos das Escolas-Hospitais silvestres, afim de que possam fixar residência no campo ou, em outros termos, realizar a HOMESTEAD nacional, que seria de imenso significado para a prosperidade do Brasil”. (1947, p. 313).

Outra defesa da prosperidade de um país atrelada a um melhor nível de saúde é destacada pelo texto “Em prol de uma melhor posição social, mental, física do homem” publicada no Almanaque da Parnaíba no ano de 1974, no qual defende que,

O progresso de uma Nação depende, de uma análise verdadeira, do progresso dos Municípios que a compõem.

Para que os municípios possam progredir é importante que o bem estar seja levado em primeira conta, e, o fator preponderante para tal fim, é a saúde de cada um pois esta abrange não só a ausência de doenças, mas o completo bem estar físico, mental e social do homem. Não se pode pensar em saúde, mormente em sua parte preventiva, que simultaneamente, se considere também o problema de abastecimento de água potável. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1974, p. 163).

Por fim, esses movimentos deixam bem claro seu posicionamento em relação à saúde e higiene do povo brasileiro. Não se pensa na saúde como um dever do Estado, mas com uma forma de garantir

indivíduos capazes, física e mentalmente, para o trabalho e, com isso garantir a “prosperidade” do país. Isso é evidenciado na seguinte citação: “Grande, rica, poderosa é a Nação que possua uma elevada percentagem de indivíduos válidos e capazes socialmente e com filhos sadios e úteis, poderá ser bela, forte, culta e respeitada”. (NOGUEIRA, 1947, p. 227).

4.1.8 Civilidade, patriotismo e desenvolvimento econômico e social

O Brasil, assim como o restante do mundo, foi marcado por grandes mudanças, sobretudo a partir do final da década de 1940. Os textos do Almanaque da Parnaíba, permitem acompanhar essas mudanças, do ponto de vista de alguns colaboradores, que estiveram estampadas com palavras de impacto para a população, como civilização, desenvolvimento, patriotismo, democracia, dentre outras, que, no caso do AP seguem um posicionamento claramente contrário ao Socialismo, que é apresentado como um retrocesso e um mal que precisa ser combatido. Durante o período do Golpe Civil-Militar, o AP mantém seu apoio aos militares e ao doutrinamento da população que deve ser encabeçado pelas escolas através de disciplinas como “Moral e Cívica”. Essa confluência de interesses alia-se à ideologia de um processo de civilidade pautada no jogo de palavras de ordem que expressam o discurso dominante de décadas.

O papel que as escolas deveriam desempenhar como condutoras do processo de civilidade no Brasil apresenta inúmeros registros no AP. Durante décadas diversos colaboradores, ao defender seu posicionamento, atribuíam às escolas a tarefa de executar juntos às crianças e adolescentes o disciplinamento ideológico que, por eles eram considerados como corretos. Um dos primeiros defensores desse papel foi José Euclides Miranda que escreveu “A moral na vida dos povos”, citando que “Nas nossas Escolas, se não há a cadeira especial de Moral e Cívica há entretanto o ensinamento dela na difusão das disciplinas que preparam a Mocidade no culto da Ginástica, do Amor à Pátria na Consagração da ideia do Trabalho”. (MIRANDA, 1945, p. 227).

Outro defensor do “Civismo” nas escolas foi Dennis Clark. Em seu posicionamento argumenta que “A educação de um povo é feita através do ensino procurando esquematizar um programa contendo os alicerces necessários à vida dos homens dentro da sociedade em que vive”. (CLARK, 1969, p. 127). A seguir, Clark apresenta uma justificativa para a inserção de “uma cadeira de civismo” nas escolas: “Daí porque precisamos introduzir no sistema educacional, através dos estabelecimentos de ensino de todos os graus, a cadeira de Civismo, a fim de que os alunos tomem conhecimento de um dos aspectos mais importantes da vida em sociedade, que diz respeito à cidadania”. (1969, p. 127).

Esse doutrinamento pelas disciplinas escolares é uma pretensão dos grupos dominantes que podem justificar seus atos atribuindo-lhes a roupagem de patriotismo e civismo, justificando que “Grande número de brasileiros não receberam as noções elementares do que seja direito e dever de cidadão, não conhece portanto as normas para o seu comportamento dentro da sociedade em que vive”. (1969, p. 127). E conclui: “[...] pois que civismo é patriotismo, é dedicação à Pátria, é devoção pelo interesse público”. (1969, p. 129).

Não para por aí a defesa da moral e do civismo como forma de disciplinamento dos jovens brasileiros. No texto “A influência da Moral e Cívica na Juventude”, A. Joaquim P. Filho, defende a ideia que a “falsa sociedade” pode ser a corruptora dos jovens, mas a “ciência moral e cívica” pode ser a solução para consertar esse jovem, pois a mesma “serve de ponto básico como norma de conduta nas relações sociais entre os povos”. (P. FILHO, 1974, p. 173). Nota-se um jogo em que o jovem é o alvo disputado por ideologias diferentes e que o mesmo é facilmente influenciável, devendo portanto ser orientado para o “correto” caminho. Talvez aqui fique um recado para os jovens que pensavam diferente da ideologia dominante.

Admite-se que seja o jovem facilmente influenciável, e às vezes chegue até a agir erroneamente, entretanto, é bom que se frise, logo se recupera, corrigindo-se ao agir como manda a boa ética, pois cada um sente que quem está com razão, nada tem a temer, uma vez que está armado com a maior das virtudes. (P. FILHO, 1974, p. 173).

Para alguns colaboradores do AP, tão importante quanto a Moral e o Civismo é a disciplina, “A disciplina é o fator mais importante na educação do indivíduo, muito embora a obediência tenha sido ensinada em primeiro lugar, dentro dos princípios morais que regem a família” (GARCIA, 1954, p. 253) e a sua institucionalização por meio do “Conselho de Disciplina”. “Neste momento em que paixões políticas perturbam a calma dos recintos de estudo, essa instituição viria impedir que falseiem os cérebros dos jovens, facilmente inflamáveis, mas sensíveis aos sentimentos de justiça [...]”. (1954, p. 255).

O texto “Um pouco de história” traz a seguinte indagação: “Em que período de tempo podemos encontrar o marco inicial da civilização que se faz sentir nessa gleba de Santa Cruz?” (PINTO, 1952, p. 263). Vale ressaltar nesse texto que a imagem de homem “civilizado” cabe aos colonizadores e o de “selvagem” aos nativos. “Essa terra tinha seu habitante e dono – o selvagem – que depois se chamou índio, tão inculto quanto ela”. E continua: “Era o homem civilizado em frente ao homem selvagem”. (1952, p. 263). A presença desse estereótipo ainda se faz notar nessas citações, onde há a

exaltação do homem que vem de fora para, com seus conhecimentos, trazer a civilidade à essa terra de “selvagens”.

Era a civilização simbolizada naquelas naus e na bússola que as norteava até aqui; era a civilização personificada, naquele audaz navegador luso Pedro Álvares Cabral; era a civilização que chegava cantando através do formoso idioma do lácio, que aqui ficou eternizado como elo consolidador de nossa unidade. (PINTO, 1952, p. 263).

Mas esse processo civilizador ainda não está acabado segundo o texto pois “Levar a civilização até aos mais recônditos lugares deste imenso território é cousa que não se processa em pouco tempo; mas havendo boa vontade, havendo patriotismo, isso se conseguirá um dia”. (PINTO, 1952, p. 269). Percebe-se que a noção de “civilização” presente no texto é ainda carregada de preconceito. Esse preconceito é em relação aos “selvagens” que ainda não foram submetidos ao processo civilizador trazido pelos nossos “colonizadores”, mas também em relação a nós mesmos, pois a incompletude desse processo denota que estamos atrás das “nações altamente civilizadas”, e o “analfabetismo” é apontado como um dos principais pilares a ser combatido para o alcance de tal intento.

Mas o que é ser “civilizado” e o que é ser “bárbaro” para os colaboradores do Almanaque da Parnaíba? Em alguns textos esses conceitos são apresentados aos leitores, como por exemplo, “Bárbaros de ontem e de hoje”, escrito por J. Coriolano de Carvalho, em que enuncia o seguinte: “O conceito de bárbaro tem mudado, de acordo com os interesses do homem e segundo sua força e sua riqueza”. (CARVALHO, 1947, p. 63). Em destaque esse texto relata o episódio ocorrido em terras hoje piauiense em 06 de julho de 1679, que foi o sangrento massacre sofrido pelos índios da tribo Tremembé, habitantes originários do litoral piauiense, pelos “civilizados” portugueses. Portanto, são colocados em xeque os valores e as atitudes que definem quem é civilizado ou que é bárbaro.

Mesmo com todo avanço que a Ciência produz e a explicação de suas teorias de forma que não haja discrepância em sua interpretação, é fato que alguns, intencionalmente ou não, distorcem seus enunciados, por exemplo, a seguinte argumentação encontrada no texto “Quem era o seu Bisavô?”, onde se lê: “É lamentável que ainda haja nesta época das mais garantidas conquistas filosóficas, quem fale na seleção darwiniana, ou teime em querer ser descendente de macaco”. (LINS, 1961, p. 101). Ora, o embate entre ciência e filosofia ainda girava em torno de concepções religiosas, pois, continua o texto, “Em todo o caso é melhor admitir a criação por Deus, do que admitir que o homem só difere do macaco porque lhe caiu o rabo”. (1961, p. 101).

A palavra civilização também foi empregada como sinônimo de ciclo econômico. No texto “A Civilização da Cana de Açúcar e do Couro – e o Piauí”, as potencialidades econômicas apontadas, cana-de-açúcar e couro bovino, são referenciadas como “civilização” conforme observa-se nesta citação: “O Nordeste conheceu duas civilizações: a Civilização da Cana de açúcar e a Civilização do Couro”. (NARCISO, 1947, p. 257).

Um fato curioso é que, para alguns, o nível de “civilização” de um país é medido pelos bens materiais de consumo que o mesmo produz ou consome. Em “Telefones: Índice de Desenvolvimento” traz a seguinte citação que corrobora com essa assertiva: “Hoje o telefone está de tal modo incorporado à civilização, ao estilo de vida, aos costumes, que pode ser tomado como índice de adiantamento ou de atraso de um país”. (CORÇÃO, 1961, p. 57).

Para alguns, uma das maiores demonstrações de civilidade é o patriotismo. Esse tema ocupa lugar também no AP, que compara a pátria com a família, “A pátria é a família amplificada. É a família, divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1948, p. 155). Mas chega o momento em que essa convicção patriótica é questionada, “Que pátria amada é essa? Esta interrogação não é movimento subversivo. Ser patriota é ser esquerdista? [...] A desvalorização do dinheiro é tão grande que não se avalia bem. A percentagem inflacionária anual ninguém quis calcular”. (REANDE, 1980, p. 205). Quando chega a crise e esta fala mais alto que os belos discursos de patriotismo e cobra o preço do sacrifício em nome do país muitos se indagam por qual pátria deve-se lutar.

A manutenção de uma ideologia muitas vezes está pautada no ataque a uma ideologia oposta, ou como diria o adágio popular, “o ataque é a melhor defesa”. A partir da década de 1950, o Brasil, influenciado pelo o que acontecia no restante do mundo, inseriu-se na bipolarização política e econômica, ou seja, Capitalismo *versus* Socialismo, assumindo o lado capitalista, conseqüentemente os ataques ao comunismo ou socialismo encontram espaço nas publicações do AP e permitem, por sua vez, acompanhar o posicionamento ideológico dominante.

Desde o início dos anos de 1950 o AP reproduziu textos que claramente combatiam o comunismo/socialismo e enalteciam o capitalismo. Em uma citação relacionada a essa temática pode-se ler que “O comunismo não se desenvolve em países de cultura superior, em países cujo governo goza de alto padrão de vida. Mas nos países atrasados, subdesenvolvidos, cujos povos vivem na miséria, na ignorância [...]”. (SILVA, 1953, p. 117). A estratégia era incitar o medo na população em relação ao comunismo, apresentando-o como oposto à democracia e a liberdade. “A luta da Democracia contra o Comunismo começou logo após a última Grande Guerra. [...] Não cessará

enquanto não for destruído o monstro, que tem raízes infiltradas em todos os Continentes. [...] Mas depois dela, surgirá uma humanidade mais pacífica e feliz, liberta e engrandecida”. CUNHA, 1953, p. 251). Esses excertos ilustram um pouco do período de bipolarização mundial, de um lado os países capitalistas, de outro, os países socialistas, ou comunistas.

Um dos atores empenhados no combate ao comunismo é a Igreja Católica. O Cônego Aloisio Rocha Barreto apresenta sua conceituação de socialismo e a difere de socialização. Para ele “Socialização” consiste na multiplicação progressiva das relações dentro da convivência e comporta a associação de várias formas de vida e de atividade e a criação de instituições jurídicas”. (BARRETO, 1963, p. 79). Enquanto “Socialismo considerado em conjunto, no plano das ideias, representa uma reação humana contra o capitalismo enquanto inumano”. (1963, p. 81). O citado religioso, em um texto publicado no AP em 1961, havia incitado uma “reação corajosa” e argumenta que os próprios cidadãos que vivem em países socialistas desacreditam no regime. “Não há mais na Rússia, por mais ingênuo que seja, nenhum operário que, sinceramente acredite no tão decantado regime proletariado dos soviéticos”. (1961, p. 85). O ataque deixa de ser no campo econômico ou social e passa a ser no campo espiritual, “A ideia antirreligiosa, ateia, está visceralmente unida ao comunismo”. (1961, p. 86). E apelando ao patriotismo do povo conclama, “Reagir, corajosamente e energicamente, à presença do mal, cuja ação, sensível, palpável, vem causando tantos estragos, eis a atitude patriótica a ser tomada por todos”. (1961, p. 86).

A democracia é vista como um símbolo de civilidade. No AP ela é apresentada como “[...] a ordem civil, na qual todas as forças sociais, jurídicas e econômicas, na plenitude de seu desenvolvimento hierárquico, cooperam, proporcionalmente, para o bem comum, a fim de conseguir-se, em última análise, a preponderância vantajosa do bem estar de todas as classes”. (SUCUPIRA, 1969, p. 47). Porém, durante o Golpe Civil-Militar, o uso da palavra “democracia” disfarçava uma contradição, pois, como poderia ser democrático uma ditadura civil-militar? Mas assumir claramente que a democracia no Brasil era uma mentira, e isso contrariava a ideia de civilidade, poderia criar empecilhos para os governantes. Uma saída, apresentada no AP, foi a de desqualificar a “democracia”. Isso aconteceu por meio do texto intitulado “A Grande Mentira”, no qual cita-se que “Indubitavelmente a humanidade vem sendo embalada por uma grande mentira, que se desenvolve sobretudo graças à ignorância das massas”. (SUCUPIRA, 1978, p. 67). Vale lembrar que nesse período, no Brasil, o movimento popular pedindo, se não o fim do Golpe Civil-Militar, pelo menos a oportunidade de praticar a “democracia”, através do voto direto e em todos os níveis de governo. Continua o texto afirmando que “Desde os tempos da Grécia antiga que se procura impingir às nações

a convicção de um governo do povo, a que se denominou Democracia”. (1978, p. 67). E para não deixar dúvidas sobre a intencionalidade do texto cita-se:

Disse o Presidente Geisel que não se pode falar em Democracia onde há favelas, ou seja, onde imperem a ignorância, a desordem moral, e a degradação individual. Isso quer dizer que para haver Democracia é indispensável, primeiro, cuidar da educação do povo, que deixará de ser joguete de mal-intencionados exploradores para apresentar-se como força esclarecida, e consciente do seu papel no progresso da Nação. (SUCUPIRA, 1978, p. 69).

Outra forma de combater as pressões sobre o Golpe Civil-Militar que apresentava sinais de esgotamento, mas ainda encontrava defensores, foi a crítica à volta de um sistema multipartidário, exposta na citação seguinte, “Outras desvantagens do multipartidarismo [...] são as de eventualmente tornar impossível o governo estável ou impotente o governo possível, ou é a de formação de governos de minoria, o que não somente deforma o regime democrático, como leva ao surto da instabilidade”. (PACHECO, 1980, p. 171). Esse era o momento que a “abertura política”, que se iniciara em 1974, apontava para a possibilidade da criação de mais partidos políticos, dentre eles os de ideologia trabalhista,

Só no tocante a partidos chamados ‘trabalhistas’, as tendências da dispersão, que já se tornam irrefreáveis, são de que se fundem pelo menos três, um de iniciativa de uma facção de exilados, outro de iniciativa de parentes do antigo presidente Getúlio Vargas e outro de iniciativa de dirigentes sindicais. (PACHECO, 1980, p. 173).

Os discursos progressistas que acompanharam a primeira metade século XX no Brasil, começam, gradativamente, a serem substituídos por alertas e críticas aos sistemas educativo, social e econômico que o país vai atravessando.

Não é apenas no terreno social e econômico que achamos que se façam reformas de base neste país [...]. É preciso que, o quanto antes, se façam também reforma de base no ensino, do primário ao superior [...]. O Brasil ainda é uma nação de minguado número de letrados com dezenas de milhões de analfabetos. A matemática, a física e outras ciências, que constituem o orgulho da civilização hodierna, aqui não são desprezadas, são pouco cultivadas neste país. (SILVA, 1959, p. 73).

Em relação aos aspectos econômicos, a inflação também é apontada como algo que contraria as perspectivas de um “povo civilizado”, “[...] essa maldita inflação que, pela falta de senso e de patriotismo, vem arrastando para uma hecatombe o povo brasileiro, com esta crise horripilante, a mais negra e caótica conhecida em nossa história de povo civilizado”. (PINHEIRO, 1960, p. 187).

A “Questão Social” é apontada também pela sua gravidade, pois “[...] se tornou o magno problema do século, empolgando e envolvendo todos os setores da humanidade [...]” (CLARK, 1964, p. 71), de forma mais específica, “A desigualdade social sempre existiu desde o alvorecer das civilizações, e os sistemas ideológicos vão nascendo tendo em vista os fatos que geram essa desigualdade”. (1964, p. 77).

Há também o posicionamento em relação ao próprio Estado do Piauí. Durante muitas décadas suas riquezas naturais foram exaltadas como a garantia de um futuro de prosperidade. O tempo passou e a tão almejada prosperidade é questionada.

O Estado do Piauí possuindo mais de trezentas léguas d’água no rio Parnaíba; dono de grandes riquezas em matérias-primas, quer sejam frutas oleaginosas como o babaçu, o buriti, quer sejam em plantas têxteis como o tucum, o caroá, o algodão e por que o trabalhador piauiense é o de nível mais subdesenvolvido do Brasil? As causas de tudo isso tem sido conformismo, desunião e falta de organização. (BEZERRA, 1965, p. 253).

Esse questionamento também é feito em relação à cidade de Parnaíba e sua “estagnação”. “Entre nostálgicos e revoltados os parnaibanos assistem a constante perda de importância de sua cidade na vida socioeconômica do Estado e da Região”. E conclui afirmando que “Parnaíba não encontrou o caminho que lhe assegurasse a performance de outrora e vive transparente estagnação”. (DOMINGOS NETO, 1982, p. 45).

Os mais exaltados e radicais afirmam que o problema de nosso país é o seguinte: “A desgraça desta terra é a vagabundagem, é o excesso de liberdade, é a proteção escandalosa aos ladrões, vagamundos, cantores de rádio e jogadores de futebol”. (OLIVEIRA, 1966, p. 57).

O período acompanhado pelo Almanaque da Parnaíba é atravessado por grandes mudanças na sociedade, na política e na economia do país. Percebe-se que há um alinhamento entre os seus colaboradores (através de seus respectivos textos) e as ideologias dos governantes em cada época. Mas, percebe-se também que muitas questões importantes no contexto sociocultural do Brasil e do Mundo foram debatidas, embora apresentassem claramente seu posicionamento.

Nesse capítulo não há espaço para uma discussão mais detalhada de temas que circulam em torno da civilidade de um povo. Nem essa foi a intenção. A ideia foi convidá-los a refletir sobre os textos que foram apresentados, muitos dos quais com apenas uma ou outra citação pois de fato não é objetivo sua reprodução completa e, não encontraria espaço suficiente. Há, nos mesmos, uma variedade de intencionalidades e formas de expressar opiniões, descontentamentos, pactos, contratos

e simbolismos, destacando-se que o que foi significativo para os autores, e esse significado é extraído de sua cultura, conforme explica Darnton (1988, p. 142): “[...] como pode alguém colocar no papel ‘a verdadeira ideia de uma cidade’, especialmente quando alguém gosta da cidade e o suprimento de papel é interminável?”.

Assim, as considerações aqui lançadas podem não ter as mesmas apropriações por parte dos leitores, incluindo o autor/leitor deste capítulo, e novamente citando Darnton, “Porque não podemos jamais separar os fatos de sua interpretação. Nem podemos abrir caminhos através do texto até chegarmos a alguma realidade exata, existente para além dele”. (1988, p. 152).

O Quadro 9 apresenta, de forma um pouco mais sistematizada, as temáticas mais constantes encontradas no AP sobre práticas de civilidade. Por intermédio de sua análise pode-se inferir que algumas categorias estão mais presentes em certa temporalidade do que outras, por exemplo, “etiqueta” concentrou-se mais na década de 1930, Civilidade; Patriotismo e; Desenvolvimento econômico e social, aparece após meados da década de 1940. Essa percepção, aliada ao conhecimento do contexto histórico de cada momento, permite compreender que as intencionalidades dos editores e dos colaboradores do AP não foram aleatórias, elas seguiam um padrão de divulgação em conformidade com as “tendências” de suas respectivas épocas.

Quadro 9 – Resumo Educação e Práticas de Civilidade no Almanaque da Parnaíba

(continua)

TEMA	CATEGORIZAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE	REFERÊNCIA NO AP
PRÁTICAS DE CIVILIDADE	Etiqueta	Proibições; mal comportamento; moral; mentira; vício; deveres.	1930; 1932; 1938; 1939; 1940; 1954.
	Casamento	Antes do casamento; casamento; conselhos para mulheres; conselhos para homens; fim do casamento.	1928; 1930; 1934; 1935; 1940; 1941; 1944; 1972.
	Campo/Cidade	Urbanização; provérbios; tipos populares; superstição; escárnio; resistência; Liga Camponesa; reforma agrária;	1933; 1934; 1936; 1948; 1952; 1962;
	Religião	Theosophia; catolicismo; credices; espiritualismo; perdão; espiritismo; ateísmo; materialismo; cristianismo.	1924; 1938; 1942; 1946; 1949; 1979.

TEMA	CATEGORIZAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE	REFERÊNCIA NO AP
	Relações de Gênero	Feminismo; dona-de-casa; maternidade; vaidade; beleza; segregação; direitos; trabalho; modernidade.	1934; 1938; 1939; 1940; 1943; 1945; 1953; 1969; 1975; 1976.
	Crianças	Educação; higienismo; medicina preventiva; mentira infantil; nutrição; preguiça; menores abandonados; criminalidade; comportamentos; televisão.	1934; 1944; 1946; 1948; 1949; 1950; 1951; 1979.
	Higiene e Saúde	Animais de estimação; higiene; autoestima; hábitos; esportes; doenças; nutrição; saúde bucal.	1925; 1928; 1929; 1930; 1933; 1935; 1936; 1937; 1938; 1940; 1944; 1947; 1962; 1970.
	Civilidade, Patriotismo e Des. Econ. e Social	Moral; civismo; patriotismo; disciplina; civilidade; ciência; desenvolvimento econômico; capitalismo; socialismo; comunismo; pátria; família; ideologia; democracia; partidarismo; inflação; desigualdade social; estagnação econômica.	1945; 1948; 1952; 1953; 1954; 1960; 1961; 1963; 1964; 1969; 1978; 1980; 1982.

Fonte: Adaptado pelo autor (2016).

4.2 Educação Formal e Institucionalizada no Almanaque da Parnaíba

O século XX foi marcado como o período de grandes transformações. É certo que as grandes invenções tecnológicas que ainda hoje desfrutamos emergiram a partir do século XVIII e o seu ápice no século XIX. Porém, é no século XX que essas transformações alcançam boa parte das nações e chegam ao Brasil, embora defasadas em relação à Europa e aos Estados Unidos.

Em nosso país destacam-se densas transformações institucionais, econômicas, culturais e educacionais. Passa-se de um regime monárquico para o regime republicano, gradativamente deixa-se de ser predominantemente agrário e importador para ser industrializado e exportador, abandonam-se algumas formas de subordinação econômica para alcançar a autonomia em outras, iniciou-se um nacionalismo e a formação de uma identidade nacional e, no ensino, foi-se conquistando, embora ainda não de forma plena, uma educação pública, gratuita, laica e universalizante.

No que se refere ao sistema de ensino, destacam-se as reformas educacionais praticadas em diferentes estados brasileiros nos períodos históricos conhecidos como “Primeira República”, “Era Vargas” ou “Estado Novo”, República Populista, Regime Civil-Militar e Redemocratização, que marcaram esse período como de transição entre uma forma de governo monárquico e uma forma republicana com regime democrático. Essas alterações, no entanto, não aconteceram em todo o país ao mesmo tempo. Os Estados mais carentes, dentre eles o Piauí, e as cidades afastadas da Capital, como Parnaíba, litoral do Piauí, não puderam seguir o mesmo ritmo de mudanças do restante do Brasil, inserindo-se nas estatísticas que demonstravam essa contradição regional.

Salienta-se, também, que essas mudanças não foram tão densas quanto poderiam ter sido; muitas marcas do passado permaneceram durante décadas, como o elevado índice de analfabetismo, as precárias condições de ensino e as dificuldades de acesso à escola por parte da população mais pobre e daqueles que viviam afastados dos grandes centros urbanos.

A educação brasileira no século XX apresentou diversas características. Sempre vinculada aos interesses do grupo dominante (governo), oscilava entre momentos de avanço e outros de retrocesso. De todas as características, a que mais se evidencia é a **dualidade**, ou a **dicotomia**, como destaca Hilsdorf (2003, p. 61), “[...] ser dualista, pois embora fosse preciso fornecer ensino a toda a sociedade, não se tratava de oferecer todo o ensino para toda a sociedade [...]”. Expressa entre dois polos ou dois extremos, a educação no Brasil viu-se dividida entre ricos e pobres; científica e profissionalizante; ensino básico e ensino superior; laica e confessional; e emancipadora e controladora, dentre outras.

Falar sobre a educação em nosso país envolve seu relacionamento com a história política e econômica de nossa nação. Usada como instrumento de legitimação ou de manipulação pelas elites dominantes, ela se vincula aos projetos desses grupos sendo transformada em palanque para os discursos progressistas conforme os interesses políticos de cada um.

Esta pesquisa pretende, pois, inspirada nos textos elaborados pelos colaboradores do Almanaque da Parnaíba, produzir uma história do sistema de instrução do Brasil, do Estado do Piauí e da cidade de Parnaíba, no período das décadas de 1920 até 1980, que foram publicados nesse período.

O desenvolvimento da sociedade moderna corresponde ao processo em que a educação passa do ensino individual ministrado no espaço doméstico por preceptores privados para o ensino coletivo ministrado em espaços públicos denominados escolas. Assim, a educação sistematizada própria das instituições escolares tende a se generalizar impondo, em consequência, a exigência de se sistematizar também o

funcionamento dessas instituições dando origem aos sistemas educacionais organizados pelo poder público. (SAVIANI, 2008, p. 2).

Como visto, no século XX o sistema educacional brasileiro passou e, ainda continua passando, por diversas transformações. Algumas dessas trouxeram avanços e benefícios, outras representaram retrocesso ou estagnação. Em todo esse período porém uma marca não deixou de ser percebida, a dualidade ou a dicotomia. Nossa educação é percebida como um instrumento das elites que ocuparam o poder no que tange a segregação entre os mais pobres, ou como foram chamados pelo Presidente Nilo Peçanha, “desvalidos da fortuna”, e os que possuem posição financeira e social mais elevada. Para os pobres bastava um ensino direcionado a ler, escrever e a fazer as operações fundamentais de matemática, proporcionando-lhes o mínimo necessário para a formação de um exército de mão de obra que atendesse aos interesses dos vários ciclos econômicos pelos quais o Brasil passou e continua a passar. Os cursos universitários eram privilégios para a elite que dominava o nosso país.

O ponto inicial dessa pesquisa será uma análise discursiva sobre os anúncios, publicidades e propagandas das Instituições de Ensino, públicas e/ou Particulares encontradas no AP.

Os anúncios de Instituições de Ensino nas páginas do AP estiveram presentes com maior veemência nas primeiras décadas de sua edição (décadas de 1920, 1930 e 1940). Uma consulta mais específica à procura desses anúncios nas edições seguintes revela a sua escassez gradativa. Nas Figuras 29 e 30 são apresentados alguns exemplos dessa forma de anúncio voltadas à Instituições escolares presente em algumas edições do AP.

O primeiro anúncio de uma Instituição de Ensino no AP é identificado logo em sua primeira edição em 1924 (Figura 29). Trata-se do colégio 19 de Outubro dirigido pelo professor Dr. Edison da Paz Cunha, localizado em Parnaíba. Na prática era mais uma residência particular em que se prestava o serviço de ensino para aqueles cujas famílias tivessem condições de arcar.

Figura 29 – Primeiro anúncio de uma Instituição de Ensino no AP (1924)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1924, p. 42).

Figura 30 – Anúncios de Instituições de Ensino no AP na década de 1930

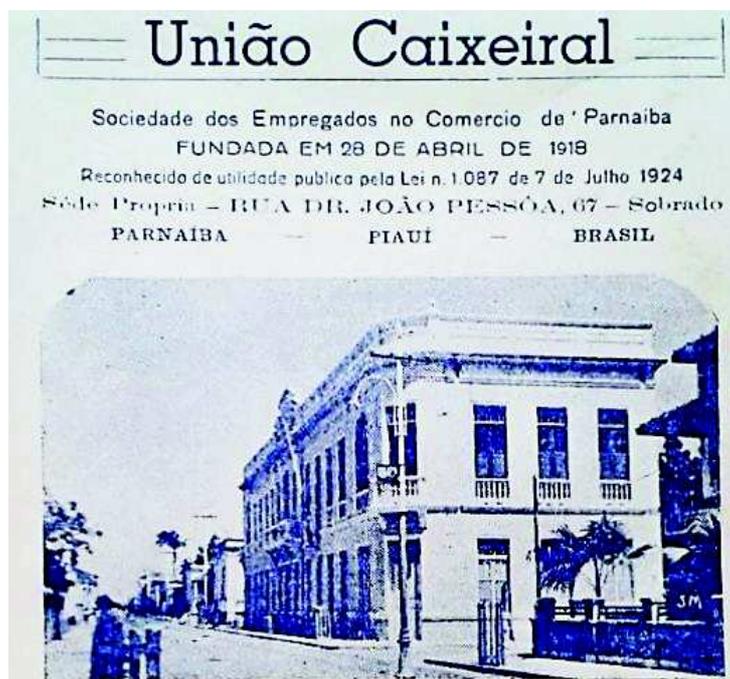


Fonte: Almanaque da Parnaíba (1933, p. 151) (E) e Almanaque da Parnaíba (1936, p. 135) (D).

Há outros exemplos de Instituições Escolares anunciadas na década de 1930 no AP (Figura 30). O “Ginásio Municipal São Francisco de Salles”, em Teresina, PI e o “Ateneu Teixeira Mendes”, em São Luís, MA.

Na cidade de Parnaíba houve uma grande Instituição de Ensino que deixou suas marcas para a Histórica local, trata-se da “Escola União Caixeiral” fundada em 1918, como “Sociedade Civil União Caixeiral”, teve em 1922, o lançamento da pedra fundamental de seu edifício sede (Figura 31) concluído em 1937. Tornou-se referência na educação comercial nas décadas de 1930 e 1940, com o nome de “Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral” e se popularizou como “Escola União Caixeiral”.

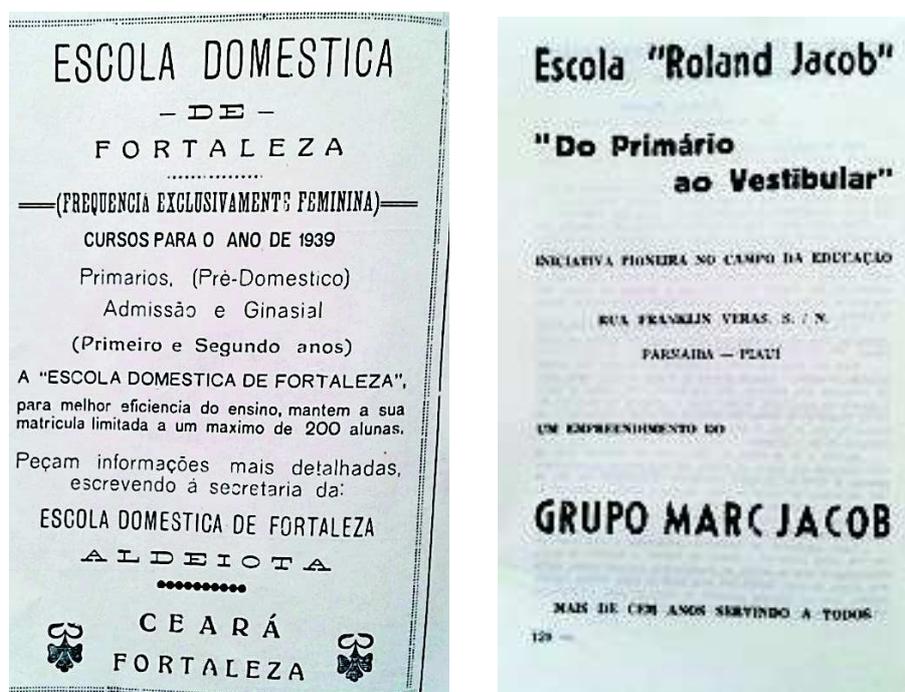
Figura 31 – Anúncio da Escola União Caixeiral no AP (1938)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1938, p. 165).

Outros dois exemplos de anúncios de Instituições Escolares no AP são apresentados na Figura 32.

Figura 32 – Anúncio de Instituições Escolares no AP.



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1939, p. 240) (E) e Almanaque da Parnaíba (1979, p. 120) (D).

Embora sejam exemplos de publicidade de duas instituições de ensino, deve-se observar as diferenças entre ambas, tais como a época de sua publicação, 1939 e 1979, composição gráfica e contextualização histórica e geográfica

As reflexões quanto à publicidade para a educação, agregadas aos demais discursos acerca do tema presente nas páginas do Almanaque da Parnaíba, possibilitam-lhe a composição de um conjunto de representações em Parnaíba e no Piauí, existentes nesse periódico.

4.2.1 Educação em Parnaíba e no Piauí

Imposto lembrar que a LDB 9394/96, Lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), é a legislação brasileira que regulamenta o nosso sistema educacional (público ou privado e da educação básica ao ensino superior). Essa não é a primeira vez que o Brasil conta com uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação que regulamenta todos os seus níveis, a primeira LDB foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61).

Confirmando o direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96 estabelece os seus princípios e os deveres do Estado em relação à instrução escolar pública, determinando as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A atual LDB insere a educação nacional na tensão descentralização-centralização. Sancionada pelo presidente da República em 20 de dezembro de 1996, a nova LDB teve origem num projeto que se sobrepôs a um outro gestado durante oito anos no âmbito da Câmara dos Deputados. O projeto finalmente aprovado, que incorporou aspectos do projeto original da Câmara, foi apresentado por Darcy Ribeiro ao Senado em março de 1996, constituindo-se numa versão em co-autoria com o MEC, que se empenhou em sua aprovação. (BONAMINO, 2003, p. 263).

Segundo a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), a educação brasileira apresenta a seguinte estrutura: a Educação Básica e o Ensino Superior.

A Educação Básica está dividida em Infantil, esta subdivide-se em creches, para crianças de 0 a 3 anos de idade e pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos de idade, sendo gratuita porém não obrigatória. Sua competência administrativa pertence aos municípios; O Ensino Fundamental é dividido em duas etapas, uma para os anos iniciais, que vai do 1º ao 5º ano e os anos finais, do 6º ao 9º ano, caracteriza-se por obrigatório e gratuito. De acordo com a LDB, ficou estabelecido que,

gradativamente, todo o ensino fundamental será de responsabilidade dos municípios. Observa-se que os municípios estão atendendo aos anos iniciais e os Estados os anos finais; e o Ensino Médio, conhecido antigamente como Segundo Grau, do 1º ao 3º ano, ficou sob a responsabilidade dos Estados, este pode ser ofertado também na forma de técnico profissionalizante.

Em relação ao Ensino Superior, a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), esclarece que que o mesmo é de competência da União, mas também pode ser oferecido pelos Estados e pelos Municípios, para isso os mesmos já devem ter atendido aos níveis pelos quais são responsáveis em sua totalidade. Competem à União a autorização e a fiscalização das instituições privadas de ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (Lei nº 9.394/96) define, em seu artigo primeiro, que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996).

O mesmo dispositivo legal divide a educação escolar brasileira em dois níveis: Educação Escolar Básica e Educação Superior. A primeira, abrange três etapas de escolarização, em que o Estado deve fornecer de forma obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional, nº 59 de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009). Suas etapas são: Educação Infantil; Ensino Fundamental e; Ensino Médio. A segunda, por sua vez, compreende: Cursos sequenciais; de graduação; de pós-graduação e; de extensão. (BRASIL, 1996).

Atendo-se a estrutura proposta pela LDB, mas respeitando as características e nomenclaturas de cada época, tentar-se-á construir um panorama da educação com base nos escritos presentes no Almanaque da Parnaíba. Tem-se a consciência que esse levantamento não é completo, que existem muitos “silêncios”, tanto pela falta de textos que abranjam a todos os conteúdos e em todos os tempos, e que, mesmo que existissem, não seria possível tratar a todos nessa pesquisa, como também pelos silêncios que impostos ou postos pelas convicções e posicionamentos dos colaboradores, que conforme o contexto, assumiram tais posicionamentos.

De forma sintética iniciar-se-á com uma breve reconstituição de alguns dados estatísticos que permitam inferir uma noção da situação educacional desde a monarquia. Esses dados extraídos do Almanaque da Parnaíba e acrescidos com resultados de levantamentos censitários de órgãos oficiais, como o IBGE, levam em consideração o quantitativo escolar no Piauí e em Parnaíba. O Quadro 10, revela a situação durante o período monárquico no Brasil, de 1822 a 1889, como era composta a Instrução Pública no Piauí, a lenta formação dessa rede de ensino, chegando inclusive a ter decréscimo no seu número de alunos frequentes na sua fase final, “Decréscimo da frequência escolar,

motivada na opinião dos Presidentes provinciais, pela incompetência do professorado”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1937, p. 43).

Quadro 10 - Instrução Pública no Piauí durante a Monarquia

DATA	INFORMAÇÃO
15 de janeiro de 1822	Fundação da primeira escola na cidade de Oeiras
04 de setembro de 1822	Fundação de duas escolas públicas (vila da Parnaíba e Campo maior)
1828	Contava o Piauí, apenas 14 escolas
04 de setembro de 1845	Fundação do Liceu Piauiense
1860	38 escolas no Piauí com 936 alunos matriculados
03 de fevereiro de 1866	Instalada a primeira Escola Normal no Piauí
1885	59 escolas públicas no Piauí, com 2.018 alunos matriculados
1889	61 escolas no Piauí com 1928 alunos matriculados

Fonte: Adaptação do autor com base no Almanaque da Parnaíba. (1937, p. 43).

No início do Século XX o Brasil começa a viver a experiência de um sistema republicano. A organização escolar nos novos tempos republicanos foi caracterizada pela dualidade de sistemas.

Nesse mesmo período destacava-se o projeto positivista, incentivado pelos Oficiais formados pela Escola Militar que entoavam uma “Ordem e Progresso” inspirados em Benjamin Constant.

Mesmo vivenciando uma nova fase em nossa institucionalização, a República, de início foi marcada pela frustração dos seus ideais: Federação, Democracia, Progresso. A formação de uma federação plena deu lugar à uma centralização do poder promovida pelo coronelismo, política dos governadores e política do “café-com-leite”. Inácio Filho e Silva (2010, p. 221) relatam que “A educação aparecia, nesse momento, como a grande promessa regeneradora do povo (abandonado ao analfabetismo e na ignorância generalizada) e de construção da nação, agora urbana e caminhando para a industrialização”. Na democracia vivenciaram-se eleições fraudadas e o voto que excluía a maioria da população, e o progresso foi marcado por dura crise econômica.

De acordo com o Almanaque da Parnaíba, em 1907, o Colégio D. Joaquim “Era o principal estabelecimento de ensino da cidade”. (1940, p. 290). Dirigido por padres católicos foi responsável pela formação intelectual de “cidadãos dignos” (comerciantes, industriais, professores, homens de letras, médicos, engenheiros, advogados).

Nas Figuras 33 e 34, têm-se as fotografias de duas turmas do Colégio Dom Joaquim em 1907 e 1908, respectivamente. Mesmo sendo um colégio particular e dirigido por religiosos, padres

católicos, os alunos eram todos do sexo masculino e usavam uniformes semelhantes aos fardamentos militares. Esse era um dos raros colégios que permitia aos filhos dos mais abastados iniciar seus estudos na cidade de Parnaíba.

Figura 33 – Colégio Dom Joaquim - 1907



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1940, p. 290).

Figura 34 – Colégio Dom Joaquim - 1908



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1940, p. 291).

Em relação à Instrução Pública em Parnaíba, no ano de 1912 existiam apenas duas escolas estaduais, uma para estudantes do sexo feminino e outra para estudantes do sexo masculino. (CAMPOS, 1940, p. 45).

Da proclamação da República, em 1889, até 1930, o Brasil vivenciou o regime denominado de República Velha, o primeiro período republicano brasileiro, onde São Paulo e Minas Gerais revezavam-se no comando da nação, em uma política conhecida como “café com leite”. O Estado de São Paulo concentrava a economia cafeeira através dos grandes fazendeiros, e Minas Gerais, com suas grandes fazendas de gado leiteiro completava o acordo político de revezamento entre os presidentes da república. Em 1929 essa política foi rompida por São Paulo que deveria apoiar um candidato mineiro, mas apoiou o paulista Júlio Prestes, com essa reviravolta o Partido Republicano Mineiro (PRM) declarou apoio ao candidato Getúlio Vargas que representava o Rio Grande do Sul e João Pessoa (candidato à vice) representava o estado da Paraíba, formaram assim a Aliança Liberal.

Após as eleições o candidato pelos paulistas, Júlio Prestes, saiu vitorioso porém, a Aliança Liberal alegava fraudes eleitorais, e a situação tornou-se pior quando João Pessoa foi assassinado na cidade de Recife, e a culpa foi creditada aos paulistas. No dia 10 de outubro de 1930, uma junta governamental foi formada pelos generais do exército e no dia 24 de outubro de 1930 Washington Luiz foi deposto e fugiu junto com Júlio Prestes e o poder foi passado para Getúlio Vargas.

A Tabela 2 permite visualizar alguns indicadores educacionais do Brasil e do Piauí, durante a primeira metade do século XX. Nesse período observa-se que há um grande crescimento, em números absolutos, da população, do número de escolas e do número de alunos matriculados, porém a taxa de analfabetismo não tem uma redução em seus índices na mesma proporção, mantendo-se quase que estável no Piauí durante esse período.

Tabela 2 - Instrução Pública durante a primeira metade do século XX

Ano	População		Número de Escolas		Analfabetismo ^(a) (%)		Alunos Matriculados	
	Brasil	Piauí	Brasil	Piauí	Brasil	Piauí	Brasil	Piauí
1907	21.711.287	409.376	12.448	201	74,6	82,7	638.318	8.791
1920	30.635.605	609.003	21.748	226	75,5	88,1	1.249.449	8.571
1940	41.236.315	817.601	39.230	560	67,2	80,7	3.328.471	39.882

Fonte: Adaptado de Directoria Geral de Estatística (1916); Directoria Geral de Estatística (1927); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1946) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1950); e Almanaque da Parnaíba (1928, 1932, 1934, 1937, 1938, 1940); (a) 5 anos ou mais de idade. (CARVALHO; GRAZZIOTIN, 2015, p. 685).

Em Parnaíba, no início da década de 1930, a situação do quantitativo de alunos matriculados pode ser conferida pelos números apresentados no Quadro 11. Percebe-se um número reduzido de matrículas, sobretudo no Ensino Secundário, tendo em vista que a população da cidade no ano de 1929 era de aproximadamente 32.000 habitantes.

Quadro 11 - O Ensino em Parnaíba – Estatística (1930)

Níveis	N. de Matrículas
Colégios Particulares	831
Escolas Oficiais	1.128
Particulares Primários	801
Ditos Secundários	30
Oficiais Primários	1.013
Ditos Secundários	115
RESUMO	
Primários	1.814
Secundário	145
Total	1.959

Fonte: Almanaque da Parnaíba (1932, p. 160).

A situação vivenciada nas primeiras décadas do século XX no nosso país culminou com a chamada “Revolução de 1930”, que por sua vez conduziu o Brasil à um período antidemocrático intitulado de “Era Vargas”, pois de 1930 a 1945, o país foi governado ininterruptamente por Getúlio Vargas.

Getúlio Dornelles Vargas começa a governar em 1930, sua gestão é caracterizada por ser nacionalista e populista. Em 1934 promulga uma Constituição, mas logo em seguida, em 1937, fecha o Congresso Nacional e instala o chamado Estado Novo e passa a governar com poderes ditatoriais. Com um governo centralizador e controlador, pois o Estado Novo dava ao presidente poderes para intervir nos poderes legislativo e judiciário, passou também a indicar os governadores estaduais, e criou o DIP (Departamento de Imprensa e Programada), órgão que tinha por função promover a repressão aos atos contrários ao novo regime estabelecido sob a forma de censura ao mesmo tempo

em que “estimulava” a divulgação dos atos do governo e procurava criar uma ideologia de nacionalismo através de ações nos meios de propaganda como rádios e também nas escolas.

Nesse período o Estado do Piauí enfrentava graves problemas educacionais que o assolavam desde a monarquia e o acompanham até hoje, embora tenha conseguido algumas melhorias. “Duas terríveis dificuldades a superar: expansão e aperfeiçoamento”. (NAPOLEÃO, 1934, p. 143). A expansão refere-se a levar o ensino para todo o território piauiense como forma de combater o analfabetismo, tanto das crianças quanto dos adultos. O aperfeiçoamento citado alinha-se com a necessidade de formação de professores, em quantidade e qualidade, suficientes para desempenhar as funções de alfabetização desse grande contingente populacional.

Outra preocupação diz respeito à forma como as crianças eram ensinadas no Piauí. “Para tanto, há-de ser preocupação primária: integrar a criança ao seu meio, reduzindo-lhe, inicialmente, as pesquisas ao ambiente natural”. (NAPOLEÃO, 1934, p. 149). Ensinar as crianças utilizando-se como gerador de conhecimentos o meio em que ela está inserida, ou seja, a cultura regional deve ser explorada primeiro para, só então, serem exploradas outras culturas.

O ensino no período “varguista” apresentou alguns pontos fortes, entre os quais destaca-se a criação do Ministério da Educação e Saúde, com o objetivo de unificar as políticas de ensino dos Estados, integrando o sistema educacional de todo o país.

O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. (MEC, 2014).

Na Era Vargas têm-se a criação de várias leis que regulamentam e padronizam o ensino no país. Este assume uma nova estrutura com a educação elementar dividida em fundamental, ginásial e supletiva.

Outro ponto a ser mencionado é a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, que propunha uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, redigido por Fernando Azevedo teve outros 26 signatários, entre eles Anísio Teixeira, Roquette Pinto e Cecília Meireles. Defendia uma “escola ou educação nova” em oposição a uma “escola tradicional”. Esses educadores procuram introduzir o pensamento liberal democrático, com a defesa de uma escola pública que seja

para todos, com o objetivo de se alcançar uma sociedade em que todos sejam tratados de forma igualitária e que não haja privilégios.

Os Quadros 12 e 13 destacam a quantidade de estabelecimentos de ensino no Piauí, em primeiro plano as cidades de Teresina e Parnaíba, no ano de 1943, ao final do período Getulista e de todas as ações educacionais aqui apresentadas.

Quadro 12 - Estabelecimentos de Ensino Existentes em 1943, segundo entidade mantenedora.

Município	Ensino Federal	Ensino Estadual	Ensino Municipal	Ensino Particular	Total
Teresina	1	44	3	38	86
Parnaíba	-	8	9	17	34
Outros	-	281	110	39	430
Total	1	333	122	94	550

Fonte: Adaptado pelo autor; Almanaque da Parnaíba (1945, p. 388-389).

Quadro 13 - Estabelecimentos de Ensino Existentes em 1943, segundo o grau de instrução.

Municípios	Ensino Superior	Ensino secundário, normal, comercial e industrial	Ensino Primário	Total
Teresina	1	9	76	86
Parnaíba	-	6	28	34
Outros	-	2	428	430
Total	1	17	532	550

Fonte: Adaptado pelo autor; Almanaque da Parnaíba (1945, p. 390-391).

Percebe-se que, em nível federal, a situação é incipiente, pois há somente uma instituição de ensino, na cidade de Teresina, a Escola Industrial de Teresina. Também constata-se a existência de uma única instituição de ensino superior, novamente em Teresina, é a Faculdade de Direito (FADI), criada em 1931. Há um grande número de escolas particulares em Teresina e em Parnaíba, onde se iguala ao número de escolas públicas, o mesmo já não ocorre nas demais cidade do Estado. O Ensino Primário é o que apresenta o maior número de estabelecimentos, provavelmente decorrente das políticas educacionais de combate ao analfabetismo.

Apesar dessa quantidade de estabelecimentos de ensino no Piauí, 550 estabelecimentos em 1943, esse quantitativo não é acompanhado pela qualidade que se desejava na educação, como pode ser percebido pela citação: “É lamentável! Burocraticamente, existem as escolas, É verdade! Entretanto, elas não têm existência de fato, porque não funcionam”. (SALES, 1966, p. 175). Para o autor, nessas escolas as crianças crescem analfabetas gerando um ciclo vicioso, pois irão tornar-se adultas, casar, ter filhos que irão frequentar a mesma escola e continuarão a ser analfabetos.

Com o fim do Estado Novo o país passa a ser governado por presidentes eleitos e vivencia um período de “Desenvolvimentismo”. Uma nova Constituição é promulgada em 1946 (BRASIL, 1946), com características liberais, estabelece a separação dos três poderes, institui o voto direto e secreto para presidente, incluindo o voto feminino, porém, os analfabetos continuavam sem direitos eleitorais.

Foi mantida a estrutura educacional do Estado Novo, a exemplo da gratuidade e obrigatoriedade do ensino, mas também foram promulgadas medidas que procuraram combater a elevação dos índices de analfabetismo. Um fato foi a abolição do exame de admissão para o Ginásio, mas em compensação foi introduzido um exame de admissão para o ingresso no 2.º Grau.

Na educação inicia-se uma campanha em defesa da Escola Pública. O marco vai ser a publicação da LDB de 1961. (BRASIL, 1961).

O substitutivo Lacerda foi aprovado com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20/12/1961), nos termos propostos de apoio à iniciativa privada, sem alterar a organização existente desde Capanema (1942), exceto pela proposição de currículos flexíveis e de mecanismos democratizantes do tipo possibilidade de aproveitamento de estudos entre ensino técnico e o acadêmico. (HILSDORF, 2003, p. 110).

Outra vez o Brasil é imerso em um novo regime ditatorial, desta vez passa a ser governado por uma coalizão de forças civis e militares que assumem o poder em 1964 e permanecem até 1985.

Esse regime foi caracterizado, na Educação, pela ausência do estado de direito, reestruturação na Representação Estudantil com a ilegalidade da UNE: União Nacional dos Estudantes, obrigatoriedade de disciplinas como Educação Moral e Cívica, no Ensino Primário, Organização Social e Política Brasileira (OSPB), no Ensino Médio e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), no Ensino Superior.

Evidencia-se um alinhamento das políticas educacionais com a influência estrangeira, sobretudo a do capitalismo norte-americano, que reflete em uma nova reforma educacional, como destaca Carvalho (2013).

Durante o Governo Civil-Militar (pós 1964) foi adotada a teoria do “capital humano” em que a educação passa a ser considerada um investimento que leva a um aumento da produtividade e daí melhores condições de vida ao trabalhador e à sociedade. Há claramente uma intenção de se atender às necessidades internacionais gerando uma educação voltada para a expansão das empresas tendo como pano de fundo os acordos internacionais para a educação. (CARVALHO, 2013, p. 50).

No início dos anos da década de 1980 tem início o processo, lento e gradual, de abertura política. Acompanhando mudanças internacionais nosso país, sob a influência da Globalização e do Neoliberalismo, assume feições mais democráticas que culminam com a promulgação de uma nova Constituição Federal em 1988 e, no âmbito educacional, a criação da Lei 9.396 de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). “Essas expectativas eram levantadas sobre um pano de fundo de intensa mobilização da sociedade civil, de revitalização dos partidos políticos e de ocupação da periferia do Estado por novas forças progressistas”. (BONAMINO, 2003, p. 256).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), traz profundos avanços para a educação nacional entre os quais destacam-se a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ensino fundamental obrigatório e gratuito, a extensão do ensino obrigatório e gratuito ao ensino médio, o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos, a valorização dos profissionais do ensino com planos de carreira para o magistério e a autonomia universitária.

A nova Constituição também alterou as relações federativas do país, por meio de uma significativa transferência de funções, decisões e recursos do plano federal para os estados e municípios, que, na educação, foi consagrada pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ACDT). (BONAMINO, 2003, p. 258).

4.2.2 Docentes

Os discursos sobre quem eram os professores, sua formação, sua dedicação ao trabalho, remuneração e lugar social ocupado por essa categoria, são um assunto constante no AP. Nesse processo cumpre ressaltar a situação dos docentes e como o AP produz representações dessa categoria no período estudado.

Desse modo, procurar-se-á destacar algumas passagens no Almanaque da Parnaíba que evidenciem ou relatem uma visão de como era a vida profissional dos docentes no Estado Piauí no século XX.

A situação dos docentes não era, e ainda não é, nada confortável, sobretudo financeiramente e em termos de condições materiais para o exercício da profissão. Na década de 1920, os municípios no Piauí estavam praticamente abandonados em relação à educação. Os cidadãos que quisessem assegurar alguma instrução pública o deveriam fazer por conta própria pois, “O Estado não auxilia o município em nenhum serviço público. [...] Apenas se limita o Estado a pagar os vencimentos de metade das professoras que exercem o magistério”. (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1929, p. 11).

No início do século XX, no Piauí, o sistema educacional era atendido principalmente pelas escolas particulares, pois a escolas públicas quase não existiam e, quando haviam eram extremamente deficientes, como relata essa citação, “Que milagres tinha de fazer então um professor estadual, para arranjar casa e tudo mais que exigia o exercício do magistério”. (CAMPOS, 1940, p. 47).

Mesmo as iniciativas particulares no campo da educação não significavam uma realidade muito diferente da encontrada na instrução pública. Isso pode ser assim esclarecido:

Era uma profissão antes do sacrifício do que lucrativa, não atraía senão os que sentiam verdadeira vocação pelo ofício, decorrendo disso, indubitavelmente, a curta existência de muitas delas, mas, em compensação, da mesma causa advinha o êxito que conseguiam alcançar os legítimos educadores, cujo esforço, zelo e competência justificavam a confiança de que eram cercados. (CORREIA; LIMA, 1945, p. 175).

Em várias passagens o Almanaque da Parnaíba ilustra as características que um professor deveria possuir. Um imaginário, ainda hoje, que muitas pessoas possuem quanto à figura do professor. Essas representações podem ser acompanhadas pelo Quadro 14.

Quadro 14 – Características de um professor segundo o AP.

CARACTERÍSTICAS DO PROFESSOR	ALMANAQUE. DA PARNAÍBA	
	ANO	PÁGINA
Vocação; capacitado pela cultura; sacrificio pela causa	1934	151
Paciência	1929	27
Disciplinado; dominar os impulsos; corrigir seus defeitos;	1937	195

Fonte: Adaptado pelo autor. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1929; 1934; 1937).

Além do que se exigia para ser um professor, o AP aponta uma característica que não poderia fazer parte do perfil desse profissional: “Um homem vulgar nunca poderá ser um educador, pois a educação não se improvisa, jamais”. (SALES, 1966, p. 177). Mas como conseguir ser esse professor com as condições de trabalho, salarial e material tão precárias? A resposta, para muitos casos, talvez seja essa, “Os professores de modo geral, além da cátedra, exerciam outras funções públicas”. (CUNHA, 1957, p. 117).

Médicos, advogados, engenheiros, funcionários públicos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, entre outras, eram as principais profissões de muitos professores, sobretudo das escolas particulares no Piauí, e em Parnaíba, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Alguns desses professores, encontrados no Almanaque da Parnaíba, são citados a seguir:

Dr. Clodoveu Felipe Cavalcante – Advogado;
 Dr. Edison da paz Cunha – Advogado;
 Dr. João Orlando de Moraes Correia – Médico;
 Dr. José Euclides de Miranda – Advogado;
 Dr. José Pires de Lima Rebelo – Advogado.
 Dr. Samuel Antônio dos Santos – Engenheiro Civil;
 Dr. Umbelino Moreira d’Oliveira Lima – Advogado.

Esses profissionais, conforme o AP, dedicaram suas vidas profissionais, tanto ao magistério quanto à sua profissão de formação. Dois exemplos, dentre tantos, ilustrados em suas páginas são dos professores José Pires de Lima Rebelo (Figura 35) e Benedicto Martins Napoleão (Figura 36). Nesses exemplos são destacadas as atividades profissionais e a importância desses educadores para o cenário piauiense.

Figura 35 – Professor Lima Rebelo (1929)



Provetto advogado, tribuno fluente e eminente educador piauihyense, fiscal do governo federal junto ao Gymnasio Parnahymano. O Dr. José Pires de Lima Rebelo é um dos factores de maior importância e inconfundível realce no movimento novo de difusão do ensino primário, secundário e normal na Parnahyba,

Figura 36 – Professor Benedicto Martins Napoleão



Professo Benedicto Martins Napoleão, um dos educadores mais competentes do meio cultural piauiense. Martins Napoleão, que é também fiscal federal do colégio São Francisco de Sales, foi o autor da reforma do ensino neste Estado, no governo Landri Sales

Fonte: Almanaque da Parnaíba (1936, p. 95).

A Figura 37 reúne alguns dos professores do Ginásio Parnaibano, em 1935. Em sua legenda pode-se ler o seguinte enunciando:

Corpo docente do Ginásio Parnaibano, composto do que nossa cidade tem demais representativo nas ciências e nas letras. Ao centro, o fiscal federal do estabelecimento monsenhor Constantino Boson e Lima, tendo à esquerda o sr. Ademar Neves, operioso ex-prefeito municipal, e à direita, o Dr. Mirócles Veras, que com raro brilhantismo continua, neste caminho a progressista administração do seu antecessor. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1936, p. 195).

Figura 37 – Docentes do Ginásio Parnaibano em 1935



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1936, p. 195).

No Almanaque da Paranaíba, em uma longa temporalidade, se percebe que nem todos os professores daquela época gozavam da mesma “sorte”, ou seja, possuir uma outra formação que possibilitasse ocupar um cargo ou função em um importante órgão público ou uma outra atividade como profissional liberal, por exemplo. Com a implantação crescente de muitas unidades escolares houve também a necessidade por um maior número de professores. Como a formação destes não acompanhava o mesmo ritmo de sua demanda, a qualificação deu lugar a quantificação, que foi permeada por questões eleitoreiras, como descrito aqui: “Sobre isso, o descritério partidarista, fábrica de escolas e prêmios de eleitores, com os docentes aliciados a grau de parentesco”. (NAPOLEÃO, 1934, p. 143). Até as escolas particulares, que outrora foram vistas como símbolos de um ensino de qualidade, para sobreviverem passaram, em sua maioria, a serem subvencionadas pelo Estado e pelo Município, “concedendo-lhe matrículas gratuitas no curso ginásial ou normal, para os candidatos pobres que o Prefeito indicar”. (SALES, 1940, p. 49). E isso também era reflexo da remuneração pois, “No fim do mês o Estado paga o professor... O município paga se pode... ou paga os favorecidos politicamente... Assim vai a educação primária de nosso Estado”. (CAMPOS, 1967, p. 177).

Em Parnaíba, o governo municipal resolveu implantar, a partir do final da década de 1920, uma grande reforma na Instrução Pública e contratou o professor Luiz Galhanoni⁷³ para assumir tal tarefa, sob a gestão do intendente municipal, senhor José Narciso da Rocha Filho. Algumas iniciativas como, por exemplo, a construção do prédio do Grupo Escolar Miranda Osório, que agregava o Ginásio Parnaibano e a Escola Normal de Parnahyba, em 1928, e mantidos pela Sociedade Civil Ginásio Parnaibano, em que era frequente a “Vinda de professoras de Therezina, para se capacitarem dos novos métodos de ensino”. (ALMANACK DA PARNAHYBA, 1929, p. 11). Esse processo refletiu em uma instrução pública melhor na cidade de Parnaíba, pois, “A instrução em Parnaíba é sólida. Os professores são esforçados e felizmente vem seus esforços recompensados pelo aproveitamento de seus discípulos”. (NEVES, 1941, p. 55).

O currículo, de modo geral, é visibilizado por meio de imagens, comentários, opiniões e crônicas. Com relação a ele, alguns aspectos se destacam no que diz respeito, especificamente aos castigos, a metodologia e aos processos de avaliação.

Os professores particulares no final do século XIX e início do século XX, não possuíam uma uniformização em seus métodos de ensino e, por conta disso, eram responsabilizados pelo destino de

⁷³ “Diretor do grupo escolar ‘João Köpke’, da capital paulista, contratado pelo Município de Parnahyba para organizar a instrução municipal”. (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1929, p. 9).

seus alunos. Edison Cunha, no texto “Vida aperreada” chama a tenção para o fato de que em 1925 muitos pais ainda retiravam os filhos das escolas por não concordarem, ou desconhecerem, outros métodos de ensino que não fosse na “base da pancada” e atribuam aos professores o insucesso escolar das crianças, como é destacado pela sua assertiva, “E o professor é responsabilizado por tudo, não havendo argumentos satisfatórios. A consequência lógica é que muitas crianças não passam das primeiras letras, depois de haverem percorrido diversos estabelecimentos de instrução, com uma variada bagagem de compêndios e cadernos escolares, muitos dos quais mal conhecem as capas”. (CUNHA, 1929, p. 29). Correia e Lima (1945, p. 175) reportam um pouco essa situação ao citarem que “Os professores tinham métodos próprios e distribuía as disciplinas em dois turnos exaustivos, em que quase sempre trabalhavam sem nenhum auxiliar”. Isso era comum nas escolas particulares que não seguiam uma programação ditada pelo governo, eram, antes de tudo, iniciativas particulares e muitas delas de duração efêmera, o que não tira seu mérito em prol da educação das crianças à época.

Ainda sobre as metodologias empregadas por esses professores, o Almanaque da Parnaíba aconselha que “Ao mestre zeloso do seu nome cabe agir com consciência, tratar com brandura e ter firmeza de atitudes para merecer o acatamento dos alunos, conquistar as suas simpatias e dignificar a profissão que exerce – uma das mais sublimes da humanidade”. (MENEZES, 1937, p. 197).

Em acordo com a época, para conseguir a “disciplina” de seus alunos durante as aulas, são comuns os relatos de castigos corporais que os professores infligiam às crianças, mas nem todos os professores eram adeptos dessa “metodologia” e muitos a criticavam, pois “Com ameaças, gritos, pancadas de régua, acompanhadas do clássico ‘silêncio!’ e castigos corporais, nada se conseguirá de real, proveitoso e positivo”. (MENEZES, 1937, p. 197). Outro defensor do fim desses castigos foi:

Abdias Neves, um dos maiores valores culturais do nosso Estado, de todos os tempos, fundado, por essa época (1903) o “Ateneu Piauiense”, para o ensino primário e secundário, revolucionou, completamente os velhos métodos de educação, até então vigorantes, sob o regime de castigos corporais, abolindo-os completamente e criando uma mentalidade investigadora, na mocidade piauiense. (CUNHA, 1957, p. 125).

Higino Cunha, professor de Inglês do Liceu Piauiense e Procurador dos Feitos da Fazenda, citado por seu filho, Edson Cunha, no Almanaque da Parnaíba, também se mostrou adepto de metodologias diferenciadas que julgava mais apropriadas para se conseguir melhores resultados no processo educacional ao condenar a “reprovação” dos alunos:

[...] se em determinada disciplina o examinado se apresentara fraco, não havia motivo para reprovação: primeiro porque a reprovação o atrasaria em um ano de vida; segundo porque poderia não ter inclinação pelo estudo dela, mas poderia estar habilitado nas demais; terceiro porque na vida prática, se tivesse necessidade daqueles conhecimentos, estaria forçado a refazê-los. (CUNHA, 1957, p. 117).

Diante de realidades distintas os professores no Piauí tinham em comum a consciência de que, somente através da educação, as crianças poderiam almejar um futuro melhor para as suas vidas e as de seus familiares. O Almanaque da Parnaíba reproduziu algumas dessas reflexões. Reflexões de professores e educadores que, mesmo com as limitações de sua época, viam o magistério além de uma profissão.

4.3.3 Analfabetismo

A própria conceituação de analfabetismo vem passando por grandes mudanças desde o século passado. Em 1958 a UNESCO deliberava que analfabeto era qualquer pessoa incapaz de ler ou escrever um simples enunciado, relacionado a sua vida diária. O IBGE que é responsável pelo levantamento censitário no país utilizou parâmetros diferentes para medir a quantidade de analfabetos. Pode-se encontrar dados em que os índices levam em consideração pessoas com 5 ou mais anos de idade e índices em que são consideradas analfabetas pessoas com 15 ou mais anos de idade. Há, ainda, questões envolvendo os tipos de analfabetismos, como o “funcional”, por exemplo.

Sem entrar no mérito dessas acepções e atendo-se às informações presentes no Almanaque da Parnaíba referentes ao analfabetismo, pode-se acompanhar que esses índices apresentaram uma relativa diminuição no decorrer do século XX. Considerando a população de 5 ou mais anos de idade, as taxas de analfabetismo eram as seguintes:

Tabela 3 – Taxas de Analfabetismo no Brasil e no Piauí - século XX

Ano	População		Analfabetismo ^(a) (%)	
	Brasil	Piauí	Brasil	Piauí
1907	21.711.287	409.376	74,6	82,7
1920	30.635.605	609.003	75,5	88,1
1940	41.236.315	817.601	67,2	80,7
1960	70.992.343	1.263.368	46,7	85,9
2000	169.590.693	2.841.202	16,7	36,5

Fonte: Adaptado de Directoria Geral de Estatística (1916); Directoria Geral de Estatística (1927); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1946); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1950); Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (2010); e Almanaque da Parnaíba (1928, 1932, 1934, 1937, 1938, 1940); (a) 5 anos ou mais de idade.

Deve-se observar, pela Tabela 3, que gradativamente houve uma redução das taxas de analfabetismos, tanto no Brasil quanto no Estado do Piauí, porém, essa redução não foi concomitante e nem linear. No Piauí há momentos de redução das taxas, mas há também momentos de aumento. Essa oscilação pode ser entendida como consequência de diversos fatores, dentre eles, o processo de industrialização, a urbanização tardia que no Piauí só acontece depois da década de 1970, a migração ou êxodo rural para outros Estados, etc. A análise deve levar em consideração a diferenciação entre os indicadores de analfabetismo relativo, o percentual da população analfabeta em relação ao total da população de um lugar, e os indicadores da população analfabeta absoluta, ou seja, a quantidade total de analfabetos. Por exemplo, os analfabetos (7 anos e mais) em 1960 correspondiam, no Brasil, a 23,4 milhões de pessoas, em 1977 esse número era de, aproximadamente, 22 milhões. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1981, p. 83). Isso significa que enquanto a taxa de relativa apresenta redução, os números absolutos podem não acompanhar essa redução.

No Almanaque da Parnaíba a preocupação com o analfabetismo foi muito discutida, desde as edições da década de 1930 até as da década de 1960, em que se critica o processo de alfabetização em massa, devido à falta de recursos financeiros, reduzido número de escolas e de professores e do grande contingente de analfabetos. Alguns colaboradores do Almanaque da Parnaíba defendem o processo de alfabetização como base para um processo maior, o da educação integral. “Esquecem, conseqüentemente, a desproporção invencível entre a massa daquela população (analfabetos) e o número reduzidíssimo de professores, fundamentalmente capazes, com algum vigor de inteligência, tinta de cultura e consciência moral”. (NAPOLEÃO, 1934, p. 145).

Os índices de analfabetismo eram divulgados no AP, por exemplo, “Metade da população brasileira é oficialmente analfabeta”. (CRAVEIRO, 1963, p. 51). O elevado analfabetismo no Brasil e, conseqüentemente no Piauí preocupavam a todos. Vivia-se o período de incipiente crescimento industrial e econômico. A necessidade de uma mão de obra mais qualificada era fator fundamental para o progresso de uma forma geral. O analfabeto era visto com uma pessoa que, além de não ser útil nesse sistema de produção capitalista pois não teria formação mínima para lidar com as tecnologias que iam se renovando nas indústrias, eram também um peso social, sua situação o prendia à miséria e isso o tornava demandante de assistencialismo e era percebido como um forte candidato à criminalidade. O AP informa que de acordo com os dados do *Populations Reference Bureau Inc.*,

em 1963, a população mundial era de 3 bilhões e 180 milhões de habitantes e o “O nível de alfabetização da população adulta de um país revela o alcance e eficácia do sistema educativo nele adotado. Nesta era de conquistas tecnológicas, cada vez mais se acentua a importância da alfabetização para o desenvolvimento social e econômico”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1964, p. 56).

O mapa da distribuição do analfabetismo revela uma interpretação das desigualdades existentes no interior dos países da América Latina, “De modo geral, os níveis de alfabetização da América Latina são baixos nas regiões onde existe predominância de índios e altos naquelas onde se nota maior concentração de habitantes de origem europeia”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1964, p. 57). Essa visão tanto poderia servir para orientar as políticas públicas que atuassem para a redução desse desequilíbrio, ou para acentuá-lo, devido ao preconceito que geraria em relação às regiões menos alfabetizadas, como na citação seguinte:

Nós que vivemos aqui pelas Capitais, gozando ou sofrendo, vivemos num ambiente esclarecido. Querendo, estaremos sempre em contato com a cultura e a civilização. E porque, assim, muita vez nem sequer nos lembramos de que no seio de nosso Estado, nos municípios mais desfavorecidos, habitam, numa verdadeira promiscuidade infantil, milhares de crianças que nunca tiveram a ventura de, pelo menos, conhecer uma carta de A. B. C. (SALES, 1966, p. 175).

Além do preconceito, outra apropriação que se percebe nos textos sobre o analfabetismo no Almanaque da Parnaíba é que, há por um lado aqueles que criticam essa situação tentando alertar a sociedade para que se encontre meios de revertê-la, mas há os que passam o discurso de uma situação que se perpetua e que a responsabilidade esteja com a própria população analfabeta:

Daí decorre que as crianças crescem analfabetas, robustecem ao calor da roça, tendo aquela como único mestre, e desprovidas de qualquer noção, tornam-se homens refeitos, analfabetos constituem uma nova prole sob a mesma fatalidade do desconhecimento, sob a mesma angústia da ignorância, sem ter capacidade até (o que é um grande perigo) de escolher conscientemente os seus próprios representantes. (SALES, 1966, p. 175).

4.3.4 Educação para crianças – Pré-escolar

A Educação Infantil, ou Educação Pré-Escolar, ou Jardim de Infância, entre outras denominações, é um campo educacional que sempre preocupou pais e especialistas. Jean Jacques Rousseau, ao escrever sua obra “Emílio, ou Da Educação”, em 1762, aborda alguns conselhos sobre

a educação na infância. O alemão Friedrich Froebel (1782-1852) destaca a importância da infância na formação das pessoas, inclusive a noção de “jardim-de-infância” deriva da interpretação de que a criança é como uma planta em formação. O psicanalista inglês Donald Winnicott também concordava que a infância é uma fase muito importante para a definição da identidade da pessoa e, que brincar é uma das melhores formas de aprender. Robert Owen, em 1816, na *Factory Village*, em *Manchester*, funda uma escola maternal, *New Lanark*, para crianças de 2 aos 5 anos de idade, “[...] cujos princípios pedagógicos foram alicerçados no carinho, no amor e nos preceitos da boa higiene do corpo e da alma. Nenhuma instrução livresca era ali permitida, como não era permitido o uso de agulhas, nem de pena, nem de lápis, nem de papel”. (CLARK, 1948, p. 181).

Analisando a história da legislação no campo educacional no Brasil desde o período Imperial, com destaque para a Carta Magna, nota-se que a Educação só foi tratada, e de forma genérica, até a Constituição de 1934. Os textos Constitucionais seguintes abordam o esse tema com um pouco mais de ênfase, mas somente com a Constituição Federal de 1988, conhecida como a Carta Cidadã, é que ela assume o papel de ator principal. A mesma observação pode-se fazer com relação à Educação Infantil. A partir de 1975, com a criação da Coordenação de Educação Pré-Escolar, pelo MEC, a Educação Pré-Escolar passa a ter um papel de maior destaque nas políticas públicas educacionais, embora ainda distantes do que idealize nos dias de hoje. Até a Constituição de 1988, a criança menor de 7 anos de idade, não tinha direito à educação. Essa situação foi corrigida, em termo legais, pelo artigo 208, Inciso IV, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que afirma que crianças de zero a seis anos de idade tem o direito de estar matriculadas em creches e pré-escola.

A LDB/96 (BRASIL, 1996) afirma que a Educação Infantil é uma das etapas da Educação Básica e a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 2013), ratifica ao informar que “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; [...]” (BRASIL, 2013), por sua vez o Plano Nacional da Educação – PNE coloca como sua Meta 1 “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE”. (BRASIL, 2014, p. 49). Será que é possível perceber alguma mudança na educação pré-escolar no decorrer do século XX pelos textos publicados no Almanaque da Parnaíba?

Em 1929 a população infantil em idade escolar, na cidade de Parnaíba, era de 4.000 crianças, porém menos de 20% frequentavam as escolas, incluindo aí as escolas particulares. (ALMANCK DA PARANHYBA, 1929, p. 9).

Os textos sobre a educação infantil ou pré-escolar encontrados no AP em geral discursam sobre as características psicológicas da criança e a necessidade de uma boa higiene e alimentação nessa fase como fator preponderante para a formação do futuro cidadão. A determinação de qual seria a idade da criança que se enquadrava dentro da educação infantil na década de 1950 é apontada como sendo, “O Pré-escolar é o período da vida da criança que se estende dos dois anos e seis meses até aos sete nos”. (NOGUEIRA, 1951, p. 123).

Como eram caracterizadas as crianças, em idade pré-escolar, pelos colaboradores do AP? Essas características, sobretudo as de personalidade, atraíam grande interesse, pois “Alguns traços psicológicos do Pré-escolar devem ser conhecidos, afim de que não sejam interpretados erroneamente, evitando-se, dessa sorte, o uso de métodos de educação inadequados”. (NOGUEIRA, 1951, p. 125). Pois, as crianças eram também vistas como “ciumentas”, “possuem espírito de imitação”, “apreciam a sensação de prazer”, “não tem noção de perigo”, “não tem noção de higiene”. (1951, p. 125).

Para alguns a importância de se educar as crianças antes mesmo de atingirem a idade escolar da época era fundamental para se “corrigir” determinados hábitos que poderiam influir em sua vida adulta, pois segundo esses, “A criança não tem defeito; é mal educado ou doente”. (NOGUEIRA, 1951, p. 125). Caberia aos educadores lidarem com essa situação, colocando em suas mãos essa responsabilidade “Assim, cumpre-nos dotar-lhes uma sadia orientação mental, afim de que se reduza o número de irresponsáveis e criminosos”. (1951, p. 127). Tal entendimento é reforçado pelas citações de que “O destino do homem é traçado, em grande parte, pelos cuidados dispensados ao seu ser – corpo e alma – durante esse período tão delicado da vida, que precede a idade escolar” (CLARK, 1948, p. 181) e “É na idade pré-escolar que se formam os alicerces básicos do caráter”. (NOGUEIRA, 1951, p. 127).

Seguindo os discursos higienistas da metade do século XX, a preocupação com a saúde e o desenvolvimento físico e mental das crianças foi defendida por alguns colaboradores do AP. O médico Oscar Clark, que publicou vários textos no referido anuário, e foi citado por outros colaboradores, afirmava que “Pré-escolar é a idade dos aleijões.”⁷⁴ (NOGUEIRA, 1951, p. 123) e tecia algumas recomendações que julgava pertinentes para o bom desenvolvimento dessas crianças, sempre pautado nas atividades físicas aliadas ao ensino, mas respeitando as suas características inatas.

⁷⁴ “A idade pré-escolar é a idade dos aleijões. É nesse tempo que, via de regra, as crianças adquirem as doenças microbianas, ou sofrem os acidentes, que as aleijam.” (CLARK, Oscar. Jardim de Infância. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Ministério da Educação e Saúde. Vol. XI, N. 29, Julho-Agosto, 1947, p. 36).

“Todo aluno precisa interromper a lição de meia em meia hora e correr livremente um ou dois minutos, pois, os exercícios físicos, também, estimulam, revigoram e desenvolvem as faculdades mentais, as qualidades de caráter e de inteligência”. (CLARK, 1948, p. 183).

Defendia também a boa alimentação como um dos pilares para a boa educação das crianças ao afirmar que “Na educação do pré-escolar deve-se atender, em primeiro lugar, à nutrição do organismo infantil”. (CLARK, 1948, p. 185).

A Figura 38 ilustra o “Jardim de Infância” de uma das entidades voltadas ao ensino na cidade de Parnaíba na década de 1950.

Figura 38 - Jardim de Infância – SESC Parnaíba em 1956.



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1956, p. 287)

4.3.5 Primeiras instruções – Ler, escrever e contar

Com a promulgação da Constituição de 1934 (BRASIL, 1934), o ensino fundamental, junto com o ginásio, passou a ser denominado de ensino primário, sendo declarado um direito de todos e obrigação do Estado, fato até então inédito no país.

A exemplo dos Jardins de Infância, o Ensino Primário reproduziu durante muitas décadas os discursos progressista e higienista que permeavam a educação brasileira no século XX, pois como é percebido pela citação, é função da “escola primária [...] combater o analfabetismo, cuidar da saúde da criança e educá-la no trabalho” (CLARK, 1945, p. 35) e complementada pela afirmação que “[...] a escola primária deve cuidar não só da instrução livresca, como velar pela saúde dos alunos e ensiná-los a utilidade das mãos”. (1948, p. 181).

Em 1921, o Estado do Piauí possuía uma população de pouco mais de 609.000 habitantes e “o ensino público primário do Estado, era distribuído por 96 escolas e a matrícula da capital já atingia a 1.011 alunos”. (PETIT, 1937, p. 45). Em Parnaíba, eram 21.000 habitantes aproximadamente, e 15 estabelecimentos de ensino, sendo 13 municipais e 2 estaduais.

Ainda na década de 1920, na cidade de Parnaíba, tem-se início um grande esforço para o desenvolvimento da Instrução Pública, por meio da construção e aparelhamento de escolas, além da formação de professoras para suprir a demanda. O AP destaca as realizações da Administração Pública em Parnaíba, sob a gestão do senhor José Narciso da Rocha Filho, intendente municipal, ao final de 1928. Foi nesse governo que houve a contratação de um professor natural de São Paulo, o senhor Luiz Galhanone, para reorganizar o ensino na cidade e dirigir o novo grupo Escolar “Miranda Ozório”, pois “o antigo” que tinha capacidade para 400 alunos, não atingia 300 matrículas. (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1929, p. 9).

O novo grupo escolar “Miranda Ozório” foi inaugurado em 15 de julho de 1927 com cerca de 500 alunos matriculados em 10 “classes”. Seguiu o modelo de ensino adotado no Estado de São Paulo importado pelo seu diretor. Era considerado “um grupo modelo do nordeste brasileiro, pelas suas ótimas instalações, magnífico aparelhamento e pela moderna orientação do seu ensino”. (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1929, p. 9).

Outra escola construída na cidade, pelo Governo do Estado, foi o grupo escolar “José Narciso”, Figura 39, no bairro Tucuns (atual São José), que na época era considerado “o mais desenvolvido”, e que visava a atender às crianças que moraram longe do centro da cidade e tinham dificuldades para

acessar o grupo escolar “Miranda Ozório”, em 1928 atendia perto de 300 crianças. (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1929, p. 11).

Figura 39 - Alunos do Colégio José Narciso “em exercício de *gymnastica*” (1927)



Fonte: Almanack da Parnahyba (1928, p. 76)

Também em 1928, foram criadas diversas escolas isoladas, na Ilha Grande de Santa Izabel, contando com 80 crianças matriculadas. As demais escolas existentes nessa época na cidade apresentavam seu funcionamento regular embora fosse destacada a “falta de capacidade técnica” de suas professoras devido ao distanciamento e aos “parcos e exíguos” vencimentos, que não serviam de atrativos para profissionais mais qualificados cabendo aos moradores locais essa tarefa de ensinar. (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1929, p. 11).

No final da década de 1920, a cidade tinha 20 unidades escolares frequentadas por aproximadamente 1.000 crianças. Segundo dados do AP, em 1928, a população de Parnaíba era calculada em 23.000 habitantes. Esses números podem não aparentar grande representatividade quando comparados à relação de quantidade de alunos pelo número total de habitantes. Porém, sem esquecer a contextualização em que estavam inseridos o Estado do Piauí e a cidade de Parnaíba, no início do século XX, pode-se concordar com a reflexão seguinte: “Encaremos agora a cidade sob o ponto de vista da Instrução. Numerosos são os grupos escolares, onde a infância de Parnaíba recebe

as primeiras ilustrações, e também existem vários colégios particulares que prestam relevantes serviços em prol da companhia contra o analfabetismo”. (ARAÚJO, 1932, p. 71).

Além da cidade de Parnaíba o AP reproduziu em algumas de suas edições textos e fotografias sobre a Instrução Primária dentro e fora do Estado do Piauí. A Figura 40 ilustra um grupo de alunos da escola municipal do povoado de Periphery, na cidade de Floriano, na porção fisiográfica do Médio Parnaíba. Percebe-se o pequeno número de alunos orientados por apenas uma professora, composta por uma turma mista de faixa etária variável e com predomínio de crianças do sexo feminino.

Figura 40 – A Instrução em Floriano- PI - 1929



O Dr. Fernando de Oliveira Marques, intendente municipal de Floriano, entre alunos e a professora da escola municipal do povoado Periphery, naquele Município, em dia de visita feita áquelle estabelecimento de ensino

Fonte: Almanach da Parnahyba (1931, p. 59).

Outro exemplo do Ensino de Primeiras Letras pode ser encontrado na cidade de São João do Piauí, sul do Estado, em 1937. Aqui o destaque é dado ao senhor Adail Coêlho Maia, que fundou uma escola noturna, a Escola Noturna Ribeiro Gonçalves, de primeiras letras e gratuita, com 120 matrículas e uma frequência média de 90 alunos. Na Figura 41, constata-se tratar de uma turma numerosa, composta sobretudo por mulheres e idades variáveis. Em primeiro plano, em pé, da direita

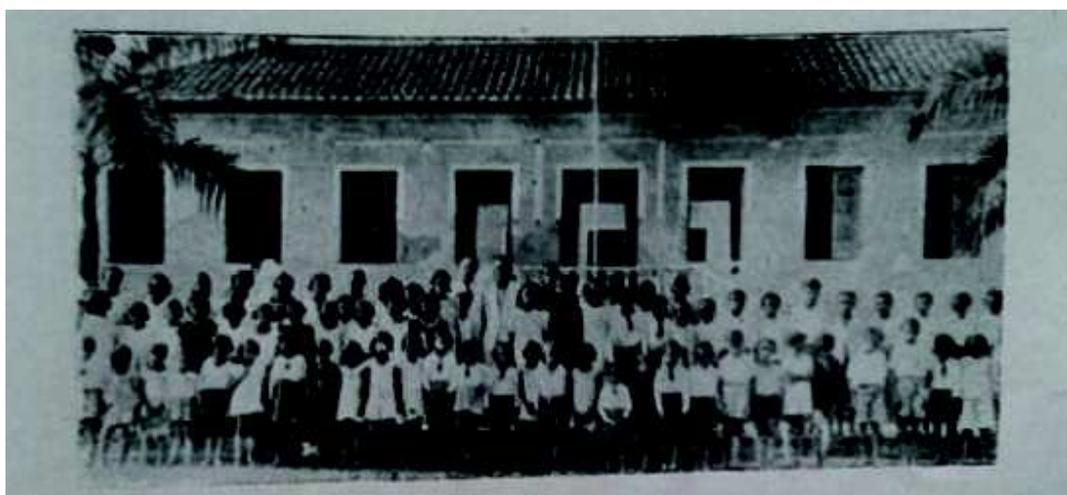
para a esquerda, o “professor Coêlho Maia” e o “Mestre José Damasceno”. “No mesmo plano um grupo de dedicadas professoras”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1939, p. 237).

Figura 41- Escola Noturna “Ribeiro Gonçalves” – São João do Piauí (1937)



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1939, p. 237).

Figura 42 – A Instrução no Maranhão⁷⁵ - 1938



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1939, p. 53).

⁷⁵ A INSTRUÇÃO NO MARANHÃO: - A quantidade de estabelecimentos de ensino no Estado é bem o índice da cultura do seu povo. O Maranhão sempre encarou, com grande amor, a instrução da sua juventude. Daí a glória do seu passado nas letras, a pujança do seu presente e a grandeza do seu futuro, na capital existe um apreciável número de educandários, colégios, o liceu, as academias de Direito e de Farmacia, grupos escolares, etc. Também no interior do Estado existe o mesmo carinho pelas escolas. Neste clichê vemos o grupo Escolar Municipal da florescente cidade de Pedreiras, á margem do rio Mearim, dando-nos uma bela impressão da frequência. Almanaque da Parnaíba (1939, p. 53).

A Figura 42 estampa um pouco da Instrução Primária na cidade de Pedreiras, no vizinho Estado do Maranhão no final da década de 1930. Com destaque para a “frequência”, ou seja, o número de alunos presentes, pelo menos na fotografia, do Grupo Escolar Municipal.

A Instrução Pública no Piauí, no ano de 1935, devido à sua grande extensão territorial foi dividida em 5 regiões literárias⁷⁶. Parnaíba era a sede da segunda região que contava com mais 12 municípios⁷⁷. Em 1936 a segunda região literária contava com 51 estabelecimentos de ensino público primário, sendo constituído por 9 Grupos Escolares; 6 Escolas Agrupadas; 2 Escolas Singulares; 34 Escolas Nucleares e; 5.096 alunos matriculados. (PETIT, 1937, p. 45). A cidade de Parnaíba apresentava a seguinte composição da Instrução Pública Primária, em 1936, conforme o Quadro 15.

Quadro 15 – Instrução Pública em Parnaíba - 1936

ESCOLA	N. DE CLASSES	N. DE MATRÍCULAS
G. E. “Miranda Osório”	9	407 alunos
G. E. “José Narciso”	7	236 alunos
G. E. “Luiz Galhanoni”	6	207 alunos
G. E. “João Candido”	5	214 alunos
Total	27	1.064 alunos

Fonte: Adaptado pelo autor (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1937, p. 45)

Figura 43 – Colégio Nossa Senhora das Graças, Parnaíba – 1935



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1936, p. 247)

⁷⁶ A sedes dessas regiões eram as cidades de Teresina, Parnaíba, Floriano, Picos e vila de Correntes.

⁷⁷ “Parnaíba, Buriti dos Lopes, Luiz Correia, Piracuruca, Periperí, Pedro II, Batalha, Bôa Esperança, Porto Alegre, João Pessoa, Miguel Alves e Barras.” (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1937, p. 45).

Para completar a ilustrações sobre o Ensino Primário nas páginas do AP, a Figura 43 representa “O Colégio Nossa Senhora das Graças⁷⁸ internato, semi-internato e externato, vem prestando relevantes serviços ao nosso meio em prol do ensino primário”. A Figura apresenta “em frente ao edifício próprio do Colégio, alunas em dia de festa”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1936, p. 247).

O Quadro 16, sintetiza a situação do Ensino Primário no Estado do Piauí no período de 1943 a 1947. Observa-se uma certa constância no número de Unidades Escolares e seu respectivo corpo docente. Apenas o ano de 1947 apresenta considerável elevação nesses números, 70% a mais de Unidades Escolares e 40% a mais do corpo docente, refletindo que o incremento no número de professores não acompanhou a mesma ordem no número de escolas.

Quadro 16 - Demonstrativo do Movimento Didático e Docente do Ensino Primário em Geral, no Piauí, referente ao período 1943 a 1947.

Anos	Unidades Escolares	Corpo Docente
1943	602	1.063
1944	610	1.029
1945	600	1.068
1946	615	1.065
1947	1.043	1.493

Fonte: Departamento de Educação – Divisão de Inspeção – Estado do Piauí (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1948, p. 378).

Mesmo com um relativo aumento das Escolas de Ensino Primário no Brasil e no Piauí, na primeira metade do século XX, é bom lembrar que em 1950 existiam cerca de 10,4 milhões de pessoas no Brasil entre 7 e 14 anos de idade, dessas, 4.352.043 pessoas estavam matriculadas no “ensino primário fundamental comum”, ou seja, uma taxa de escolaridade de 41,0%. “Mais de 6 milhões de crianças (ou 58,1% da população infantil brasileira) não estavam frequentando as escolas primárias em 1950”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1961, p. 50). No Piauí essa taxa era de 20,8%, superando apenas a do Maranhão de 20%, enquanto São Paulo e Santa Catarina atingiam,

⁷⁸ “Fundado em 25 de maio de 1907, pelas Irmãs do Pobres de Santa Catarina de Sena. [...] Até 1933, o estabelecimento manteve apenas o curso primário, em todas as séries. [...] além de uma escola anexa, denominada ‘Escola São José’, destinada às alunas pobres.” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 167 e 168).

respectivamente, 60,0% e 63,6%. No ano de 1958 a população brasileira em idade escolar era de 12.500.000 pessoas, deste total, 6.580.000 estavam matriculados, ou seja, a taxa de escolaridade era 52,6% e o déficit absoluto de 5,9 milhões de crianças. (1961, p. 50).

Essa situação continuou no início da década de 1960 em que havia uma “deficiência incrível de escolas” e a “marginalização de mais de 50% da população em virtude das dificuldades financeiras que o ensino requer”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1964, p. 53). Dos “15 milhões de crianças, em idade escolar, 7 milhões não têm escolas e dentre as 8 milhões que conseguem se matricular, apenas 600 mil conseguem terminar o curso primário”. (CRAVEIRO, 1963, p. 51). Diante desses dados apresentados pelo AP, alguns de seus colaboradores demonstravam certo desânimo com a educação primária, como pode ser inferido pela citação: “Acrescentemos que no setor da educação primária, forçoso é dizer, estamos na estaca zero”. (SALES, 1966, p. 177). Em Parnaíba, no ano de 1968, existiam, segundo o AP, 99 unidades de ensino primário, com 403 professores e 12.452 alunos matriculados. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1969, p. 390). Um alerta dado sobre esses números vem do próprio AP ao chamar atenção para “[...] pois as vezes, uma escola primária do interior funciona sem pé nem cabeça, de modo que não se sabe o número de alunos, quantos foram matriculados, qual a frequência, etc.”. (SALES, 1966, p. 177). Assim, esse panorama deve ser entendido com ressalvas, pois a situação pode ser ainda mais grave ao levar-se em consideração que os órgãos oficiais poderiam “maquiar” ou manipular esses resultados com a finalidade de apresentar uma estatística educacional mais favorável.

Além das questões numéricas e estatísticas, outra preocupação levantada nas páginas do AP é quanto ao que e como são ensinadas as crianças no ensino primário, pois “A educação primária é a base da educação de um povo”. (SALES, 1966, p. 177). Para alguns colaboradores do AP o simples e antigo processo de alfabetização das crianças não era mais válido diante das novas e modernas técnicas de ensino e aprendizagem que se apresentavam mundo afora. Essa preocupação é percebida na seguinte citação.

Modernamente, não é mais possível o ensino primário pela carta do A. B. C.; O cântico romântico e pitoresco do “UM B COM A BEABÁ”, perdeu-se na sua insignificância e já que vivemos uma era moderna, modernos deverão ser os métodos empregados em todos os setores de aperfeiçoamento da cultura humana. (SALES, 1966, p. 177).

4.3.6 Ensino secundário

Durante o Brasil Império e no início do Brasil República, ou seja, do final do século XIX e início do século XX, os “estudos secundários” caracterizaram-se pela presença do sistema de “exames parcelados”, que era um regime de estudos preparatórios para o ingresso dos jovens nas faculdades, que consistia em avaliações de disciplinas, conforme o próprio nome indica, de forma parcelada, contrário ao sistema de ensino seriado. Muito criticado, sobreviveu oficialmente até o Decreto nº 16.782-A, de 13 de outubro de 1925, em que afirma, “Art. 54. O certificado de aprovação final ao 5º ano do curso secundario é condição inidispensavel para admissão a exame vestibular para matricula em qualquer curso superior, supprimidos os exames parcellados de preparatorios”. (BRASIL, 1925). Apesar do dispositivo legal, a prática do exame parcelado sobreviveu até a Reforma de Francisco Campos, em 1931, quando foi substituído totalmente pelo regime de séries.

O Almanaque da Parnaíba (1941, p. 121) destaca em suas páginas o pioneirismo na “instrução pública piauiense” do Pe. Lindolfo Uchoa, que com recursos próprios fundou o “Colégio 24 de Fevereiro”, na cidade de Floriano, que em 1916 dispunha apenas de “dois estabelecimentos de ensino primários mantidos pelo governo, e de uma escola particular que teve vida efêmera”, vindo este a tornar-se muito conhecido na região e que tinha preparado vários jovens para cursos superiores.

Na capital, Teresina, o Liceu Piauiense⁷⁹, no início do século XX, os exames parcelados estavam organizados em 12 disciplinas ou cadeiras, sendo, Português, Francês, Inglês, Latim, História do Brasil, História Universal, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, História Natural, Geografia e Física-e-Química. (CUNHA, 1957, p. 115). Para o ingresso em uma faculdade eram observadas a aprovação em algumas disciplinas específicas, por exemplo, para entrar no curso de Medicina o aluno deveria ser aprovado em todas as 12 cadeiras; para o curso de Direito seriam 10 cadeiras, excluía-se Álgebra e Geometria-Trigonometria; para Engenharia eram 8 cadeiras, as mesmas do curso de Direito menos Latim e Física-e-Química; e para os cursos de Farmácia e Odontologia, 7 cadeiras, as mesmas da Engenharia menos Inglês. (1957, p. 115).

Por esse regime de exames, o estudante não era obrigado a se submeter a todas as disciplinas e nem em um único momento, “Sendo o regime de exames parcelados, ao fim do ano, o estudante, cursasse ou não o Liceu, poderia requerer tantos exames quantas as matérias em que se julgasse habilitado, até as doze de uma vez”. (CUNHA, 1957, p. 117).

⁷⁹ Atualmente é o Colégio Estadual Zacarias de Góis.

Na cidade de Parnaíba o Ensino Secundário foi marcado por dois empreendimentos educacionais, o Ginásio Parnaibano e a Escola Normal. Em 15 de julho de 1927, foi inaugurado pelo Governo do Estado, o “Gymnasio Parnahyba”, Figura 44, e em 1928 foi oficializado seus exames de admissão sob fiscalização federal. Contava com 63 alunos matriculados em duas classes de 1º ano. No mesmo prédio funcionou a “Escola Normal de Parnahyba”, inaugurada em 1º de julho de 1927, foi “reconhecida e equiparada à sua similar oficial em Therezina” em 1928. (ALMANACH DA PARNAHYBA, 1929, p. 11).

Figura 44 – Ginásio Parnaibano - 1940



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1940, p. 41).

Em 1932, o Ginásio Parnaibano, “um dos mais importantes estabelecimentos de ensino do Estado” (ARAÚJO, 1932, p. 71), completou 5 anos de inauguração, possuía 164 alunos e alunas, e nesse ano formou-se “os primeiros bacharéis em letra e as primeiras normalistas. Ao todo, 27 diplomados”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1933, p. 59).

Grupos Escolares – No quadriênio 1963/66, tivemos construídos 4 Grupos Escolares, a saber: G E Epaminondas Castelo Branco; G E João Cândido; G E do bairro Boa Esperança e G E Prefeito Lauro Correia. Foram ampliados o G E José Narciso e o G E Luiz Galhanoni. A população escolar cresceu de um terço, relativamente ao ano anterior. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1968, p. 263).

A dicotomia da educação brasileira nessa época fica evidenciada pela criação de dois tipos de escola pública: uma voltada aos interesses da classe média, que os preparavam para o mundo acadêmico e profissões “mais nobres”; e a outra, para a população mais pobre, com um ensino mais rápido e condensado, com o objetivo de alfabetizar e fornecer informações básicas e superficiais.

O ensino secundário foi discutido e reformulado durante o Estado Novo, sua primeira reformulação deu-se na gestão do Ministro da Educação, Francisco Campos, porém o auge ocorreu com a Reforma Capanema.

A reforma de 1942 consagra a divisão entre o ginásio, agora de quatro anos, e um segundo ciclo de três anos, com a opção entre o clássico e o científico. Ao fim de cada ciclo haveria um "exame de licença", nos moldes, pelo menos em intenção do *baccalaureat* francês, que garantiria o padrão nacional de todos os aprovados. Além disto, uma série de cursos profissionalizantes deveria existir no nível do segundo ciclo, como opção para os estudantes que não tivessem como objetivo ingressar nas universidades. Desta forma, os cursos ginasiais, obedecendo a um programa mínimo comum em todo o país, e controlados pelo ministério, também funcionariam como habilitação básica para os cursos profissionais de nível médio. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000).

As crianças com mais de 13 anos de idade ou os adultos passaram a ser obrigadas a cursar o supletivo, com duração de quatro anos englobava o ensino fundamental e o ginasial. O ensino médio passou a ser denominado de 2º Grau, mantendo sua divisão em curso normal, magistério e profissionalizante, porém estes dois últimos deixam de ser cursos que davam direito ao ingresso ao nível superior, a exceção do colegial normal que passou a dar acesso ao 3.º grau, sendo dividido em ensino clássico e científico, com duração de três anos cada.

O Almanaque da Parnaíba não apresenta de uma forma consolidada os dados estatísticos quanto ao Ensino Secundário ou Médio. Essas informações estão fragmentadas em alguns poucos textos. Por exemplo, em Parnaíba na década de 1940, quando o assunto é Ensino Secundário as atenções voltam-se principalmente para três estabelecimentos escolares: Ginásio Nossa Senhora das Graças; Ginásio Parnaibano e Ginásio São Luiz de Gonzaga, que além de ofertarem essa modalidade de ensino, ofertavam também o Ensino Primário e o Ensino Profissionalizante ou Comercial. Quando é apontada, por exemplo, a quantidade de alunos matriculados, esses números são globais, ou seja, envolvem todas as modalidades e níveis de ensino.

No início da década de 1960, há uma predominância dos estabelecimentos de ensino particulares em nosso país, ou seja, “85% dos estabelecimentos de ensino médio do país são particulares, o que torna o estudo impossível aos jovens sem recursos. [...] somente 4% dos maiores

de 19 anos têm curso médio completo no Brasil”. (CRAVEIRO, 1963, p. 51). Em Parnaíba, no ano de 1968, existiam 8 unidades de ensino médio, com 164 professores e 3.126 alunos matriculados. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1969, p. 390).

De 1976 a 1981, o ensino de 2º Grau passa a ser único, como esclarece (SANFELICE, 2010, p. 337-338), ou seja, desaparece a divisão entre os ensinos secundário e técnico e assume uma forma unificada com a obrigatoriedade de formação profissional para atender as exigências do mercado. O ensino propedêutico e o tecnicista caminham juntos na formação do jovem brasileiro nesse período. Porém essa tentativa não logra êxito como atesta a citação: “Os jornais publicam com frequência notícias a respeito do fracasso da tentativa de dar uma profissão a cada aluno do segundo grau, do antigo curso secundário”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1980, p. 105). Nesse período analisado observa-se que há uma transição que envolve a dualidade entre ensino propedêutico e ensino técnico, que ora eram apresentados separados, depois juntos e novamente separados. Isso leva a refletir: Será que existe mesmo uma separação entre essas modalidades de ensino em nosso país, pelo menos nesse citado período?

4.3.7 Ensino para uma profissão

De forma direta ou indireta a educação teve, entre os seus muitos objetivos, a intenção de preparar o homem para uma atividade profissional que garantisse o seu sustento e de sua família, contribuísse com o desenvolvimento econômico do seu país ou região e o impedisse de ingressar em uma vida marginalizada, tornando-o um estorvo social. Como nem todos tiveram as mesmas oportunidades de ingresso e permanência nas escolas e, mesmo os que estudaram não puderam abraçar “as melhores profissões”, como as de cursos superiores em Direito, Medicina, Engenharia, etc. A educação profissional ou os cursos profissionalizantes, seja qual nível de ensino for, estiveram associados aos interesses dos grupos dominantes que tentavam remediar suas demandas por uma mão de obra barata e qualificada ou simplesmente atenuar os problemas decorrentes da miséria a que eram submetidos a maioria dos jovens no Brasil.

Para isso em 1909, a educação profissional passa a ser sistematizada em nosso país como forma de atender aos interesses do processo de industrialização que se inicia e também por influência da mão de obra estrangeira que trouxe em sua bagagem ideais sindicalistas.

A justificativa do Estado Brasileiro, em 23 de setembro de 1909, para a criação de um conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices era a necessidade de prover as

classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, isto é, prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no Decreto no 7.566, assinado pelo então Presidente Nilo Peçanha no ato de criação dessas escolas, uma em cada capital federativa, com duas exceções apenas. (INSTITUTO FEDERAL: CONCEPÇÕES E DIRETRIZES, 2010, p.11).

Dentre as diversas formas de profissionalização existentes, o Almanaque da Parnaíba chama a atenção para a associação entre a educação e a agricultura, como uma alternativa para fixar o homem no Campo, criando uma mão de obra rural qualificada, “Precisamos unir de maneira indissolúvel a escola e o campo; a pedagogia e a agricultura, pois, somente assim nos será possível sonhar com um Brasil próspero, sadio e feliz” (CLARK, 1945, p. 35), talvez essa intencionalidade seja decorrente da própria condição de vida da maioria da população piauiense, que durante a maior parte do século XX era predominantemente rural.

Próximo ao final do Estado Novo outras reformas foram criadas no âmbito da educação. Essas reformas vincularam-se ao ensino profissionalizante e tiveram destaque a criação de entidades como o SENAI em 1942 e o SENAC em 1946.

Duas outras iniciativas importantes ocorrem em 1942, contribuindo para a adequação da formação profissional às tendências de parcialização do processo de trabalho: foi criado o Serviço Nacional da Aprendizagem –SENAI, que liberou as indústrias e sindicatos da responsabilidade exclusiva da educação profissional de seus operários e promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial que, além de estabelecer as bases da organização desse ensino, equiparou-o ao ensino secundário e introduziu a orientação educacional nas escolas de formação profissional. (WERMELINGER; MACHADO; AMÂNCIO FILHO, 2007, p. 215).

Por esse período a cidade de Parnaíba já consolidara sua aptidão ao comércio. Em suas escolas de ensino profissionalizante, a principal formação era baseada na Lei Orgânica do Ensino Comercial, Decreto-Lei nº 6.141, de 28/12/1948, que regulava o ensino:

- 1) de comércio e Propaganda;
- 2) de Administração;
- 3) de Contabilidade;
- 4) de Estatística e;
- 5) de Secretariado.

Esses cursos ministravam 32 disciplinas diferentes: 6 de Contabilidade; 3 de Administração; 3 de Estatística; 3 de Organização e; o restante dispersa. Em 1945 existiam, no Brasil, “Cerca de 350 escolas técnicas de comércio entre inspecionadas, reconhecidas e algumas poucas esperando

reconhecimento por parte do Governo Federal”. (SILVA, 1949, p. 193). No Piauí eram apenas três: 1) Escola Técnica de Comércio do Piauí, em Teresina; 2) Escola Técnica de Comércio da União Caixeiral, em Parnaíba e; 3) Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora das Graças, também em Parnaíba. Cada Estabelecimento tinha a liberdade de elaborar o seu próprio programa, que levava à falta de unidade na elaboração, expedição, apreciação e execução desses programas. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1949, p. 195).

Além das “Escola Técnica de Comércio”, o Piauí também computava outras escolas que tinha cursos profissionalizantes, como a Escola Normal de Parnaíba e o Liceu Industrial do Piauí, a Escola Normal Oficial, e a Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, em Teresina.

As reformas adotadas na educação brasileira apresentaram, na década de 1950, um caráter tecnicista, pois devido à influência capitalista adotou uma concepção racionalista da produção nas escolas, onde o professor é visto como um operário. Os alunos eram ensinados para desenvolver habilidades que os inserissem o mais prontamente no mercado de trabalho, seguindo os conceitos teóricos do Behaviorismo e as teorias do Taylorismo e do Fordismo.

Para a formação dessa mão de obra qualificada e a própria escolarização da população, que apresentava ao mesmo tempo crescentes taxas de natalidade, longevidade e urbanização, fazia-se necessária a formação de professores e professoras para atenderem a essa demanda, assim, o Governo Federal implantou a Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial – CAEC, com o objetivo de propiciar “cursos de aperfeiçoamento e formação de professores, inspetores e diretores de escolas; missões técnicas, seminários, incentivos à criação de centros de estudos pedagógicos locais e concursos de habilitação ao magistério”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1956, p. 175).

Para fazer frente a esse novo cenário que exigia mão de obra qualificada e também formação para os “formadores” desta, em Parnaíba, a Escola Normal de Parnaíba, que desde a sua implantação em 1928, coexistia com o Ginásio Parnaibano no prédio do Grupo Escolar Miranda Osório, com a sua “estadualização” passa a ser denominada Escola Normal Francisco Correia e em 1967 é entregue sua sede própria “Foi construído, em 1965/1961, o maior conjunto escolar do Estado do Piauí, destinado aos cursos: Pré-Primário, Primário, Ginásial Normal e de aperfeiçoamento”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1968, p. 263).

A profissionalização pelo ensino também foi promovida pela iniciativa privada. Em Parnaíba instituições escolares como a “União Caixeiral” e o “Colégio das Irmãs”, não eram os únicos a enveredarem por essa modalidade. Instituições como o SESC e o SENAI, por exemplo, atuam até hoje na formação de profissionais para o mercado de trabalho.

O SENAI mantinha, para elementos de 14 a 18 anos de idade, cursos de aprendizagem para a qualificação da mão-de-obra nas especialidades de mecânica de Manutenção e de autos e Marceneiro/carpinteiros. Para adultos a mesma Instituição mantinha cursos de torneiro, ajustador, eletricitista de autos e de outras especializações. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1970, p. 399).

Além de cursos na própria instituição, o SESI mantinha cursos em prédios diversos, por exemplo, foi fundada, em seção, no dia 4 de março de 1952, a Escola de Formação Doméstica “Morvan Dias de Figueiredo”, Figura 45, mantida pelo Serviço Social da Indústria em Parnaíba, era “destinada, exclusivamente, a operárias – esposas, filhas e irmãs de operários das fábricas e oficinas”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1953, p. 73). Sua cerimônia de inauguração ocorreu em 15 de agosto e suas aulas tiveram início em 1º de setembro do mesmo ano, contando com 100 alunas matriculadas nos cursos de Arte Culinária e Economia Doméstica; Corte e Costura; Enfermagem e Puericultura e; Pequenas Indústrias. “As alunas são obrigadas ao estudo de todos os cursos, não sendo permitida a frequência de cursos isolados”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1953, p. 77).

Figura 45- Escola Doméstica “Morvan Dias de Figueiredo”



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1953, p. 75)

Em 1971, têm-se a edição de uma nova Lei Federal que promove uma reforma educacional no país. Essa nova Lei 5.692/71, tem um grande impacto no ensino profissionalizante que é destacado por Cury,

Uma das mais impactantes medidas do Governo Militar foi a reforma da Lei nº 4.024, com a redação dada pela Lei nº 5.692/71. Por ela se impôs a universalização compulsória do ensino de segundo grau como ensino profissionalizante. Tendo em vista o fracasso dessa reforma, a lei nº 7.044/82 dá nova redação à Lei nº 4.024/61, retirando o caráter compulsório da profissionalização. (CURY, 2010, p. 365-366).

Esclarecendo mais sobre o referido texto legal Carvalho (2013) elucida que,

A Lei Federal nº 5.692/71, (BRASIL, 1971), que reformulou a Lei Federal nº 4.024/61, e foi revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no tocante ao ensino de primeiro e de segundo graus, atual educação básica, também representa um capítulo importante na história da educação profissional, ao introduzir a profissionalização generalizada no ensino médio, então denominado segundo grau. (CARVALHO, 2013, p. 51).

Outra forma que o Almanaque da Parnaíba proporciona de registros de atividades educativas relacionadas ao ensino profissional estão nas suas inúmeras publicidades, tema esse tratado nessa pesquisa em capítulo anterior. Publicidades de escolas ou cursos de datilografia, música, atividades domésticas, etc., completam a temática abordada. Desde a edição de 1956, o AP dedicou várias páginas para as atividades educacionais e de prestação de serviços ofertados pelo SESC, lembrando que por mais de 20 anos, Ranulpho Torres Raposo, segundo proprietário e editor do AP, foi diretor dessa entidade.

4.3.8 Ensino superior

O Ensino superior em nosso país começou com séculos de atraso em relação aos nossos vizinhos Latino-Americanos. Nossos colonizadores não admitiam que em sua colônia pudesse se formar uma elite com pensamentos livres contrários ao da Metrópole, assim por meio de um Alvará Régio, o Ensino Superior esteve proibido no Brasil até o ano de 1808, quando da chegada da Família Real e da corte portuguesa que a acompanhava. Criados inicialmente como cursos ou Faculdades, o Ensino Superior teve abertura em nossas terras em 1808 com a inauguração da Faculdade de Medicina da Bahia, ou Curso Médico de Cirurgia, e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, denominada de Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. (FÁVERO, 2006).

Após a década de 1920 o governo passou a estimular a criação de Universidades com pesquisas acadêmicas e cursos de pós-graduação, por exemplo, a Universidade do Rio de Janeiro ou do Brasil, em 1920, para isso os Estados deveriam agrupar as faculdades isoladas que existiam até

então. O problema é que era exigido um número mínimo de faculdades e que atendessem aos requisitos anteriores.

Outros exemplos dessa nova situação para o ensino superior em nosso país podem ser citadas a Universidade de Minas Gerais, 1927 e a USP – Universidade de São Paulo, 1934, que contava com a importação de mestres e doutores franceses para ministrar aulas, uma vez que no Brasil havia carência desses profissionais. Esse exemplo passou a ser seguido por outros estados, inclusive com a ajuda do governo federal, como no caso do Rio de Janeiro.

Enquanto as principais capitais brasileiras começavam a desfrutar o surgimento de suas Universidades, o Piauí somente em 1931, vai ganhar sua primeira Faculdade, através da iniciativa privada de alguns magistrados, a Faculdade de Direito – FADI, na capital Teresina. Esse único curso, de Direito, não atendia as demandas dos jovens estudantes piauiense que possuíam diversos cursos preparatórios para o ingresso em cursos superiores, mas somente aqueles que tivessem condições financeiras poderiam fazê-lo ausentando-se de sua terra natal para se formar em Direito, Medicina ou Engenharia, em cidades como Fortaleza, Recife, Salvador ou Rio de Janeiro. Essa afirmação é acompanhada pela citação do AP que manifestava o desejo pela criação de uma Universidade também no Piauí: “Vítima do mesmo êxodo a que se tem submetido, já por muitas gerações, a mocidade piauiense, ao buscar a conclusão do curso superior, sentimos vivamente o quanto nos faz falta a criação da Universidade do Piauí”. (SALES, 1965, p. 207). Essa campanha em prol da Universidade em terras piauiense não ficaria restrita à capital Teresina, “Parnaíba, por exemplo, merece uma escola de Ciências Humanas”. (1965, p. 209).

Enquanto esse desejo não era atendido vários textos foram publicados no Almanaque da Parnaíba retratando a situação do ensino superior no Estado e no país, colocando a falta da Universidade como um dos principais entraves para o desenvolvimento local, “Como etapa final deste sistema de educação vamos encontrar a universidade, que tem se constituído o maior empecilho a revolução brasileira e à própria reformulação do nosso ensino secundário, médio e primário”. (CRAVEIRO, 1963, p. 51).

No início da década de 1960, a cidade de Teresina possuía apenas três faculdades: Faculdade de Direito do Piauí, fundada em 14 de abril de 1931 – Federal; Faculdade Católica de Filosofia do Piauí – FAFI, instituída em 1957, autorizada em 1958, reconhecida em 1964 – Particular e; Faculdade de Odontologia do Piauí, de 1961 – Particular. A Figura 46 ilustra o corpo docente da Academia de Direito do Piauí.

Figura 46 - Corpo Docente da Academia de Direito do Piauí, em Teresina - 1935



Fonte: Almanaque da Parnaíba (1936, p. 85).

A existência de somente essas três faculdades era criticada, pois a sua estagnação gerava um “Círculo vicioso: - Direito – Filosofia – Odontologia” (SALES, 1965, p. 209) que não estava mais atendendo as ambições dos estudantes piauienses, pois estes “Tem que se contentar com um curso de direito, as vezes, não eficiente ou uma filosofia, as vezes precária, para depois cantar na própria frustração, a glória inútil e a verdade fofa de um anel que brilha, mas que não tem brio” (1965, p. 209).

O Ensino Superior no Brasil, em 1961, formava “uma rede de 1.236 unidades escolares, das quais 768 em 32 universidades e, 468 em estabelecimentos isolados”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1963, p. 319). Desta rede 44% eram oficiais e somavam 56.332 alunos de uma população universitária total de 98.892 alunos, conforme o “Serviço de Estatística da Educação e Cultura”. (1963, p. 320). Segundo o AP “[...] somente 1% (um por cento) de privilegiados consegue o ‘título’ de universitário que amanhã se transformarão em máquinas de fazer dinheiro”. (CRAVEIRO, 1963, p. 52). Uma crítica anticapitalista para aquela época.

O Quadro 17 relaciona os principais cursos universitários, graduação, no Brasil em 1960. Percebe-se que há uma inversão de posição entre os cursos de Direito e Filosofia, Ciências e Letras, quanto ao percentual de matrículas e o percentual de concluintes.

Quadro 17 – Principais Cursos Universitários no Brasil - 1960

CURSOS	MATRÍCULAS	CONCLUSOS
Bacharelado em Direito	24%	19%
Filosofia, Ciências e Letras	23%	30%
Engenharia	11%	9%
Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais	9%	6%
Odontologia	6%	8%

Fonte: Adaptado pelo autor. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1963, p. 320).

A título de comparação com o Quadro 17, a seguir são apresentados, conforme o Censo da Educação Superior – 2014, os quatro principais cursos de graduação no Brasil quanto ao percentual de matrículas e de conclusões (Quadro 18). Em 2014, foram registradas 7.828.013 matrículas na graduação e 1.027.092 estudantes concluíram seus cursos.

Quadro 18– Principais Cursos Universitários no Brasil - 2014

CURSOS	MATRÍCULAS	CONCLUSOS
Bacharelado em Direito	11,6%	9,1%
Administração	11,4%	10,7%
Pedagogia	9,3%	10,1%
Ciências Contábeis	5%	4,3%

Fonte: Adaptado pelo autor. (INEP, 2015).

Mesmo com esse incremento no ensino superior, o Brasil em 1960 ocupava uma posição bem inferior quando comparado com alguns países da América Latina em relação ao índice de alunos universitários, conforme o Quadro 19. Essa posição, deve ser decorrente do tardio processo de implantação de cursos superiores no país, visto ter ocorrido somente após 1808 e com maior intensidade após a década de 1920.

Quadro 19 – Índice de alunos universitários, em alguns países da América Latina, 1960

PAÍS	ÍNDICE ⁸⁰
Argentina	74
Costa Rica	33
Venezuela	25
Equador	18
Brasil	16

Fonte: Adaptado pelo autor. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1963, p. 320).

A década de 1960, no Piauí é marcada pela intensificação da campanha em prol da instalação da Universidade Federal do Piauí. Entre os clamores encontrados no AP pode-se citar: “Com a importação de técnicos jamais será possível a concretização dos ideais de progresso” (SALES, 1965, p. 209) ou “[...] que brevemente quando criada a UNIVERSIDADE, não seja ela apenas uma fábrica graciosa de fazer doutores, de fabricar títulos e diplomas”. (1967, p. 177).

Interessante notar que a criação da Universidade Federal do Piauí, que foi defendida pelos colaboradores do AP, não é noticiada em suas páginas, pelo contrário, há um “silêncio” sobre esse fato tão importante para a educação local. Outro fato que chama atenção também é que a cidade de Parnaíba teve papel fundamental na criação da Universidade Federal do Piauí em 1971, e que antes desse feito a cidade já contava com a Faculdade de Administração de Parnaíba – FAPI, resultado das ações de intelectuais parnaibanos que, em 1965, criam e instalam a Fundação Educacional de Parnaíba, responsável por esta Faculdade em 03 de março de 1969, e que foi incorporada à Universidade Federal do Piauí – UFPI, em 01 de março de 1971. Apesar da importância desses acontecimentos não se encontram nenhum registro nas páginas desse anuário.

Antes de ser colocada na ilegalidade pelos Militares, pôde-se conferir um registro do movimento estudantil no Brasil, no Almanaque da Parnaíba, através de sua representação máxima, a UNE, “A União Nacional dos Estudantes⁸¹, entidade máxima que congrega os universitários de todo o país, é um organismo que, com seu plano de ação, combate as forças retrógradas e reacionários ao desenvolvimento nacional”. (CRAVEIRO, 1964, p. 119).

⁸⁰ Para cada 10 mil habitantes.

⁸¹ Fundada em 11 de agosto de 1937 no Rio de Janeiro, teve suas atividades proibidas pela Lei nº 4.464, de 6 de abril de 1964. Tal Lei, que se tornaria conhecida como Lei Suplicy, proibia as atividades políticas nas organizações estudantis, além de definir a regulamentação destas entidades. (http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=945&id=13492&option=com_content&view=article)

Por essa época, ensaiavam-se no país manifestações por uma reforma universitária, pois entendia-se que somente números, como quantidade de Universidades ou de universitários, não eram suficientes, era necessário o desenvolvimento de uma educação superior de qualidade e a UNE era uma das entidades que defendeu essa ideia:

Quando a UNE grita por reforma universitária⁸² é por que o Brasil é 50% analfabeto e para as universidades só vai 1% de privilegiados, filhos de burgueses que depois de formados servirão de sustentáculos a esta estrutura desigual, onde o pobre morre, à mingua e o rico esbanja o seu dinheiro em casinos e fantasias, mostrando assim as falhas do nosso atual regime. (CRAVEIRO, 1964, p. 119).

Mesmo após a instalação e posterior ampliação da Universidade Federal do Piauí, as críticas ao Ensino Superior continuaram presentes no Almanaque da Parnaíba, porém, dessa vez a preocupação era não com a baixa quantidade de estudantes que tinham acesso à graduação, e sim com a quantidade de diplomados que não conseguiam ser absorvidos pelo mercado de trabalho ou pelos salários mais baixos, consequência da “lei da oferta e da procura”, como pode ser exemplificado pelas seguintes citações: “Acontece porém que o mercado de trabalho não está absorvendo com bons salário todos aqueles vindos das universidades.” e “Centenas de formandos universitários, ávidos de salários altos, saturam o mercado de trabalho, que cresce na proporção dos formandos. Começam a sobrar doutores de várias espécies e faltam homens para ganhar salários razoáveis em profissões várias”. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1980, p. 105).

Neste capítulo tentou-se compreender os discursos e/ou representações quanto à temática educação presentes nos textos do Almanaque da Parnaíba. Inicialmente abordou-se temas vinculados à educação e civilidade, por meio de textos que representavam ou apresentavam características de manuais de civilidade ou códigos de comportamento que pessoas ditas “civilizadas” deveriam seguir. Em seguida, concentrou-se na sistematização e análise dos textos mais significativos sobre esse tema, no que tange sua estrutura institucionalizada, e traçou-se um breve paralelo entre a história da educação, contida nas páginas do Almanaque da Parnaíba, com a História da Educação em nosso país, que tem como temporalidade o mesmo período em que o AP foi publicado.

⁸² Em 1962, a UNE, ao lado de outras instituições e intelectuais brasileiros, formou a **Frente de Mobilização Popular**. No contexto das reformas de base propostas pelo governo João Goulart, a UNE e a Frente defenderam mudanças sociais profundas no país, entre elas a reforma universitária para ampliar o acesso da sociedade à educação superior. No mesmo ano, a entidade lançou um projeto ousado, a mobilização a partir de caravanas que rodariam o Brasil. (<http://www.une.org.br/memoria/>).

Chego ao final da discussão relacionada ao ensino formal com algumas considerações. A educação no AP não era um tópico sistemático, porém a leitura atenta de suas páginas permitem acompanhar o processo educativo local e nacional durante o período analisado. Embora durante o século XX, a educação no país tenha passado por inúmeras transformações, tanto quantitativa, quanto qualitativamente, nem todas essas mudanças foram significativas, a exemplo do analfabetismo que mesmo colocado como preocupação central de muitos governos e governantes, mostrou-se estatisticamente estagnado por décadas.

Outra característica presente sobre educação no AP relaciona-se à dualidade ou dicotomia. É clara a presença de uma segregação no ensino em Parnaíba, que certamente acompanhou o restante do país, pois seus textos ao mesmo tempo em que discutiam a educação pública como necessária, apontavam que as famílias que possuíam condições financeiras favoráveis enviavam seus filhos para estudar em colégios particulares ou em estabelecimentos públicos na capital, Teresina, ou mesmo em outros estados da federação. Pode-se inferir que isso seja uma consequência natural devido à falta de estabelecimentos de ensino público na cidade, mas também é visível a grande quantidade de anúncios de escolas particulares divulgados no AP.

Poder-se-ia discutir por várias formas a educação no AP, mas a opção pela formal ou institucionalizada permitiu acompanhar os diversos níveis ou modalidades educacionais, através de uma estrutura simplificada, mas abrangente tanto quanto ao tema, quanto à temporalidade analisados.

Em boa parte dos textos relacionados à educação no AP percebe-se um destaque dado para o ensino básico, que incluem temáticas como a formação dos professores, em especial suas condições de trabalho desfavoráveis por parte do Estado, o analfabetismo persistente e até mesmo designado como um ciclo vicioso, passando de pais para filhos, e também são discutidas as perspectivas e problemas da educação na cidade e no estado.

No Ensino Secundário é evidenciado que este, durante as primeiras décadas do século XX, concentrou as escolas e os estudantes na capital, isso invariavelmente relembra que somente os que possuíam condições financeiras davam continuidade aos seus estudos, ou seja, uma parcela mínima da população parnaibana.

A partir da década de 1940, Parnaíba, vê crescer os cursos profissionalizantes que acompanham a dinâmica econômica da cidade vinculado ao comércio.

Pouco se falou sobre o Ensino Superior e quando este tema foi tratado no AP foi para relatar as aspirações pela criação da Universidade Federal do Piauí e a existência dos cursos de Direito, Filosofia e Odontologia.

Efim, ao analisar os textos referentes à educação no AP percebe-se a potencialidade que os mesmos apresentam para a construção e compreensão do processo de implantação do que hoje pode ser percebido como uma rede de ensino em Parnaíba e no Piauí.

O Quadro 20 reúne sistematicamente os principais temas discutidos sobre a educação formal e institucionalizada no AP. Algumas inferências podem ser extraídas de sua análise, a exemplo da relação dos temas com sua temporalidade, denotando suas implicações com o contexto a que se inserem.

Quadro 20 – Resumo Educação Formal e Institucionalizada no Almanaque da Parnaíba

(continua)

TEMA	CATEGORIZAÇÃO	PALAVRAS-CHAVE	REFERÊNCIA NO AP
EDUCAÇÃO FORMAL E INSTITUCIONALIZADA	Docentes	Condições de trabalho; perfil; outras profissões; remuneração; didática; disciplina;	1929; 1930; 1934; 1936; 1937; 1941; 1945; 1957;
	Analfabetismo	Estatísticas; alfabetização	1934; 1963; 1964; 1966; 1981.
	Educação para Crianças – Pré-escolar.	Brincadeiras; frequência; personalidade; nutrição;	1929; 1948; 1951.
	Primeiras instruções: Ler, escrever e contar	Higienismo; estatísticas; grupo escolar; alfabetização de adultos; instrução pública; qualidade;	1929; 1931; 1932; 1936; 1937; 1939; 1945; 1948; 1961; 1964; 1966; 1969;
	Ensino secundário	Liceu; exames parcelados; Ginásio Parnaibano; Escola Normal; estatísticas.	1929; 1932; 1933; 1957; 1963; 1969; 1980.
	Ensino para uma profissão	Ensino comercial; Escola Normal; SENAI; SESI. Escola Doméstica; União Caixeiral.	1949; 1953; 1956; 1968; 1970;
	Ensino superior	Universidade do Piauí; Faculdades; estatísticas; UNE; mercado de trabalho;	1963; 1964; 1965; 1966; 1980.

Fonte: Adaptado pelo autor (2016).

5. JUÍZO DO ANO⁸³

Na semana seguinte ao aniversário de 79 anos de elevação à categoria de cidade⁸⁴, Parnaíba – PI, ganhou um dos seus mais importantes e duradouros presentes. Não se trata de monumentos de concreto ou ferro, nem de inauguração de logradouros públicos. Esse presente simbolizou a materialidade da produção intelectual e cultural de uma elite, representada por Benedicto dos Santos Lima, seu Bembém, que por meio da publicação de um anuário intitulado *Almanack da Parnahyba*, que teve a pretensão inicial de ser apenas uma “lembrança” aos fregueses da Merceria Bembém e terminou por “presentear” a cidade de forma ininterrupta por mais 59 anos.

Parnaíba era uma cidade que, no início da década de 1920, inspirava em seus habitantes uma imagem voltada para o futuro. Futuro este que se realizaria por intermédio das atividades comerciais que financiariam seu processo de urbanização, buscando leva-la ao patamar das grandes cidades brasileiras e europeias. Mas não bastava apenas ter uma paisagem urbana com ruas largas e grandes casarões, com praças bem cuidadas e iluminação pública. Era preciso investir em educação, com a construção de prédios escolares considerados modernos, e desenvolver uma instrução pública de qualidade que permitisse aos parnaibanos formar seus professores e professoras, sua mão de obra para as atividades mais especializadas no comércio e preparar os jovens que quisessem, e pudessem, para adentrar a um curso de nível superior nas principais Universidades do país.

O Almanaque da Parnaíba serviu, durante esse longo período, como meio de divulgação dessas conquistas. Suas fotografias registram a mudança paisagística urbana da cidade, o seu crescimento populacional, suas atividades educacionais e culturais, mas também o AP registra em suas páginas, por meio de contos, poesias e outras formas textuais, as intencionalidades de seus colaboradores que procuravam, em grande parte, instruir e construir comportamentos para a população. Muito comuns, os “ditados” ou “ditos populares”, funcionavam como manuais de civilidade, regras de etiqueta, inculcando nas diversas classes sociais normas comportamentais que seriam apropriadas à uma cidade que se apresentava como próspera.

Em poucas oportunidades seus textos deram abertura para opiniões contrárias ao pensamento predominante do restrito círculo de colaboradores que espelhavam os ideais dos editores do AP. Não

⁸³ Borda d'Água é um almanaque português publicado anualmente desde 1929, nas vésperas de um ano e traz em sua última página uma crônica intitulada “Juízo do Ano” que é um prognóstico para o ano seguinte. Aqui inspira-me para as considerações e recomendações sobre essa Tese.

⁸⁴ Em 14 de agosto de 1844, a Vila São João da Parnaíba é elevada à categoria de cidade pelo presidente da Província do Piauí, José Ildefonso de Sousa Ramos. Em 23 de agosto de 1923 foi comemorado seu 79º aniversário.

havia confronto com os grupos políticos dominantes em cada época. As ideologias do Positivismo, do Getulismo, do Governo Civil Militar, foram defendidas. Ao mesmo tempo o Comunismo, o Socialismo e qualquer outra forma de “subversão” eram duramente criticadas.

Percebe-se que as mudanças nos discursos dos colaboradores do Almanaque da Parnaíba, entre 1924 a 1982, estão relacionadas à esperança que se tinha de que a cidade concretizasse sua missão progressista, que Parnaíba se tornasse um grande centro agroexportador e polo do comércio regional, via a construção do porto marítimo de Luís Correia, porto esse que até o ano de 2016 não se tornou realidade. A esperança de uma cidade “de futuro” foi frustrada pela realidade da decadência do comércio marítimo. Com esse panorama, Parnaíba passa a ser descrita nas últimas edições do AP como uma cidade que apresenta mais dificuldades do que possibilidades. Novas apostas surgem, como o turismo, mas o saudosismo persiste aliado aos problemas antigos, que nunca foram resolvidos, e aos novos que insistem em se apresentar.

Inegável é a presença constante, de uma forma ou de outra, de temas ligados à civilidade e a educação institucionalizada na maioria das edições do AP, embora estes comecem a rarear a partir da década de 1970. “De uma lembrança à uma promissora esperança” pode ser reescrito como “a lembrança de uma promissora esperança”, pois é assim que muitos textos, nessa fase final das edições do AP, inferem.

Ao final do século XX, a História Cultural lançou um novo olhar acerca dos livros e dos periódicos. Esse olhar foi para além de seus conteúdos, sua forma de produção, sua materialidade, suas estratégias de circulação, seus leitores. Direcionou-se para as representações e apropriações, sejam individuais ou “culturais”, que permitiram a leitura sob novas lentes de documentos que antes eram relegados ao esquecimento.

O estudo iconográfico passou a ser destacado, nesse sentido as imagens foram analisadas sob nova ótica, seus “ditos” e “inter(ditos)”, suas mensagens e seus silêncios foram colocados à luz de novas representações. Procurou-se, através de outras lentes, compreender seus discursos e intencionalidades, tanto dos fotógrafos, de seus contratantes e/ou retratados.

Desse modo o pesquisador do início do século XXI deve ter um olhar de resignificação sobre esses documentos, pois o mesmo produz recortes, no tempo e no espaço, que o lançam a uma nova problemática, a de lidar com o passado no presente.

A educação na cidade de Parnaíba, objeto central dessa investigação, nos dois âmbitos e temporalidade já explicitados, foi representada, em certa medida, pelo o que se analisou nas páginas do Almanaque da Parnaíba. Mais do que uma “colcha de retalhos” em que se emaranhavam textos de

diversas ordens, seja cronológica, espacial e cultural, esses textos foram dignos de chegar até o público. Esse estudo não é fácil. Muito mais do que distanciamento em relação ao objeto de análise e posicionamento ético, a responsabilidade que o pesquisador assume sobre suas inferências devem ser pautadas em um rigor científico bem delineado. “Avaliar a produção de uma época supõe o estabelecimento de séries e de classificações que perturbam a hierarquia estabelecida das obras, dos gêneros e dos autores”. (ROCHE, 1998, p. 40).

Os comerciantes, empresários, ou como denominam alguns, a “elite intelectual” de Parnaíba, no início do século XX “arregaçaram as mangas” e foram ao trabalho. As primeiras escolas edificadas na cidade foram por iniciativa desses homens, que viram na educação o meio pelo qual o verdadeiro “progresso” perpetuaria na cidade. Foi visto que na década de 1920, essa elite comercial e intelectual promoveu investimentos no ensino, que na época pouco, ou quase nada, contava com apoio governamental, apenas o municipal.

Essas iniciativas privadas possibilitaram a formação da “Sociedade Ginásio Parnaibano”, que funcionou como mantenedora da Escola Normal de Parnaíba e do Ginásio Parnaibano. Cidadãos como João Maria Marques Bastos (médico), Mirócles Campos Veras (médico), Josias Benedito de Moraes (comerciante), José Narciso da Rocha, (comerciante), Septimus Clark (comerciante), José Pires de Lima Rebelo (advogado), Olinto Gonçalves Amorim (advogado) dentre outros tantos, foram à prática, saíram do discurso, foram professores. “As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro”. (CHARIER, 1998, p. 8).

Por seus textos de literatura universal, assinados por grandes nomes da literatura mundial, como Alexandre Dumas, ao lado de escritores locais, representam uma intencionalidade de integração da cidade de Parnaíba ao cenário internacional, fazê-la conhecida. Casa Nova destaca que nesse momento o país atravessava períodos de mudanças estruturais e conjunturais e que refletiam na maneira como as pessoas queriam ser vistas, em suas palavras, “O deslocamento da economia brasileira, entre 1930 e 1950, de um eixo agrário para um eixo industrial, está presente no almanaque, através das transformações ocorridas e das representações por ele veiculadas” (1996, p. 90). Logo, o AP era o canal de divulgação dessas mudanças ocorridas na cidade de Parnaíba que estaria acompanhando o cenário local e nacional.

Uma das intencionalidades que se pode identificar sobre o AP diz respeito ao seu fundador. Conforme referido anteriormente o senhor Benedicto dos Santos Lima não possuía instrução escolar, mas era um autodidata apaixonado por livros, enciclopédias, dicionários e charadas. Pertencente a

classe comerciante de Parnaíba, sua mercearia não era a mais imponente e nem a de maior movimentação comercial e financeira, mas era a mais frequentada por aqueles que apreciavam a cultura e, assim como ele, tinha paixão pela cidade. O início do século XX foi um momento em que muitas pessoas procuraram se sentir pertencentes ao meio social que os rodeava, seja em relação à economia, seja em relação à cultura. Entre essas duas opções, o senhor Bembém visualizou o caminho através da cultura, de forma pontual através da intelectualidade expressa nas páginas do AP.

Foi pensando nessa inserção que Bembém criou o AP. Não só como uma forma de divulgação de seu estabelecimento comercial, ou de propagação do status progressista que vivia Parnaíba, pois esses aspectos pouco lhe trariam retorno econômico. Sua intencionalidade estava em criar, reunir e pertencer a uma nova elite parnaibana, a elite intelectual. O próprio AP fornece subsídios para tal assertiva, basta ler com atenção aos editoriais escritos pelo senhor Bembém no tempo em que ficou à frente de sua publicação. Neles é possível identificar que, apesar das dificuldades financeiras, o projeto de continuar a publicar as edições seguintes do Almanaque não seria interrompido, como de fato não foram sob sua administração. Além disso, sua biografia pontua seu engajamento intelectual, pois passara a pertencer a Associação de Imprensa do Rio de Janeiro e a Academia Charadística Luso-Brasileira do Rio de Janeiro, escrevia para vários jornais além de ser editor de seu próprio jornal, Aljava. Escreveu, em parceria do Benedicto Jonas Correa o “Livro do Centenário de Parnaíba – 1844/1944” e criou, em um momento em que o poder público pouco fazia nesse ponto, a Biblioteca da Criança. Trago essas considerações porque percebo, ao longo desse estudo, que não é possível trabalhar com uma publicação dessa natureza sem compreender seus editor.

Todas essas ações denotam que sua intencionalidade de pertencer a uma elite intelectual parnaibana era maior que pertencer a uma elite econômica e, mesmo não sendo professor ou educador por formação, suas atitudes devem ter contribuído mais para a educação em Parnaíba quando comparadas as de outros cidadãos.

A resposta ao principal questionamento dessa pesquisa: Quais os discursos e/ou representações que se produziram em relação à educação em suas páginas? Não pode ser dada sem levar em consideração que esses discursos não são frutos apenas pelos editores e escritores do AP. Deve-se lembrar da importante participação dos leitores, bem destacada por Casa Nova ao dizer que “A estratégia persuasiva do discurso do almanaque veicula representações que propõem satisfação simbólica ao desejo do leitor”. (1996, p. 85). São a esses que se destinaram os Almanques, e que nem sempre as intenções do autor são apreendidas pelo leitor.

Outra vez Casa Nova (1996) chama atenção para o discurso presente nos almanaques que estavam vinculados a retórica, portanto a persuasão. Era intenção dos escritores induzir seus leitores através de elementos como o “*exemplum (paradeigma)*”, ou seja, por via da insistência, da repetição, com a intencionalidade de formar um estereótipo⁸⁵. No AP essa retórica é muito bem delineada através de seus textos e de suas imagens fotográficas. Palavras como: progresso, urbanização, civilidade, higiene, saúde e outras que expressavam temas vinculados às condições de submissão das mulheres, das crianças, dos habitantes do campo/interior, são exaustivamente repetidas nesse anuário, reforçando o posicionamento de seus colaboradores quanto ao processo de se forjar estereótipos nos quais se protagonizavam a divisão entre o que era dito como civilizado, educado e o que era bárbaro, inculto.

Há, portanto, uma passagem de uma leitura coletiva, de poucos livros, em voz alta para uma leitura individual, diversificada e não oral; “[...] para as pessoas comuns no início da Europa moderna, a leitura era uma atividade social”. (BURKE, 1992, p. 215). “Seja como for, para a maioria das pessoas através da maior parte da história, os livros tiveram mais ouvintes que leitores. Foram mais ouvidos do que vistos”. (BURKE, 1992, p. 216). O Almanaque da Parnaíba, assim como outros, não pode ser considerado como um periódico “popular”, pois a princípio sua leitura destinava-se a qualquer pessoa que fosse cliente da Mercearia Bembém. Porém, seus textos mostraram-se um tanto quanto “rebuscados” e foram divulgados em um contexto em que a maioria da população era analfabeta. Assim, pode-se entender que, quem de fato fazia a leitura do AP era a classe social mais abastada e letrada, embora nada impedisse sua circulação entre as pessoas mais pobres e pouco alfabetizadas que, infere-se, se utilizariam da leitura oral em voz alta e de forma coletiva.

Acredita-se que cumpriu-se o objetivo desta pesquisa ao entranhar-se sobre as intencionalidades nos discursos e representações dos colaboradores do Almanaque da Parnaíba, senão em todo, pelo menos às representações referentes à construção de um processo de civilidade e/ou a sistematização sobre a educação institucionalizada em Parnaíba e no Piauí com a construção de sentido dos textos desses colaboradores e a inferência dos mesmos na compreensão da formação de uma elite intelectual que buscou pela retórica no AP idealizar sua *Belle époque*.

Sumarizando as principais conclusões alcançadas com a realização da pesquisa, a descrição da materialidade do Almanaque da Parnaíba – apresentada no Capítulo 3 – permitiu o estabelecimento dos aspectos constitutivos desse anuário, revelando a importância das suas características físicas e

⁸⁵ “No almanaque o estereótipo torna-se um tipo de caráter normativo”. (CASA NOVA, 1996, p. 78).

tiragem, e sua circulação no cenário nacional e interacional promovida pelo comércio agroexportador que encontrava na cidade de Parnaíba um escoadouro da produção local. O estudo das publicidades, do uso de imagens e da linguagem textual no AP, também possibilitaram compreender como uma publicação que teve como intencionalidade inicial ser “uma lembrança” para os fregueses de uma mercearia, alcançou uma longevidade ímpar nesse segmento editorial.

Deixou-se de considerar, nesse estudo, todos os outros temas relacionados ao ensino que não estão diretamente ligados à civilidade e/ou processo civilizador e à educação institucional. Em “Educação nas páginas do Almanaque da Parnaíba”, Capítulo 4, percebe-se que os colaboradores do AP construíram, pelos seus discursos e representações, uma cidade idealizada, fruto da inspiração causada, na época, por cidades como Paris e Rio de Janeiro.

As implicações desta pesquisa para a História da Educação são enormes. Uma dessas contribuições é o levantamento, mesmo que de forma incipiente, das práticas de civilidade que eram ensinadas através dos Almanques, em especial o Almanaque da Parnaíba, com a intencionalidade de se criar uma padronização de comportamentos ao mesmo tempo em que se propunha, de forma velada, segregar homens e mulheres, crianças e adultos, campo e cidade, etc., de forma polarizada, aspectos que indicam um nicho de estudos ainda elementar no Brasil. Outra colaboração se delineia com a possibilidade de fornecer informações e dados sobre a História da Educação no Brasil que tem como referência os acontecimentos registrados nas páginas do AP. Desta pesquisa podem-se originar propostas diversas que completem as análises aqui iniciadas, pois elementos como gênero, campo, cidade, etiqueta, etc., se confundem e se entrelaçam no AP, muitas vezes dificultando uma categorização mais precisa, pois é comum haver em um mesmo texto mais de um elemento, como alertado por Foucault, “É evidente que não se pode descrever exhaustivamente o arquivo de uma sociedade, de uma cultura ou de uma civilização; nem mesmo, sem dúvida, o arquivo de toda uma época”. (2008, p. 148).

Acompanhando as ideologias políticas dominantes no país, seus textos expunham as representatividades do positivismo, do higienismo, do cientificismo e do capitalismo. Apesar dessa predominância abriu espaços para ideias diversas, como o feminismo, o socialismo, a espiritualidade entre outros, mesmo que para criticá-los.

O Almanaque da Parnaíba se perpetuou por várias décadas do século XX acompanhando as transformações da cidade, do estado e do país. Produziu discursos de progresso e civilidade. Posicionou-se frente as políticas públicas que o país ditava para a economia, saúde, educação, entre outros âmbitos da sociedade. Cresceu em número de páginas e locais de circulação, alcançando

inclusive outros países. Mas, apesar dos esforços de seus editores, esse periódico não sobreviveu ao final do século XX. Embora seja publicado, mesmo de forma irregular quanto à periodicidade, suas últimas edições servem apenas para reproduzir as obras literárias dos membros da Academia Parnaibana de Letras, bem distante de seu formato e objetivo iniciais, mantêm as lembranças de almanaque apenas no nome.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Ruth. Porque morre o amor no casamento. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano VII. Recife, Pernambuco: Jornal do Commercio, 1930.

ALVES, Márcio Miranda. **A imprensa como fonte de pesquisa e representação em o tempo e o Vento, de Érico Veríssimo: Técnica de narrativa e implicações estéticas**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

ANASTÁCIO, Vanda. **Almanaques: origem, gêneros, produção feminina**. Santiago de Compostela: VEREDAS 18. Associação Internacional de Lusitanistas, p. 53-74, 2012.

ANDRIÈS, Lise. Almanagues: Revolucionando um gênero tradicional. IN: DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (org.). **Revolução Impressa: A Imprensa na França (1775-1800)**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 287- 307.

ARAGÃO, Joaquim. O direito de mentir. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XVII. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1940.

_____. O mérito das pequenas coisas. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1948.

ATAÍDE, Cândido. O banho e a cultura physica. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XIV. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1937.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BACHELARD, G. **O Ar e os Sonhos**. Rio de Janeiro: Ed. Martins Fontes, 1998.

BARRETO, Aloísio Rocha. Reação corajosa. Ano XXXVIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1961.

_____. Liga camponesas. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXIX. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1962.

_____. Socialização e socialismo. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XL. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1963.

BARROMEU, Carlos. Bruxarias. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1934.

BEZERRA, José de Alencar. Conformismo. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1965.

_____. Conselhos às mães de crianças invisuais. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LV. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1978.

_____. Trabalho para excepcionais no nordeste. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LVI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1979.

BIANCO, Estela. Economia doméstica. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXX. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1953.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. **O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980**. Revista Brasileira de História da Educação n° 5 jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/235>>. Acesso em: 15 out. 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1891**. Disponível em <<https://homemculto.files.wordpress.com/2015/10/constituic3a7c3a3o-federal-texto-original-1891.pdf>>.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BRASIL. **Constituição de 1937**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BRASIL. **Constituição de 1946**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BRASIL. **Emenda Constitucional n° 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3° ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4° do art. 211 e ao § 3° do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 nov. 2009.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm>. Acesso em: 06 dez. 2015.

BRASIL, **Decreto Nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.** Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. **Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782a.htm>. Acesso em: 26 nov. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Lei Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.** Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10753-30-outubro-2003-497306-norma-actualizada-pl.html>>. Acesso em: 01/03/2015.

BRITO, Freire de. Reflexões. In: **Almanaque da Parnaíba.** Ano XXIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1946.

BROTEL, Jean-François. Catálogo Almanak dos Almanques. In: MEYER, Marlyse. **Do Almanak aos Almanques.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 17 e 18.

BURKE, Peter. **A Escrita da história:** novas perspectivas. Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **Uma história social do conhecimento:** de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

_____. **Cultura popular na Idade Moderna:** Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. In: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação:** um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda., 1998. p. 142-150.

CÂMARA, J. G. A majestade feminina. In: **Almanaque da Parnaíba.** Ano XVII. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1940.

CÂMARA, Syndulpho. Os deveres do homem - para consigo mesmo. I: **Almanaque da Parnaíba.** Ano XXXI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1954.

CAMPOS, João. Parnaíba e suas escolas. Ano XVII. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1940.

CANDEIRA FILHO, Alcenor. In: **Almanaque da Parnaíba**, 2 ed. Teresina: Gráfica e Editora da UFPI, 1997.

CARVALHO, J. Coriolano de. Bárbaros de ontem e de hoje. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXIV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1947.

_____. Menores abandonados. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXVII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1950.

_____. Reforma agrária e subvenção social. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XL. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1963.

_____. Terra esquecida. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1965.

CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de. **Instituto Federal do Piauí - Câmpus Parnaíba: Trajetória de hoje, memória do amanhã (2007 – 2012)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, 2013.

CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. O Almanaque da Parnaíba e a instrução pública entre 1924 e 1940 no Piauí/Brasil. In: DÍAZ, José María Hernández (Coord.). **La prensa de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo**. 1. ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015.

CASA NOVA, Vera. **Lições de Almanaque** - um estudo semiótico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CECCHIN, Cristiane; CUNHA, Maria Teresa Santos. **Tenha modos! Educação e sociabilidades em manuais de civilidade e etiqueta (1900 – 1960)** X Simpósio Internacional: Processo Civilizador. Campinas, abril de 2007.

CELESTINO, Pedro. A mulher no mundo moderno. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLVI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1969.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 17. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**, Lisboa, Difel, 1988.

_____. **“Cultura popular”**: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.

_____. **A Ordem dos Livros** - Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. Introdução – o livro dos livros. In: PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. Campina. SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p. 9-13.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002a.

_____. **À beira da falésia**: a história ente incertezas e inquietude. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002b.

_____. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

Compêndio de civildade: para uso das famílias e dos colégios. 13^a ed. São Paulo: Les, 1958. 154 p. (Coleção Salesiana. Série Didática; n. 13)

CLARK, Dennis. A questão social. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1964.

_____. Civismo. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLVI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1969.

CLARK, Oscar. O culto das crianças. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Americana, 1944.

_____. Educação e agricultura: fontes de alegria, saúde e felicidade. Ano XXII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1945.

_____. Como construir um Brasil sadio. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXIV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1947.

_____. Novas diretrizes à educação. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1948.

COLLARO, Antônio Celso. **Produção gráfica**: arte e técnica da mídia impressa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORÇÃO, Gustavo. Telefones: índice de desenvolvimento. Ano XXXVIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1961.

CORREIA, Benedito Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. **O livro do centenário de Parnaíba: documentário da cidade**. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945.

CORREIA, J. Davi Pinto, e GUERREIRO, Manuel Viegas, **Almanaques ou a sabedoria e as tarefas do tempo**. Revista ICALP, v. 6, Agosto/Dezembro de 1986, p. 43-52.

COSTA, Célio Juvenal. Fontes jesuíticas e a educação brasileira. In: COSTA, Célio Juvenal; PEREIRA MELO, José Joaquim; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (Orgs.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: UFGD, 2010. p. 193-214.

COSTA, Rubens Vaz da. A participação da mulher na sociedade brasileira. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LIII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1976.

CRAVEIRO, Afrânio Aragão. A universidade e a realidade brasileira. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XL. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1963.

_____. O que é a UNE? In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1964.

CUNHA, Alarico da. Tipos populares na cidade e no sertão. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XIII. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1936.

_____. O pudor da sertaneja. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1945.

CUNHA, Alda. Os direitos da mulher. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XVII. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1940.

CUNHA, Edison. Vida aperreada. In: **Almanack da Parnahyba**. Ano VI. Belém, Pará: J. B. dos Santos e Cia, Livreiros Editores, 1929.

_____. Atualidade internacional. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXX. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1953.

_____. Meu curso secundário. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXIV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1957.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Tenha Modos! Manuais de civilidade e etiqueta na Escola Normal. (1920-1960)**. In: Comunicação Coordenada: De cor e salteado para ver e viver: lições em manuais do século XIX e XX. VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Uberlândia – MG. 17 – 20 de abril de 2006.

_____. Diários pessoais: territórios abertos para a história. In: PINSKY, Carla. B.; DE LUCA, Tania. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 251-279.

_____. Escritas e práticas de formação. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana M. Cancellari; VIEIRA, Lívia M. Fraga. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CDROM

CUNHA, Rodrigo. **Embates e acordos na história das reformas ortográficas**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 61, n. 2, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Reformas educacionais no Brasil**. In: SAVIANI, Demerval (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010.

DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DOMINGOS NETO, Manuel. Reflexão em torno da estagnação de Parnaíba. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LIX. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1982.

DOUMER, Paul. A família. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1934a.

_____. O casamento. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1934b.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução Marina Appenzeller. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

EÇA DE QUEIROZ, José Maria de. Almanques. Introdução ao 1º volume do Almanaque Enciclopédico, 1896. In: EÇA DE QUEIROZ, José Maria de. **Notas Contemporâneas**. Lisboa: Livros do Brasil, 2000. p. 198-210.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1, 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**. n. 28, Editora UFPR, p. 17-37, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTTO, Marcília Rosa. **Império em Debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista**. Maringá: EDUEM, 2010. p. 223-251.

FERREIRA, Jerusa Pires. Almanaque. In: MEYER, Marlyse. **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 19-22.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. **O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio**. O caso de Parnaíba. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco – Recife: UFPE, 2001.

FORNARI, Ernani. Prece da recém-esposada. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1934.

FOUCAULT, Michel, **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GARCIA, Alfredo. A disciplina. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1954.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. **Movimento higienista e o processo civilizador: Apontamentos metodológicos**. X Simpósio Internacional – Processo Civilizador. Unicamp, Campinas – SP, 2007.

GUTERRES, Augusto. Nos domínios da odontologia. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XIII. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1936.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Editora Thomson, 2003.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nízia. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira república. In: **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.

INÁCIO FILHO, Geraldo e SILVA, Maria Aparecida da. **Reformas educacionais durante a primeira república**. In: SAVIANI, Demerval (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010.

INEP. **Censo da Educação Superior 2014**. Brasília. MEC, 2015. Disponível em: <http://stat.correioweb.com.br/euestudante/Apresentacao_CENSO_SUPERIOR_2014-Imprensa04_12_2015.pdf>. Acesso em: 13/12/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE: estados@**: Piauí. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pi>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE: cidades@**: Piauí: Parnaíba. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=220770#>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E GENEALÓGICO DE PARNAÍBA. Acervo de imagens. Parnaíba. 2015. Disponível em: <<http://institutohistorico-ihgpp.blogspot.com.br/2013/05/acervo-de-imagens.html>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

INSTITUTO FEDERAL - CONCEPÇÕES E DIRETRIZES. Portal do MEC. Ministério da Educação. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto>. Acesso em 19/03/2014.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEAL, Hidelbrando. Miragens do nordeste. In: **Almanack da Parnahyba**. Ano VI. Belém, Pará: J. B. dos Santos e Cia, Livreiros Editores, 1929.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Benjamim dos Santos. Natal de 1923: Nascimento do *Almanack* da Parnaíba. **O Bembém**. Ano 1, n. 7, p. 10. Parnaíba, 21 jul. 2008a.

_____. Bembém, estilo e bom humor. **O Bembém**. Ano 1, n. 8, p. 12. Parnaíba, 21 ago. 2008b.

LIMA, Frederico Osanan Amorim. Um pirilampo nas páginas do almanaque: Imagens reluzentes de uma Parnaíba que deseja ser, sendo In: SOUSA, Cleto Sandys Nascimento de; LIMA, Frederico Osanan Amorim. (Orgs.). **Parnaíba: a cidade que nos habita**. Parnaíba: Gráfica e Editora Sieart, 2013. p. 21-34.

LINS, Aluísio de. Diabo doida... In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1954.

_____. Quem era seu bisavô? In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXVIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1961.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif. Apresentação. In: _____. (Orgs.). **Impressos e História da Educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 9-14.

MAGALHÃES, Agamenon. Emprego e sexo. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XVII. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1940.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Da cadeira ao banco: escola e modernização** (séculos XVIII-XX). Lisboa, Portugal: Educa / Unidade de I&D de Ciência da Educação, 2010.

MAIA, Francisco de Assis. Divórcio, o espantalho. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLIX. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1972.

MANTEGAZZA, Pablo. O mate: seu prestígio e significado. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1948.

MAUAD, Ana Maria. **Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica**. Revista Brasileira de História da Mídia, Porto Alegre/São Paulo, v. 2, n. 2, p. 11-20, jul./dez., 2013. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie/01.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

MAVIGNIER, Diderot dos Santos e MOREIRA, Aldenora Mendes. **Conhecendo história e geografia do Piauí**. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2007.

MEC. Ministério da Educação. **História**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171>. Acesso em: 22/12/2014.

MENDES, E. S. Disciplina escolar. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XIV. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1937.

MENDES, Jesus. Uma surpresa desagradável para as mulheres. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano VII. Recife, Pernambuco: Jornal do Commercio, 1930.

MENDES, S. Missão social da igreja. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXVI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1949.

MELO, José Joaquim Pereira. Fontes e Métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (Orgs.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: UFGD, 2010. p. 13-34.

MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. **O Eclétismo Parnaibano**: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, 2011.

MIRANDA, José Euclides de. A moral na vida dos povos. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1945.

MONTEIRO, Charles. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: A elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da Revista do Globo. In: MONTEIRO, Charles (Org.). **Fotografia, história e cultura visual**: pesquisas recentes Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 9-49.

MOURA, Clóvis. Televisão: a grande inimiga do imaginário infantil. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LVI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1979.

NAPOLEÃO, Martins. O problema educativo piauiense e suas perspectivas. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1934.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 235-289.

- NARCISO, Benedito. A civilização da cana-de-açúcar – e o Piauí. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXIV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1947.
- NEVES, Ademar. Parnaíba: cidade dos meus sonhos. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XVIII. Parnaíba, Piauí: Tip. O “Sino”, 1941.
- NEVES, Antônio. Saber perdoar. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XV. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1938.
- NOGUEIRA, Defrísio Rocha. Mis e senhorinha. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1958.
- NOGUEIRA. Equilibrado. Bases de uma boa alimentação. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Americana, 1944.
- _____. Mentira infantil. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1946.
- _____. Saúde, acima de tudo! ... In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXIV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1947.
- _____. Criança preguiçosa. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXVI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1949.
- _____. O pré-escolar. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXVIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1951.
- NUNES, Cícero. A necessidade de crer. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XIX. Fortaleza, Ceará: Tipografia Minerva, 1942.
- _____. A doença incurável. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Americana, 1944.
- OLIVERIA, Hilário Gaspar. Como salvar o Brasil. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1966.
- OLIVEIRA, Marina. **Produção gráfica para designers**. 2 ed. Rio de Janeiro: 2AB Editora, 2002.
- P. FILHO, A. Joaquim. A influência da moral e cívica na juventude. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1974.
- PACHECO, Cláudio. Partidos políticos. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LVII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1980.
- PARK, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. Campinas: SP, Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1998.

_____. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. Campinas: SP, São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: Fapesp, 1999.

PASSARINHO, Raimundo G. Página odontológica. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XV. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1938.

_____. Odontologia preventiva. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XVII. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1940.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

PETIT, R. A instrução no Piauí. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XIV. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1937.

PINHEIRO, Idelfonso. Onde estão as nossas moedas. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXVII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1960.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. Teresina, COMEPI, 1972.

PINTO, Felício. Um pouco de história. In: **Almanaque de Parnaíba**. Ano XXIX. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1952.

POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 71-95

PORTAL Parnaíba Informa. Parnaíba, 2015. Disponível em: <<http://portalparnaibainforma.blogspot.com.br/2015/09/porto-das-barcas-em-parnaibalocal-perde.html>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

PREVOST, Jean. Meu filho é canhoto: o que devo fazer? In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XIX. Fortaleza, Ceará: Tipografia Minerva, 1942.

PROPARNÁIBA. Biblioteca Municipal terá intervenção na infraestrutura e acervo. Parnaíba. 28 set. 2013. Disponível em: <<http://www.proparnaiba.com/redacao/2013/09/28/biblioteca-municipal-ter-intervencao-na-infraestrutura-e-acervo.html>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade –Rio de Janeiro, século XIX**. In: ACERVO: Revista do Arquivo Nacional. Vol.8.n.01/02.RJ: Ministério da Justiça. 1995.

REANDE, Paulo de Tarso. O Brasil prosseguindo dificilmente. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LVII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1980.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares: História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1750-1950)**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

ROCHE, Daniel. Uma declinação das luzes. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 25-50.

SALE, Genuíno. A universidade do Piauí. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1965.

_____. A educação primária no Piauí. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1966.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação: Conceito, Papel Histórico e obstáculos para sua construção no Brasil**. GT-05: Estado e Política Educacional – UNICAMP- 2008.

SANFELICE, José Luís. **O estado e a política educacional do regime militar**. In: SAVIANI, Demerval (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2010. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit6.htm>>. Acesso em: 24/12/2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEGALIN, Linara Bessega. **“Leituras confiadas às mais inocentes e puras leitoras”?** As mulheres nos almanaques gaúchos (1889 – 1910). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, RS, 2013.

SILVA, Antônio de Araújo e. Breves considerações sociológicas – o fator religioso na sociedade brasileira. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XV. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1938.
SILVA, Carolina Mostaro Neves da; NASCIMENTO, Cecília Vieira do; ZICA, Matheus da Cruz e. Imprensa e educação na segunda metade dos oitocentos. In: MIZUTA, Celina Midori Murasse;

SILVA, Cunha e. Ideologias em choque. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXX. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1953.

_____. Reforma de base. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXVI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1959.

SILVA, Fenelon. Variações sobre o casamento. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XVIII. Parnaíba, Piauí: Tip. O “Sino”, 1941.

_____. Do ensino da organização nos cursos comerciais. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXVI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1949.

SILVA, José Rodrigues da. O homem é naturalmente religioso. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1948.

SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da *belle époque***: cotidiano e pobreza (1930-1950). Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Humanas e Letras. Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012.

SILVA, Kaline Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Odalice de Castro. **A obra de arte e seu intérprete**: reflexões sobre a contribuição crítica de Osman Lins. Fortaleza: EUFC, 2000.

SOARES, Raul Nina Guterres. Sujeira: não há bicho que aguentar. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXIX. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1962.

STEPHANOU, Maria. **Tratar e educar**: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. 1999. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999. v.1.

SUCUPIRA, Luís. Mocidade e democracia. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLVI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1969.

_____. A grande mentira. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LV. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1978.

SUCUPIRA, Luiz. Fundamentos cristãos do trabalho. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano LVI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1979.

THERRIEN, Jacques, NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria. **Trabalhos científicos e o estado da questão**: reflexões teórico-metodológicas. Estudos em avaliação educacional, v.15, n. 30, jul.-dez. 2004.

THOMAZ, Amélia. Caboclo do Brasil. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1934.

TITO FILHO, José de Arimathéa. Pontos luminosos. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XIX. Fortaleza, Ceará: Tipografia Minerva, 1942.

_____. A criminalidade na criança. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1956.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **A imprensa periódica como fonte para a história da Educação**: teoria e método. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 48, p. 255-268, Dez. 2012.

VIAL, Job. Provérbios sertanejos. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1934.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. **A fotografia como fonte para a História da Educação**: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. Educação (UFSM); educação v. 30, n. 2, jul./dez. 2005.

VIEIRA, Hermes. A rasga=mortalha e o sertanejo. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XXXII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1955.

WERMELINGER, Mônica; MACHADO, Maria Helena; AMÂNCIO FILHO, Antenor. **Políticas de educação profissional: referências e perspectivas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.55, p. 207-222, abr./jun. 2007.

XIMENES, Raimundo Nonato. O valor da higiene bucal. In: **Almanaque da Parnaíba**. Ano XLVII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1970.

Fontes Utilizadas:

ALMANACK DA PARNAHYBA. Ano I. Fortaleza, Ceará: Typographia Renascença, 1924.

_____. Ano II. Fortaleza, Ceará: Typographia Renascença, 1925.

_____. Ano III. Belém, Pará: J. B. dos Santos e Cia, Livreiros Editores, 1926.

_____. Ano IV. Belém, Pará: J. B. dos Santos e Cia, Livreiros Editores, 1927.

_____. Ano V. Belém, Pará: J. B. dos Santos e Cia, Livreiros Editores, 1928.

ALMANACH DA PARNAHYBA. Ano VI. Belém, Pará: J. B. dos Santos e Cia, Livreiros Editores, 1929.

_____. Ano VII. Recife, Pernambuco: Jornal do Commercio, 1930.

_____. Ano VIII. Fortaleza, Ceará: Typographia Gadelha, 1931.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Ano IX. Fortaleza, Ceará: Typographia Gadelha, 1932.

_____. Ano X. Fortaleza, Ceará: Typographia Gadelha, 1933.

_____. Ano XI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1934.

_____. Ano XII. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1935.

_____. Ano XIII. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1936.

_____. Ano XIV. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1937.

_____. Ano XV. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1938.

_____. Ano XVI. Parnaíba, Piauí: Tipografia Minerva, 1939.

_____. Ano XVII. Parnaíba, Piauí: Gráfica Renascença, 1940.

_____. Ano XVIII. Parnaíba, Piauí: Tip. O “Sino”, 1941.

_____. Ano XIX. Fortaleza, Ceará: Tipografia Minerva, 1942.

_____. Ano XX. Fortaleza, Ceará: Tipografia Minerva, 1943.

_____. Ano XXI. Parnaíba, Piauí: Gráfica Americana, 1944.

_____. Ano XXII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1945.

- _____. Ano XXIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1946.
- _____. Ano XXIV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1947.
- _____. Ano XXV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1948.
- _____. Ano XXVI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1949.
- _____. Ano XXVII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1950.
- _____. Ano XXVIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1951.
- _____. Ano XXIX. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1952.
- _____. Ano XXX. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1953.
- _____. Ano XXXI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1954.
- _____. Ano XXXII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1955.
- _____. Ano XXXIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1956.
- _____. Ano XXXIV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1957.
- _____. Ano XXXV. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1958.
- _____. Ano XXXVI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1959.
- _____. Ano XXXVII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1960.
- _____. Ano XXXVIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1961.
- _____. Ano XXXIX. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1962.
- _____. Ano XL. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1963.
- _____. Ano XLI. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1964.
- _____. Ano XLII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1965.
- _____. Ano XLIII. Fortaleza, Ceará: Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1966.
- _____. Ano XLIV. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1967.
- _____. Ano XLV. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1968.
- _____. Ano XLVI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1969.

- _____. Ano XLVII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1970.
- _____. Ano XLVIII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1971.
- _____. Ano XLIX. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1972.
- _____. Ano L. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1973.
- _____. Ano LI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Ranulpho, 1974.
- _____. Ano LII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1975.
- _____. Ano LIII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1976.
- _____. Ano LIV. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1977.
- _____. Ano LV. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1978.
- _____. Ano LVI. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1979.
- _____. Ano LVII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1980.
- _____. Ano LVIII. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1981.
- _____. Ano LIX. Fortaleza, Ceará: Gráfica Editorial Cearense, 1982.

APÊNDICE A – SITUAÇÃO EDUCACIONAL DO PIAUÍ EM 2012/2013

Tabela 4 - Número de Matrículas, Docentes e Escolas no Piauí em 2012.

Matrícula - Ensino fundamental - 2012 (1)	549921
Matrícula - Ensino médio - 2012 (1)	155998
Matrícula - Ensino pré-escolar - 2012 (1)	97785
Docentes - Ensino fundamental - 2012 (1)	34554
Docentes - Ensino médio - 2012 (1)	11117
Docentes - Ensino pré-escolar - 2012 (1)	6356
Escolas - Ensino fundamental - 2012 (1)	5277
Escolas - Ensino médio - 2012 (1)	656
Escolas - Ensino pré-escolar - 2012 (1)	3921

Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.

Quadro 21 – Comparativo de Matrículas do Piauí com o Brasil em 2013

Matrículas em creches	36.220 estudantes	Brasil: 2.730.119
Matrículas em pré-escolas	100.562 estudantes	Brasil: 4.860.481
Matrículas anos iniciais	296.493 estudantes	Brasil: 15.764.926
Matrículas anos finais	236.550 estudantes	Brasil: 13.304.355
Matrículas ensino médio	152.151 estudantes	Brasil: 8.622.791
Matrículas EJA	98.298 estudantes	Brasil: 3.772.670
Matrículas educação especial	338 estudantes	Brasil: 194.421

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas de Educação Básica: 5885 | QEdU.org.br

**APÊNDICE B - CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E EDUCACIONAIS DE
PARNAÍBA (2014)**

Tabela 5 – Características Socioeconômicas de Parnaíba (2014)

Características	Parnaíba
Área, km ²	435,573
População 2010, hab.	145.729
População Estimada (2014) ⁽¹⁾	149.348
Densidade demográfica, hab./km ²	334,51
Abastecimento de água ⁽¹⁾ , %	68,4
Urbanização ⁽¹⁾ , %	94,4
IDH-M 2010	0,687
PIB PER CAPITA 2011	R\$ 7.088,69

Fonte: ⁽¹⁾ Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014, publicadas no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE - <http://cod.ibge.gov.br/2E6X>

Tabela 6 – Características Educacionais de Parnaíba

Características	Parnaíba
Educação Básica, % pessoas com 15 anos ou mais, com menos de 4 anos de estudo	24,8
Matrícula ensino fundamental, 2012 ⁽¹⁾	22.781
Matrícula ensino médio, 2012 ⁽¹⁾	7.835
Matrícula pré-escola, 2012 ⁽¹⁾	4.790
Matrícula ensino superior, 2010 ⁽²⁾	4.512
Escolas que oferecem ensino fundamental ⁽¹⁾	105
Escolas que oferecem ensino médio ⁽¹⁾	24
Taxa de analfabetismo, % ⁽²⁾	26,6
Expectativa de vida média, 2000, anos	61,7
Energia Elétrica, % de domicílios atendidos ⁽¹⁾	95,5
Rodovias, km (pavimentadas; implantadas) ⁽¹⁾	81
Economia	Pesca artesanal, pecuária de leite, turismo, artesanato, indústria de laticínios, agricultura familiar, arroz irrigado, agroindústria de beneficiamento do arroz e cerâmica.

Fontes: ⁽¹⁾ IBGE (2014);

⁽²⁾ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP 2012.

Declara o Censo Escolar⁸⁶ 2013, que a cidade de Parnaíba apresenta os seguintes indicadores educacionais, conforme Quadros 2 e 3 abaixo. Nessas informações podemos comparar os dados de Parnaíba com os dados do Estado do Piauí e do Brasil. Destaque pode ser dado ao baixo número de alunos matriculados em creches e o maior número de alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Quadro 22 - Total de Escolas Brasil/Piauí/Parnaíba - 2013

Total de Escolas	Brasil: 190.706	PI: 5.885	Parnaíba 141 escolas
------------------	-----------------	-----------	----------------------

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas: 141 | Qedu (2013)

Quadro 23 – Total de Matrículas Brasil/Piauí/Parnaíba - 2013

MATRÍCULAS	BRASIL	PIAUI	PARNAÍBA
Matrículas em creches	2.730.119	36.220	573 estudantes
Matrículas em pré-escolas	4.860.481	100.562	4.606 estudantes
Matrículas anos iniciais	15.764.926	296.493	12.541 estudantes
Matrículas anos finais	13.304.355	236.550	9.332 estudantes
Matrículas ensino médio	8.622.791	152.151	7.497 estudantes
Matrículas EJA	3.772.670	98.298	5.407 estudantes
Matrículas educação especial	194.421	338	0 estudantes

Fonte: Censo Escolar/INEP 2013 | Total de Escolas: 141 | Qedu (2013)

⁸⁶ Para saber mais acesse: <http://www.qedu.org.br/cidade/4761-parnaiba/censo-escolar>